

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM JORNALISMO

GUSTAVO PANACIONI RIBAS

(IN)DEPENDÊNCIA DAS INICIATIVAS JORNALÍSTICAS DIGITAIS DO SÉCULO XXI
COM ESCOPO NA REGIÃO AMAZÔNICA: ANÁLISE DOS SITES AMAZÔNIA REAL
E INFOAMAZONIA

PONTA GROSSA
2017

GUSTAVO PANACIONI RIBAS

(IN)DEPENDÊNCIA DAS INICIATIVAS JORNALÍSTICAS DIGITAIS DO SÉCULO XXI
COM ESCOPO NA REGIÃO AMAZÔNICA: ANÁLISE DOS SITES AMAZÔNIA REAL
E INFOAMAZONIA

Dissertação apresentada para obtenção do
título de grau de Mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, Trabalho
apresentado ao Programa de Pós Graduação
Mestrado em Jornalismo.

Orientadora: Dr^a Paula Melani Rocha

PONTA GROSSA
2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

R482 Ribas, Gustavo Panacioni
 (In)dependência das iniciativas
jornalísticas digitais do século XXI com
escopo na região amazônica: análise dos
sites Amazônia Real e Infoamazonia/
Gustavo Panacioni Ribas. Ponta Grossa,
2017.
 311f.

 Dissertação (Mestrado em Jornalismo -
Área de Concentração: Processos
Jornalísticos), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.
 Orientadora: Prof^a Dr^a Paula Melani
Rocha.

 1.Jornalismo autodenominado
independente. 2.Campo jornalístico.
3.Cultura profissional. 4.Processos de
produção jornalística. 5.Região amazônica.
I.Rocha, Paula Melani. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
Jornalismo. III. T.

CDD: 070.4

GUSTAVO PANACIONI RIBAS

(IN)DEPENDÊNCIA DAS INICIATIVAS JORNALÍSTICAS DIGITAIS DO SÉCULO XXI
COM ESCOPO NA REGIÃO AMAZÔNICA: ANÁLISE DOS SITES AMAZÔNIA REAL
E INFOAMAZONIA

Dissertação apresentada para obtenção do título de grau de Mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós Graduação Mestrado em Jornalismo.

Ponta Grossa, 12 de dezembro de 2017.

Prof^a. Paula Melani Rocha – Orientadora
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Marcelo Engel Bronosky
Doutor em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Rogério Christofolletti
Doutor em Ciências da Comunicação
Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, GUSTAVO PANACIONI RIBAS, CPF nº 048.022.879-50, RG nº 67817230, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado **“(in)Dependência das iniciativas jornalísticas digitais do século XXI com escopo na região amazônica: análise dos sites Amazônia Real e Infoamazonia”**, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 12 de dezembro de 2017.



GUSTAVO PANACIONI RIBAS
RA nº 3100116005018

À minha família.

AGRADECIMENTOS

À minha incrível esposa, Estelita Hass Carazzai, pelo apoio fundamental em todo o período de desafios deste processo de pesquisa e pelas valorosas sugestões e percepções como notável profissional que é.

Aos meus pais, Carlos Augusto Teske Ribas e Lindamir Panacioni Ribas, por todos os exemplos, ensinamentos e oportunidades.

À Professora Paula Melani Rocha, pela parceria e auxílio constantes durante todo o percurso deste trabalho.

Ao grande casal Katia Brembatti e Regis Rieger, amigos que tiveram influência direta na concretização desta dissertação.

Aos Professores Marcelo Engel Bronosky, Felipe Simão Pontes e Rogério Christofolletti, pelas ponderações e pontos de vistas que enriqueceram o olhar sobre o tema desta pesquisa.

Aos profissionais que dedicaram um tempo especial para este trabalho; Elaíze Farias, Graciela Selaimen, Gustavo Faleiros e Kátia Brasil.

O pensamento está sempre fazendo algo grandioso, mas insiste em dizer que não fez coisa alguma e que está apenas lhe dizendo como as coisas realmente são.

(David Bohm)

RESUMO

A partir de um cenário em que se está impulsionando a criação de iniciativas autodenominadas independentes no jornalismo brasileiro, sobretudo na internet, com redações de pequeno e médio porte, o objetivo deste trabalho é analisar, por meio de estudos de caso, como se configura o jornalismo autodenominado independente em iniciativas digitais com escopo na região Amazônica, criadas no jornalismo do século XXI. A proposta da pesquisa, que se desenvolve na linha de pesquisa 1, Processos de produção jornalística, do Programa de Pós Graduação Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, é verificar como se caracteriza o campo jornalístico dos profissionais que idealizaram os sites autodenominados independentes Amazônia Real e InfoAmazonia, identificar o que se compreende por “independência” em um contexto formatado por novos modelos de gestão e aferir nos produtos jornalísticos uma possível relação entre aspectos de noticiabilidade e independência jornalística. O que essas iniciativas autodenominadas independentes com escopo na região Amazônica nos revelam tanto sobre a cultura profissional quanto normas profissionais subjacentes? A trajetória profissional dos idealizadores da Amazônia Real e InfoAmazonia influencia nos modelos de gestão adotados? A criação de uma iniciativa autodenominada independente propicia uma autonomia profissional do jornalista? Que tipo de tensões interferem na prática profissional nessas iniciativas? Para isso, a reflexão considera as transformações do mercado em jornalismo no século XXI, suas repercussões no campo profissional e a emergência de novos modelos de gestão. A fundamentação teórica se estabelece em campos sociais e campo jornalístico, hiperconcorrência, governança e novos modelos de gestão, noções de configuração de um possível jornalismo independente e cultura profissional, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Além destas metodologias, o trabalho utiliza técnicas de entrevista com profissionais que fundaram as iniciativas autodenominadas independentes de jornalismo Amazônia Real e InfoAmazonia, representante da Fundação Ford, que financia diretamente a Amazônia Real e indiretamente o InfoAmazonia, e análise sistematizada de produtos jornalísticos concebidos pelos empreendimentos. Um dos apontamentos das considerações finais indica que mesmo condicionadas a novos modelos de gestão, distantes daqueles praticados nos meios tradicionais, as iniciativas autodenominadas independentes precisam desenvolver outras características que justifiquem a “independência”, como os critérios de noticiabilidade.

Palavras-chave: Jornalismo Autodenominado Independente. Campo Jornalístico. Cultura Profissional. Processos de Produção Jornalística. Região Amazônica.

ABSTRACT

In a scenario that is stimulating the establishment of self-proclaimed independent Brazilian journalism initiatives, specially on the internet, with small to medium editorial newsrooms, the aim of this study is to analyze, through case studies, how this self-proclaimed independent journalism in digital media is characterized in the Amazon region in the 21st century. The objective of this research, which was conducted in accordance with the main research topic, that is, the Process of journalism production, in the Post-Graduation Program Master's in Journalism at Universidade Estadual de Ponta Grossa, is: to ascertain the characteristics of the journalistic field of the professionals who created the self-proclaimed independent sites Amazônia Real e InfoAmazonia; to identify what is meant by "independence" in a context that is defined by new management models; and to gauge a possible relation between aspects of newsworthiness and journalistic independence. What do these self-proclaimed independent initiatives in the Amazon region reveal both about professional culture and underlying professional standards? Does the professional experience of the founders of Amazônia Real and InfoAmazonia influence the management models adopted? Does the establishment of a self-proclaimed independent initiative give the journalist professional autonomy? What type of tensions interfere in the professional practices of these initiatives? For these purposes, this analysis considers the transformation of the journalism market in the 21st century, its repercussions on the professional field and the emergence of new management models. The theoretical principles are based on the social and journalistic fields, hypercompetition, governance and new management models, basic concepts of the definition of possible independent journalism and professional culture, based on bibliographic and documental research. Besides these methodologies, this dissertation uses interviews techniques with the founders of the self-proclaimed independent journalism initiatives Amazônia Real e InfoAmazonia, the representing of Ford Foundation, that directly contributes with Amazônia Real and indirectly with InfoAmazonia, and a systematized analysis of the journalistic products conceived by these organizations. One of the final considerations applies that even though defined by new management models, different from the ones practiced by traditional media, the self-proclaimed independent initiatives need to develop other characteristics that justify the "independence", like the newsworthiness.

Keywords: Self-Proclaimed Independent Journalism. Journalistic Field. Professional Culture. Process of Journalism Production. Amazonian Region.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Matriz de classificação das fontes de notícias	101
QUADRO 2 - Classificação das fontes da reportagem “Organizações indígenas exigem suspensão do parecer de Temer que barra demarcações”	164
QUADRO 3 - Classificação das fontes da reportagem “MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari”	171
QUADRO 4 - Classificação das fontes utilizadas nos mapas	179
QUADRO 5 - Números de mapas em que fontes nacionais e internacionais aparecem	185
QUADRO 6 - Classificação das fontes da reportagem “Histórias de uma Amazônia alagada”	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 METODOLOGIA.....	17
1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	19
1.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO DO TRABALHO.....	23
1.2.1 Amazônia Real.....	24
1.2.2 InfoAmazonia	27
1.2.3 Fundação Ford	34
1.3 DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA.....	36
2 NOÇÕES SOBRE A COMPLEXIDADE DE INTERESSES NA AMAZÔNIA	38
2.1 INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E TRATADOS DE COOPERAÇÃO.....	38
2.2 AÇÕES NACIONAIS PARA A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO	44
2.3 OS SERINGUEIROS, O ASSASSINATO DE CHICO MENDES E A VISIBILIDADE ÀS POPULAÇÕES E PRÁTICAS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA	47
2.4 A DIZIMAÇÃO DE POPULAÇÕES INDÍGENAS AMAZÔNICAS	51
3 NOÇÃO DE CAMPO JORNALÍSTICO	55
3.1 TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO JORNALÍSTICO E A CULTURA PROFISSIONAL	60
4 O JORNALISMO NO SÉCULO XXI E RECONFIGURAÇÕES.....	66
4.1 OS MERCADOS DOS ANUNCIANTES, FINANCEIRO E DE FONTES.....	69
4.2 O MERCADO PROFISSIONAL	72
4.3 TEORIA DA GOVERNANÇA E NOVOS MODELOS DE GESTÃO	76
5 O CONTEXTO PARA O JORNALISMO AUTODENOMINADO INDEPENDENTE.....	82
5.1 LÓGICAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS E A PERPETUAÇÃO DE MODELOS TRADICIONAIS DE NOTÍCIAS	85
5.1.1 Independência nas novas plataformas digitais?	90
5.2 A CULTURA PROFISSIONAL E TENSÕES	96
5.2.1 A independência pela perspectiva contra hegemônica na concepção da noticiabilidade.....	98
6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	103
6.1 Amazônia Real.....	103
6.1.1 Tensões percebidas nos veículos tradicionais.....	104
6.1.2 Experiências com tensões no campo que influenciaram a criação da Amazônia Real	112
6.1.3 A tentativa de ruptura com tensões do campo na Amazônia Real.....	117
6.1.4 Governança editorial e possíveis características de independência da Amazônia Real	125
6.2 InfoAmazonia	130

6.2.1	Tensões percebidas na trajetória profissional antes do InfoAmazonia	131
6.2.2	Experiências com tensões no campo que influenciaram a criação do InfoAmazonia	135
6.2.3	Por dentro do InfoAmazonia.....	140
6.2.4	Tensões internas no InfoAmazonia contribuindo com noções de independência	148
6.3	Fundação Ford	153
7	ANÁLISE DE PRODUTOS	160
7.1	Amazônia Real.....	160
7.1.1	Organizações indígenas exigem suspensão do parecer de Temer que barra demarcações, do dia 26 de julho de 2017	160
7.1.2	MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari, do dia 29 de agosto de 2017	166
7.2	InfoAmazonia	175
7.2.1	Mapas e dados.....	175
7.2.2	Histórias de uma Amazônia alagada, do dia 28 de abril de 2017	187
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
	REFERÊNCIAS.....	208
	APÊNDICE A - Entrevista em conjunto com Kátia Brasil e Elaíze Farias, fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real.....	215
	APÊNDICE B - Primeira entrevista com Gustavo Faleiros, fundador da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente InfoAmazonia	226
	APÊNDICE C - Entrevista individual com Kátia Brasil, uma das fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real.....	237
	APÊNDICE D - Entrevista individual com Elaíze Farias, uma das fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real.....	259
	APÊNDICE E - Segunda entrevista com Gustavo Faleiros, fundador da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente InfoAmazonia	280
	APÊNDICE F - Entrevista com Graciela Barone Selaimen, <i>program officer</i> da Fundação Ford no Brasil.....	301
	APÊNDICE G – Questionário estruturado aplicado para os fundadores das iniciativas autodenominadas independentes Amazônia Real e InfoAmazonia	310

INTRODUÇÃO

O modelo de mercado consolidado no período industrial, com o suporte econômico de empresas e a venda expressiva de assinaturas está passando por transformações, principalmente com o surgimento das comunicações digitais e as mudanças ocasionadas no início do século XXI. Apesar de parecer uma alteração com base apenas tecnológica, é interessante perceber que em outros momentos da história o jornalismo como profissão também vivenciou tensões que provocaram alterações no processo de produção jornalística a partir da tecnologia, como com a criação da prensa e o surgimento da televisão e do rádio.

Alteraram-se sim as formas de se apresentar a informação, as ferramentas utilizadas na apuração de reportagem ou o controle de circulação e logística que os jornais tinham para garantir a publicidade e as assinaturas, sejam eles de natureza impressa, televisiva ou radiofônica. Mas a principal alteração, aquela que coloca em crise toda a estrutura que funcionava de forma muito consistente até agora, foi a possibilidade e a facilidade do surgimento de novos participantes na produção e distribuição de notícias. Com o surgimento das plataformas digitais, ficou rápido acompanhar as novidades em qualquer portal de notícias ou em qualquer produtor informal de informações.

As empresas de media estão acostumadas a medir o sucesso pelo tamanho da sua audiência. São empresas de comunicação em massa, criadas para informar e entreter milhões. Embora este modelo tenha funcionado durante décadas, neste momento sofre sérios problemas. De certa forma, funciona, mas tem tantas falhas e elementos em falta que há uma grande necessidade de avançar com conceitos inteiramente novos. De onde veio a mudança? Simples: o poder de distribuir notícias está agora disponível para todos, com o custo de criação de qualquer site, com qualquer sistema de gestão de conteúdos (LORENZ, 2014, p. 141).

Nessas novas dinâmicas, percebe-se então que, com um número cada vez mais diversificado de produtores, incluindo aí também os buscadores, como *Google*, e as redes sociais, como *Facebook*, que potencializam a distribuição de notícias, os grupos de comunicação têm encontrado dificuldade em manter a exclusividade de notícias e de público, principal moeda de troca para aquisição de receitas. “Paradoxicalmente, a mídia nunca esteve em pior forma. A receita bruta anual de todos os jornais diários nos Estados Unidos é a metade do *Google*” (CAGÉ, 2016, p. 2). O resultado dessas transformações pode ser percebido com a queda da circulação de jornais impressos e um aumento nas plataformas digitais, meio em que os valores cobrados por anúncios não conseguem seguir o mesmo

padrão do praticado em meio impresso. Dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)¹, por exemplo, mostram um aumento de 27% em assinaturas digitais no Brasil.

Um dos efeitos diretos dessa dificuldade em manter o mesmo fluxo de receitas financeiras é percebido na rotina profissional dentro das redações jornalísticas. Repórteres são submetidos a tensões e pressões constantes, quando não demitidos, e a dinâmica da concorrência leva empresas jornalísticas a apostarem em um estilo de produção que não prioriza princípios deontológicos da profissão. “Quanto maior o fluxo de notícias, se não existe investimento no setor, menor é a qualidade da informação e mais alienada se torna a sociedade” (RAMOS; SPINELLI, 2015, p. 121). O foco passa a ser em quantidade e em temas que atraiam mais público, refletindo diretamente em receitas publicitárias.

Porém, além de uma crise potencializada a partir de novas invenções tecnológicas e de transformações relacionadas diretamente ao modelo de sustentabilidade das empresas tradicionais, as reconfigurações pelas quais o jornalismo passa neste século XXI são fruto de uma alteração social e a consequente falta de credibilidade de instituições consolidadas. “Essas mudanças ontológicas contribuem para desestabilizar os processos de legitimação associados às instituições-chave na sociedade²” (WAHL-JORGENSEN, 2017, p. 143). O jornalismo, identificado como uma dessas instituições-chave vê-se, então, compelido e encontrar diferentes formatos que possam reconquistar uma representatividade social. Para Anderson, Bell e Shirky (2013) a simples incorporação de novas técnicas não será suficiente, sendo necessário “[...] mudar radicalmente a estrutura organizacional de veículos de comunicação [...]” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 33). Deuze e Witschge (2016, p. 8) compactuam da mesma proposta, afirmando que os profissionais do campo jornalístico foram “[...] empurrados para desenvolver novas táticas, novas estruturas organizacionais e uma nova autoconcepção – enquanto ainda persistem velhas estruturas, rotinas e definições (de valores-notícia)”. São reconfigurações, enfim, que precisam ir além de implementação de novas plataformas ou equipamentos digitais e devem ser pensadas longe da estrutura dominante e condicionada às lógicas comerciais que se consolidou ao longo dos séculos XIX e XX.

Se por um lado as plataformas digitais contribuíram para este contexto de transformações nos modelos de gestão em vigor, por outro elas abriram novas perspectivas de modelos de negócios, em um cenário em transformação e acesso a informações, seja por

¹ Disponível em <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-17750-adocao-de-paywall-faz-aumentar-audiencia-de-jornais-no-brasil-e-estimula-venda-de-assi>>. Último acesso em 09/12/2016.

² Tradução livre do original: “*This ontological change contributes to destabilizing the legitimation processes associated with key institutions in society*”.

facilitadores como a instauração da Lei de Acesso a Informação - LAI, nº 12.527/2011 -, como por bancos de dados disponíveis na rede e também pela facilidade, praticidade e baixo custo para a criação de diferentes plataformas noticiosas no ambiente digital. Assim como a queda do preço do papel impulsionou a imprensa de massa nos EUA no final do século XIX, consagrando o modelo informativo, no final do século XX e início do século XXI os computadores, máquinas fotográficas, filmadoras digitais, rádios digitais e blogs favoreceram o cenário para a abertura e criação de iniciativas autodenominadas independentes em jornalismo.

A tecnologia desenvolvida de forma expressiva no início deste século acabou “[...] impulsionando o surgimento de novas formas de captação de recursos financeiros e novos modelos de negócios, tais como o jornalismo empreendedor, as agências sem fins lucrativos e os websites independentes” (RIBEIRO; GUARALDI, 2016, p. 1). Mas, mais do que novas formas de sustentabilidade financeira ou modelos de gestão, um dos objetivos dessas iniciativas é tentar resgatar a prática de um jornalismo que é distante daquele praticado dos modelos tradicionais. É uma reinvenção de “[...] estratégias de negócio autossustentáveis que reforcem os princípios investigativos da profissão ao informar sobre questões ligadas aos direitos dos cidadãos e tentar fortalecer a democracia na sociedade” (RAMOS; SPINELLI, 2015, p. 114).

É dentro deste contexto, então, que este trabalho de pesquisa se desenvolve. Entende-se que as tensões do campo jornalístico levam profissionais a buscarem a minimização de insatisfações na rotina profissional com a criação de iniciativas autodenominadas independentes. Mas, mesmo sendo um cenário que cada vez mais ganha espaço e notabilidade, é preciso relativizar o fenômeno para poder confirmar, de fato, se esses empreendimentos que se propõem a praticar um jornalismo autodenominado independente realmente o fazem. Por fim, acredita-se que uma das maneiras de uma possível independência se concretizar, é a partir dos critérios de noticiabilidade defendido por essas iniciativas. Assim, as hipóteses que orientam esta pesquisa são:

1) Nessa conjectura de crise do modelo de gestão de sustentabilidade do paradigma informativo configurado nos veículos de comunicação, jornalistas buscam autonomia profissional e econômica na criação de iniciativas autodenominadas independentes;

2) Sites de jornalismo digital autodenominados independentes com escopo na Amazônia estão inseridos em um contexto político e econômico complexo que desperta interesse de financiamento e apoio de organizações nacionais e estrangeiras, limitando, assim, a característica independente dessas iniciativas;

3) Uma das formas de se buscar independência é na avaliação da noticiabilidade do conteúdo jornalístico produzido pelas iniciativas autodenominadas independentes, perpassando pela escolha das fontes, valor notícia e critérios de noticiabilidade, que se distanciam das lógicas adotadas dos meios tradicionais.

Com o estabelecimento das hipóteses, o objetivo principal definido para esta pesquisa busca, então, analisar, por meio de estudos de caso, como se configura o jornalismo autodenominado independente em iniciativas digitais com escopo na região Amazônica, criadas no jornalismo do século XXI, Amazônia Real e InfoAmazonia. A escolha de projetos que tenham envolvimento com a Amazônia se dá justamente pelo complexo contexto de interesses da região, fortalecendo a necessidade de relativização do conceito de independente defendido pelas iniciativas estudadas. Como objetivos específicos, pretende-se 1) verificar como se caracteriza o campo jornalístico dos profissionais que idealizaram os sites autodenominados independentes Amazônia Real e InfoAmazônia, a partir da perspectiva das jornalistas e do jornalista; 2) identificar o que se compreende por independência em um contexto formatado por novos modelos de gestão e; 3) aferir, nos produtos jornalísticos dessas iniciativas autodenominadas independentes, a relação entre aspectos de noticiabilidade e independência jornalística.

Entre hipóteses, objetivo principal e específicos, espera-se, ao final, responder perguntas que possam contribuir para a compreensão do fenômeno de iniciativas autodenominadas no Brasil. O que essas iniciativas autodenominadas independentes com escopo na região Amazônica nos revelam tanto sobre a cultura profissional quanto normas profissionais subjacentes? A trajetória profissional dos jornalistas idealizadores da Amazônia Real e InfoAmazonia influencia nos modelos de gestão adotados? A criação de uma iniciativa autodenominada independente propicia uma autonomia profissional do jornalista? Que tipo de tensões interferem na prática profissional nessas iniciativas? Todas questões pertinentes não só à contribuição para o entendimento desses empreendimentos, como também para a reflexão da importância da continuidade de estudos que possam agregar mais visões ao tema.

O percurso estabelecido para esta dissertação divide-se em sete capítulos. No capítulo 1 apresentam-se as escolhas metodológicas assim como a delimitação e descrição dos objetos de pesquisa e do corpus definido. No segundo capítulo, buscou-se resgatar uma contextualização da região Amazônica na tentativa de explicar os diferentes interesses e acontecimentos, além da presença de populações locais e tradicionais, que despertam o envolvimento de organizações nacionais e internacionais.

O terceiro capítulo é dedicado a definir noções de campos sociais e campos jornalísticos, a partir da perspectiva de Bourdieu, pois entende-se que é na dinâmica dos campos que as transformações vivenciadas pelas empresas de jornalismo e profissionais acontecem. O capítulo 4 aprofunda-se nas reconfigurações do campo na perspectiva de definir a lógica da hiperconcorrência em que as tensões no campo ocorrem atualmente. A busca constante por lucro, otimização de recursos e público que sustente o modelo tradicional de negócios, gera uma crise de credibilidade do jornalismo. E é a partir desta erosão de confiança que surgem conceitos de governança como um contexto em que as iniciativas autodenominadas independentes ocorrem.

No quinto capítulo propõe-se uma análise de conceitos que podem limitar e, também, configurar o jornalismo autodenominado independente. Mesmo com o contexto evidenciado a partir da falta de credibilidade e reconfigurações no modelo de negócio, neste capítulo percebe-se a necessidade de detectar, nas práticas profissionais, a continuidade ou não de rotinas tradicionais perpetuadas, principalmente, por grupos hegemônicos que possam colocar em xeque a independência defendida por essas iniciativas.

Por fim, os capítulos 6 e 7 são destinados à descrição da análise do corpus desta pesquisa. No sexto capítulo analisam-se as entrevistas com os profissionais responsáveis pelas iniciativas autodenominadas escolhidas para o estudo neste trabalho, assim como uma profissional responsável por uma fundação que fornece recursos financeiros para esses empreendimentos. No sétimo estão as análises dos produtos jornalísticos produzidos pelas iniciativas autodenominadas independentes.

1 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado para a condução deste trabalho concentra-se em uma pesquisa qualitativa a partir de análise de casos múltiplos conduzidos com ferramentas metodológicas que envolvem pesquisas bibliográficas, entrevista semiestruturada e análise de conteúdo. As três hipóteses levantadas para este processo de pesquisa acompanham o percurso metodológico em todas as instâncias, mas cada uma delas, individualmente, tem papel fundamental na orientação de diferentes etapas da metodologia. Para a primeira hipótese - de que nessa conjectura de crise do modelo de gestão de sustentabilidade do paradigma informativo configurado nos veículos de comunicação, jornalistas buscam autonomia profissional e econômica na criação de iniciativas autodenominadas independentes -, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais fundadores das iniciativas Amazônia Real e InfoAmazonia, além de uma profissional responsável pelos financiamentos da Fundação Ford. A segunda hipótese - que considera as iniciativas autodenominadas independentes com escopo na Amazônia inseridas em um complexo sistema de interesses -, além de considerar percepções detectadas durante as entrevistas, estimulou uma pesquisa bibliográfica sobre o contexto da região Amazônica, pois tal abordagem pode ser percebida como uma justificativa do motivo de estudar a possível independência de iniciativas autodenominadas independentes neste complexo cenário de interesses nacionais e internacionais que é a Amazônia. Por fim, a análise de conteúdo é adotada para abordar a terceira hipótese - em que se afirma que uma das formas de se buscar independência nessas iniciativas autodenominadas independentes é na escolha e elaboração de pautas, seleção de fontes e nos valores adotados para os critérios de noticiabilidade das reportagens publicadas que se distanciam das lógicas de escolhas dos meios tradicionais.

As diferentes perspectivas e ferramentas metodológicas adotadas auxiliam na melhor apreensão dos objetivos propostos a serem analisados por este projeto de pesquisa. É o que Becker (1993, p. 104) defende com o conceito de mosaico, em que “[...] cada peça apresentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo”. Inicialmente, porém, para ampliar ainda mais as maneiras de se observar o fenômeno aqui proposto, o trabalho é concentrado em buscar um estado da arte apropriado para o entendimento dos conceitos que dizem respeito aos termos estudados e, conseqüentemente, auxiliar a construção do referencial teórico da pesquisa.

Por se tratar de um trabalho com objetos empíricos criados nos últimos quatro anos, e por ter um escopo de pesquisa com foco em iniciativas autodenominadas independentes digitais, faz-se necessário também encontrar repertório em discussões que sejam mais atuais,

além de tentar compreender conceitos a partir de diferentes pontos de vistas, como é o caso do conceito de independência defendido pelas iniciativas, que levou este projeto a considerar aspectos em contextos econômicos, políticos, hegemônicos e mais próximos à prática jornalística a partir da cultura profissional e critérios de noticiabilidade.

É da revisão bibliográfica que “[...] advirá a melhor escolha de uma teoria ou sínteses de teorias e conceitos que nortearão a escolha do método e, conseqüentemente, o teste, muitas vezes argumentativo, de nossas hipóteses” (SANTAELLA, 2001, p. 169). Sem a revisão proposta a partir do referencial teórico, na “[...] ausência de um repertório já formado de leituras, o pesquisador, via de regra, se vê perdido em um labirinto de ideias, tendências e posições, sem conseguir, de imediato, dar a elas uma configuração coerente” (SANTAELLA, 2001, p. 170). É a partir da pesquisa bibliográfica, também, que o pesquisador estará em “[...] contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates transcritos, publicados ou gravados” (KNECHTEL, 2014, p. 146).

Para compreender noções sobre iniciativas autodenominadas independentes digitais de jornalismo, o processo de constituição teórica concentrou-se, primeiramente, em apresentar conceitos para definir campo jornalístico a partir, principalmente, das construções de Bourdieu (1994) e interpretações de Benson e Neveu (2005), Esteves (2003), Lima (2007), Rodrigues (1999) e Silva (2009). Entende-se que é neste campo em que estão localizados os recentes esforços de iniciativas autodenominadas independentes e é a partir de tensões internas ao campo jornalístico que supostamente são originados esses empreendimentos, o que leva à compreensão teórica das transformações que permeiam o jornalismo desde o surgimento da profissão. Para este percurso, autores como Anderson, Bell e Shirky (2013), Downie e Schudson (2009), Habermas (1984), Neveu (2006) e Peucer (2004) são considerados.

Aliada e condicionada às transformações no campo jornalístico está a precarização da atividade jornalística elencada como parte de uma das hipóteses consideradas para este trabalho. Estima-se que é a partir de relações profissionais cada vez menos estáveis, e que estabelecem um acúmulo de funções dentro dos veículos tradicionais, que iniciativas autodenominadas independentes encontram espaço para surgir por meio de profissionais insatisfeitos. Para abordar esses conceitos, apresentam-se estudos de autores como Esteves (2003), Leite (2015), Mick e Lima (2013), Neveu (2006), Hirata (2002) e Moraes (2007).

Mais próximo do cenário de ocorrência do fenômeno analisado neste projeto, consideram-se as reconfigurações provocadas pelo jornalismo pós-industrial como um

contexto para o surgimento de iniciativas autodenominadas independentes a partir de conceitos como a hiperconcorência – trazendo autores como Champagne (2005), Barsotti (2014) e Charron e Bonville (2016) -, governança e modelos de gestão – pela perspectiva de Bevir (2011), Wahl-Jorgensen (2017), Deuze e Witschge (2016) e Mick e Tavares (2017). Por fim, compreende-se que existem algumas noções para uma compreensão mais crítica do jornalismo autodenominado independente, que vai além do contexto de transformações. Desenvolve-se, então, uma proposta teórica com base em três eixos: 1) Independência a partir de lógicas econômicas e políticas – fundamentadas em Lage (1988), Hallin e Mancini (2004) e Fonseca (2004); 2) Independência a partir de cultura profissional – com conceitos de Charron e Bonville (2016) e Hallin e Mancini (2004); e 3) Independência pela perspectiva da noticiabilidade – com abordagens dos conceitos de Silva (2014), Gans (1980) e Schmitz (2011).

A proposta deste trabalho é analisar realidades concretas a partir desses conceitos com dados de pesquisas que identificam a fundação de iniciativas autodenominadas independentes digitais por jornalistas como práticas recentes e contextualizadas nos meios digitais que surgiram no início do século XXI. Também se propõe a agregar esforços aos estudos nacionais e internacionais que olham para a nova configuração do jornalismo, com recorte em iniciativas digitais, autodenominadas independentes.

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a compreensão das particularidades de cada uma das diferentes perspectivas selecionadas para este trabalho de pesquisa, estabelece-se a metodologia de estudos de casos, que se concentra em uma modalidade que desenvolve análises de profundidade e detalhamento de poucas unidades (KNECHTEL, 2014). A partir dos estudos de caso, o pesquisador pode oferecer diferentes pontos de vista sobre uma mesma questão, apresentando opiniões divergentes que são coletadas por meio de diversas técnicas de pesquisa. “O estudo de caso, em geral, emprega mais que uma técnica de coleta de dados e/ou procedimentos para o delineamento da pesquisa. Os mais utilizados são a observação, a análise de documentos e a entrevista” (KNECHTEL, 2014, p. 152). Nesta pesquisa foram delimitados entrevista e análise de documentos; neste último caso contemplam-se os textos jornalísticos.

Se as duas primeiras hipóteses deste trabalho definem que 1) em um contexto de transformações no campo jornalístico os jornalistas buscam autonomia profissional e econômica ao criar iniciativas autodenominadas independentes e 2) iniciativas com escopo na Amazônia despertam interesses complexos que limitam a independência, buscou-se, então,

profissionais fundadores de iniciativas autodenominadas independentes que dialogassem com os conceitos presentes nas hipóteses. Para isso, a decisão foi realizar entrevistas com profissionais fundadores de duas iniciativas classificadas como independentes pelo Mapa de Iniciativas Independentes da Agência Pública e com escopo na Amazônia - Amazônia Real e InfoAmazonia – e com uma profissional responsável pela Fundação Ford, organização que financia diretamente a Amazônia Real e - descobre-se depois -, indiretamente o InfoAmazonia.

A conversa com os profissionais fundadores das iniciativas autodenominadas independentes aconteceu em dois momentos. Para o primeiro momento optou-se por adotar a metodologia de entrevistas não estruturadas a partir das temáticas que envolvem este trabalho. O objetivo era coletar informações para auxiliar na definição do corpus da pesquisa assim como utilizar as informações para análise final. Com as jornalistas fundadoras da Amazônia Real, Kátia Brasil e Elaíze Farias, que participaram juntas, esta primeira entrevista foi realizada por *Skype* no dia 01/04/2016. Gustavo Faleiros, jornalista fundador do InfoAmazonia, conversou com o pesquisador por telefone no dia 21/09/2016. As entrevistas desenvolvidas nesta primeira etapa³, para uma aproximação a objetos mais confiáveis e que pudessem auxiliar na condução dos objetivos desta pesquisa, trataram-se de entrevistas não estruturadas, sem a presença de um questionário prévio⁴. Com entrevistas não estruturadas o entrevistador cria um ambiente de conversação amigável e “[...] busca levantar dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, selecionando os aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa” (KNECHTEL, 2014, p. 167). Assim, tratou-se mais de um roteiro com o objetivo de ouvir a história de como surgiram as ideias para montar as iniciativas, em que contexto elas foram criadas e como são geridas e mantidas.

Além da confirmação de noções de transformações no campo jornalístico, trajetória profissional e independência a partir do primeiro contato com os profissionais fundadores da Amazônia Real e InfoAmazonia, também se confirmou a relação direta do corpus com a temática “Amazônia”. Acredita-se que esse tema provoca e estimula ainda mais a pesquisa sobre a real independência praticada por estes veículos, já que o conjunto de interesses pela região amazônica não pode ser ignorado. Há um contexto político, ambiental e social forte no local que provoca a hipótese – segunda hipótese deste trabalho - de que a possível independência dessas iniciativas que se dedicam a cobrir o tema e histórias sobre a Amazônia

³ Entrevistas autorizadas pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Ponta Grossa, submetidas à análise por meio da Plataforma Brasil – da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

⁴ A transcrição completa das conversas, assim como as perguntas realizadas, estão relacionadas nos apêndices A e B desta dissertação.

é limitada, devido à complexa relação de interesses nacionais e internacionais que a região desperta.

Para o segundo momento de entrevistas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas adotadas por se tratarem de roteiros que possibilitam um diálogo com foco nas informações trazidas pelo entrevistado no momento em que a conversa acontece. Segundo MEDINA (2001, p. 11) com uma entrevista aberta, “[...] sem a camisa-de-força do questionário fechado: o centro do diálogo se desloca para o entrevistado; ocorre a liberação e desbloqueamento na situação inter-humana e esta relação tem condições de fluir; atinge-se a auto-elucidação”. A intenção, assim, foi fazer com que o diálogo pudesse acontecer de maneira que o pesquisador percebesse as nuances do tema em questão além de, principalmente, permitir com que a entrevista tivesse um foco ainda maior no entrevistado ajustando as perguntas conforme fosse necessário.

A entrevista com Kátia Brasil, uma das fundadoras da iniciativa autodenominada independente Amazônia Real, aconteceu no dia 12/09/2017, por *Skype*. Com Elaíze Farias, também fundadora da Amazônia Real, a entrevista foi feita por telefone no dia 13/09/2017. Gustavo Faleiros, fundador do InfoAmazonia, foi entrevistado no dia 16/09/2017, por *Skype*, e Graciela Selaimen, profissional da Fundação Ford, foi entrevistada no dia 20/09/2017 por telefone. As transcrições das entrevistas, assim como as perguntas realizadas para cada um dos profissionais, encontram-se nos apêndices desta dissertação⁵.

Nesta segunda leva de entrevistas, o foco foi aprofundar o entendimento das trajetórias profissionais de cada um dos jornalistas fundadores das iniciativas Amazônia Real e InfoAmazonia. Outro objetivo era compreender como era a rotina vivenciada por eles dentro do, principalmente, último lugar em que trabalharam antes de se dedicarem às iniciativas autodenominadas independentes. Posteriormente, questionava-se a respeito da rotina vivida atualmente dentro dos empreendimentos pelos quais eles são responsáveis com a intenção de detectar possíveis diferenciações ou similaridades com o contexto organizacional dos veículos tradicionais em que trabalharam anteriormente, além de perceber supostas noções de modelos de gestão desenvolvidas pelos profissionais. Por fim pretendeu-se também investigar quais são os valores de noticiabilidade adotados pelos profissionais e de que forma são praticados dentro das iniciativas.

Ainda com a intenção de compreender de forma mais completa a percepção dos profissionais entrevistados, adotou-se a aplicação de um questionário estruturado criado

⁵ Apêndices A, B, C, D, E e F.

especificamente para o tema “independência”. Este questionário⁶ é um instrumento de coleta de dados que “[...] consiste em um conjunto de questões predefinidas e sequenciais, apresentadas ao entrevistado diretamente pelo pesquisador ou indiretamente, via correspondência” (KNECHTEL, 2014, p. 169).

Esta pesquisa também buscou entender, a partir da perspectiva da Fundação Ford, os critérios e motivações que levam as financiadoras a investirem recursos financeiros nas iniciativas independentes digitais. A opção pela Fundação Ford começou com a participação de Graciela Selaimen, profissional da Fundação Ford responsável pelas decisões de financiamento para projetos relacionados com comunicação, em uma mesa de discussão sobre financiamento em jornalismo no 11º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Posteriormente, depois de concluir a relação de organizações que têm ligações com aquelas que apoiam a Amazônia Real e o InfoAmazonia, descobriu-se que a Fundação Ford também contribui indiretamente com o InfoAmazonia, por meio da rede *InterNews* e do ICFJ. Há um terceiro e importante vínculo percebido apenas durante a condução da segunda leva de entrevistas com os profissionais das iniciativas autodenominadas independentes: descobriu-se que a Amazônia Real iniciou um repasse de recursos da Fundação Ford para o InfoAmazonia.

Além das entrevistas com os profissionais fundadores de iniciativas autodenominadas independentes, e com uma das responsáveis pelo gerenciamento dos financiamentos da Fundação Ford, há também a análise dos trabalhos produzidos pela Amazônia Real e InfoAmazonia para a compreensão das questões relacionadas aos critérios de noticiabilidade defendidos pelas iniciativas – metodologia que dialoga com a terceira hipótese adotada por este trabalho, em que se afirma que uma das formas de se buscar independência é a partir dos critérios de noticiabilidade defendidos pelas iniciativas autodenominadas independentes. Para estes casos, utiliza-se a metodologia de análise de conteúdo que, para o jornalismo, é realizada no intuito de se constatar particularidades de critérios de noticiabilidade e enquadramento.

Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar característica da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2008, p.123).

⁶ O questionário foi estruturado por meio de uma ferramenta de internet e enviado por e-mail aos profissionais. As perguntas estão dispostas no Apêndice G desta dissertação.

As diferentes ferramentas e perspectivas pesquisadas a partir dos diferentes casos estudados aqui justificam a abordagem metodológica de estudos de casos múltiplos. Para Yin (2001, p. 68), as provas levantadas pelos estudos de caso múltiplo oferecem resultados mais convincentes do que aqueles estudos de caso que consideram apenas um caso para análise. “Em um estudo de casos múltiplos, um dos objetivos que se tem em mente é elaborar uma explanação geral que sirva a todos os casos particularmente, embora possam variar em seus detalhes” (YIN, 2001, p. 142). Assim, a escolha dos diferentes casos estudados por esta pesquisa permite compreender particularidades do segmento de iniciativas autodenominadas independentes ao mesmo tempo em que definem um mesmo conceito: a independência.

1.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO DO TRABALHO

Conforme descrição no site da Agência Pública, os projetos relacionados no Mapa são aqueles que produzem conteúdo jornalístico, nasceram na rede de forma coletiva, que não se resumem a blogs, e não são “[...] ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas⁷”. São 80 iniciativas autodenominadas independentes relacionadas⁸ e apenas duas delas são focadas exclusivamente em conteúdos sobre a Amazônia; Amazônia Real e InfoAmazonia. A Amazônia Real pareceu uma escolha interessante primeiramente pela perspectiva do eixo de atuação voltado para a Amazônia e por se tratar de uma iniciativa que demonstrava um nível de sustentabilidade econômica. O primeiro contato com as fundadoras da iniciativa confirmou as expectativas, principalmente no que diz respeito ao método de financiamento e à trajetória profissional das fundadoras, que apresentou relatos de vivências relacionadas às transformações no campo jornalístico contribuindo para a fundação da Amazônia Real como, por exemplo, a demissão que ambas profissionais enfrentaram logo antes de criar a iniciativa autodenominada independente.

O InfoAmazonia veio depois. Mesmo sendo formas de abordagens diferentes, uma com reportagens mais concentradas em texto, outra atuando com o jornalismo guiado por dados⁹, ter essa diversidade na forma como as duas atuam e foram criadas trouxe mais opções de estudo ao projeto de pesquisa. O primeiro contato com o fundador da iniciativa

⁷ Descrição apresentada no site do projeto Mapa de Iniciativas Independentes da Agência Pública, disponível em < <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#myAboutModal>>. Último acesso em 08/11/2017.

⁸ O Mapa apresentado pela Agência Pública também abre espaço para que usuários sugiram iniciativas autodenominadas independentes. O Mapa oficial, com 80 iniciativas relacionadas, é o considerado para este trabalho.

⁹ “O termo Jornalismo Guiado por Dados (JGD) compreende diversas práticas profissionais, cujo ponto em comum é o uso de dados como principal fonte de informação para a produção de notícias” (TRÄSEL, 2013, p. 2).

InfoAmazonia também revelou aspectos que tinham consonância com a proposta de pesquisa, além de confirmar o nível de profissionalização do empreendimento, a partir da identificação da quantidade de projetos, diferentes formas de financiamento e a trajetória profissional que, mesmo com particularidades, também perpassou por transformações no campo jornalístico.

As informações coletadas também contribuíram para o fortalecimento da proposta de estudo de um jornalismo autodenominado independente pois, além da presença dessas iniciativas no Mapa de jornalismo independente da Agência Pública, posto aqui como um ponto de partida para a escolha dos objetos, detectou-se a auto identificação que as iniciativas têm como empreendimentos de jornalismo autodenominados independentes durante a primeira entrevista com as jornalistas e com o jornalista responsável pelos sites. Outra percepção sobre a independência aparece nos termos da descrição das atividades, direta ou indiretamente, percebida a partir da análise das páginas “sobre” de cada iniciativa. A partir desses três eixos, Mapa da Agência Pública, percepção dos profissionais e a autodescrição dos projetos, definiu-se pela análise dos dois sites apontados.

1.2.1 Amazônia Real

Criado em 2013, o site de notícias Amazônia Real é uma organização sem fins lucrativos, com linha editorial “[...] em defesa de democratização da informação, da liberdade de expressão e dos direitos humanos¹⁰”. As primeiras informações dispostas no site da iniciativa autodenominada independente Amazônia Real são divisões de assuntos em um menu localizado no cabeçalho da página. Neste menu estão informações institucionais do empreendimento, separados em dez tópicos distintos: 1) Home, 2) Por que?, 3) Quem somos, 4) Equipe, 5) A Logo, 6) Apoio financeiro, 7) Arquivos, 8) Parceiros, 9) Doe e 10) Debate. Observa-se nesta primeira parte da descrição do site a presença de duas seções dedicadas à sustentabilidade financeira da Amazônia Real. A primeira é a página “Apoio financeiro”, dedicada a explicar quem é a Fundação Ford, principal financiador da iniciativa. A segunda seção é a “Doe”, que convida os leitores a doar uma quantia para que a organização possa se sustentar financeiramente. O texto não delimita, mas sugere uma doação de, no mínimo, R\$ 30 mensais. “Se cada um dos nossos leitores doar, no mínimo, R\$ 30 mensais a nossa produção de reportagens será maior nos nove estados da Amazônia¹¹ [...]”. A página também

¹⁰ Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/por-que/>>, acessado em 29 de abril de 2016.

¹¹ Descrição disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/doe-para-o-amazonia-real/>>. Último acesso em 26/10/2017.

apresenta os dados bancários da conta corrente da Amazônia Real e um botão que direciona a um método de pagamento por cartões de crédito.

A página de “Parceiros” apresenta outras organizações que, também, de alguma forma, ajudam no trabalho da Amazônia Real. São parceiros que, de acordo com a descrição da página, “[...] fazem a distribuição do nosso conteúdo, colaboram e apoiam o projeto para divulgação ampla das notícias da Amazônia, dando assim visibilidade à região amazônica com informação de qualidade¹²”. Os parceiros apresentados são: 1) InfoAmazonia – outra iniciativa autodenominada independente estudada por esta pesquisa; 2) EFE – agência de notícias espanhola internacional¹³; 3) Agência Pública – criadora do Mapa de iniciativas independentes utilizado por esta pesquisa e agência de jornalismo sem fins lucrativos¹⁴; 4) Mídia Ninja – agência de jornalismo que também se considera independente; 5) Uma Gota no Oceano – organização de comunicação que apoia causas ambientais¹⁵; e 6) Aliança pela Água – união de mais de 60 organizações que busca enfrentar os problemas da crise hídrica¹⁶.

Além dessas seções destinadas a questões que têm relação a financiamento e parcerias estabelecidas pela Amazônia Real, existem aquelas que são destinadas a informações institucionais: “Por que?”, “Quem somos”, “Equipe” e “Logo” dedicadas a informações sobre o funcionamento e os conceitos que regem o trabalho da Amazônia Real. Na página “Equipe” pode-se entender um pouco da organização e da estrutura com a qual a Amazônia Real conta, elemento que tem ligação com os objetivos estabelecidos para esta pesquisa. Kátia Brasil é identificada como editora executiva, Elaíze Farias é a editora de conteúdo e Alberto César Araújo é o editor de fotografia. Para a área de reportagem, a Amazônia Real relaciona treze profissionais divididos em oito regiões diferentes, dando uma perspectiva sobre a área de abrangência que a iniciativa autodenominada independente tem. Boa Vista e Pacaraima, em Roraima, conta com Eliane Rocha e Yolanda Mene como repórter e fotógrafa respectivamente. Belém, Pará, é de responsabilidade da repórter Catarina Barbosa. Manaus, no Amazonas, conta com o apoio dos jornalistas Fabio Pontes e Vandrê Fonseca, além de Kátia Brasil, Elaíze Farias e Alberto César Araújo que também estão sediados em Manaus. Para Macapá, no Amapá, são dedicados dois profissionais; a repórter Bianca Andrade e o fotógrafo Anderson Menezes. Em Cuiabá, no Mato Grosso, a Amazônia Real conta com a participação de Keka Werneck. Em Porto Velho, Rondônia, e Rio Branco, no

¹² Descrição disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/parceiros/>>. Último acesso em 26/10/2017.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem 12.

¹⁶ Idem 12.

Acre, também são dois profissionais para cada uma das localidades; a jornalista Ana Aranda e a fotógrafa Marcela Bonfim em Porto Velho, e o jornalista Freud Antunes e o fotógrafo Odair Leal. A última região relacionada é São Luiz, no Maranhão, que conta com a Ana Mendes como jornalista. Além desses profissionais específicos para a produção de reportagens, a Amazônia Real também relaciona, nesta página “Equipe”, uma empresa responsável pelo webdesign, a Cajuideas, e uma pessoa dedicada ao cuidado das redes sociais; Débora Menezes.

Existem mais duas seções na primeira página do site da Amazônia Real. Em “Arquivos” pode-se ter acesso a uma lista com todas as reportagens publicadas desde outubro de 2013. Cada reportagem relacionada conta ainda com o link que direciona para a publicação completa. Por fim, em “Debate”, era possível encontrar um formulário para a inscrição em um evento realizado, no dia 6 de outubro de 2017, pela Amazônia Real, em comemoração aos quatro anos de fundação da iniciativa. O formulário foi retirado do ar e, agora, conta com uma mensagem que informa o esgotamento das inscrições.

Na página principal do site da Amazônia Real também é possível entender a divisão de assuntos adotada pela iniciativa autodenominada independente Amazônia Real para organizar as reportagens produzidas. A divisão estabelecida evidencia a ligação com a temática “Amazônia” ao separar as matérias em: “Meio Ambiente”, “Povos Indígenas”, “Questão Agrária”, “Política”, “Economia e Negócios” e “Cultura”. Na página principal do site essas categorias são mostradas duas vezes. A primeira é no menu de navegação disponível na “home”. A segunda é em uma área que apresenta as três últimas notícias mais recentes de cada uma das seis áreas temáticas da Amazônia Real. Nesta primeira página também estão elencados três colunistas que colaboram com artigos para o site – Fátima Guedes, Philip M. Fearnside e Renan Albuquerque -, assim como um link para os últimos textos publicados de cada um.

O produto da Amazônia Real, ou seja, o site da iniciativa, é o primeiro passo na compreensão do corpus desta pesquisa. Uma segunda abordagem é o entendimento da trajetória profissional das fundadoras da iniciativa autodenominada independente; as jornalistas Kátia Brasil e Elaíze. Após serem demitidas das redações em que atuavam há anos, ambas procuraram encontrar atividades diferenciadas do mercado tradicional da profissão. A Amazônia Real, de acordo com Kátia Brasil na entrevista realizada no dia 01/04/2016, começou a partir da crise vivenciada no jornalismo. Elaíze, na mesma entrevista, relata a mesma situação e afirma ter ficado perdida, sem saber onde iria trabalhar, depois de ter sido mandada embora do jornal em que trabalhava. A proposta de iniciar um empreendimento foi

idealizada inicialmente por uma terceira jornalista¹⁷, que pensou em estruturar um site de jornalismo independente e investigativo sobre questões relacionadas à Amazônia. Uma das únicas exigências de Kátia Brasil nesse processo foi a abertura de uma empresa formal, profissional, e, por isso, a jornalista foi buscar cursos que pudessem dar uma base para a criação da empresa nova empresa. O início da iniciativa, de acordo com Elaíze, contou com ajuda de pessoas voluntárias, tanto na parte relacionada à abertura da empresa como na apuração e edição de textos.

A proposta defendida pelas jornalistas fundadoras, desde o início, é aprofundar assuntos que ambas não tiveram como desenvolver da forma como queriam nas empresas jornalísticas tradicionais. Queriam escrever sobre questões que não tinham oportunidade de desenvolver nos outros veículos e, por isso, julgavam necessário conseguir investimentos para terem uma sustentabilidade financeira. A ideia que acompanhou as profissionais desde o começo do projeto foi procurar uma forma de atrair recursos sem envolvimento com empresas ou organizações locais. A preocupação se dava justamente pela influência externa nas decisões editoriais dos jornais, com relatos de interferências políticas nas reportagens publicadas nos jornais em que trabalharam antes. Assim, o modelo de negócios foi viabilizado para empresas fora da região que tivessem algum tipo de relação com a sustentabilidade da Amazônia.

A forma de financiamento adotada pela Amazônia Real estimula um outro olhar, uma terceira perspectiva para o desenvolvimento da pesquisa, tanto no entendimento dos objetos como na composição do corpus. Ao terem como principal tema de trabalho a Amazônia, vê-se necessária uma compreensão sobre a organização que direciona investimentos a iniciativa que, neste caso, é a Fundação Ford (*Ford Foundation*), conforme descrição apresentada na página “Apoio financeiro”. Para esta compreensão, optou-se por entrevistar uma pessoa responsável pela área de financiamentos da Fundação Ford, conforme especificado ainda neste capítulo.

1.2.2 InfoAmazonia

A iniciativa autodenominada independente InfoAmazonia define-se como uma organização que agrega dados sobre a Amazônia. “As bases de dados compartilhadas por InfoAmazonia estarão sempre disponíveis para download e também serão renovadas com

¹⁷ Liège Albuquerque trabalhou no Estadão e já havia sido demitida antes de Kátia Brasil e Elaíze Ferreira. Ela foi a responsável por apresentar a ideia às duas atuais responsáveis pela Amazônia Real. De acordo com Kátia e Elaíze, Liège acabou saindo do projeto por motivos pessoais.

frequência¹⁸”, explica o texto disponível na área “sobre” do site. Fundado em 2012, o InfoAmazonia conta uma equipe multidisciplinar, com o trabalho de jornalistas e programadores em tempo integral, sendo Gustavo o responsável pelo gerenciamento dessa equipe. Ainda na página “sobre” pode-se entender a estrutura da equipe do InfoAmazonia, que conta com doze profissionais ligados diretamente à iniciativa. Como coordenador do projeto está Gustavo Faleiros. Como diretor relaciona-se James Fahn, também diretor da *InterNews* – organização que é descrita ainda neste tópico. Existem outras funções que reforçam a proposta tecnológica do InfoAmazonia: Gerente de tecnologia, sob responsabilidade de Miguel Peixe; Time de desenvolvimento, integrado por Hebert Valois e Vitor George; Analista de dados, função ocupada por Laura Kurtzberg; e Gerente de Tecnologia, cargo ocupado por duas pessoas em diferentes momentos – Juliana Mori e VJ Pixel¹⁹. Por fim, ainda nesta página “sobre”, o InfoAmazonia relaciona os parceiros de conteúdo. Amazônia Real, Ciência Hoje, Global Voices, SPDA – Actualidad Ambiental, Mongabay, A Pública e O Eco.

A equipe apresentada na página “sobre” também relaciona três editores de reportagens - Stefano Wroblewski, Giovanni Vera e Thiago Medaglia – e três empresas responsáveis pelo desenvolvimento da plataforma do InfoAmazonia, que são a Development Seed, Memelab e Estúdio Cardume. Importante ressaltar que apesar de estarem relacionados no site InfoAmazonia, esta equipe não é mais composta por todos esses profissionais, de acordo com os relatos de Gustavo Faleiros durante a segunda entrevista realizada com o fundador.

O foco em dados é percebido na divisão de páginas proposta pelo menu do portal, que conta com as áreas “notícias”, “projetos”, “mapas” e “dados”. Além dessas categorias, também existem as opções “sobre”, descrita anteriormente, “blog” e “compartilhe um mapa”. Abaixo deste menu principal também há opções de tradução do site para inglês, espanhol ou português. Independentemente da língua escolhida, as notícias e projetos permanecem os mesmos. A página principal do site também apresenta uma área destaque que apresenta uma área fixa intitulada de “Participação Cidadã” que disponibiliza um botão específico para os leitores enviarem artigos e pede para que atuem para defender a Amazônia. Além deste botão fixo, no dia 6 de outubro de 2017, a área destaque do site contava com quatro chamadas diferentes: 1) “Uma plataforma de dados para a Amazônia colombiana”, projeto especial disponível apenas em espanhol que agrega dados e produz mapas sobre desmatamento a partir

¹⁸ Disponível em: <<http://infoamazonia.org/pt/about/>>. Último acesso em 06/10/2017.

¹⁹ VJ Pixel é o nome que Angelo Mocoço Silveira utiliza para divulgar o trabalho dele.

de medições feitas pelo Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia. O projeto é feito em parceria com o jornal *El Espectador*²⁰, da Colômbia, e intensifica o vínculo do InfoAmazonia com o trabalho focado em dados; 2) “As três rodovias que ameaçam o futuro da Amazônia”, reportagem do dia 5 de setembro de 2017 produzida também a partir da parceria com o jornal *El Espectador*, da Colômbia; 3) “História de uma Amazônia alagada”, reportagem em texto publicada no dia 28 de abril de 2017; e 4) “Agricultura familiar e reflorestamento na Amazônia”, reportagem com foco multimídia que é estruturada principalmente a partir de vídeos de entrevistas e apresenta uma linha visual diferente das outras áreas do site do InfoAmazonia. Não há menção à data da publicação deste material.

Após a área destaque do site, que apresenta as chamadas mencionadas acima, existem breves descrições sobre as principais atividades do InfoAmazonia, reforçando ainda mais a relação com dados e criação de mapas e, também, mais um argumento que defende a ideia de uma participação cidadã, conforme descrição no parágrafo anterior. Três pontos são destacados: 1) Dados e análise; 2) Design de mapas; e 3) Rede de jornalistas e cidadãos. No primeiro tópico, “Dados e análise”, de acordo com o site, são “12 GB de bases de dados atualizadas sobre os temas mais importantes da Amazônia”. O segundo tópico, “Design de mapas”, explica que são mais de “[...] 30 camadas de dados georreferenciados prontas para uso em mapas interativos”. Em “Rede de jornalistas e cidadãos”, o texto descritivo afirma que o InfoAmazonia trabalha com uma rede de jornalistas dos nove países que fazem parte da Amazônia e, também, diz apresentar em primeira mão “[...] relatos enviados por cidadão e ONGs diretamente das cidades, florestas e rios da Amazônia”.

A primeira página do site também traz uma galeria de mapas produzidos pelo InfoAmazonia. A área destinada a essa galeria é similar à primeira área de destaque do site mencionada anteriormente. Por meio de duas setas direcionais, uma para a esquerda e outra para a direita, é possível trocar o tema do mapa disponível na tela. A ferramenta ainda possui a possibilidade de aproximar ou afastar o mapa em questão para visualização de detalhes. Cada mapa disponível traz apenas a região do Brasil em que a floresta Amazônica se concentra, abrangendo estados como Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá. Os outros oito países que compõem a floresta Amazônica também estão na

²⁰ A parceria com o jornal colombiano foi mencionada por Gustavo Faleiros, fundador do InfoAmazonia, durante entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2017 e descrita de forma integral no Apêndice E desta dissertação.

região selecionada do mapa: Bolívia, Perú, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa também aparecem nesta seleção.

O último espaço disponível na página principal do InfoAmazonia é dedicado a “Projetos Especiais” e elenca nove projetos desenvolvidos pela iniciativa²¹: 1) Alerta de Enchentes, identificado como uma plataforma para informar comunidades locais com antecedência sobre riscos de enchentes, além de dar “[...] poder a jornalistas e pesquisadores para análises históricas de níveis dos rios”; 2) Cartografia de Ataques Contra Indígenas, é citado como a primeira vez em que os ataques a populações indígenas foram identificados em um mapa; 3) Rede InfoAmazonia, caracteriza-se como um projeto que desenvolveu um sistema de monitoramento de baixo custo para acompanhar a qualidade da água e “[...] estabeleceu uma rede piloto de monitoramento em articulação com comunidades da Amazônia brasileira, para apresentar em tempo real os resultados das análises na plataforma InfoAmazonia e enviar alertas aos consumidores através de SMS”; 4) Calendário indígena dos ciclos do rio Tiquié, é um calendário dividido de acordo com as várias estações nas quais os povos indígenas do rio Tiquié se baseiam para o ano todo; 5) *Co\$ting Nature*: uma ferramenta de mapeamento de serviços ecossistêmicos, é descrita como uma plataforma criada por um geógrafo do *King’s College*, de Londres, e “[...] indica que, mantidos os atuais índices de degradação, a maior floresta tropical do planeta durará apenas 245 anos”; 6) Índice de Progresso Social na Amazônia, mapa que apresenta dados levantados pela ONG Imazon sobre o Índice de Progresso Social dos 772 municípios que fazem parte da Amazônia brasileira; 7) A Política do Desmatamento mostra quanto dinheiro é gasto pelo governo federal para preservar a Amazônia ao mesmo tempo em que aponta “[...] sucessos e falhas da estratégia oficial de combate à devastação da Amazônia brasileira”; 8) Visaguas: o acesso à água na Amazônia, um projeto dedicado a entender o que a iniciativa chama de paradoxo que “[...] ronda as populações humanas na Amazônia: apesar de habitarem a maior bacia hidrográfica do planeta, as pessoas não têm acesso à água potável”; 9) Andes Água Amazônia, projeto dedicado a compreender um dos “[...] mais importantes ciclos hidrológicos da Terra”, que acontece entre os Andes e a Amazônia.

O projeto do InfoAmazonia começou dentro da própria redação do Eco, portal no qual Gustavo Faleiros, fundador do InfoAmazonia, trabalhou. Primeiro houve um interesse do jornalista pela área de meio ambiente e o começo de um trabalho dedicado a questões sobre a

²¹Ao final desta área dedicada aos projetos especiais há um botão que direciona para uma segunda página e que indica a existência de outros projetos. O botão, entretanto, não funciona. Ao clicar nele, o usuário é direcionado novamente para a página 1, que é onde estão relacionados os nove projetos identificados.

Amazônia e o desmatamento na região. O profissional já havia passado pelo jornal Valor Econômico, cobrindo temas relacionados à macroeconomia, infraestrutura e energia, e feito um mestrado em política ambiental no *King's College*, em Londres. Ao voltar para o Brasil surgiu a oportunidade de trabalhar com o portal O Eco. O trabalho como repórter também era dedicado a acompanhar dados de alertas de desmatamento, divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente e, nesse processo, Gustavo identificou a possibilidade de ampliar o trabalho com ferramentas de monitoramento do desmatamento na Amazônia que utilizava e se interessava. Nesse processo, o jornalista começou a se dedicar ao jornalismo de dados.

Depois de tornar-se editor do Eco, Gustavo passou também a experimentar a utilização de mapas digitais no mapeamento dos dados. O trabalho começou a tomar forma também a partir da proposta de uma criação de rede de jornalistas pan-amazônicos, ainda dentro do Eco, buscando jornalistas de outros países que compõem a região amazônica. Em 2011, um treinamento organizado por Gustavo foi responsável por passar o conhecimento que estava sendo aplicado para mapear os dados de desmatamento. Mesmo com a participação informal de outros jornalistas, foi Gustavo quem buscou e conseguiu financiamento e apoio de instituições. Primeiro houve um contato com a organização americana *InterNews* e, depois, aos poucos, outras organizações foram contribuindo ao projeto, como a *Clime and Development Knowledge and Network*, e o Centro Internacional de Jornalistas (ICFJ).

Assim como na descrição da Amazônia Real, analisam-se aqui as relações de apoio e financiamento com as quais o InfoAmazonia é vinculado. As informações dispostas no site mostram que o projeto da iniciativa é desenvolvido por diferentes grupos que assinam a coautoria do InfoAmazonia a partir do financiamento dos diferentes projetos desenvolvidos pela iniciativa. Entre eles estão o site especializado em notícias sobre meio ambiente - O Eco -, a organização americana *InterNews* - que tem por objetivo fortalecer o acesso à informação de comunidades vulneráveis -, a CDKN, *Climate and Development Knowledge Network* – organização inglesa criada para auxiliar em projetos de preservação e diminuição de impactos sobre o clima -, ICFJ, Centro Internacional de Jornalistas - também americana e dedicada a promover inovação na forma de produção e transmissão de notícias no mundo – a fundação latino-americana Avina, criada em 1994 para contribuir para o desenvolvimento sustentável da América Latina -, e a *Skoll Foundation* - que defende a missão de investir e apoiar empreendedores sociais e inovadores para “resolver os problemas mais urgentes do mundo”²².

²² Disponível, em inglês, em: <<http://skoll.org/about/about-skoll/>>. Tradução livre do original.

Em uma breve análise de cada uma das organizações mencionadas acima, que de alguma forma contribuem com a sustentabilidade financeira do InfoAmazonia, consegue-se perceber a complexidade de relações e o número de outras organizações vinculadas a cada uma delas. A rede *InterNews*, por exemplo, apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos responsável por um trabalho que procura garantir “[...] o acesso a informações confiáveis e de qualidade que capacitam as pessoas a ter uma voz em seu futuro e a viver de forma saudável, segura e gratificante²³”. São 35 anos de atuação passando por mais de 100 países. A extensa lista de doadores disponível no site da instituição²⁴ relaciona empresas e fundações de todas as áreas de atuação. *Google*, *Facebook*, *Omidyar Network*, criada pelo fundador do site de comércio eletrônico *eBay*, e ministérios de relações exteriores de países como Suécia, Holanda, Noruega e Estados Unidos, por exemplo, compõem a lista com outras 130 organizações que realizam algum tipo de doação à rede *InterNews*. A Fundação Ford também está presente entre os financiadores.

A CDKN, *Climate and Development Knowledge Network*, foi fundada em 2010 pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido e o Ministério Holandês de Negócios Internacionais. No site²⁵, a fundação da organização também é descrita pela união de fundos de governos da Noruega, Suécia e Estados Unidos, além da participação do Centro Internacional de Desenvolvimento de Pesquisa (IDRC - International Development Research Centre²⁶) – centro responsável por promover pesquisas em países em desenvolvimento.

O ICFJ (*International Center for Journalists*) é, também, uma organização americana fundada por três jornalistas em 1984. O objetivo inicial era dar suporte a colegas de profissão, especialmente aqueles que atuavam em países “[...] com pouca tradição de uma imprensa livre²⁷”. Atualmente o ICFJ contabiliza, nos 33 anos de atuação, um trabalho com mais de 100 mil profissionais em 180 países. O site da organização também apresenta a ideia de que o ICFJ é mais do que uma organização que treina jornalistas, pois também participam do planejamento de novas iniciativas e produtos de notícias. Entre os exemplos, citam o projeto em que participam na Amazônia. “Nós estamos ajudando jornalistas a agregar dados

²³ Disponível, em inglês, em: <<https://www.InterNews.org/about-us>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

²⁴ Disponível em: <<https://www.InterNews.org/current-donors>>. Último acesso em 08/11/2017.

²⁵ Disponível, em inglês, em: <https://cdkn.org/about/?loclang=en_gb>. Último acesso em 08/11/2017.

²⁶ Disponível, em inglês, em: <<https://www.idrc.ca/en/about-idrc>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

²⁷ Disponível, em inglês, em: <<http://www.icfj.org/about/about/founders>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

em mapas digitais para que eles possam rastrear a poluição na floresta amazônica²⁸”. Além de aceitarem doações diretas de pessoas físicas, o ICFJ é a organização que apresenta o mais completo detalhamento de fundações e corporações que contribuem para a sustentabilidade financeira.

No total são 71 apoiadores mencionados na página do ICFJ²⁹ que contribuíram no ano de 2015. Dentre as 22 fundações existem quatro que se destacam como as que mais contribuem. Uma delas é a mesma *Ford Foundation* que contribui com a Amazônia Real. Outra é a Fundação de Bill e Melinda Gates³⁰, criada em 1997 pelo fundador da Microsoft, Bill Gates, e que se dedica a atuar em problemas críticos de pobreza e fome em países sem estrutura. Além dessas, existe também a *Omidyar Network*³¹, organização criada e financiada pelo fundador do *eBay*, Pierre Omidyar, que tem como objetivo investir em empreendedores sociais para o desenvolvimento social, e a *John S. and James L. Knight Foundation*, fundação que hoje responde como *Knight Foundation* e que acredita no desenvolvimento de uma imprensa livre. As corporações e companhias privadas são as mais presentes na relação do ICFJ. São 49 empresas de diferentes segmentos como bancos, alimentação, notícias, saúde e tecnologia. Entre elas estão *Google Inc.*, *The Coca Cola Company*, *Johnson & Johnson*, *Bank of America*, *Taco Bell*, *The New York Times Company*, CNN e BBC.

A Avina, apesar de ter sido criada especificamente para atuar nos países da América Latina, tem origem suíça. Foi o bilionário empresário Stephan Schmidheiny quem iniciou os trabalhos da fundação Avina em 1994³². Antes disso, Stephan ainda foi responsável pela criação do FUNDES, outra organização focada no desenvolvimento sustentável de micro e pequenas empresas de países da América Latina, e, em 1992, Schmidheiny foi nomeado como o secretário geral da Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro e conhecida como Rio Summit 92. A conferência deu origem a outra organização, a *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), cuja principal missão é “[...] acelerar a transição para um mundo sustentável criando negócios sustentáveis de sucesso³³”. A criação da Avina veio posteriormente com o objetivo de propiciar “[...] desenvolvimento sustentável através da construção de processo de colaboração

²⁸ Disponível, em inglês, em: <<http://www.icfj.org/about>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

²⁹ Disponível em: <<http://www.icfj.org/friends-and-supporters>>. Último acesso em 08/11/2017.

³⁰ Disponível em: <<http://www.gatesfoundation.org/What-We-Do>>. Último acesso em 08/11/2017.

³¹ Disponível em: <<https://www.omidyar.com/who-we-are>>. Último acesso em 08/11/2017.

³² Disponível, em espanhol, em: <<http://www.avina.net/avina/fundacion/>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

³³ Disponível, em inglês, em: <<http://www.wbcsd.org/Overview/About-us>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

entre atores de diferentes setores para impactar positivamente sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³⁴.

A *Skoll Foundation* iniciou as atividades em 1999 a partir da ideia de Jeff Skoll, primeiro funcionário de tempo integral da *eBay* e também primeiro presidente da companhia fundada por Pierre Omidyar. Skoll também foi responsável por conduzir o desenvolvimento da *eBay Foundation*. A principal missão da Fundação Skoll é incentivar transformações dando suporte a “[...] empreendedores sociais que identificam sistemas que necessitam de mudanças e, em seguida, promovem o progresso social³⁵”. A estimativa anunciada pela própria fundação é de que foram investidos aproximados 400 milhões de dólares para 122 empreendedores sociais e 100 organizações nos cinco continentes desde a fundação. De acordo com o relatório financeiro apresentado no site da *Skoll Foundation*, em 2015 a organização distribuiu mais de 140 milhões de dólares em doações e incentivos.

As descrições aqui apresentadas de cada uma dessas organizações que estão, de alguma forma, ligadas aos dois sites analisados nesta pesquisa, Amazônia Real e InfoAmazonia, servem, em um primeiro momento, para identificar o complexo cenário entorno do tema “Amazônia” e das relações estabelecidas com os apoios que as duas iniciativas digitais de jornalismo autodenominadas independentes recebem. Este entendimento inicial das conexões é de fundamental importância para o procedimento metodológico desta pesquisa, pois fortalece a percepção do critério de viabilidade econômica que tanto a Amazônia Real como o InfoAmazonia têm, além de tornar-se ferramenta essencial na condução dos próximos capítulos, já que enfatiza a necessária relativização do termo “independente” utilizado para definir iniciativas de jornalismo que foram criadas fora do mercado tradicional de notícias. Dessa maneira, considera-se necessário compreender e confirmar as complexas relações que a região Amazônica estabelece para o contexto no qual os objetos desta pesquisa estão localizados e como essa condição influencia diretamente no funcionamento delas.

1.2.3 Fundação Ford

A Fundação Ford resume-se como uma entidade criada há pelo menos 80 anos. Na América Latina a organização atua há 50 anos em projetos que promovem ações relacionadas a direitos humanos, direito a terra, direito das minorias, redução da pobreza e defesa de

³⁴ Idem 32.

³⁵ Disponível, em inglês, em: <<http://skoll.org/about/about-skoll/>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

liberdade de expressão³⁶. Este discurso é relacionado no site da Fundação Ford, que libera recursos à Amazônia Real por um projeto chamado “Promovendo Direitos e Acesso à Mídia”. O site conta com uma outra descrição que complementa as atividades que a organização executa. A entidade internacional desenvolve trabalhos baseado em eixos como engajamento civil e governamental; criatividade e liberdade de expressão; desenvolvimento equitativo; justiça de gênero, racial e ética; economias inclusivas; acesso livre à internet; oportunidade e aprendizado para jovens³⁷. A origem da organização se deu ainda na década de 1930 com Edsel Ford, filho de Henry Ford, fundador da *Ford Motor Company*. Atualmente caracterizam-se como uma organização independente³⁸ com um conselho de 16 membros de quatro continentes diferentes. “Hoje somos administradores de um patrimônio de 12 bilhões de dólares, doando 500 milhões de dólares em bolsas ao redor do mundo todos os anos³⁹”.

Numa das páginas dedicadas exclusivamente ao Brasil, o texto descreve como o país passou a ocupar uma posição de destaque no cenário mundial, como a sétima maior economia do planeta, influenciando o contexto econômico e as relações internacionais. As conquistas sociais presenciadas nas últimas décadas, entretanto, de acordo com a Fundação Ford, não são dadas por certo. “Profundas mudanças são necessárias para garantir equidade e oportunidade para toda a população do país – e para manter e aprofundar a democracia, transparência e participação⁴⁰”. Em seguida, na mesma página, há menções a discriminação baseadas em gênero, raça e sexualidade, concluindo com a afirmação de que crimes e violência “[...] matam milhares de negros e indígenas brasileiros todos os anos, e a propriedade de terras permanece em grande parte nas mãos dos ricos e poderosos⁴¹”. O conceito apresentado no texto vai ao encontro às afirmações encontradas na pesquisa teórica sobre o contexto da região amazônica apresentado no próximo capítulo. É um discurso que procura acentuar o objetivo da organização que é de contribuir com o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento social de países como o Brasil.

³⁶ Descrição disponível no site <<http://amazoniareal.com.br/apoio-financeiro/>>. Último acesso em 08/11/2017.

³⁷ Descrição disponível, em inglês, no site <<https://www.fordfoundation.org/work/challenging-inequality/our-approach/>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

³⁸ O modelo de fundação permite isenção de impostos nos Estados Unidos. Entretanto, Cagé (2016, p. 104) afirma que as leis que regem essa isenção são extremamente complexas e com inúmeros critérios a serem completados.

³⁹ Descrição disponível, em inglês, no site <<https://www.fordfoundation.org/about-us/our-origins/>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

⁴⁰ Descrição disponível, em inglês, no site <<https://www.fordfoundation.org/regions/brazil/>>. Tradução livre do original. Último acesso em 08/11/2017.

⁴¹ Idem.

1.3 DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

Se até o momento as escolhas para o corpus da pesquisa têm ligação principalmente com duas hipóteses levantadas para este trabalho - 1) em um contexto de transformações no campo jornalístico os jornalistas buscam autonomia profissional e econômica ao criar iniciativas autodenominadas independentes e 2) iniciativas com escopo na Amazônia despertam interesses complexos que limitam a independência – há uma outra proposta adotada para agregar percepções ao processo de pesquisa com relação direta à terceira hipótese levantada para este trabalho - uma das formas de se buscar independência nessas iniciativas autodenominadas independentes é na noticiabilidade das pautas perpassando pelo critério de seleção de fontes e valores adotados para os critérios de noticiabilidade das reportagens publicadas que se distanciam das lógicas de escolhas dos meios tradicionais. Dessa maneira, optou-se por selecionar duas reportagens de cada uma das iniciativas autodenominadas independentes para auxiliar na constatação dos critérios de noticiabilidade defendidos pela Amazônia Real e InfoAmazonia.

Na Amazônia Real, a seleção das duas reportagens para posterior análise foi feita dentro da categoria temática “Povos Indígenas”. A escolha se dá justamente pelo tópico 2.4 desta dissertação, “A dizimação de populações indígenas Amazônicas”. Diante do histórico apresentado no segundo capítulo deste trabalho, perceber a existência de uma editoria para tratar especificamente de povos indígenas provoca a curiosidade para saber como a iniciativa autodenominada independente trata o assunto pela perspectiva dos critérios de noticiabilidade. Dentro da categoria “Povos Indígenas”, os dois trabalhos produzidos pela agência Amazônia Real e escolhidos por esta pesquisa foram as reportagens “Organizações indígenas exigem suspensão do parecer de Temer que barra demarcações⁴²”, publicada no dia 26 de julho de 2017, e “MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari⁴³”, publicada no dia 29 de agosto de 2017. A pesquisa optou por escolher dois conteúdos que abordassem assuntos diferentes dentro da mesma editoria: “Povos Indígenas”.

Conforme as descrições dos sites neste capítulo metodológico, identificam-se particularidades nas duas iniciativas autodenominadas independentes analisadas por esta pesquisa. A Amazônia Real concentra-se na produção de um trabalho mais voltado a textos, e o InfoAmazonia incorpora mais a produção de um jornalismo guiado por dados. A evidência desta especialidade de cada um fortalece a ideia da complexidade que o segmento de

⁴² Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/organizacoes-indigenas-exigem-suspensao-de-parecer-de-temer-que-barra-demarcacoes/>>. Último acesso em 01/10/2017.

⁴³ Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/mpf-pede-investigacao-de-denuncia-de-massacre-de-indios-isolados-do-vale-do-javari/>>. Último acesso em 01/10/2017.

iniciativas autodenominadas independentes tem, ressaltando que um site não representa o conjunto das iniciativas cadastradas no Mapa da Pública, bem como a importância de pesquisas direcionadas ao meio na tentativa de compreender suas especificidades. As particularidades detectadas na Amazônia Real e InfoAmazonia também justificam adaptações nas abordagens da análise descritiva dos produtos criados por essas organizações. Se na Amazônia Real o foco da descrição se concentrou em duas reportagens publicadas pela organização, no InfoAmazonia segue-se o mesmo princípio, mas é necessário considerar a relevância que o trabalho de análise de dados e criação de mapas tem para a iniciativa. Dessa maneira, para a percepção dos critérios de noticiabilidade e da seleção de fontes adotadas pelo InfoAmazonia, serão considerados dois elementos:

1) Descrição geral sobre os mapas, dados e fontes utilizadas para esses mapas dispostos na primeira página⁴⁴ do site do InfoAmazonia – a inclusão deste elemento na análise é com o objetivo de compreender o segmento de mapas e dados desenvolvido pela iniciativa;

2) Análise descritiva da reportagem “Histórias de uma Amazônia alagada⁴⁵”, publicada no dia 28 de abril de 2017, elencada na área destaque do site do InfoAmazonia e que dialoga com os conceitos apresentados no segundo capítulo desta dissertação a respeito da necessidade de olhar para as condições em que vivem as populações locais da Amazônia – a análise deste elemento tem por objetivo considerar a área de produção de notícias da iniciativa autodenominada independente.

O corpus da pesquisa também compreende, além dos produtos analisados, as informações obtidas nas entrevistas com as profissionais fundadoras da Amazônia Real, Kátia Brasil e Elaíze Farias, com o fundador do InfoAmazonia, Gustavo Faleiros, e com a profissional responsável pela Fundação Ford, Graciela Selaimen. A partir destes materiais é que se tem informações que serão trianguladas no capítulo da análise, bem como com a discussão dos textos mencionados acima.

⁴⁴ Disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/>>. Último acesso em 08/10/2017.

⁴⁵ Disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/2017/04/historias-amazonia-alagada/>>. Último acesso em 08/10/2017.

2 NOÇÕES SOBRE A COMPLEXIDADE DE INTERESSES NA AMAZÔNIA

Para entender os objetos e a seleção do corpus da pesquisa, é necessário compreender alguns aspectos da região retratada, da Amazônia, pelas iniciativas autodenominadas independentes. Tanto na questão de interesses internacionais, quanto de disputas internas. Diante da complexidade do assunto, o objetivo aqui é delimitar alguns marcos que ajudam a definir a representatividade da Amazônia para o Brasil e para o mundo, assim como fundamentar a escolha de iniciativas de jornalismo digital autodenominadas independentes que abordam a Região Amazônica para discutir o conceito de independência, proposta desta pesquisa. São fatores históricos, econômicos e sociais que acompanham o desenvolvimento da região desde o início da exploração do território brasileiro, ainda no século XVI. Dessa forma, o caminho percorrido aqui estabelece quatro recortes que dão a noção necessária para a base teórica desta pesquisa. Primeiro: a influência de políticas internacionais de desenvolvimento da Amazônia, o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a criação do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1998; segundo: as ações e políticas nacionais na ocupação da região; terceiro: os seringueiros, o assassinato de Chico Mendes e a visibilidade às populações e práticas tradicionais na Amazônia e, em um quarto momento, um resgate específico de parte do histórico das populações indígenas e dos movimentos que dizimaram grande parte dos índios que viviam na Amazônia.

2.1 INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E TRATADOS DE COOPERAÇÃO

A Amazônia tem mais de 5 milhões de quilômetros quadrados de floresta tropical que perpassam nove países da América Latina. Brasil, que abriga a maior parte da Amazônia, Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Além da questão territorial, existe ainda a grande influência direta ao bioma internacional já que o ecossistema da região é responsável pela manutenção e equilíbrio de parte dos recursos naturais do planeta.

... a floresta recicla mais da metade da água que circula no ecossistema regional (que contém 20% de água doce do planeta), representa 50 bilhões de toneladas de carbono e contém boa parte das espécies conhecidas no mundo. Seu potencial econômico é imenso e o desflorestamento, de fato, é o “suicídio” do bioma (CAMPELLO, 2013, p. 138).

Quando as características do tamanho de território e representatividade ao ecossistema são colocadas lado a lado, encontram-se evidências para entender o interesse de

terceiros à região amazônica. Há, inclusive, argumentos que fortalecem a ideia de que a Amazônia deve ser protegida para garantir a preservação de todo o planeta, contribuindo para a influência direta de diferentes países na região. O principal discurso aborda a proposta de que a Amazônia é “[...] uma imensa unidade de conservação a ser preservada, tendo em vista a sobrevivência do planeta, devido aos efeitos do desmatamento sobre o clima e a biodiversidade” (BECKER, 2005, p. 74). É também uma região que sofre e ainda sofrerá “[...] ingerências externas por meio de uma ‘onda’ global de mecanismos e ideologias que buscam reconhecê-la como a principal portadora da biodiversidade e com papel decisivo na regulação climática do planeta” (CAMPELLO, 2013, p. 132). Com esse contexto, é perceptível, ainda, uma atenção por parte de países desenvolvidos direcionada para a Amazônia. “Parte dos problemas do planeta poderia ser equacionada pela exploração das potencialidades da região” (MEDEIROS, 2016, p. 155). O resultado é a imagem de uma Amazônia de todas as nações e não apenas pertencente aos nove países considerados subdesenvolvidos diante das potências internacionais.

A tecnologia aprimorada nas últimas décadas foi um dos fatores que contribuiu com a proposta de uma Amazônia globalizada. Isso se deve especialmente à tecnologia dos satélites, “[...] que permitiu pela primeira vez uma visão de conjunto da superfície da Terra e da sua unidade trazendo o sentimento da responsabilidade comum” (BECKER, 2005, p. 74). Além da tecnologia, outra perspectiva percebida é justamente aquela que surge a partir das novas relações estabelecidas na sociedade, em que “[...] há também a relativização do poder da virtualidade dos fluxos e redes do mundo contemporâneo, com a globalização, que acaba com as fronteiras e com os Estados” (BECKER, 2005, p. 74). Amplia-se, assim, o peso da responsabilidade que outros países teriam com a Amazônia.

O desenvolvimento das tecnologias e a alteração nas relações sociais, entretanto, parece localizar e limitar temporalmente os argumentos apresentados até aqui. Torna-se necessário acentuar que o interesse na região amazônica é de longa data e que, de certa forma, participou ativamente da formação do território brasileiro, sendo a Amazônia um recorrente objeto de desejo e exploração por parte de diferentes nações durante toda a história do Brasil (MEDEIROS, 2016).

Desde as primeiras expedições de portugueses e espanhóis até a pressão de interesses universais que caracterizam a cobiça internacional sobre os recursos naturais da Amazônia, ponto a ponto, a ideia central gira em torno da constatação de que “a economia da Amazônia é uma economia realizada sob práticas primárias, marcada, fundamentalmente, pela extração de produtos florestais”. É justamente por essa abundância de matéria-prima que Ferreira Reis considera que a Amazônia é um “campo de atração [...] a ser uma reserva para o futuro. E nesse futuro é que está o

grande perigo” (MEDEIROS, 2016, p. 157).

Foi diante desse cenário futuro que já na metade do século XX o Estado brasileiro começou a desenvolver políticas de apropriação do vasto território amazônico. Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os Estados Unidos já haviam estabelecido uma parceria com o Brasil para exploração da borracha. Mesmo com o fim da guerra, porém, os interesses estrangeiros ainda permaneciam. “O fim do conflito não cessou de produzir imagens afeitas à crença de que a Amazônia seria alvo da ‘cobiça internacional’ [...]” (MAIO; OLIVEIRA, 2009, p. 60).

Observa-se, a partir da construção de Brasília e do governo de Getúlio Vargas, a criação de iniciativas que tinham por objetivo potencializar o território. O Instituto da Hiléia Amazônica (IIHA) e a criação dos Territórios Federais na Amazônia Setentrional foram exemplos (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012, p. 35). Ainda na década de 1940, a criação do IIHA, com patrocínio da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) estabelecia um acordo para “[...] explorar riquezas naturais da Amazônia, fortalecer a comunidade científica mediante produção de conhecimento e através da promoção do desenvolvimento dos países chamados periféricos (MAIO; OLIVEIRA, 2009, p. 59). Esses objetivos também eram perceptíveis a partir da ideia de que o Brasil não tinha condições “[...] (recursos financeiros, infra-estrutura e pessoal qualificado) suficientes para reconhecer, pesquisar e desenvolver seu território amazônico” (DAMASCENO; SILVA JÚNIOR; FRANÇA, 2011, p. 4). Interesses nacionais e de países estrangeiros, entretanto, permaneciam divididos, deixando o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica inoperante.

Enquanto o intuito da direção da Unesco estava centrado na transformação da Amazônia numa estação de pesquisa internacional, num “espaço universal da ciência”, a política brasileira e dos demais países-membros do futuro Instituto tinham a intenção de fazer do IIHA um meio de resolução dos problemas imediatos da região, como o sub-aproveitamento dos recursos naturais, a carência de serviços de educação e saúde, e as limitações econômicas decorrentes das atividades extrativistas (MAIO; OLIVEIRA, 2009, p. 61).

O impasse levou a Conferência Geral da Unesco a restringir o envolvimento internacional na cooperação técnica do IIHA, em 1949, e, logo depois, o Congresso Nacional optou pela extinção do projeto, em 1951 (MAIO; OLIVEIRA, 2009, p. 62). Sem o apoio internacional, foram estratégias geopolíticas nacionais que estabeleceram novos movimentos à região a partir da década de 1950. A solução encontrada foi desenvolver projetos que aumentassem a comunicação e ligação do restante do país com a Amazônia, assim como uma

integração com os outros países pertencentes à região, resultando, posteriormente, na criação do Tratado de Cooperação Amazônica. Assim, ao mesmo tempo em que surgia a noção de internacionalização da Amazônia que deu espaço para as políticas de integrações nacionais, iniciava-se também uma articulação para a criação de um tratado de cooperação entre os países que dividem a região Amazônica. Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela assinaram em Brasília, no dia 3 de julho de 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) (PIEDRA-CALDERÓN, 2007, p. 67). A Guiana Francesa, país que também têm participação no território Amazônico, havia sido excluída do tratado em virtude justamente da proposta de evitar uma ingerência internacional na Amazônia, já que a Guiana Francesa é território americano da França (ANTIQUERA, 2006, p. 83).

Além da reação ao debate internacionalista, o objetivo do TCA inicialmente era uma delimitação de espaços e uma troca de experiências e tentativas de fortalecimento da região. Era um tratado que se propunha a aprimorar harmonicamente a Amazônia por meio de ações nas regiões representadas por cada país, “[...] deixando claro que o desenvolvimento sócio-econômico e qualquer outra atividade – como a preservação do meio ambiente – são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado (PIEDRA-CALDERÓN, 2007, p. 67).

A criação do Tratado de Cooperação Amazônica, porém, tomou rumos diferentes àqueles estabelecidos na data de assinatura. “Desde sua criação até fins da década de 1980 e início de 1990, o TCA esteve inativo” (PIEDRA-CALDERÓN, 2007, p. 68), mesmo com diferentes tentativas feitas pelos representantes do Equador. O interesse internacional, por outro lado, não estacionou como o TCA. Em 1980, as ONGs conservacionistas “[...] norte-americanas e europeias contra os bancos multilaterais (em particular o Banco Mundial) transformavam os problemas ambientais da Amazônia em um problema político internacional” (BENTES, 2005, p. 228). Também em 1992, com a Conferência da ONU no Rio de Janeiro, os países do G-7 e multinacionais criaram regras que interferiram internacionalmente nos danos ambientais, fortalecendo a atuação desses países nos assuntos relacionados à Amazônia (BENTES, 2005, p. 231).

O frágil processo do TCA mostrou a ausência de um espaço definido para a consulta e harmonização dos planos de desenvolvimento entre os Países Membros. Por isso e com a ideia de fortalecer os objetivos do Tratado em 1995 os oito países amazônicos decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) por meio de um Protocolo de Emenda ao TCA, aprovado em 14 de dezembro de 1998 (PIEDRA-CALDERÓN, 2007, p. 68).

O Tratado de Cooperação Amazônica e, depois, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, também dividia um dos interesses nacionais do Instituto

Internacional da Hiléia Amazônica - proposto pelo menos três décadas antes e que pode ser considerado o precursor dos tratados que vieram em 1978 e 1998. Nesta dinâmica precursora, Damasceno, Silva Júnior e França (2011, p. 4) sinalizam a falta de recursos para a exploração e conhecimento da região por parte do Brasil como um interesse que fundamentou os tratados firmados nas próximas décadas. Entretanto, os outros países que compõem a Região Amazônica enfrentavam a mesma escassez de estrutura para o desenvolvimento econômico e social da área. É “[...] um grande dilema que vai acompanhar a política externa para a região: a pretensão de autonomia é seriamente limitada pela carência de recursos (DAMASCENO; SILVA JÚNIOR; FRANÇA, 2011, p. 4).

Desde a década de 1940, com a proposta do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, até o final da década de 1990, com a reativação do Tratado de Cooperação Amazônica, os debates entorno da participação ativa de países estrangeiros na gestão da Amazônia perpassaram pela falta de capacidade que os países subdesenvolvidos da América Latina apresentavam na manutenção do território e da biodiversidade presente. Freire, Torquato e Costa (2006, p. 13) explicam que mesmo com as novas teorias sobre ecodesenvolvimento apresentadas na Conferência das Nações Unidas no ano de 1972, em Estocolmo, ainda havia a percepção de que “[...] os países do terceiro mundo, incluídos aí os latino-americanos, eram os grandes responsáveis pelo desequilíbrio econômico mundial” (FREIRE; TORQUATO; COSTA, 2006, p. 13). De acordo com os autores, as ideias exibidas na Conferência apresentavam uma nova noção de que o desenvolvimento ambiental e a preservação ambiental são sim compatíveis.

A partir daí fica consolidada a definição de desenvolvimento sustentável, segundo a qual o desenvolvimento deve ser entendido pela eficiência econômica, equilíbrio ambiental e também pela equidade. Nesse contexto cresceu a idéia, da internacionalização da Amazônia, com o argumento de que os países cujos territórios compreendem a Amazônia não têm condições de mantê-la, usando toda uma retórica de mitos e equívocos que persistem até hoje, tais como “pulmão do mundo”, “desafio amazônico”, “a Amazônia é patrimônio mundial”, assim por diante (FREIRE; TORQUATO; COSTA; 2006, p. 14).

De certa forma, para Kolk (1996, p. 73), essa interferência internacional pode ser compreendida quando se olham para as políticas nacionais desenvolvidas no Brasil para a ocupação amazônica e a degradação ambiental e social gerada a partir dessas ações. No caso do da Amazônia brasileira, segundo a autora, as causas de desmatamento eram geradas principalmente dentro do país, enquanto que projetos internacionais atuavam de forma indireta. “É somente a partir da incorporação da Amazônia na economia política brasileira que

os vínculos internacionais e a articulação da influência estrangeira podem ser entendidos⁴⁶” (KOLK, 1996, p. 73).

A compreensão se dá justamente no contraponto dos modelos adotados pelo Brasil na ocupação do território Amazônico com a mudança de mentalidade a partir das novas propostas de preservação ecológica e ambiental, conforme citado anteriormente, muito em virtude dos avanços apresentados na Conferência das Nações Unidas em 1972. A proposta que movimentos internacionais faziam na preservação de florestas tropicais antes da Conferência sobre Meio Ambiente de 1972 desconsiderava o envolvimento de populações locais e outras questões sociais. “Para eles, quanto menor a ocupação na floresta mais eficiente seria sua proteção” (ALLEGRETTI, 2002, p. 37). O conceito defendido após a realização da Conferência considerava a participação de populações locais e as atividades desenvolvidas por elas como pertencentes àquele ecossistema.

A consequência foi o reconhecimento da necessidade de ampliar a base social dos interessados na conservação através da inclusão progressiva da sociedade, especialmente das populações locais, como parceiros no planejamento, estabelecimento e manejo de áreas protegidas, assegurando uma distribuição mais equitativa dos benefícios (ALLEGRETTI, 2002, p. 27).

Kolk (1996, p. 76) afirma que levou um longo tempo, e também pressão internacional, até que as novas orientações de proteção ambiental tivessem efeito na política ambiental brasileira. As resoluções anteriores à Conferência de 1972 foram as que persistiram no Brasil, “[...] o que significou a atribuição de prioridade absoluta ao crescimento econômico, ao mesmo tempo que deslocava a responsabilidade pela poluição ambiental e sua solução para os países desenvolvidos⁴⁷” (KOLK, 1996, p. 76).

As ações estabelecidas ainda no final da década de 1960 pelo governo militar, como a construção de estradas e incentivo à industrialização e exploração na Amazônia, foram alguns dos exemplos de políticas nacionais que passaram a entrar em conflito com o apoio internacional de bancos multilaterais para o desenvolvimento dos projetos. Cada vez mais esses incentivos estrangeiros passam a vincular liberação de recursos a partir de estudos de impacto ambiental (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 65) e aplicam o desenvolvimento sustentável nos financiamentos, reforçando a necessidade de mudança por parte do governo brasileiro nas medidas tomadas para a ocupação do território Amazônico.

⁴⁶ Tradução livre do original: “*It is only through the incorporation of the Amazon in the Brazilian political economy that the international linkages and the articulation of foreign influence can be understood*”.

⁴⁷ Tradução livre do original: “[...] *which meant the assignment of absolute priority to economic growth while shifting the responsibility for environmental pollution and its solution to developed countries*”.

2.2 AÇÕES NACIONAIS PARA A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Apesar de planos nacionais de ocupação territorial mais recorrentes e intensos a partir do final da década de 1960, encontram-se ações brasileiras específicas para a valorização local já a partir da década de 1940 ao mesmo tempo em que a proposta do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica era formulada. Antiquera (2006, p. 36) cita o artigo 199 da Constituição de 1946, que previa 3% da receita tributária nacional para investimentos na Amazônia, como uma das primeiras evidências da fase de exploração territorial governamental, mesmo sendo aplicado efetivamente somente a partir de 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Sem a continuidade do IIHA e consequentemente de um apoio internacional formalizado, é a SPVEA que representa o início das estratégias nacionais com relação à Amazônia e que sustenta outras decisões políticas e econômicas adotadas ao longo do século XX. “[...] se internacionalmente a Amazônia perde importância na atuação política do Brasil, internamente, a partir de 1953 (quando é criada a SPVEA), o Estado passa a tomar iniciativas para tentar incorporar a vasta área desgarrada do país” (ANTIQUERA, 2006, p. 38).

Os planos estabelecidos a partir da década de 1950 estavam embasados na imagem de uma região pouco habitada e com uma economia frágil, além de ser um local estratégico em relação aos recursos naturais e vulnerável devido à fronteira com os outros países (ALLEGRETTI, 2002, p. 122). A estratégia definida nacionalmente para o desenvolvimento da região Amazônica, segundo Kolk (1996, p. 69) contribuiu diretamente para o desflorestamento e degradação ambiental na Amazônia com projetos que previam a construção de estradas, programas de exploração madeireira, alto fluxo de migrações para a região, agricultura agressiva, mineração e projetos de hidrelétrica. Nesta fase integrativa, liderada pelo governo militar, “[...] a Amazônia aparece com o seguinte slogan ‘integrar para não entregar’” (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012, p. 26). Para ocupar a região, existiram programas que tinham por objetivo desenvolver a infraestrutura e o setor econômico da Amazônia. Um dos principais pilares eram as obras de infraestrutura, que envolviam a construção de estradas, aeroportos e hidrelétricas – que eram executadas primordialmente pelo Estado e financiados nos bancos que tinham parcerias com capital privado internacional. Outro pilar deste suposto desenvolvimento era o fortalecimento de empresas que tinham por objetivo explorar minerais e recebiam “[...] incentivo à aquisição de terras para projetos agropecuários de exportação e nos projetos de colonização visando diminuir as pressões sociais no centro-sul do país” (ALLEGRETTI, 2002, p. 464).

O que antes evidenciava aspectos de interesses na exploração da região amazônica por países estrangeiros, agora dava abertura a uma atividade exploratória por parte do próprio governo brasileiro. Em um primeiro momento, entre o final do século XIX e início do século XX, a economia na região tinha como base atividades de extrativismo ligadas principalmente à produção da borracha, sendo um importante estímulo à migração de outras regiões do país - como será apresentado no próximo tópico deste capítulo. A alteração significativa, conforme relatado anteriormente, ocorre em meados das décadas de 1960 e 1970, “[...] quando surgiram as principais modificações na economia e na estrutura social originadas no período anterior, como consequência de uma política governamental de incentivo a atividades agropecuárias” (ALLEGRETTI, 2002, p. 44). A isenção fiscal em favor de produtores do sul do Brasil teve papel fundamental nesse processo. “A Zona Franca de Manaus (ZFM) criada em 1967 fez com que ocorresse a migração em direção a Manaus” (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012, p. 23). Um dos motivos para a mudança de interesses entre o mercado da borracha e a nova estratégia de expansão da agricultura foi a avaliação do governo da época de que a economia da borracha era de baixa rentabilidade, tinha “[...] alta dependência do Estado e não produzia os efeitos de ocupação necessários à integração da Amazônia à economia do país” (ALLEGRETTI, 2002, p. 122).

As estratégias econômicas e geopolíticas adotadas contribuíram para um complexo sistema de depredação da região. A primeira polêmica é em relação à própria Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 com a objetivo de viabilização da ocupação econômica, e ao BASA, Banco da Amazônia, que destinou altos investimentos a obras de engenharia e infraestrutura na região (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012, p. 26). O resultado das ações estabelecidas pelo estado, de acordo com Lima, Silva e Sousa (2012), é o desmatamento e a utilização dos recursos de forma não planejada.

O desmatamento atual é relacionado à incorporação da Amazônia ao território nacional e as políticas de Caráter Estatal somadas com o avanço do Capital em direção a Amazônia, não levando em consideração o uso sustentável de seus recursos e somente sua exploração desenfreada (LIMA, SILVA, SOUSA, 2012, p. 29).

Nesse processo, a economia que até então era de caráter extrativista com a migração de populações de outras regiões do país - principalmente do Nordeste, em busca do látex - passou a ter o foco alterado para investimentos e contribuições ao desenvolvimento industrial, inclusive com a Zona Franca de Manaus tornando-se peça chave nesta intermediação. O avanço do capital, abordado por Lima, Silva e Sousa (2012), pode ser percebido como uma mudança significativa na economia da região e, ao mesmo tempo, reflete a percepção

capitalista adotada pelo governo brasileiro. Para Bentes (2005, p. 234), é o reflexo de uma fraca economia e política nacional que passa a adotar uma “[...] política econômica neoliberal com uma política ambientalista que, no cerne, segue os conceitos e princípios do ambientalismo internacional”. Para Kolk (1996, p. 75), “[...] o sistema prevalecente de reprodução simples tornou-se subordinado à lógica da produção capitalista e ao impulso inerente à acumulação de capital⁴⁸”. A economia deixou de ser majoritariamente extrativista para dar lugar à industrialização, “[...] com a exploração mineral e com a Zona Franca de Manaus, que foi um posto avançado geopolítico colocado pelo Estado na fronteira norte, em pleno ambiente extrativista nacional” (BECKER, 2005, p. 73). O desmatamento e outras formas de explorações de recursos naturais da Amazônia são resultado de um acelerado e não planejado plano de integração da região.

A percepção neoliberal dos argumentos dos autores apresentados anteriormente - como Kolk (1996), Bentes (2005), Becker (2005) e Lima, Silva e Sousa (2012) - que apresentam estudos pelo menos 40 anos após as mudanças na região, também pode ser constatada próximo à época. Neto (1979), por exemplo, já apresenta argumentos que definem a realidade capitalista incentivada na Amazônia ainda na década de 1970. Segundo ele, predomina uma “[...] ambição imediatista e sem grandeza: repetem-se os mesmos erros do passado, revelando resquícios da época colonial, a busca do lucro fácil sobrepondo-se aos interesses da nação” (NETO, 1979, p. 152). Complementa afirmando que “[...] instalou-se na região um capitalismo predatório que pode levar o sistema a uma auto-destruição” (NETO, 1979, p. 152). Percebe-se e configura-se, assim, a continuidade do problema ao longo dos mais de 50 anos de políticas nacionais e parcerias internacionais firmadas e executadas na Amazônia.

Uma das principais características dessas ações, além do desmatamento e utilização desenfreada de recursos, diz respeito à relação de supressão ou deslocamento de populações tradicionais. Para Kolk (1996, p. 71), as estratégias deixavam “[...] camponeses sem terra com a alternativa de apenas migrar para áreas remotas ou trabalhar para proprietários⁴⁹”. O Programa Grande Carajás, de 1980, criado em parceria com organizações estrangeiras para explorar mineralmente parte da região Amazônica, é um dos exemplos de como os programas

⁴⁸ Tradução livre do original: “[...] *the prevailing system of simples reproduction became subordinated to the logic of capitalists production and the inherent drive for capital accumulation*”.

⁴⁹ Tradução livre do original: “[...] *a more balanced distribution and use of land, facilitating clientelistic practices and leaving landless labourers and peasants no alternative but to migrate to remote areas or work for landlords*”.

governamentais atuavam na Amazônia. Segundo Lima e Pozzobon (2005, p. 66), também perpetuavam relações estabelecidas no governo militar.

Os indígenas e posseiros são apenas uma parcela dos representantes das populações tradicionais da Amazônia, que podem ser interpretadas como povos que têm um modo de vida em harmonia com o meio ambiente, que desenvolvem técnicas com pouco impacto ambiental, além de “[...] fraca articulação com o mercado, intenso conhecimento da biodiversidade que os cerca, modo de produção baseado na mão de obra familiar” (CAÑETE; AÑETE, 2010, p. 15). Para este trabalho limita-se a condução teórica de duas populações caracterizadas como tradicionais e a relação histórica estabelecida entre elas contribuindo diretamente para a visibilidade internacional da Amazônia: povos indígenas e seringueiros.

Em primeiro lugar, entende-se que a população indígena foi influenciada negativamente e foi dizimada parcialmente pelo crescimento do mercado da borracha no final do século XIX e início do século XX. Em segundo lugar, considera-se, contraditoriamente, a representatividade dos seringueiros na estratégia de divulgação internacional dos problemas com as populações tradicionais, incluindo as indígenas, a partir das ações de expansão brasileiras no território Amazônico. O resgate dessas duas perspectivas reforça a proposta de atuação das iniciativas autodenominadas independentes estudadas por este trabalho, já que é no contexto de populações reprimidas e nos efeitos que as grandes obras e desmatamento provocam a elas, que a Amazônia Real e o InfoAmazonia procuram atuar.

2.3 OS SERINGUEIROS, O ASSASSINATO DE CHICO MENDES E A VISIBILIDADE ÀS POPULAÇÕES E PRÁTICAS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

Para Kolk (1996) existem três motivos principais que incentivaram o conhecimento e a preocupação internacional com os habitantes da floresta tropical Amazônica. O primeiro é ligado diretamente ao desmatamento e ao relatório publicado sobre o tema, em 1988, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O segundo fator tem relação com a evolução das discussões sobre o aquecimento global e o papel da Amazônia brasileira neste processo. O terceiro motivo é o assassinato do seringueiro Chico Mendes no final dos anos 80, confirmando a relevância da população seringueira no processo de internacionalização da Amazônia, e a reunião do povo indígena brasileiro e latino-americano em Altamira, no Pará, em 1989 (KOLK, 1996, p. 78).

A história da população seringueira na Amazônia começa principalmente pela potencialidade do mercado da borracha, muito explorado a partir do ano de 1870 com a migração nordestina para a região (ALLEGRETTI, 2002, p. 44). Por praticamente 100 anos,

de acordo com Allegretti (2002), a borracha permaneceu presente de forma mais marcante na Amazônia. A estrutura econômica começa a mudar a partir de 1970, “[...] quando surgiram as principais modificações na economia e na estrutura social originadas no período anterior, como consequência de uma política governamental de incentivo a atividades agropecuárias” (ALLEGRETTI, 2002, p. 44). Mesmo com certa constância do extrativismo do látex como atividade na região, Neto (1979) considera que a borracha teve uma fase áurea que predominou por aproximadamente 32 anos, entre 1880 e 1912. Foi inclusive a partir da ocupação e migração de caboclos em busca de seringueiras que o território do Acre foi definitivamente anexado ao Brasil (NETO, 1979, p. 73). Antes disso a região pertencia à Bolívia e devido à alta incidência de brasileiros, que passaram a organizar resistências aos bolivianos, o Brasil, que até então não interferia nos problemas que ali surgiram, optou por olhar para a área (ANTIQUERA, 2006, p. 27). O encerramento do processo e a oficial integração do Acre ao Brasil, segundo Antiquera (2006), foi efetivo a partir da gestão de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores (1902-1912).

É no Acre que Chico Mendes constrói a história que, posteriormente, ficou conhecida internacionalmente. Chico, líder do movimento seringueiro, além de fundador dos Partidos dos Trabalhadores no Acre, “[...] foi o principal interlocutor durante as discussões em torno do impacto ambiental e social do asfaltamento da BR 364 no trecho Porto Velho – Rio Branco” (ALLEGRETTI, 2002, p. 36). Como mencionado no tópico anterior, a partir da falta de interesse do governo brasileiro pelo mercado da borracha, as novas políticas de integração estabelecidas passaram a colocar seringueiros em conflito com a forma econômica neoliberal que chegava à região. As ações de Chico Mendes e da categoria representada por ele, além de resistirem à chegada da atividade agropecuária, gerou uma diferente visão sobre a preservação do meio ambiente e sobre o combate ao desmatamento; as populações tradicionais tinham um importante papel nesta proteção.

Este elemento será um diferenciador dos seringueiros em relação aos demais movimentos sociais da Amazônia, principalmente por possibilitar estratégias de ação não convencionais na defesa de seus interesses, especialmente na busca de poder de influência sobre as políticas do Estado (ALLEGRETTI, 2002, p. 21 e 22).

As visões entorno do tema das populações tradicionais encontram consonância com a transformação de conceitos sobre a preservação do meio ambiente, apresentadas na Conferência sobre Meio Ambiente de 1972 e descritas no tópico anterior. Deixa-se de lado a ideia de que a biodiversidade é apenas um fenômeno natural e passa-se a reconhecer a interferência humana no processo, o que Cañete e Añete (2010, p. 13) caracterizam como um

“processo biocultural”. A concepção, então, de preservação de uma natureza a partir do contato mínimo ou nulo com o homem, ainda segundo Cañete e Añete (2010), é um mito. Devem ser consideradas as condições que muitos povos desenvolvem a partir da troca com a natureza, estabelecendo um modo de vida e também “[...] construindo um vasto conhecimento de seu ambiente e dos ciclos e recursos naturais presentes no mesmo, resultando novamente em uma biodiversidade que foi culturalmente construída” (CAÑETE; AÑETE, 2010, p. 13).

O conceito de população local ou tradicional perpassa por essas construções, já que considera que esses povos concebem “[...] os recursos naturais como capital produtivo, ou, no caso dos produtores familiares, como meio de subsistência e um bem econômico a ser transmitido para os filhos” (BENTES, 2005, p. 238). Assim, fauna e flora são garantias de preservação dessas populações rurais tradicionais, que podem ser conhecidas, principalmente na região Amazônica, como caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e caipiras, sem deixar de relacionar também os povos indígenas (ARRUDA, 1999, p. 90). Com o avanço das explorações agrícolas ao território amazônico, segundo Arruda (1999, p. 83), todas passam a ser criminalizadas ou impedidas de utilizar recursos naturais e suas vivências deixam de ser consideradas na elaboração de políticas públicas regionais.

Chico Mendes foi o principal defensor de direitos das populações originais das florestas. Segundo Allegretti (2002, p. 36), foi a participação atuante no tema que levou o líder seringueiro a denunciar o descumprimento, pelo Brasil, de uma série de acordos estabelecidos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o asfaltamento da BR 346 que ligaria Porto Velho – Rio Branco. Na ocasião, a denúncia “[...] influenciou a decisão tomada pelo BID, de suspensão do desembolso de recursos financeiros, ocorrida no ano de 1987” (ALLEGRETTI, 2002, p. 36). O fato culminou no assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, e numa visibilidade até então não alcançada pela causa.

Foi a inesperada repercussão internacional dada ao crime, em uma véspera de Natal, e a imediata resposta da opinião pública nacional, que mudaram o curso da história. Dias depois, líderes até então desconhecidos, eram recebidos pelas maiores autoridades do país e do exterior, defendiam propostas para a Amazônia e eram ouvidos (ALLEGRETTI, 2002, p. 14).

No Brasil, a história e as causas ambientais pelas quais Chico Mendes atuava demoraram a tornarem-se conhecidas. No resgate que faz da história do seringueiro, Allegretti (2002, p. 6) explica que os meios de comunicação brasileiros não davam espaço ao ativista, descobrindo-o somente a partir de reportagens internacionais. A morte de Chico primeiro gerou uma repercussão internacional para depois ser reportada nacionalmente. Também deu nova perspectiva às questões ambientais da época e de décadas seguintes, permitindo que

propostas para populações tradicionais fossem pensadas e possibilitando “[...] a multiplicação de benefícios semelhantes a inúmeras comunidades amazônicas, realizando uma verdadeira reforma agrária na Amazônia” (ALLEGRETTI, 2002, p. 15).

A conquista de representatividade não só para os seringueiros, como também para a população indígena e outras comunidades tradicionais, fez parte da estratégia do grupo de seringueiros ativistas. A proposta foi “[...] inserir nas políticas do governo as prioridades dos seringueiros, fazer isso de forma articulada com os índios e dar visibilidade às suas propostas para a opinião pública” (ALLEGRETTI, 2002, p. 555). O resultado das ações gerou a criação das chamadas Reservas Extrativistas, que de acordo com o Decreto nº 98.897 de janeiro de 1990, estabelece “[...] espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) estima, entre áreas de proteção que englobam Terras Indígenas e Reservas Extrativistas, 128,5 milhões de hectares em 2015⁵⁰. Especificamente sobre as Reservas Extrativistas, situação em que os seringueiros se enquadram, o Memorial Chico Mendes aponta, em 2009, 92 unidades que cobrem uma área de mais de 24 milhões de hectares no Brasil, beneficiando mais de um milhão e quinhentas mil pessoas⁵¹.

Interessante notar, porém, que a união de seringueiros e índios contra as novas práticas econômicas propostas à Amazônia funcionou de maneira oposta à dinâmica estabelecida mais de um século antes, no início do mercado da borracha. A indústria do látex daquela época, com a intensa migração de nordestinos à Amazônia, formou-se a partir da dizimação de parte da população indígena. “Os índios tribais e mesmo as comunidades de tapuios pagaram um preço terrível ao rápido processo de expansão da indústria extrativa da borracha e outros produtos florestais” (MOREIRA NETO, 1988, p. 88). O recuo à chegada da febre do látex é um dos capítulos marcantes na história da dizimação das tribos indígenas da Amazônia. Mesmo com outros marcos históricos de tensas relações com os índios, foi durante a expansão da indústria seringueira que o número de populações indígenas foi reduzido de forma mais expressiva.

⁵⁰ Dados disponíveis em: <<http://ipam.org.br/entenda/que-papel-as-comunidades-tradicionais-e-os-povos-indigenas-vem-desempenhando-na-conservacao-das-florestas-tropicais-e-dos-seusestoques-de-carbono/>>. Último acesso em 31/10/2017.

⁵¹ Disponível em: <<http://memorialchicomendes.org/reservas-extrativistas/>>. Último acesso em 31/10/2017.

2.4 A DIZIMAÇÃO DE POPULAÇÕES INDÍGENAS AMAZÔNICAS

Compreender como algumas ações ameaçam as populações indígenas é fundamental para a percepção do papel das iniciativas autodenominadas independentes estudadas por esta pesquisa, contribuindo com a identificação de valores de noticiabilidade defendidos por elas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam aproximadamente 800 mil pessoas que se consideram indígenas vivendo no Brasil em 2010, sendo a maior concentração nas Regiões Norte e Nordeste do país, que abrigam mais de 50% do número total. Para a Fundação Nacional dos Índios (Funai), um dado importante é o aumento da proporção de indígenas urbanizados desde os anos 1991, época em o IBGE começou a incluir este grupo populacional⁵². Entre os 20 anos de dados registrados, a população indígena vivendo em áreas urbanas passou de 71 mil para 315 mil. Outra informação ressaltada pela Fundação é o número de índios ao longo dos séculos XVI e XXI, sendo perceptível a drástica diminuição a partir dos anos 1570 com quedas mais acentuadas a partir do século XVIII⁵³.

Para Moreira Neto (1988), grande parte dessa reconfiguração do número de índios presentes no território brasileiro se deve à expansão do mercado da borracha e outras ações de agricultura, reforçando a supressão da cultura indígena no Brasil. Até a metade do século XVIII a Amazônia brasileira tinha uma forte presença indígena. Foi antes do fim do século XVIII, inclusive, que grande parte dos grupos indígenas mais representativos e culturalmente desenvolvidos da Amazônia foram extintos (MOREIRA NETO, 1988). Para o autor, a situação continuou a se agravar um século depois, coincidindo com o início do mercado da borracha na região. Durante o crescimento da nova economia, no início do século XX, o número de nordestinos que migraram para a Amazônia superou o número de habitantes de povos existentes anteriormente. “De 1900 a 1920, a população amazônica chegou a duplicar, passando para quase 1.400.000, graças a esse contingente” (NETO, 1979, p. 135). A principal tradição afetada foi a da cultura indígena.

O período marca, também, a exclusão de índios em qualquer uma das produções econômicas importantes para aquela região. “Em alguns casos, são mantidos como produtores de alimentos e como fornecedores de mulheres aos seringais e outras zonas de produção, o que acelera o processo final de desintegração de suas comunidades” (MOREIRA NETO, 1988, p. 87). O processo de desestruturação das comunidades indígenas perpetua ao longo do século XX com as políticas de integração nacionais. A construção de rodovias, hidrelétricas, o

⁵² Análise disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Último acesso em 31/10/2017.

⁵³ Idem.

incentivo à agricultura, a formatos industriais de exploração e o consequente desmatamento e degradação ambiental gerados a partir dessas ações, geraram mais danos à tradição indígena. Somente em três anos, entre 1968 e 1971, “[...] estima-se que dois mil índios foram mortos, seja pelas forças repressivas do Estado ou de mercenários a seu serviço” (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 250). As práticas para desocupação dos territórios de interesse do Estado envolviam tentativas pacíficas ou não pacíficas de integração.

A história recente da Amazônia, por ocasião da abertura das estradas que apregoavam a integração nacional, é repleta de fatos que atestam como esses povos tiveram sua opção pela liberdade desrespeitada, sendo vítimas de enormes atrocidades. Contra eles foram usados modernas armas de fogo, gases tóxicos, arsênico misturado no açúcar e terríveis doenças epidêmicas. Nessa época, caso a ação de “pacificação” feita pelas agências do Estado não alcançasse os resultados esperados para retirar os “obstáculos do desenvolvimento”, recorria-se à força das armas (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 250).

As transformações culturais as quais foram submetidas as populações indígenas da Amazônia não só reduziu em número, como também provocou uma alteração significativa nas tradições culturais cultivadas. É o que Moreira Neto (1988, p. 90) associa como processo de “deculturação”, que soma todos os acontecimentos registrados ao longo da exploração Amazônica contra os índios. Sejam elas missões religiosas, tentativa de civilização ou trabalho servil, “[...] é inegável que, aos modos de ser dos habitantes típicos da Amazônia, se associou um estilo de natureza indígena genérica inconfundível (MOREIRA NETO, 1988, p. 90). Dessa maneira, mesmo com o surgimento de novas formas de organização indígenas a partir dos anos 1970 (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 251), deve-se considerar que os movimentos representam em grande parte uma população que preserva resquícios da cultura tribal identificada no início do século XVII, por exemplo.

Tal cultura indígena, que tem muito de residual e de inespecífico se comparada com o patrimônio cultural das sociedades indígenas tribais, mantenedoras um mínimo de viabilidade existencial, é co-participada tanto pelo tapuio quanto pelo sertanejo amazônico (MOREIRA NETO, 1988, p. 90).

Alguns avanços podem ser percebidos, principalmente na última década do século XX – também com a visibilidade que o assassinato de Chico Mendes deu às questões de povos Amazônicos, na preservação das populações indígenas da Amazônia, assim como do resto do país. Kolk (1996) relaciona algumas alterações na Constituição Federal, prevendo artigos que garantiam o respeito ao modo de vida dos índios, a proteção dos territórios indígenas e o monitoramento de recursos naturais. É interessante notar, porém, como essas conquistas foram aos poucos sendo substituídas a partir de interesses nacionais. Alguns artigos acrescentados posteriormente à Constituição garantiam uma certa autonomia brasileira

em atividades de mineração ou exploração em territórios indígenas. Elas “[...] só poderiam ser realizadas por indivíduos brasileiros ou empresas nacionais com a autorização do Congresso, a fim de proteger o ‘interesse nacional’⁵⁴” (KOLK, 1996, p. 103).

Entende-se, a partir desses ajustes às leis de preservação de áreas e tribos indígenas, que, na verdade, a posição de exploração e integração nacional estabelecidas a partir da década de 1950 continuaram. “Crescimento econômico e industrialização prevaleceram, e recursos naturais foram considerados inesgotáveis⁵⁵” (KOLK, 1996, p. 132). É nesse sentido que a autora, Kolk (1996) compreende a interferência internacional na Amazônia, pois acredita que medidas tiveram que ser tomadas para evitar o desmatamento e degradação da região Amazônica, regulando a economia nacional e o processo político vivenciado pelo Brasil. Os reflexos destes planos de ocupação nacionais da Amazônia também podem ser vistos além das áreas desmatadas na região, como é o caso da população indígena. Enquanto resiste o discurso global de que a Amazônia tem uma riqueza natural fundamental para a preservação do planeta, e os esforços concentram-se na tentativa de proteger isso, deixa-se de lado a situação precária em que grande parte da população da região vive. Esse é a principal preocupação das organizações internacionais que desenvolvem projetos atualmente na região.

A Amazônia tem sim um importante papel como patrimônio natural e cultural da humanidade, “[...] mas há que se pensar a região de forma crítica, para observar que, nela, a maioria da população vive em péssimas condições, inclusive sanitárias e ambientais” (CAMPELLO, 2013, p. 135). Para Campello (2013), a precária situação socioambiental atual contribui na continuidade da degradação dos recursos naturais da Amazônia. As condições em que vive a maioria da população afeta negativamente “[...] em sua economia, no padrão de vida de seus habitantes e, principalmente, na saúde da população, além de contribuir para um círculo vicioso de impactos ao próprio ambiente” (CAMPELLO, 2013, p. 135).

Assim, se por um lado existe uma preocupação com interesse de terceiros sobre os recursos naturais da região, e que de certa forma deu origem aos planos de contingência e ocupação da Amazônia apresentados até aqui, por outro também é necessário pontuar, corroborando com o discurso de Kolk (1996), que há uma vertente que considera a atuação internacional necessária para um desenvolvimento e recuperação da área Amazônica. São atuações que consideram e dão atenção às populações que, em algum momento, foram

⁵⁴ Tradução livre do original: “[...] could only take place by Brazilian individuals or national companies with the authorisation of the Congress, in order to protect the ‘national interest’”.

⁵⁵ Tradução livre do original: “Economic growth and industrialisation prevailed, and natural resources were regarded as being inexhaustible”.

esquecidas, suprimidas e deram lugar a estratégias expansivas de valorização econômica da região.

Há uma forte presença internacional que se estabeleceu na Amazônia devido também aos impactos do projeto anterior, que excluía as populações regionais, expulsava pequenos produtores e ameaçava índios, e esses grupos conseguiram apoios internacionais, como foi o caso de Chico Mendes, que foi a Washington para obter um reforço a fim de manter sua própria sobrevivência (BECKER, 2005, p. 78).

O ideal humanitário, porém, parece ser uma nova maneira de aproximação internacional e disputa de interesses na Amazônia. Consequentemente, este argumento é mais um dos ângulos observáveis nesta complexa relação internacional com a região. Medeiros (2016, p. 156) ressalta a ideia proposta por Ferreira Reis de uma “cobiça internacional” que em alguns momentos consegue camuflar interesses exploratórios em ideais humanitários. “Atuam através do discurso da desestatização, de uma complexa relação de ONGs com objetivos ecológicos suspeitos, da relação duvidosa de grupos empresariais com a mídia” (CAMPELLO, 2013, p. 139). São discursos e propostas que apresentam financiamentos de órgãos internacionais que se disponibilizam a auxiliar na proteção dos recursos naturais e no desenvolvimento social de populações marginalizadas. “Tal imposição sobre a Amazônia vem ocorrendo por variadas formas de pressão, que passam pela ideologia, envolvem a economia, a própria ciência e os movimentos sociais, e também os organismos multilaterais, como as Nações Unidas” (CAMPELLO, 2013, p. 144).

Este conflito de argumentos que tentam, por um lado, justificar a presença de organizações internacionais na região Amazônica – Kolk (1996) e Becker (2005) – e, por outro, condenar como mais uma forma de aproximação internacional com interesses ocultos – Medeiros (2006) e Campello (2013) -, é mais uma das características que fundamentam a complexidade que o tema Amazônia carrega consigo. Tantos interesses envolvidos na região agregam mais importância ao estudo de iniciativas autodenominadas independentes que atuam na Amazônia e buscam recursos com organizações internacionais, como é o caso das duas iniciativas escolhidas para esta pesquisa. Entender o histórico de conflitos e de disputa de interesses pelos quais se caracteriza a região Amazônica, também sustenta uma perspectiva sobre quais os critérios de noticiabilidade adotados pelas iniciativas aqui estudadas para cobrir a região.

3 NOÇÃO DE CAMPO JORNALÍSTICO

O conceito de campo social é o ponto de partida para uma possível compreensão dos fenômenos pelos quais o jornalismo passa atualmente. Apesar de constantes transformações que impactam diretamente nas relações de trabalho no meio jornalístico, de acordo com os dados apresentados na introdução deste trabalho, que inicialmente pode ser relacionada de forma direta aos modelos que predominaram ao longo do século XX no modo de produção capitalista, a discussão em que essas transformações acontecem se dá na perspectiva dos campos sociais que, no caso do jornalismo, esta pesquisa optou pela fundamentação de campo jornalístico constituído a partir das noções de campo defendidas por Bourdieu (1994). Como campo entendem-se organizações simbólicas que exercem uma certa força em torno de um conjunto de fatores e características que estabelecem uma experiência, um domínio específico do qual o campo vai se apropriar e consolidar uma experiência. São organizações simbólicas porque não existem concretamente e de forma espacial, mas sim em um propósito “[...] energético, à maneira da física, que fala de campo de forças para designar a tensão gerada pelo confronto entre pólos de sentido oposto” (RODRIGUES, 1999, p. 18). Bourdieu (1994, p. 30) entende campo “[...] enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”. As posições, por sua vez, são tomadas a partir da manutenção ou não da estrutura das relações de forças (BOURDIEU, 1994).

A ocupação de posições a que Bourdieu se refere pode ser também entendida como hábitos e conhecimentos desenvolvidos e adquiridos, que vão resultar em uma certa experiência que por sua vez vai caracterizar a diferença entre os diferentes campos atuantes na sociedade. “A experiência compreende um conjunto de saberes formados de crenças firmes, fundamentadas no hábito, ao contrário do saber científico que é fundamentado numa indagação racional metodicamente conduzida” (RODRIGUES, 1999, p. 03). Assim, diferentemente de um conhecimento científico em que métodos e hipóteses são testados para posteriormente gerarem um conhecimento reconhecido, a teoria dos campos sociais se estabelece a partir de saberes gerados no cotidiano e em práticas enraizadas socialmente. O conhecimento científico pode ser utilizado para a apropriação e aderência de saberes que podem ajudar a especificar as características e a conquistar a autonomia de um campo, mas é considerado diferente das experiências vivenciadas longe das experimentações científicas.

Enquanto a experiência capacita o seu possuidor para compreender sempre novas situações, ainda não experimentadas, a partir de uma sabedoria adquirida que fornece modelos e esquemas de comportamentos razoáveis adequados às diferentes situações de vida, a experimentação incide sobre fenômenos novos ainda não

compreendidos ou, pelo menos, insuficientemente compreendidos (RODRIGUES, 1999, p. 03).

A distinção entre os saberes científicos e aqueles que se desenvolvem a partir do hábito ajuda a compreender a influência que os campos sociais estabelecem nas relações sociais propriamente ditas. “A formação de um campo social dá origem a um fluxo regular de regulações sociais, em torno das quais se estabelece a ordem normativa do próprio campo” (ESTEVES, 2003, p. 124). É a partir da atuação de indivíduos e grupos de indivíduos da sociedade que os campos conseguem se definir, assim como conseguem determinar padrões necessários para o funcionamento da sociedade. São inter-relações intrínsecas que permitem a coexistência e uma constante influência dos campos para a sociedade e da sociedade para os campos, que “[...] a partir de uma estrutura própria (de valores, normas, colectividades e papéis), afirma a sua individualidade e especialização, ao mesmo tempo que contribui para o reforço da sociedade”, como afirma Esteves (2003, p. 123). O autor utiliza da definição do conceito de “mecanismos de solidariedade” para explicar a evolução de processos de relações sociais. Se antes, nas sociedades antigas, esses mecanismos de solidariedade se davam pela religião, etnia ou territorialidade, agora, nas sociedades modernas, novos mecanismos assumem as interações. São mecanismos pautados em questões econômicas, políticas e distintas associações de indivíduos.

Os novos mecanismos de solidariedade atravessam os diferentes campos sociais: no seu interior encontramos formas institucionalizadas de integração dos indivíduos, simultaneamente de carácter económico, político e associativo. Por exemplo, o campo dos media pode ser visto enquanto mercado, isto é, um espaço social segmentado a partir da intervenção de instrumentos económicos: o mundo das empresas, do trabalho, da concorrência, do lucro, etc. Um espaço no qual os agentes sociais se agregam e estabelecem entre si laços mais ou menos duradouros (ESTEVES, 2003, p. 129).

Para compreender a natureza comercial a qual o jornalismo está condicionado, é necessário também considerar aqui um outro campo intrínseco à existência do campo jornalístico: o campo político. O conceito de “mecanismos de solidariedade” proposto por Esteves (2003) auxilia na compreensão das condições, distintas, mas complementares, que estão associadas às diferentes e cada vez mais complexas interações dos campos sociais e, consequentemente, ao jornalismo. No caso do campo dos media, as complexidades, além de serem visíveis na perspectiva comercial, também podem ser encontradas nas relações políticas. “[...] trata-se, também, de um *espaço político*, socialmente estruturado com base na segmentação e hierarquização de funções, papéis, autoridade e poder dos diversos membros do seu corpo social” (ESTEVES, 2003, p. 129).

As relações entre política, comunicação e, principalmente, jornalismo podem ser estabelecidas a partir da visibilidade que a imprensa tem em uma sociedade. É por essa importância que “[...] a comunicação ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular, a esfera da política” (LIMA, 2007, p. 85). Esses pressupostos e ligações entre mídia e política também são resgatados por Habermas (1984) em uma análise histórica do surgimento da imprensa e os interesses movimentados por ela.

Sendo oriundo do sistema das correspondências privadas e tendo ainda estado por longo tempo dominada por elas, a imprensa foi inicialmente organizada em forma de pequenas empresas artesanais; nessa primeira fase, os cálculos se orientam por princípios de uma maximização dos lucros, modesta, mantida nos tradicionais limites da primeira fase do capitalismo: o interesse do editor por sua empresa era puramente comercial. A sua atividade se limitava essencialmente à organização da circulação das notícias e a verificar essas próprias notícias. - A este momento econômico se acresce, no entanto, um novo momento, político no sentido mais amplo, assim que a imprensa de informação evolui para uma imprensa de opinião e que um jornalismo literário passou a concorrer com a mera redação de avisos (HABERMAS, 1984, p. 213).

A relação com a busca pelo lucro, é preciso ressaltar, não é identificada apenas a partir da emancipação política dos jornais do século XIX. Há um momento anterior, relacionado por Habermas (1984, p. 213) ao afirmar que “[...] a imprensa foi inicialmente organizada em forma de pequenas empresas artesanais [...]” numa primeira fase em que “[...] os cálculos se orientam por princípios de uma maximização dos lucros [...]”, já é identificada uma natureza comercial das atividades de imprensa. A identificação e uma possível origem do jornalismo, ainda sem folhas impressas, com práticas comerciais pode também ser constatada antes mesmo, já no desenvolvimento das feiras livres de trocas de produtos, em um sistema pré-capitalista, ainda no século XIII. “Algo semelhante ocorre com a troca de informações que se desenvolve na trilha da troca de mercadorias” (HABERMAS, 1984, p. 29). O mesmo fato pode ser observado também no século XVII, a partir dos estudos de Tobias Peucer, época em que a imprensa já estava mais desenvolvida e as notícias eram percebidas como mercadorias. Para Peucer “[...] as causas da aparição dos periódicos impressos com tempestiva frequência hoje em dia, são em parte a curiosidade humana e em parte a busca de lucro” (PEUCER, 2004, p. 17).

Apesar da ligação, detectada por Habermas em uma gênese jornalística, dos dois campos (político e jornalístico), com o passar do tempo houve uma emancipação da imprensa do meio político. Foi a partir do desenvolvimento do Estado burguês e do estabelecimento de uma “[...] esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica se alivia das pressões

sobre a liberdade de opinião; agora ela pode abandonar a sua posição polêmica e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial” (HABERMAS, 1984, p. 216). A liberdade em relação ao campo político, porém, não exime a imprensa de uma condição manipulável ou de uma relação e tensão constantes com o campo político e comercial. A emancipação completa parece nunca ter existido e, ao perceber que a tensão é natural entre campos, talvez essa liberdade nunca venha a ocorrer. Interesses inerentes às lógicas comerciais e capitalistas começaram a surgir e a disputar prioritariamente as relações de tensão no campo jornalístico. Ao invés de preocupação com a condição pública, jornais passaram a funcionar em uma estrutura de interesses privados que, pela força da imprensa, passaram a interferir nos interesses públicos. A imprensa “[...] torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública” (HABERMAS, 1984, p. 218). Nessas condições, a lógica do lucro e de otimização no oferecimento dos serviços noticiosos ganha lugar nas práticas produtivas jornalísticas e passa a coexistir com interesses políticos.

Impressores de jornais devem seu sustento e lealdade aos partidos políticos. Não até as décadas de 1820 e 1830, eles começam a contratar repórteres para reunir notícias de forma eficaz ao invés de esperar que elas viessem até eles. No final do século XIX, os jornais urbanos cresceram mais prósperos, ambiciosos e poderosos. Embora alguns tenham permanecido fervorosamente partidários, outros começaram a proclamar sua independência política. Ao mesmo tempo, repórteres destes jornais eram condicionados aos caprichos dos donos, que ainda tinham fortes pontos de vistas próprios e frequentemente estavam em dívida com anunciantes e potenciais anunciantes⁵⁶ (DOWNIE; SCHUDSON, 2009, p. 4).

Os resgates de Habermas apresentados até aqui, que orientam para uma perspectiva do jornalismo sendo absorvido pelas lógicas comerciais, merecem uma distinção da teoria dos campos sociais evidenciadas por Bourdieu (1994). Há uma diferenciação que fortalece a utilização da dinâmica de campos sociais adotada por este trabalho, e, conseqüentemente, a constante disputa estabelecida entre as forças políticas, econômicas e jornalísticas. Segundo os autores, ao se diferenciar os conceitos de esfera pública, de Habermas, e de campos sociais, de Bourdieu, percebe-se que a proposta de Habermas apresenta a noção da existência de uma falta de autonomia da atividade jornalística diante da ordem comercial. Bourdieu, por outro lado, ao estabelecer o conceito de campos sociais, considera o jornalismo como um campo em

⁵⁶ Tradução livre do original: “*Newspaper printers owed their livelihoods and loyalties to political parties. Not until the 1820s and 1830s did they begin to hire reporters to gather news actively rather than wait for it to come to them. By the late nineteenth century, urban newspapers grew more prosperous, ambitious, and powerful. Although some remained staunchly partisan, others began to proclaim their political independence. At the same time, reporters at those papers were often beholden to the whims of owners, who still had strong views of their own and were frequently beholden themselves to advertisers and potential advertisers*”.

disputa com os campos políticos e econômicos. E é justamente a partir dessa disputa, da perpetuação das tensões entre essas diferentes áreas, que o campo jornalístico se constitui, sofrendo interferências e adequando-se continuamente.

A noção de campo jornalístico de Bourdieu também pode ser distinguido do modelo da “esfera pública” de Habermas. Apesar de algumas modificações no seu modelo, a concepção da relação dos meios de comunicação de massa para a esfera pública, em grande parte gira em torno da única variável de comercialização em Habermas. Historicamente, Habermas argumenta, que a “imprensa se tornou manipulável, na medida em que se tornou comercial”, começando de fato em meados de 1800. A esfera pública foi, assim, transformada em um fórum para o debate crítico racional em uma “plataforma para a publicidade”. Em contraste com a compreensão de Bourdieu do campo jornalístico como possuindo alguma autonomia, Habermas retrata a imprensa como completamente desprovida de defesas contra o mercado e o Estado do bem-estar em massa. Enquanto Habermas escreve em relação à teoria normativa democrática, Bourdieu mantém uma relação mais ambivalente ou pelo menos indireta para tais preocupações. Normativamente, se Habermas quer restaurar a possibilidade de alcançar uma “situação de fala ideal”, Bourdieu está interessado principalmente na manutenção das condições sociais ideais para a produção de conhecimento e modernas formas especializadas de cidadãos esclarecidos (BENSON; NEVEU, 2005, p. 8).

É de uma certa autonomia desfrutada pelo campo jornalístico que as interações com o mercado, e também com a esfera política, contribuem para transformações ao longo da história da atividade jornalístico. A busca por especificidades do campo influencia uma postura de relações de produção e trabalho que vão ajudar nas definições de campo. É no contexto profissional que o campo jornalístico desenvolve vínculos com outros campos sociais ao atuar na produção de discursos, assim como sociólogos, historiadores e políticos. São atividades e ações que lutam para impor visões que contribuem com o reconhecimento de categorias legítimas de construção social (BOURDIEU, 1994). Silva (2009) explica os conceitos apresentados por Bourdieu para a compreensão das práticas dos profissionais jornalistas, as correlações que a profissão faz com outros campos sociais e a influência que o jornalismo tem na sociedade. As lógicas comerciais e políticas as quais a profissão está vinculada são percebidas, por Bourdieu, como fatores de dependência que interferem no campo jornalístico e naqueles campos que se relacionam com ele.

Bourdieu (1997 e 2005), para apreender mecanismos das práticas dos jornalistas, define campo jornalístico como um microcosmo que tem leis próprias, marcado por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre da parte de outros microcosmos. O sociólogo atenta para fatores mais internos à prática, e com isso, discute a autonomia ambígua e a dupla dependência do campo jornalístico em relação aos campos econômico e político e destaca a influência «incessantemente ampliada» do jornalismo, continuamente sujeito à pressão da lógica comercial, sobre os cidadãos comuns, sobre os próprios jornalistas e também sobre os demais campos sociais – o das ciências sociais, os outros campos científicos, e com ainda mais força sobre o campo cultural, dos artistas e escritores (SILVA, 2009, p. 198).

O contexto profissional é o âmbito que interessa à discussão desenvolvida por este trabalho, já que é neste campo jornalístico em que as transformações jornalísticas que de alguma forma incentivam a criação de iniciativas autodenominadas independentes estudadas por este trabalho acontecem. Outra perspectiva a partir do entendimento de campos é a contribuição que a proposta traz para a constatação da existência ou não de autonomia dos profissionais, assim como possíveis características de independência na relação do campo jornalístico com o campo político e econômico, por exemplo. Por esses motivos, esta construção teórica fundamenta algumas das categorias da análise materializadas no direcionamento das perguntas e na pesquisa sistematizada dos produtos jornalísticos descritos posteriormente.

3.1 TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO JORNALÍSTICO E A CULTURA PROFISSIONAL

Para entender as transformações do campo e a cultura profissional é necessário compreender alguns aspectos da constituição do modelo industrial do jornalismo, pois entende-se que este configura algumas características da cultura profissional ao longo do século XX. Reflexo de alterações no modo de atuação dos jornais, e principalmente na contribuição do surgimento de um processo de profissão jornalística orientada para a coleta de informações, é a criação, nos Estados Unidos, dos chamados *penny press* a partir de 1830. “O jornalista americano se definiu antes de qualquer coisa como um profissional da busca por notícia” (NEVEU, 2006, p. 22). A busca pelas notícias e a consolidação de profissionais que exerciam esta função é uma das etapas de uma lógica condicionada a fatores comerciais. É nos *penny press*, por exemplo, que surge a perspectiva da notícia como um produto que deve ser comercializado para potencializar a lucratividade nas empresas vinculadas ao ramo da imprensa. “A notícia, sobretudo a partir de 1830, passou a ser considerada um produto a ser vendido e surge o chamado ‘penny press’ que consagra o jornalismo orientado à coleta do fato” (PETRARCA, 2007, p. 76). É com os *penny press*, também, que se inicia o desenvolvimento de uma identidade profissional associada às práticas de produção evidenciadas por essa plataforma, um meio que “[...] buscou padronizar e racionalizar a produção regular de notícias” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 57). São mecanismos, formas de trabalho e códigos deontológicos que norteiam as práticas da profissão desde então.

Ser jornalista supõe um relato de campo, a constituição de uma agenda de endereços e das habilidades ligadas a tomar notas, a apurar a informação, ao domínio da

situação na entrevista. Gêneros jornalísticos que parecem hoje evidentes nasceram nos Estados Unidos nessa busca pela informação (NEVEU, 2006, p. 23).

A relevância dos *penny press* e das práticas profissionais estabelecidas nos Estados Unidos, a partir das condições comerciais que se desenvolveram no final do século XIX e início do século XX, evidenciadas também por Habermas (1984), Lima (2007), e Schudson (2010) são o ponto de partida para a compreensão do modo de se fazer jornalismo em diferentes partes do mundo. Nota-se, primeiro, a historicidade do formato já que “[...] muitas publicações importantes da imprensa diária e especializada são as herdeiras – às vezes ilegítimas – dos jornais nascidos no período entre as duas guerras mundiais” (NEVEU, 2006, p. 21). Em um segundo momento, destaca-se a referência histórica que os jornalismo estadunidense e europeu consolidaram para a atuação da imprensa em outras partes do mundo (NEVEU, 2006, p. 22).

Apesar de uma crescente valorização de aspectos comerciais no jornalismo praticado neste século XXI é necessário um aprofundamento na percepção de que nunca houve um jornalismo tão voltado para o mercado quanto hoje. Afirmações, por exemplo, de que no começo deste século a profissão teria a maior ameaça da história por vermos “[...] pela primeira vez o surgimento de um jornalismo baseado no mercado, mais e mais divorciado da ideia de responsabilidade cívica” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 49), precisam ser contextualizadas diante do cenário comercial pelo qual o jornalismo se desenvolveu no século XIX e XX. Primeiro porque, conforme os argumentos apresentados até aqui, o jornalismo influenciado pelas lógicas do mercado e interesses políticos, em meio a tensões de campos, pode ser identificado ao longo dos anos 1900 e, segundo, entende-se que as transformações no campo jornalístico, novamente, não são apenas fruto do aperfeiçoamento e desdobramento de tecnologias digitais no início dos anos 2000. Uma das evidências deste processo são os direcionamentos com o aparecimento da televisão, entre os anos 1940 e 1960, com a queda das receitas publicitárias nos veículos impressos - que acabaram sendo encaminhadas para a nova tecnologia de transmissão de informações – e as reformulações estruturais de veículos impressos. “Para manter ganhos enquanto as renovações publicitárias caíam, como fizeram durante a recessão, alguns proprietários começaram a cortar custos agressivamente⁵⁷” (DOWNIE; SCHUDSON, 2009, p. 15).

São condições que determinam a produção e a definição da importância das notícias a partir de lógicas comerciais. “Tornou-se banal ver jornalistas de televisão ou suas

⁵⁷ Tradução livre do original: “To maintain earnings whenever advertising revenues fell, as they did during a recession, some owners began to cut costs aggressively”.

organizações lamentarem publicamente a hierarquia dos jornais televisivos que eles mesmos devem construir sob a pressão das lógicas do ibope” (NEVEU, 2006, p. 159). Nos diferentes cenários descritos, a consequência dessas transições só fortaleceu a dinâmica estabelecida com os *penny press*, a lógica comercial e a busca por otimização de mão de obra e investimentos, resumida a uma “[...] tendência global à perda de autonomia das redações em face dos departamentos de gestão” (NEVEU, 2006, p. 159). São questões que reforçam o conceito de “jornalismo de mercado” (Market-driven Journalism) que, segundo Neveu (2006, p. 158) formam “[...] um conjunto de evoluções pelas quais a busca de uma rentabilidade máxima vem redefinir a prática jornalística” (p. 158). O caso do jornalismo de mercado, detectado por estudos ainda no início dos anos 1990, remete principalmente à evolução comercial condicionada ao jornalismo ao longo do século XX com os modelos industriais.

Assim, as mudanças percebidas no campo jornalístico não são exclusivas ao início do século XXI e às novas tecnologias digitais. A cultura profissional ao longo do século XX e a consequente proliferação de cursos universitários foram um dos fatores de tensão ao preparar novos profissionais “[...] com uma formação específica (em geral universitária) que os mais antigos de uma forma geral não têm” (ESTEVES, 2003, p. 140). A formação universitária, por mais tensão que tenha gerado ao campo, porém, parece ter sido necessária para criar uma noção de autonomia maior do campo jornalístico aos outros campos sociais, naquela busca frequente que um campo faz pela consolidação e fortalecimento das características necessárias para se constituir.

Neste caso, a alteração das figurações é sensível tanto no interior do campo - onde os novos elementos conquistam rapidamente posições aos membros mais antigos do corpo social (nos locais de trabalho, nas chefias e direcções das diferentes associações profissionais, etc.) - como na relação que o campo dos media estabelece com os outros campos sociais - a respeitabilidade adquirida à custa de um corpo social que pode apresentar (e ostentar) um nível de formação similar (ou até superior) à dos corpos sociais dos outros campos (ESTEVES, 2003, p. 140).

Assim como a especialização na formação, outros fatores parecem acompanhar o mercado profissional jornalístico desde antes das novas tecnologias digitais latentes neste século XXI. A precarização do trabalho, entendimento fundamental para o arcabouço teórico desta pesquisa, é um desses fatores gerado pela maximização dos lucros dos grupos de comunicação, contrapartida à lógica comercial às quais o jornalismo está inserido. Segundo Neveu (2006, p. 49), essa precariedade é uma tendência internacional relacionada à procura, pelas empresas, de mais lucratividade. O resultado prático é um efeito direto nas rotinas produtivas dos jornalistas atuantes das redações, gerando maior instabilidade e

profissionalização, a partir dos ajustes necessários para incorporar as dinâmicas comerciais, num crescente oferecimento de informações de serviço e a otimização do investimento em profissionais, levando ao tratamento precário da mão-de-obra jornalística.

A busca por rentabilidade afeta também o tratamento da mão-de-obra jornalística. Estágios gratuitos, *freelances*, contratações por tempo determinado seguem em períodos cada vez mais longos antes de uma contratação estável (NEVEU, 2006, p. 159).

A afirmação de Neveu concentra-se a um período de tempo que confirma como essas transformações acompanham o campo antes da crise presenciada no início do século XXI, já que o autor se utiliza de dados sobre o número de profissionais *freelancers* coletados entre 1986 e 1995. “A porcentagem de *free-lancers* sem estabilidade, com ‘salários risíveis’, passou, entre 1986 e 1995, de 12% a 25% dos jornalistas britânicos” (NEVEU, 2006, p. 49). Segundo Neveu, os números da Inglaterra e também dos Estados Unidos mostram quais caminhos as empresas de comunicação optaram em seguir para uma busca por rentabilidade, resultando “[...] num espetacular acréscimo de ‘enxugamentos’ e numa instabilidade profissional maior” (NEVEU, 2006, p. 49). Os *freelancers*⁵⁸ da época analisada por Neveu surgem da instabilidade do alto número de profissionais que chegam ao mercado de trabalho.

Alguns jornalistas podem encontrar nesse sistema de pagamento por artigo publicado (*free-lance*), uma independência que eles julgam mais importante do que a oferecida pelo pertencimento a uma redação. O aumento maciço dos *free-lancers* desde os anos 1980 toma um outro sentido. Ele assinala um desenvolvimento espetacular da precariedade e a emergência de um verdadeiro exército de reserva, frequentemente composto por jovens, oscilando entre demissões e inserções ligeiras nas redações (NEVEU, 2006, p. 47)

Dessa maneira, encontra-se mais um argumento de que a "crise" do jornalismo não pode ser considerada isolada ao século XXI. Hirata (2002, p. 344) pontua que a crise financeira que abalou diferentes países no final da segunda metade do século XX ocasionou uma "tipologia complexa em fase de elaboração", a qual ela concebe como "transformação paradoxal do trabalho" refletindo uma situação envolvendo poucas pessoas no trabalho e precarização de muitos. O desenvolvimento dos mercados financeiros é sustentado pelo

⁵⁸ Schudson (2010) identifica a categoria de *freelancer* já no final do século XIX, período em que havia uma tendência à profissionalização do jornalismo. “O *The Journalist* insistia repetidas vezes que os jornais renunciassem ao hábito de confiar em repórteres *free-lancer*, que eram pagos por “colunas” – de acordo com o número de polegadas por coluna que seus artigos ocupavam no jornal. Por volta de 1898, o *The Journalist* notou que não somente cada um dos grandes jornais de Nova York tinha ao menos dez graduados em universidades em sua equipe, como também que a figura do repórter que trabalhava por “coluna”, em vez de salário, estava praticamente extinta” (SCHUDSON, 2010, p. 86). Apesar de Schudson e Neveu utilizarem a palavra na grafia como “*free-lancer*”, este trabalho utiliza a grafia “*freelancer*” por ser a forma usada atualmente – conforme definição do dicionário online Linguee: <<https://www.linguee.com/ingles-portugues/traducao/freelancer.html>>. Último acesso em 08/11/2017.

aumento da precarização do emprego e do desemprego. Segundo a autora houve uma precarização dos laços empregatícios com o aumento do desemprego de longa duração, flexibilizou-se o uso da mão de obra e aumentaram-se as formas instáveis de emprego. Como por exemplo, o trabalho em tempo parcial nos países do Norte e o crescimento do trabalho informal nos países do Sul. Em 1998, na França, "[...] um em cada 11 assalariados tinha laços empregatícios precários; mais de 17% do conjunto dos assalariados do setor privado tinham um emprego em tempo parcial" (HIRATA, 2002, p. 344), e em 2000, somente 57% dos empregos no país eram estáveis.

Leite (2015) traz que após a década de 1990 no Brasil cresceu o número de contratação de jornalistas sem registro em carteira profissional, seja como *freelancers*, cooperados, sócios participativos, contratados por tempo determinado ou como pessoa jurídica. No cenário nacional, estima-se que 59,8% são contratados com carteira assinada, 11,9% são *freelancers*, 8,7% prestadores de serviço, 6,85% pessoas jurídicas e 13,4% classificados como outros, ou seja, quase 41% enquadram-se em outra forma de contratação (MICK; LIMA, 2013). A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013) traz dados referentes a 2012 e é importante lembrar que as demissões do Passaralho ocorreram após 2013, o que significa que o número de contratos informais tende ainda ser maior atualmente. O crescimento no número de jornalistas *freelancers* e pessoas jurídicas não ocorreu apenas no Brasil, como pontua Neveu (2006, p. 35). "O aumento da precariedade constitui igualmente uma tendência internacional, ligada ao desrespeito laboral e à procura desmedida do lucro por parte das empresas".

O que diferencia o século XXI dos outros momentos de transformações críticas estabelecidas no jornalismo é a possibilidade, agora, que as plataformas digitais e novas tecnologias proporcionam ao profissional – que enfrenta a instabilidade, o desemprego e as recorrentes dinâmicas precárias da profissão - oportunidades de se dedicar a um modelo diferente daquele praticado nas redações tradicionais. É o que Moraes (2007) define como comunicação alternativa em rede em que se constroem "[...] espaços de afirmação de óticas interpretativas críticas e de práticas jornalísticas cooperativas, com a finalidade de defender a diversidade informativa e valores éticos" (MORAES, 2007, p. 03). Assim, outro aspecto a se considerar a partir das transformações do mercado ao longo do século XX e da inovação tecnológica é a recorrência cada vez maior e o investimento em iniciativas independentes na Internet. No Brasil, por exemplo, levantamento realizado pela Agência Pública aponta 80 sites

de jornalismo independente, criados a partir de 2007⁵⁹, principalmente compostos por redações de pequeno e médio porte. Pesquisa da Volt Data Lab aponta que há 1400 redações nessa faixa de estrutura no país. Na mesma linha, o jornalista Sérgio Lüdtke, coordenador do Master em Comunicação e Mídias Digitais do Instituto Internacional de Ciências Sociais – IICS, mapeou 200 iniciativas online no país, na pesquisa Empreendimentos do Jornalismo Digital Brasileiro que está desenvolvendo⁶⁰.

A juvenilização da profissão de jornalismo, a formação acadêmica, o surgimento de novas funções e o desaparecimento de outras, a redução de vagas no mercado de trabalho ou a criação de iniciativas digitais autodenominadas independente de jornalismo são apenas alguns dos exemplos de fatores que provocam readequações para a continuidade das especificidades e características do campo jornalístico. São tensões que “[...] começam por se fazer sentir em cada local de trabalho, mas cujos efeitos acabam por atingir a hierarquia do corpo social e, inevitavelmente, a estrutura do próprio campo” (ESTEVES, 2003, p. 140). As alterações são sentidas de forma a influenciar a relação estabelecida com outros campos sociais, mas também são, principalmente, vivenciadas no interior do campo jornalístico, especificamente com a cultura profissional, que é como se localizam as organizações de comunicação, com seus locais de trabalho, chefes, diretores e todas as decisões que são tomadas para tentar manter a estrutura em funcionamento. Para entender os objetos deste projeto de pesquisa, compreende-se que Amazônia Real e InfoAmazonia estão inseridos no século XXI, identificado por alguns autores como o jornalismo pós-industrial ou quarto paradigma do jornalismo. O próximo capítulo trata da contextualização do jornalismo neste século, a partir de ajustes mercadológicos.

⁵⁹ Disponível em <<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Último acesso em 20/05/2016.

⁶⁰ Disponível em <<http://interatores.com.br/como-estao-sendo-planejadas-as-iniciativas-em-jornalismo-digital-no-brasil/>>. Último acesso em 05/06/2016.

4 O JORNALISMO NO SÉCULO XXI E RECONFIGURAÇÕES

O cenário de instabilidade e transformações perpetua no campo jornalístico sobretudo nos últimos 30 anos (NEVEU, 2006), o que, segundo Cagé (2016, p. 5), não justifica novidade nesta “crise” do século XXI. “Ela não começou com o advento da internet ou o colapso financeiro de 2008” (2016, p. 5). A instabilidade da profissão continua e sofre oscilações em determinados períodos devido a fatores adversos. Dados de 2012, da pesquisa *Quem é o jornalista brasileiro? – Perfil da profissão no país* (MICK; LIMA, 2013), mostram que 59% dos profissionais atuantes em redação têm até 30 anos. Jornalistas entre 23 e 30 anos, a maioria, representam 48%, enquanto há também uma incidência de 11% de atuantes entre 18 e 22 anos. Em comparação com outras idades, profissionais entre 31 e 50 anos representam 33%. Apesar das semelhanças desses cenários entre a década de 1990, no caso do Brasil, e o início deste século XXI, é preciso ressaltar também as diferentes exigências que apareceram principalmente com a inclusão de novas tecnologias digitais à sociedade, às redações e grupos de comunicação e, em consequência, a chegada do chamado jornalismo pós-industrial. São condições que perpetuam a instabilidade profissional e trazem alterações em relações que até então não eram pensadas. “Nesse contexto, o jornalista necessita manter princípios deontológicos da profissão e obter habilidades que não se faziam necessárias” (LIMA JUNIOR, 2012, p. 69). Charron e Bonville (2016) analisam o jornalismo do século XXI a partir de mercados e das concorrências específicas que contribuem para a desestabilização do campo. Posteriormente, num âmbito mais social, apresenta-se a teoria da governança (BEVIR, 2013) como base para novos modelos de gestão no jornalismo, incluindo-se, aí, as iniciativas autodenominadas independentes.

Mesmo com um envolvimento político em um certo momento da história, como apresentado no capítulo anterior, o campo jornalístico deixou de ser influenciado diretamente pelo campo político para adotar uma postura mais comercial. Hoje “[...] existem outras restrições igualmente fortes à produção jornalística, notadamente aquelas impostas pela rentabilidade⁶¹” (CHAMPAGNE, 2005, p. 51). Essas imposições econômicas geram uma primeira tensão interna ao campo, que diz respeito ao papel intelectual e social que os jornais devem ou deveriam exercer antes de qualquer prioridade política ou econômica. É um jornalismo conhecido como “cão de guarda”, ou “quarto poder”, que estabelece que “[...] os jornalistas estariam dispostos a se expor por longas jornadas irregulares de trabalho, a

⁶¹ Tradução livre do original: “[...] there are other, equally strong constraints on journalistic production, notably those imposed by profitability”.

sacrificar suas vidas pessoais e até mesmo a correr riscos de vida em nome de suas responsabilidades sociais (BARSOTTI, 2014, p. 86). Assim, a tensão entre valores e viabilidade financeira da produção jornalística configura-se como uma crise de identidade para o jornalista, também nessa conjuntura dos anos 2000. Segundo Barsotti (2014), opinião que pode ser somada aos dados de Neveu (2006), a sobrevivência do jornalista já começa a ser colocada em dúvida na virada do século XXI.

Para Champagne (2005), há uma clara oposição entre sucesso econômico e o que ele chama de consagração intelectual. “O primeiro é de uma ordem puramente material e pode ser rápido e efêmero, enquanto que o segundo é mais simbólico e requer tempo para o lento reconhecimento pelo grupo de pares; mas é durável⁶²” (CHAMPAGNE, 2005, p. 57). O autor complementa afirmando que sendo uma atividade intelectual sob pressões externas, “[...] na prática o campo jornalístico tem que reconciliar esses dois universos sociais antagônicos⁶³” (CHAMPAGNE, 2005, p. 57). A tentativa de resolver esse dilema pode ser vista com o surgimento dos *penny press*, conforme observações do capítulo anterior. Com esta categoria de produção voltada a objetivos comerciais, não só as relações entre os campos econômico e jornalístico começam a ficar mais interdependentes em um âmbito geral, como também a produção intelectual de jornalistas passa a encontrar outros propósitos, com uma maior profissionalização e a adoção da busca pela objetividade.

O ideal de objetividade jornalística surge nesse contexto da profissionalização, diante da necessidade de separar os fatos das opiniões, mistura que caracterizara o jornalismo político da fase anterior. A objetividade é empregada como uma estratégia para a empresa capitalista se firmar. Ao buscar a imparcialidade, o relato dos fatos com precisão, ela garantia seu apartidarismo e não afastava anunciante de nenhuma espécie. Ao mesmo tempo, ampliava seu público com notícias sobre o cotidiano, até então ausentes das páginas dos jornais (BARSOTTI, 2014, p. 91).

Essa mudança de percepção é fundamental para entender o jornalismo de informação e a participação das empresas jornalísticas na constituição da cultura profissional. A adoção do *lead*, por exemplo, também está associada a técnicas que contribuíam diretamente com a formação de produção de notícias voltadas para o mercado. Outra característica que vale destacar é a criação de divisões de trabalhos nas redações, “[...] com a nítida separação entre os departamentos de gestão editorial e de reportagem” (BARSOTTI, 2014, p. 93). Mas, mesmo com os objetivos de mercado cada vez mais incorporados à redação, essa divisão de funções, de certa forma, assegurava aos jornalistas uma dedicação ao ofício da reportagem.

⁶² Tradução livre do original: “*The first is of a purely material order and can be rapid and ephemeral, while the second is more symbolic and requires time for the slow recognition by the peer group, but is durable*”.

⁶³ Tradução livre do original: “[...] *in practice the journalistic field has to reconcile these two antagonistic social universes*”.

Decisões editoriais eram de outra ordem. Schudson (2005, p. 216), questiona se os jornalistas construíram um senso de uma autonomia própria contra a área comercial: “Teria a ‘parede de separação’ entre o escritório de negócios e a redação sido finalmente e totalmente colocada abaixo em uma lucrativa busca por audiências?⁶⁴”. O questionamento de Schudson é o ponto inicial para a percepção dos conceitos de hiperconcorrência, que se desenvolve dentro dos parâmetros mencionados até aqui. De um lado o ímpeto pelos valores morais do jornalismo; do outro, a necessidade de sustentabilidade financeira das empresas jornalísticas nas quais os profissionais estão alocados.

A principal contradição no funcionamento do campo jornalístico reside no fato de que as práticas jornalísticas que melhor se conformam com os códigos éticos dos jornalistas muitas vezes simplesmente não são lucrativas. O jornalista idealmente quer ser o servo firme da verdade sob qualquer preço, mas ele pertence a um papel que tem um preço e está situado dentro de uma empresa econômica com suas próprias exigências, que não são completamente da imaginação⁶⁵ (CHAMPAGNE, 2005, p. 51).

O argumento defendido por Charron e Bonville (2016, p. 352) diz que sobretudo a partir do final dos anos 1970, “[...] a estrutura global do mercado jornalístico, até então próxima do modelo de concorrência de pequena intensidade, vai evoluir para um modelo muito mais intenso de concorrência”. Essa noção é reflexo das alterações elencadas até o momento; passando pela profissionalização e criação de diversas empresas jornalísticas cada vez mais lucrativas, até a chegada de novas tecnologias e plataformas que redimensionam as atividades do jornalismo, culminando na diversificação de investimentos publicitários no setor. Os mesmos autores elencam cinco diferentes mercados em que os agentes passam a concorrer a partir das alterações vivenciadas nesta nova dinâmica pós-industrial. É nesta multiplicidade de mercados que se fundamenta o conceito de hiperconcorrência proposto pelos autores.

... o processo de produção e de distribuição da informação jornalística, tal como se conhece hoje, leva os agentes (empresas jornalísticas e jornalistas) a concorrerem simultaneamente em vários mercados: a) o mercado dos anunciantes, de onde provém a maior parte da renda das empresas jornalísticas; b) o mercado dos consumidores, que deve ser atraído já que a renda publicitária depende disso; c) o mercado de fontes, junto às quais os jornalistas buscam os materiais necessários à produção da informação; d) o mercado financeiro, no qual as empresas jornalísticas

⁶⁴ Tradução livre do original: “Has the ‘wall of separation’ between the business office and the News room been finally and fully broken down in a profit-driven quest for audiences?”.

⁶⁵ Tradução livre do original: “The major contradiction within the operation of the journalistic field lies in the fact that the journalistic practices that best conform to journalists’ ethical codes are very often simply not profitable. The journalist ideally wants to be the stalwart servant of the truth at any price, but he belongs to a paper that bears a price and is situated within an economic enterprise with its own exigencies, which are not all of the mind”.

obtem o capital necessário para seu desenvolvimento e expansão; e finalmente e) o mercado profissional, no qual os jornalistas buscam obter o reconhecimento dos pares e, eventualmente, prestígio e renome (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 341).

Para o cumprimento dos objetivos deste trabalho – que se propõe a aferir como se configura o jornalismo autodenominado independente - existem quatro mercados a serem considerados como parte da fundamentação teórica: a) o mercado dos anunciantes; b) o mercado de fontes; c) o mercado financeiro; e d) o mercado profissional. O mercado dos consumidores é um segmento que foge do escopo inicial desta pesquisa por tratar de uma característica de recepção e consumo das notícias geradas pelas iniciativas autodenominadas independentes. Os outros mercados – anunciantes, fontes, financeiro e profissional – têm influência direta na melhor compreensão de como essas iniciativas são criadas e quais modelos de gestão são adotados. Apesar de alguns desses modelos adotarem a figura do consumidor como fundamentais para o funcionamento, eles não serão abordados aqui – critérios que serão esclarecidos no tópico sobre modelos de governança ainda neste capítulo.

4.1 OS MERCADOS DOS ANUNCIANTES, FINANCEIRO E DE FONTES

Mais do que abordar os mercados mencionados acima de forma separada, é importante ressaltar que a existência deles acontece de forma simultânea, resultando em uma coexistência. Entende-se que é preciso evidenciar esses mercados a partir de uma perspectiva convergente, ressaltando a linha tênue e o ciclo contínuo existente entre eles que culminam, por fim, nas alterações perceptíveis na rotina profissional – que está entre os objetivos específicos para a análise deste trabalho. Assim, percebe-se que o crescente espaço das plataformas digitais na internet gerou uma disponibilidade cada vez maior de fontes de informações para o público e uma consequência direta às receitas geradas a partir de anúncio (concorrência em um mercado de anunciantes) que, por sua vez, gerou uma desestruturação da sustentabilidade financeira das organizações jornalísticas (concorrência em um mercado financeiro). O desencadeamento dessas diferentes concorrências criou novos objetivos para os jornalistas atuantes que, para atrair o tempo de leitura dos consumidores, utilizam-se de fontes que possam contribuir para que as empresas jornalísticas tenham sucesso na disputa por atenção do público (concorrência em um mercado de fontes), além de potencializar o desenvolvimento de novas competências dos jornalistas e reconfigurações comerciais (concorrência em um mercado profissional).

O modelo de negócios de empresas jornalísticas, sustentado na era industrial, está sendo repensado após mudanças de comportamento do mercado, sobretudo impulsionadas

pelas transformações tecnológicas e, paralelamente, pelo surgimento de novos veículos e plataformas, repercutindo diretamente nas relações de trabalho do profissional jornalista. Como pontuam Ribeiro e Guaraldi, o modelo anterior “[...] se baseava na veiculação de informações capazes de gerar receita financeira por meio da venda de espaço para publicidade, complementada por assinaturas e vendas avulsas, no caso de jornais e revistas” (2016, p. 1). Nesse contexto de mercado financeiro e de anunciantes, as tecnologias aprimoradas a partir do início do século XXI diminuíram o peso que o jornalismo tinha na distribuição de informações. No antigo modelo, o mercado jornalístico era a principal fonte de consulta de notícias. Com a internet o fluxo de publicação é pulverizado com outras diferentes fontes de informações, assim como o próprio consumidor torna-se produtor do conteúdo que antes era exclusivo da indústria jornalística.

Produzir e compartilhar conteúdos torna-se um hábito, agora facilitado pelas novas tecnologias. O consumidor passivo sai cada vez mais de cena para dar lugar ao “prossumidor” (produtor-consumidor). Ele agora recebe e produz conteúdo e, munido de um celular ou câmera portátil, captura o mundo à sua volta por meio de textos, fotos e vídeos. As notícias não são mais exclusividade dos antigos emissores, os meios de comunicação de massa. Elas são fluidas, estão espalhadas pela rede e podem ser produzidas por jornalistas ou por amadores (BARSOTTI, 2014, p. 79).

Com a nova relação entre consumidores e acesso a informação, a receita financeira destinada às empresas de notícia também foi reestruturada. Ao considerar que a maior fonte de subsídio financeiro para o jornalismo sempre foi do mercado publicitário (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), as empresas jornalísticas, nos últimos anos, se readequaram com uma transposição intensa dos meios tradicionais para a internet. Entretanto, mesmo “[...] que os grupos de mídia já estejam fortemente presentes na internet, não há uma transferência direta de receita do papel para o veículo *on-line*” (BARSOTTI, 2014, p. 69). Mesmo que as plataformas digitais gerem mais audiência direta, o mercado de anúncios na rede ainda é mais barato que nos meios impressos ou tradicionais – efeito provocado em grande parte pela variedade de opções de conteúdo disponíveis na internet, conforme mencionado anteriormente. Se o fluxo de informações é pulverizado, também são os investimentos em publicidade na internet, que “[...] vai para os *sites* dos meios de comunicação tradicionais, mas também para gigantes como o *Google*” (BARSOTTI, 2014, p. 80).

O impacto desta nova configuração de distribuição de receita publicitária, em diferentes meios que não eram considerados antes no mercado de concorrência, pode ser dimensionado também na perspectiva das fontes. Essa repercussão se dá pela interdependência entre os jornalistas e as fontes no dia a dia da profissão. “Os primeiros necessitam da informação, oficial e oficiosa, que os outros têm a ambição de ver veiculada

por meio de um discurso externo” (RUELLAN, 2006, p. 33). De acordo com Charron e Bonville (2016, p. 347), sendo o jornalismo um mediador importante na transmissão de informações de fontes, as estratégias definidas para ampliar o alcance dos objetivos dessas fontes leva em consideração veículos e organizações jornalísticas que tenham influência com o público. Assim, além de reconfigurações no recebimento de verbas de anunciantes, impactando diretamente na sustentabilidade financeira, há também uma reconfiguração no acesso a fontes de informação pelas empresas de jornalismo (CHARRON; BONVILLE, 2016).

Ao percorrer os argumentos apresentados até aqui, para alguns autores essas alterações em relações de mercado não se limitam apenas ao campo do jornalismo. Para eles, o mundo capitalista vive seu terceiro estágio, o pós-industrial, no qual há uma transferência da atividade econômica da indústria para os serviços (MEYER, 2007 e HIRATA, 2005) e o jornalismo ocidental, consequentemente, está inserido nesta dinâmica do modo de produção capitalista, reverberando também no fazer jornalístico. As agências de jornalismo desde a década de 1990 já experimentaram os efeitos iniciais da internet, abalando o modelo de negócio (RIBEIRO; GUARALDI, 2016). Nos Estados Unidos, o número de jornalistas nas redações diárias também sofreu uma redução significativa nos últimos anos. O número de profissionais empregados passou de aproximadamente 42 mil para cerca de 37 mil em menos de 3 anos (entre 2010 e 2013), (CAGÉ, 2016). Cagé ainda apresenta as alterações nas forças de trabalho jornalístico na França. Segundo a autora, atualmente na França “[...] 66% dos jornalistas trabalham para a mídia impressa; em 1964 mais de 90% trabalhavam⁶⁶” (CAGÉ, 2016, p. 25).

Portanto, mais do que uma alteração de plataformas tecnológicas, o jornalismo pós-industrial precisa ser analisado a partir das transformações geradas dentro do próprio campo. Barsotti (2014) afirma que “[...] atribuir as mudanças no campo jornalístico hoje ao avanço das novas técnicas digitais seria reduzir a questão da mediação aos meios” (p. 104). O ponto chave dessa afirmação é resumido ao fato de que a internet, plataformas digitais e as variadas ferramentas incorporadas pelo jornalismo a partir do início deste novo século alteraram significativamente o modo de se fazer e se pensar o jornalismo. “Tantas mudanças tiveram um efeito direto na transformação do papel histórico dos jornalistas” (BARSOTTI, 2014, p. 105).

⁶⁶ Tradução livre do original: “[...] 66 percent of journalists work for the print media; in 1964 more than 90 percent did”.

As reconfigurações mercadológicas provocadas pelos ajustes tecnológicos e estruturais mencionados acima impactam diretamente na forma de atuação profissional dos jornalistas. Como mencionado anteriormente, a coexistência dos diferentes mercados que configuram a hiperconcorrência apresentada por Charron e Bonville (2016), contextualizam as exigências estabelecidas na sociedade pós-industrial. Entretanto, para uma lógica textual mais coerente, procurou-se separar mercados de anunciantes, financeiros e de fontes do mercado profissional – próximo tópico - pelo entendimento de que é o esforço de uma análise específica das reconfigurações do mercado profissional que melhor dialoga com os objetivos deste trabalho.

4.2 O MERCADO PROFISSIONAL

Em primeiro lugar é preciso destacar que a limitação física hoje já não tem mais efeito sobre o processo de produção de notícias. “As inovações tecnológicas simplificaram nos últimos anos as tarefas de captação e edição de conteúdos em qualquer formato, quer seja textual, sonoro ou audiovisual” (SALAVERRÍA, 2014, p. 27). Assim, a partir das tecnologias digitais, o leitor pode ter acesso a informações utilizando novos recursos e plataformas como vídeos, áudios, fotografia e gráficos. Fala-se em narrativas transmídias, em que a notícia é distribuída em suportes midiáticos diferenciados, “[...] favorecendo a criação de diferentes produtos, a flexibilidade de inserção em variadas situações de consumo e integração aos graus de letramento dos leitores” (BURGOS, 2016, p. 170). Outra visão possível é a da fase hipermidiática, em que se exploram ao máximo as alternativas oferecidas pela rede utilizando-se ferramentas como o hipertexto, caracterizado como um “[...] conjunto de textos ligados por *links*, permitindo a consulta das informações de forma não linear – e da multimídia: áudios, vídeos, infográficos, animados” (BARSOTTI, 2014, p. 111). Um dos conceitos presentes nessa fase, então, é o processo de convergência que os meios de comunicação adotaram para conseguirem acompanhar a criação de novas ferramentas para o compartilhamento de informações. A convergência, além de oferecer ao público novas formas de interação com as notícias apresentadas pelos veículos, também insere às dinâmicas das redações a necessidade de o profissional conhecer as novas possibilidades e estruturas de criação de divulgação de informações.

A convergência estabelece novas diretrizes para pensar linguagens, estruturas das redações (integradas, *crossmedia*, multimídia) e formas de apresentação e distribuição dos conteúdos em termos de agregação de formatos nas narrativas e difusão por diferentes suportes midiáticos (BARBOSA; DA SILVA; NOGUEIRA, 2013, p. 141).

Novas leituras e novos pensamentos são requisitados pelo profissional de redação que agora dispõe mais do que apenas dos espaços tradicionais de veiculação de informações. Por outro lado, e é nesse próximo aspecto que a precarização do trabalho jornalístico avança neste modelo de novidades tecnológicas, a mesma tecnologia que por um lado pode abrir novas oportunidades de atuação para o profissional jornalista também cria mecanismos de constantes batalhas internas ao campo. As novas tecnologias levaram os jornalistas a “[...] trabalhar sob pressões de tempo constantes e cada vez mais produzir notícias ‘diretas’ e ‘em tempo real’” (CHAMPAGNE, 2005, p. 53), enxugando as redações e levando os profissionais a acumular funções. São exigências assim que tornam as evoluções tecnológicas incorporadas pelo campo jornalístico muito mais do que atualizações de plataformas para a veiculação de produtos informativos. As invenções digitais que se popularizaram no século XXI dão sequência, também, a profundas alterações nos modelos de negócio jornalísticos.

Como todos sabemos, essas tecnologias também abalaram velhos modelos de negócios do jornalismo. As condições nesse meio levaram jornalistas a sentir impotência, e não mais influência sobre a própria vida profissional. O que Dean Starkman chama de giro incessante da “roda do hamster” (correr atrás do público transitório com a rápida publicação de matérias chamativas) [...] (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 52).

Conforme abordado no tópico anterior, para Charron e Bonville (2016), é nos últimos trinta anos que cresce o número daqueles competindo pela atenção dos consumidores e investimento dos anunciantes. O impacto da hiperconcorrência deriva em grande parte de jovens empresas que, sendo menores em tamanho, têm mais agilidade para inovar, “[...] penetrar rapidamente nos mercados e abalar empresas mais antigas” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 353). Na atividade produtiva dos repórteres as transformações foram significativas, fazendo com que os profissionais, agora, passassem a ter funções com objetivos diretos de agregar atenção do consumidor. “O contexto de superabundância de informação na internet criou as múltiplas condições de possibilidades para a reconfiguração do papel do jornalista” (AGUIAR; BARSOTTI, 2015, p. 77).

As diferenciações entre os modelos de concorrência e hiperconcorrência, propostas por Charron e Bonville (2016), dão conta de perceber algumas dessas diferentes reconfigurações. Pela perspectiva da concorrência, que, como mencionado anteriormente, se fundamenta em maior parte anterior aos anos de 1970, o jornalista tinha outros papéis do que se dedicar a captar a atenção do público. A disputa por atenção era menor, e os jornais se dedicavam a um público que não dividia a atenção com outras ofertas. Nesse contexto, o jornalista “[...] tem toda a liberdade para pensar que o furo, a exclusividade ou a reportagem

investigativa visam mais a afirmar sua competência e, de passagem, impressionar os colegas superiores, do que ‘captar a audiência’” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 366). As tensões com outros campos eram administradas por postos que ocupavam o topo hierárquico das relações verticais dentro da redação e por outros departamentos dentro das organizações. Os repórteres e editores “[...] não querem serem surpreendidos por pressões de oficiais do governo, por um lado, ou por pressões econômicas de proprietários de mídia, anunciantes ou competição de mercado por outro lado⁶⁷” (SCHUDSON, 2005, p. 218).

No modelo da hiperconcorrência esta tentativa de busca por autonomia das lógicas comerciais é cada vez mais reprimida. O público, agora, tem uma liberdade de escolha até então não conhecida. “O jornalista deixa de ser o único intermediário entre os conteúdos e seu público, na medida em que todos têm acesso aos meios de publicação e distribuição” (BARSOTTI, 2014, p. 107). A busca pela atenção do público, então - que possa gerar audiência para, depois, gerar receita e consequentemente garantir a inclusão e prestígio em estratégias de fontes jornalísticas - passa a ser um critério essencial no regime de hiperconcorrência. Estabelece-se um contexto em que o próprio jornalista é impelido a contribuir com os objetivos comerciais da empresa, dedicando-se a atrair a atenção do consumidor. É nesta proposta da hiperconcorrência que de certa forma materializa-se a resposta ao questionamento de Schudson (2005) sobre a quebra da “parede de separação” entre os departamentos comerciais e as redações das empresas jornalísticas. Deuze e Witschge (2016, p. 14) mencionam que a “[...] quebra dessa parede que separa estes dois lados é importante na compreensão do que o jornalismo está se tornando”. Para os autores, há uma convergência entre os papéis de conteúdo, vendas e marketing que culmina no que eles chamam de “profissional-empresa”. São editores e repórteres que passam a adotar técnicas que culminam na busca incessante por lucro.

Atualmente editores de jornais falam sobre “eyeballs”, “grupos-alvo” e “portfólio” que as empresas oferecem aos anunciantes. Novos investimentos parecem seguir o lucro, proliferam-se jornais livres e tudo é feito para defender a posição no mercado publicitário. O jornalismo é mais conectado que nunca com o financeiro e o velho muro entre a redação e os departamentos de propaganda e de finanças não é mais a Grande Muralha da China, é algo mais como o muro de Berlim, desmoronando e visto como uma peça de museu⁶⁸ (WITSCHGE; NYGREN, 2009, p. 48).

⁶⁷ Tradução livre do original: “[...] do not want to be overwhelmed by pressure from government officials, on the one hand, or from economic pressures from media owners or advertisers or market competition on the other”.

⁶⁸ Tradução livre do original: “Newsroom editors nowadays talk about ‘eyeballs’, ‘target groups’, and the ‘portfolio’ the company offers the advertisers. New investment seems to follow profits, free newspapers proliferate and everything is done to defend the position in the advertising market. Journalism is more connected than ever to finance and the old wall between the newsroom and the advertising and finance departments is no longer the great wall of China, but more the Berlin wall, crumbling and seen as a museum piece”.

De acordo com Charron e Bonville (2016, p. 366), as funções de atrair a atenção do consumidor que antes eram de responsabilidade da instituição, da empresa, agora passam também a fazer parte da lista de tarefas realizadas pelos jornalistas. Essa característica é ponto de partida fundamental para a compreensão de uma alteração mais profunda nas relações entre instituição e indivíduos ativos dentro delas que orientam o olhar para a criação de novos modelos de gestão e iniciativas autodenominadas independentes – objeto de estudo deste trabalho. A percepção da influência de mudanças nas relações sociais também se faz necessária para reafirmar que os efeitos da era pós-industrial ultrapassam a noção de novas ferramentas tecnológicas nas rotinas produtivas dentro de redações. Resgatar a afirmação de Barsotti (2014, p. 104), ao dizer que “[...] atribuir as mudanças no campo jornalístico hoje ao avanço das novas técnicas digitais seria reduzir a questão da mediação aos meios”, orienta a busca por critérios teóricos que permitem observar as crises e ajustes pelos quais o jornalismo, num âmbito geral, passa.

A crise que atravessa o jornalismo e que tem sido creditada principalmente ao colapso do modelo de financiamento (ou de negócios) tem raízes mais profundas que as quedas nas receitas de publicidade, vendas avulsas ou assinaturas: trata-se de uma crise de governança, profundamente relacionada à erosão de credibilidade da estrutura organizacional dominante do jornalismo no ocidente desde o século XIX, a empresa jornalística, junto aos públicos com os quais se relaciona (MICK; TAVARES, 2017, p. 121).

Para Mick e Tavares, o contexto da crise econômica levantada pelo conceito de hiperconcorrência de Charron e Bonville (2016) corresponde à “[...] face aparente de uma crise cuja essência se revela no declínio de credibilidade das empresas jornalísticas junto ao conjunto dos públicos com os quais se relaciona” (MICK; TAVARES, 2017, p. 122). Nesse sentido, se a hiperconcorrência é efeito de critérios econômicos - gerando uma ruptura nos modelos praticados na era industrial -, a teoria da governança apresenta reflexões sobre uma crise institucional, política, que provoca novas configurações sociais e, conseqüentemente, possibilidades de reconfigurações no campo jornalístico.

Propomos ler o problema como a combinação de uma crise que é ao mesmo tempo econômica, a do modelo de financiamento, mas também técnica, política, moral e organizacional, ao afetar radicalmente as relações entre o jornalismo e o conjunto de seus públicos (MICK; TAVARES, 2017, p. 123).

Pensar as alterações na profissão jornalística envolve reconhecer o papel ativo das novas relações sociais reformuladas a partir do neoliberalismo. A crença de cientistas sociais é de que “[...] a organização e a ação pública moveram-se da hierarquia e da burocracia para os mercados e as redes” (BEVIR, 2011, p. 103). A teoria da governança, proposta por Mark

Bevir (2011; 2013) explora essa readequação, entendendo que existem novas formas de políticas e uma crise institucional a ser considerada. Se as formas e organizações tradicionais de notícias e informações não dão conta de resolver esta crise institucional, a partir da teoria da governança é possível entender novas perspectivas e reconfigurações de modelos de gestão jornalísticas.

4.3 TEORIA DA GOVERNANÇA E NOVOS MODELOS DE GESTÃO

Para Bevir (2011, p. 104), um dos fatores significativos para a Ciência Social no século XX foi o “[...] surgimento de modos modernistas de conhecimento que atomizam o fluxo da realidade”. A organização social passou a ser mais complexa, além de mais conectada e fragmentada, “[...] compostas por todos os tipos de organizações públicas, voluntárias e privadas com as quais o centro agora interage” (BEVIR, 2013, p. 152). No aspecto da crise institucional de esferas sociais sólidas, há de se considerar a representatividade do jornalismo como uma dessas organizações posta em cheque nessas transformações. “Aqui, nós devemos incluir o jornalismo como uma instituição cuja legitimidade está sob ameaça de múltiplas direções⁶⁹” (WAHL-JORGENSEN, 2017, p. 143).

O discurso de legitimidade atrelado ao jornalismo, por muito tempo, foi com base em um ideal de prestação de serviços à população. Lippmann (2009, p. 275) afirma que “[...] praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio [...]”. Anderson, Bell e Shirky (2013), falam em um capital simbólico, ou capital reputacional em contraste com o capital financeiro - como eles dividem - conquistado pelas organizações jornalísticas no século XX. Segundo os atores, essas organizações “[...] tinham um punhado de características que aumentavam seu poder na comparação com outras estruturas de governança pública” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 58). Esse papel, assim como acontece com as outras esferas institucionais, também é questionado na dinâmica da governança e das novas configurações sociais com a chegada do século XXI.

O que mudou não é o tamanho do público propriamente dito, mas o modo como é entendida a relação entre instituição e público – entre o jornalismo e a imagem que este faz do público. Mudanças nessa imagem do público têm profunda relação com uma segunda leva de transformações: o declínio do capital simbólico de instituições jornalísticas tradicionais (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 59).

⁶⁹ Tradução livre do original: “Here, we may include journalism as one such institution whose legitimacy is under threat from multiple directions.”

As características de um mercado neoliberal atuaram de forma significativa nesta reorganização. A aproximação e comparação de formas privadas de gestão àquelas públicas revelou uma certa ineficiência e demasiada burocracia por parte das instituições governamentais. Dessa forma, a argumentação neoliberal propõe que o mercado é superior ao Estado e conclui “[...] que quando possível os mercados ou quase-mercados devem substituir a burocracia. A busca por eficiência conduziu-os a propor que o Estado transferisse organizações e atividades para o setor privado” (BEVIR, 2011, p. 107). Os efeitos desta perspectiva, de acordo com Bevir (2013) intensificaram ainda mais a proliferação de redes, fragmentação do setor público e o questionamento sobre uma segurança, certeza e estabilidade de um controle central e institucional de Estado. As noções estão em consonância ao conceito de modernidade líquida, apresentado pelo filósofo Bauman, em 2001, que contrasta a solidez de figura de instituições forjadas ao longo da história social moderna com um futuro de incertezas e fragmentação.

Para trazer o conceito à contemporaneidade, Bauman fala que vivemos uma modernidade líquida, que em contraste com a modernidade sólida do passado, responsável por uma sensação de estabilidade, segurança, exemplificada por um trabalho assalariado e uma possível previsão de futuro consolidado, mostra agora sinais de um tempo de incerteza e ansiedade (RAMOS; SPINELLI, 2016, p. 30).

O jornalismo, inserido nessa realidade institucional, ou simplesmente parte desta realidade, também é tomado pelas influências neoliberais que intensificaram as transformações especificadas acima. São pressões constantes que envolvem “[...] exigências de mercado e expectativas de mercado; uma divisão de trabalho precária e atípica que fragmenta a profissão; uma erosão contínua de seus valores e práticas por meio da intervenção da tecnologia [...]” (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 10). Assim, na rota das tensões da hiperconcorrência, as leituras possíveis a partir da teoria da governança permitem vislumbrar efeitos que mostram no que o jornalismo, gradativamente, está se tornando. A análise pelo olhar da teoria da governança, além de permitir perceber as diferentes configurações sociais, também possibilita compreender como o conceito pode ser aplicado em qualquer relação social, seja ela aplicada em uma lógica pública, mercadológica ou até mesmo familiar. Para Bevir (2013, p. 1), governança refere-se a “[...] todos os processos de governar, sejam empreendidos pelo governo, mercado, ou rede; seja por uma família, tribo, corporação ou território; e seja por leis, normas, poder ou linguagem⁷⁰”.

⁷⁰ Tradução livre do original: “[...] all processes of governing, whether undertaken by a government, market, or network; whether over a family, tribe, corporation, or territory; and whether by laws, norms, power, or language. Governance is a broader term than government because it focuses not only on the state and its

No jornalismo, então, as novas lógicas de prioridade de relações entre públicos e organizações podem ser consideradas a partir da dinâmica da governança, entendendo a crise do jornalismo associada mais à instância política do que econômica (MICK; TAVARES, 2017). Assumem-se as noções de precariedade de trabalho, de crise institucional e reputacional, de profissão fragmentada e toda a instabilidade que essas características geram para abrir espaço às reconfigurações resultantes e propor novos modelos de negócios que ampliam a governança de outros atores no processo, e não só das organizações jornalísticas como anteriormente às mudanças trazidas pela perspectiva pós-industrial.

Para aumentar a compreensão sobre a interação entre as normas profissionais e a autocompreensão dos jornalistas em uma era de desprofissionalização e precariedade, o jornalismo precisa ser compreendido para além de suas fronteiras tradicionais institucionais e organizacionais. O que o jornalismo é e o que é ser um jornalista pode ser entendido tanto em termos ideológicos quanto praxeológicos e não são mais dependentes do trabalho realizado dentro de instituições (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 10).

É principalmente a partir do trabalho de Deuze e Witschge (2016) e Mick e Tavares (2017) que as iniciativas digitais de jornalismo que se autodenominam independentes podem ser localizadas neste contexto de governança, em que novas relações com a profissão são incentivadas a partir da precarização constante e a crescente descrença em instituições tidas até então como sólidas. São novos formatos de trabalho e modelos de negócio jornalísticos que apresentam soluções para um possível retorno de credibilidade do público para a mídia a partir das novas formas de interação - uma reconquista da confiança perdida com a crise institucional mencionada anteriormente. Essas ferramentas “[...] aumentam a oportunidade para o surgimento de novos tipos de organizações e veículos jornalísticos, baseados em uma relação honesta e direta entre jornalistas e públicos” (MICK; TAVARES, 2017, p. 127).

A partir dessas reconfigurações, os autores (Mick e Tavares, 2017) apresentam uma sistematização conceitual com base em revisões bibliográficas e elencam quatro diferentes dimensões em que a governança é percebida: a) governança editorial – tem relação com a adoção de um jornalismo mais social, seguindo princípios deontológicos da profissão, refletindo diretamente na liberdade de escolha de pautas, procedimentos e técnicas jornalísticas na apuração e, também, na forma como os conteúdos são apresentados e publicados; b) governança de gestão – é definida principalmente pelos objetivos de gestão da organização, que pode afetar diretamente o conteúdo a partir da busca ou não pela lucratividade; c) governança de circulação e engajamento – o alcance do conteúdo jornalístico

é aliado à capacidade de distribuição e replicação que os públicos desenvolvem na internet; e d) governança da sustentabilidade – estimula a reflexão sobre novas formas de financiamento de empresas jornalísticas que fujam da lógica comercial tradicional dos modelos hegemônicos, como a doação de leitores, produção de eventos, comercialização de produtos ou produção de conteúdo patrocinado por marcas – tudo pensado para manter a governança editorial.

Apesar de categorias aparentemente distintas, ressalta-se que todas podem existir e acontecer de forma sobrepostas. Mick e Tavares (2017, p. 131) defendem que, por exemplo, as respostas sobre novas formas de financiamento na dimensão da governança de sustentabilidade não surgirão “[...] senão quando superados, entre jornalistas e a sociedade, em cada território, os impasses relativos às três outras dimensões da governança (editorial, de engajamento e gestão)”. Nesse sentido, a proposta aqui é utilizar as definições de governança editorial, governança de gestão e governança de sustentabilidade⁷¹ para contribuir com a análise das entrevistas com os idealizadores dos sites Amazônia Real e InfoAmazonia, com a representante da Fundação Ford e dos produtos desenvolvidos pelos empreendimentos e especificados na metodologia deste trabalho.

Na primeira dimensão, a editorial, analisam-se o engajamento e proximidade com princípios sociais, seja na representação de populações locais ou na ruptura com discursos tradicionais, além de considerar a autonomia profissional para abordar critérios de noticiabilidade, apuração e apresentação das iniciativas no objetivo de dar visibilidade a acontecimentos na região pouco visíveis na mídia convencional, como os grupos indígenas e seringueiros apresentados na contextualização da região Amazônica. Entende-se que a partir da governança editorial é que se pode atingir um possível distanciamento de modelos tradicionais de jornalismo, já que como estes “[...] costumam tratar de assuntos parecidos e sob perspectivas similares, tanto comunidades quanto jornalistas independentes têm buscado maneiras de criar espaços para veiculação de olhares diferentes sobre o mundo” (MICK; TAVARES, 2017, p. 132).

Para que a primeira dimensão, a editorial, tenha oportunidade de acontecer, é necessário que a segunda categoria de governança, a de gestão, seja considerada. Ela serve para perceber como são gerenciados os recursos financeiros advindos da governança de

⁷¹ A partir da descrição dos objetos apresentada no capítulo metodológico desta dissertação, entende-se que os modelos de governança editorial, de gestão e de sustentabilidade são os que mais se aproximam das atividades desenvolvidas pela Amazônia Real e InfoAmazonia. A governança de circulação e engajamento não foi percebida de forma expressiva nas iniciativas por terem como principal modelo de financiamento a doação de fundações e outras organizações.

sustentabilidade – terceira dimensão de governança - e se eles influenciam, de alguma forma, na definição de pautas e enquadramento noticioso com o intuito de lucro ou outro objetivo que estabeleça conexão com lógicas comerciais. A proposta desta dimensão de governança de gestão parte do pressuposto de que as soluções para as transformações no jornalismo desenvolvidas por grupos tradicionais acabam ficando limitadas a modelos lucrativos construídos ao longo do século XX, principalmente. As decisões tomadas por essas organizações empresariais acabam ampliando a dependência do campo jornalístico com outros campos. Assim, uma das tendências é o surgimento de iniciativas que sejam de natureza não lucrativa, como fundações, associações e ONGs (MICK; TAVARES, 2017) – contexto que se aplica às iniciativas autodenominadas independentes Amazônia Real e InfoAmazonia.

Por fim, na terceira categoria de governança, a de sustentabilidade, evidencia-se a forma como as iniciativas autodenominadas independentes conquistam receitas para se manterem viáveis. As escolhas devem ser feitas com base na possibilidade de manutenção da governança editorial, principalmente, e sempre em diálogo com as características de gestão da iniciativa. “Como fazê-lo sem afetar a cobertura? Novas formas de narrativa entre o jornalismo e a publicidade, como conteúdo patrocinado, são aceitáveis, em nome de um bem maior, a subsistência da informação de qualidade?” (MICK; TAVARES, 2017). Aqui podem ser percebidas outras formas de arrecadação de recursos para a garantia da autonomia editorial e de gestão, como produção de eventos e comercialização de produtos. No caso da Amazônia Real e InfoAmazonia, a principal forma de sustentabilidade detectada resume-se ao modelo de fundações. Este formato está localizado dentro da proposta de um segmento sem fins lucrativos e financia atividades de diversas áreas em diferentes locais no mundo. Resume-se a grandes fundos financeiros controlados por doadores. Especialmente nos Estados Unidos o setor é um dos mais desenvolvidos do mundo e concentra fundações expressivas, como a Fundação Ford – financiadora direta da Amazônia Real e indireta do InfoAmazonia.

Não há como negar o fato de que o setor sem fins lucrativos dos EUA é um dos maiores do mundo, composto por 1,4 milhão de organizações com US\$ 1,9 trilhão em receitas não tributadas. Um dos principais representantes financeiros e pioneiros do mundo sem fins lucrativos são os "liberais" nacionais fundamentos, muitos com os nomes dos bilionários americanos passados e presentes: Carnegie (fundado em 1911), Rockefeller (1913), Ford (1936) e Gates (2000)⁷² (BENSON, 2016, p. 5).

⁷² Tradução livre do original: “*There is no denying the fact that the U.S. nonprofit sector is among the largest in the world, consisting of 1.4 million organizations with \$1.9 trillion in non-taxed revenues. A major financial driver and trendsetter in the nonprofit world are the national “liberal” foundations, many bearing the names of American billionaires past and present: Carnegie (founded 1911), Rockefeller (1913), Ford (1936), and Gates (2000).*”.

Independentemente do modelo de gestão adotado e de como se originou, o que precisa ser levado em consideração é que, em resposta às transformações, diferentes estruturas de organizações e dimensões de governanças, como as citadas acima, estão sendo testadas gradativamente. São “[...] experiências jornalísticas abrigadas em novas formas de organização” (MICK; TAVARES, 2017, p. 133), entre as quais se encontram as iniciativas autodenominadas independentes analisadas por este trabalho. Assim, se as características de governança fundamentam um contexto em que as iniciativas autodenominadas independentes podem surgir, além de encontrar noções que auxiliam na compreensão dos modelos de gestão adotados pela Amazônia Real e InfoAmazonia, outro passo fundamental para esta pesquisa é aferir a autodenominação “independente” atribuída aos sites analisados. Justamente por se tratarem de iniciativas ainda em um processo de percurso⁷³, que apresentam intensões de testes de diferentes modelos de gestão, é que se torna necessário ir além de uma autoafirmação “independente” por parte delas. O envolvimento de fundações e de recursos financeiros advindos de países estrangeiros, mesmo adotando critérios de dimensões de governança de gestão, especialmente no contexto amazônico em que a Amazônia Real e InfoAmazonia estão localizadas, provoca um dos possíveis direcionamentos para a condução de um resgate teórico sobre os diferentes conceitos possíveis de independência. A perpetuação de rotinas profissionais encontradas nos veículos tradicionais, mesmo com a proposta de uma dimensão de governança editorial, também funciona como um elemento que dá espaço para a percepção mais cuidadosa dos modelos autodenominados independentes. O próximo capítulo, então, é dedicado a compreender e delimitar esses distintos entendimentos que podem limitar e, também, configurar a independência.

⁷³ Conceito apresentado por Silva (2017).

5 O CONTEXTO PARA O JORNALISMO AUTODENOMINADO INDEPENDENTE

Este capítulo concentra-se em problematizar, a partir da discussão teórica, o conceito de independência no jornalismo defendido pelas iniciativas que, conforme capítulo anterior, passam a existir em um contexto de crise de credibilidade que afeta diretamente modelos tradicionais e repercute na criação de novos modelos de gestão. Com as iniciativas se autodenominando como independentes, parece natural que o discurso de independência acabe por se tornar legitimado, sem uma análise crítica adequada. Os argumentos evidenciados aqui permitem uma compreensão dos casos estudados para esta pesquisa e procuram relativizar o conceito, sendo essencial que o exercício de delimitação seja feito para uma melhor compreensão desses recentes fenômenos no campo jornalístico.

As iniciativas independentes de jornalismo parecem ter ganhado espaço justamente a partir do desenvolvimento de plataformas digitais nessas primeiras décadas do século XXI. A primeira fase da pesquisa Empreendimentos do Jornalismo Digital Brasileiro⁷⁴ mapeou, entre 2015 e 2016, mais de 200 iniciativas independentes. Para a segunda fase do trabalho foram selecionados 64 desses empreendimentos – aqueles com compromisso de arrecadação financeira – e constatou-se que quase metade deles, 31, têm até dois anos, outros 22 têm de três a cinco anos e apenas 12 estão com mais de 5 anos de atividade. A conta reversa estabelece os anos de 2010 e 2011 como, talvez, aqueles em que houve um início mais concentrado do movimento de constituição de meios independentes de comunicação em plataformas digitais. Mas é entre os anos 2012 e 2014 que a atividade ganha reforço com maior quantidade de sites criados.

Possivelmente esse crescimento na criação de sites de jornalismo independente se dá pelo cenário de constantes, e também crescentes, mudanças no mercado profissional tradicional jornalístico. Uma das principais alterações, conforme argumentos apresentados nos capítulos anteriores, é a crise de credibilidade e de modelo de negócios pela qual veículos de comunicação tradicionais de todo o país passam, resultado de uma redução nos recursos advindos da publicidade nos jornais em virtude das novas formas de divulgação de produtos e serviços apresentadas pela internet e uma reformulação nas dinâmicas sociais.

O levantamento da Agência Pública, intitulado de “O mapa do jornalismo independente⁷⁵”, é outro que apresenta um cenário de iniciativas autodenominadas

⁷⁴ Disponível em <<http://interatores.com.br/como-estao-sendo-planejadas-as-iniciativas-em-jornalismo-digital-no-brasil/>>. Último acesso em 05/06/2017.

⁷⁵ Disponível em <<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Último acesso em 05/06/2017.

independentes. São 80 iniciativas de jornalismo chamadas de independente atuando no Brasil. O mapa tem por objetivo localizar iniciativas independentes no Brasil que “[...] nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas”. Parte-se, desta descrição, de uma primeira pista do que pode ser considerado independente dentro do escopo jornalístico sob a perspectiva da cultura profissional. Ou seja, considera-se independente uma organização que não esteja vinculada a interesses de grupos hegemônicos de comunicação, assim como inseridos numa lógica comercial e de propósitos políticos - características que têm relação direta com a governança de gestão descrita no capítulo anterior. A própria agência Pública, idealizadora do mapa, se caracteriza como uma iniciativa que “[...] aposta num modelo sem fins lucrativos para manter a independência⁷⁶”. Para se tornarem independentes, um dos pontos chave aparente nas descrições e informações apresentadas pela agência Pública, e pela constituição do mapa, é a forma como a organização se mantém sustentável financeiramente – definição que se aproxima da dimensão de governança de sustentabilidade e com as outras dimensões de governança evidenciadas por Mick e Tavares (2017).

A importância da forma de financiamento como uma das principais a ser considerada nos modelos de iniciativas independentes se dá justamente pelo elemento “como se mantém” apresentado na descrição de cada iniciativa autodenominada independente listada no levantamento da Pública. Os modelos adotados pelas iniciativas passam por veiculação de anúncios nos sites dos empreendimentos, *crowdfunding*⁷⁷, doadores – por pessoas físicas e jurídicas, como fundações, assinaturas e comercialização de produtos e serviços. Esses mesmos modelos são apresentados dentro da dimensão de sustentabilidade financeira da perspectiva dos novos modelos de gestão a partir da teoria da governança. Dentro deste universo, as alternativas mais presentes, e que muitas vezes são adotadas simultaneamente, são a veiculação de anúncios publicitários e a doação de pessoas jurídicas. Respectivamente, dentro das 80 organizações listadas no mapeamento, essas formas de arrecadação financeira são citadas 20 e 21 vezes. O modelo de *crowdfunding* é o terceiro mais citado (17 vezes), sendo seguido por doações diretas de pessoas físicas (11 vezes). Apesar de outros modelos serem citados (como produção de eventos, assinaturas, comercialização de produtos e

⁷⁶ Disponível em <<http://apublica.org/quem-somos/>>. Último acesso em 12/02/2017.

⁷⁷ Define-se *crowdfunding* como um modelo de financiamento coletivo desenvolvido de forma mais crescente com a internet. Com este modelo, as iniciativas apresentam projetos e qualquer pessoa pode doar quantias variadas para contribuir com a execução. Xavier (2014, p. 7) define *crowdfunding* como uma variação da “vaquinha”. “Prática que se constitui na reunião de um grupo de pessoas dispostas a doar pequenas quantias em prol de uma causa, tem sido reproduzida na internet com sucesso”.

serviços e investimento pessoal ou familiar), é preciso atentar-se para uma outra condição que mais aparece entre todas: são 27, um terço do total, as iniciativas independentes que se declaram ainda incapazes de se manterem financeiramente.

O alto índice de iniciativas que se propõem a veicular anúncios nos próprios sites e a aceitar doações financeiras de pessoas jurídicas demonstra certa proximidade com os formatos praticados pelos meios de comunicação tradicional. Mesmo assumindo o discurso de independentes, e dedicadas e estabelecer uma dimensão de governança editorial a partir da governança de gestão e de sustentabilidade, é preciso atentar-se para o fato de que a maior parte das formas de financiamento dessas organizações acontece com base em modelos de arrecadação desenvolvidos pela indústria jornalística entre os séculos XIX e XX, como a veiculação de anúncios publicitários nos sites e a doação de pessoas jurídicas. Dessa maneira, além de olhar esses empreendimentos pela lógica comercial, é preciso considerar outros fundamentos que dialoguem com os conceitos de independência defendidos, como citados anteriormente, e que possivelmente se distanciam dos formatos adotados pelos grupos hegemônicos. Para este trabalho, então, existem três análises que serão destacadas para a delimitação do conceito de independência. O recorte dessas perspectivas se dá a partir das hipóteses estabelecidas para esta pesquisa.

O primeiro tópico, Lógicas econômicas e políticas e a perpetuação de modelos tradicionais de produção de notícias, dialoga com a segunda hipótese - sites de jornalismo digital autodenominados independentes com escopo na Amazônia estão inseridos em um contexto político e econômico complexo que desperta interesse de financiamento e apoio de organizações nacionais e estrangeiras, limitando, assim, a característica independente dessas iniciativas – e procura entender as forças hegemônicas que atuam sobre o campo jornalístico antes da internet e, também, depois.

O segundo tópico, A cultura profissional e tensões, é estabelecido a partir da primeira hipótese - nessa conjectura de crise do modelo de gestão de sustentabilidade do paradigma informativo configurado nos veículos de comunicação, jornalistas buscam autonomia profissional e econômica na criação de iniciativas autodenominadas independentes – e também com a terceira hipótese – de que uma das formas de se buscar independência é na avaliação da noticiabilidade do conteúdo jornalístico produzido pelas iniciativas autodenominadas independentes, perpassando pela escolha das fontes, valor notícia e critérios de noticiabilidade, que se distanciam das lógicas adotadas dos meios tradicionais -, pois entende-se que com a possível perpetuação de práticas profissionais hegemônicas nas iniciativas estudadas por esta pesquisa, os profissionais podem se desvencilhar de discursos

tradicionais a partir dos critérios de noticiabilidade. Esses diferentes ângulos na abordagem de um mesmo conceito, a independência, incentivam uma maior problematização e consequentemente melhor compreensão deste tema.

5.1 LÓGICAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS E A PERPETUAÇÃO DE MODELOS TRADICIONAIS DE NOTÍCIAS

A crise do modelo de gestão praticado pela indústria da informação pode ser entendida a partir do processo de desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, entre final do século XIX e início do século XX. O modelo industrial, responsável pelo jornalismo praticado até essas mudanças de paradigmas presenciadas nos dias de hoje, é também responsável pela instituição dos grupos de comunicação que conduzem a forma como a profissão jornalística é exercida nas práticas diárias. Em sua maioria gerenciados por conglomerados empresariais com foco em regras comerciais e na busca pelo lucro, as instituições de notícias que hoje atuam no mundo contribuem com a definição de uma rotina de produção jornalística e o modelo profissional vigente nas grandes empresas. Um dos exemplos pertinentes aqui é a evolução da hegemonia da Rede Globo de Televisão a partir de 1965. A grande acumulação de capital desenvolveu não só uma das mais rentáveis empresas brasileiras como também um dos mais politicamente influentes grupos comunicacionais do país.

Em 1986, pouco mais de 20 anos depois da primeira estrutura inaugurada, o patrimônio da Globo era “[...] superior a US\$1 bilhão, consumia 40% das verbas publicitárias do País, produzia 80% dos programas que transmitia e empregava 12 mil pessoas” (LAGE, 1988, p. 168). Não só isso, a emissora já ocupava 98% do território nacional e era a quarta rede privada de comunicação do mundo. A concretização desta potencialidade deve-se não só ao insipiente mercado televisivo que estava em expansão a partir da década de 1950, mas principalmente ao envolvimento político que o principal representante da Globo conseguiu estabelecer.

Tal concentração de poder permitiu a Roberto Marinho tornar-se o homem mais influente do país. Um de seus feitos foi manter, durante pelo menos 13 anos, uma linha de atuação no Ministério das Comunicações que contrariava os interesses estratégicos militares concentrados na burocracia do Conselho de Segurança Nacional e organismos afins. Lançou a candidatura de Fernando Collor (o próprio Marinho admitiu isso) e foi peça essencial na campanha de Fernando Henrique Cardoso (é o que se infere de uma conversa do Ministro Rubens Ricupero com o repórter Carlos Monforte, no estúdio da Globo em Brasília e que foi transmitida sem que eles soubessem pelo canal UHF que fazia o link com a estação geradora, no Rio de Janeiro) (LAGE, 1998, p. 168).

O surgimento dos meios de comunicação de massa pode ser tomado como um ponto de partida para entender as relações comerciais, políticas e a forte dependência econômica vivenciadas atualmente. A diferença de cenários democráticos, também, entre países que tiveram os meios de comunicação de massa inicialmente mais estabelecidos do que aqueles em que os mesmos meios demoraram a se desenvolver, é fundamental para a compreensão das ligações comerciais praticadas pelas empresas de comunicação nos dias de hoje. “Em alguns países, jornais de circulação de massa desenvolveram-se no final do século XIX e início do século XX. Em outros países, não se desenvolveram” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 22). Essa percepção, segundo os autores, pode ser vista hoje com a diferença nas taxas de circulação de jornais nesses países. Não só a quantidade importa aqui, mas também a qualidade do conteúdo das publicações que sofreram o efeito do tardio desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. “É também a distinção da natureza do jornal, da relação dele com a audiência e o papel no processo mais amplo da comunicação social e política”⁷⁸ (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 22).

A consequência e a ligação com os cenários presenciados atualmente são relacionadas com as maneiras pelas quais os jornais de circulação de massa acabaram se desenvolvendo nesses países em que, inicialmente, havia uma dificuldade de estabilidade. Com o passar do tempo, pela baixa circulação e penetração nos leitores, e também pela custosa operação de se colocar um jornal de massa em funcionamento, nesses países o jornalismo recebeu outras formas de financiamento. Entra aqui um formato de sustentação financeira do jornalismo que perdurou nos primeiros momentos de vida dos meios de notícia de massa, que se resume ao modelo em que atores políticos alocavam recursos nos jornais para poderem divulgar suas ideias para mais pessoas.

Os jornais do Sul da Europa, com as relativas baixas circulações deles, historicamente não foram negócios empresariais lucrativos, tendo sido frequentemente subsidiado por atores políticos, um fato que tem importante implicações para o grau de paralelismo político e de profissionalismo jornalístico [...] ⁷⁹ (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 22).

A localização específica apresentada pelos autores, sul da Europa, é um exemplo de como essa tendência de financiamento contribuiu para o desenvolvimento dos jornais de

⁷⁸ Tradução livre do original: “*The distinction here is not only one of quantity. It is also a distinction in the nature of the newspaper, its relation to its audience and its role in the wider process of social and political communication*”.

⁷⁹ Tradução livre do original: “*The newspapers of Southern Europe, with their relatively low circulations, have not historically been profitable business enterprises, and have often been subsidized by political actors, a fact that has important implications for the degree of political parallelism and of journalistic professionalism discussed in the following text*”.

massa. O esforço para se manter um meio de comunicação no século XX, “[...] sobretudo com abrangência razoável, requer imensos recursos econômicos, tornando-se proibitivo à maioria absoluta dos grupos sociais” (FONSECA, 2004, p. 16). A solução, então, era contar com o patrocínio político, que tornou os jornais uma ferramenta de defesa de conceitos partidários e divulgação de ideologias por grande parte do começo da era da imprensa. No Brasil não foi diferente. “O jornalismo praticado no início do século XX no Brasil estava mais próximo do jornalismo político do que do jornalismo de informação” (BARSOTTI, 2014, p. 99). O reconhecimento é de que nesse começo das comunicações de massa, a origem dos jornais se deu majoritariamente com esse propósito político. “No final do século XVIII até o início do século XIX, quando os jornais começaram a emergir como uma força na vida política, essa tornou-se a principal função” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 26).

Novamente, é preciso compreender que as afirmações de Hallin e Mancini (2004) condizem com sistemas midiáticos desenvolvidos em países estudados pelos autores, como Estados Unidos, Canadá e outros localizados no oeste europeu. Nota-se, porém, que regiões como América do Norte e principalmente Europa, serviram como referências para a formação da imprensa no restante do mundo. Desde a formação de feiras livres a partir do fim do modelo feudal estabelecido na Europa, gerando polos econômicos e grandes centros comerciais que passaram a funcionar como centros de troca de informações (HABERMAS, 1984), até a adaptação dos jornais financiados politicamente para um modelo comercial a partir de anunciantes, nos Estados Unidos, como com o surgimento dos *penny press* (SCHUDSON, 2010). “Isso estava muitas vezes conectado com o desenvolvimento de uma imprensa comercial, cujo propósito era fazer dinheiro em vez de servir a causas políticas, e era financiado por propaganda em vez de subsídios de partidos políticos”⁸⁰ (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 26).

A possibilidade de um desenvolvimento da imprensa sem o financiamento político exclusivamente praticado até aquele momento, impulsionou os modelos de negócio para uma outra vertente de financiamento que consolidou as lógicas comerciais vividas posteriormente. Entretanto, apesar de não dependerem mais exclusivamente do financiamento político como aquele claramente praticado no início do século XIX, esses modelos não se desvincularam totalmente das influências políticas. Isso porque uma das funções da imprensa continuou sendo a participação constante da vida política dos cidadãos, principalmente pela divulgação

⁸⁰ Tradução livre do original: “*This was often connected with the development of a commercial press, whose purpose was to make money rather than to serve a political cause, and that was financed by advertising rather than by subsidies from political actors*”.

de informações a respeito da esfera pública e na defesa ou crítica de ações de atores políticos. A relação, então, entre mídia e política não conseguiu ser completamente destituída com o aparecimento das possibilidades comerciais, com anunciantes e aquisição de assinantes, por exemplo. “A mídia promove a intermediação entre as esferas pública e privada, o que implica a atuação de atores privados mediando seja outros interesses privados, seja (principalmente) interesses públicos” (FONSECA, 2004, p. 13). E a partir do momento em que essa intermediação entre esferas pública e privada é concretizada com o trabalho jornalístico, percebe-se também como os interesses públicos podem causar conflitos com aqueles da própria empresa jornalística e gerar, no mínimo, um questionamento desse posicionamento do jornalismo como um defensor democrático. “Os meios de comunicação são, em um sentido muito importante, uma instituição política, mas eles também são (cada vez mais) negócios e são determinados por muitos fatores econômicos⁸¹” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 47).

A dependência, então, continua. O contexto brasileiro, neste sentido, dá um panorama sobre esta situação; mesmo dando espaço para empresas de comunicação mais consolidadas, ainda serve a interesses políticos. No século XX “[...] ainda é comum comprar a opinião da imprensa” (BARSOTTI, 2014, p. 99). Mesmo com os mecanismos comerciais que possibilitaram novas formas de financiamento além daqueles políticos, no processo de amadurecimento da imprensa no século XX, os modelos comerciais acabaram por fortalecer e explorar a presença dos jornais nas esferas sociais, contribuindo para que as informações políticas e democráticas, necessárias ao desenvolvimento crítico da sociedade, passassem a depender quase que exclusivamente dos meios de comunicação para serem divulgadas. Conceitos como objetividade, liberdade de expressão, guardiões da sociedade e, até mesmo, quarto poder, criaram um contrato invisível de confiança entre público e jornais. Nesse sentido, a imprensa, “[...] em nome da liberdade de expressão, atua como verdadeira máquina de produção de consenso, podendo, no limite, ‘suprimir’ vozes discordantes” (FONSECA, 2004, p. 15). São nessas possibilidades que residem as desconfiças de como as notícias são definidas e apresentadas pelos grupos de comunicação atuantes no jornalismo.

Historicamente, outro dos componentes mais importantes do paralelismo político são as conexões organizacionais entre os meios de comunicação e partidos políticos ou outros tipos de organizações, incluindo sindicatos, cooperativas, igrejas e similares, que são muitas vezes ligados a partidos políticos. No decorrer do século XX, muitas organizações midiáticas foram conectadas com essas instituições, as

⁸¹ Tradução livre do original: “*The media are in a very important sense a political institution, but they are also (increasingly often) businesses and are shaped by many economic factors*”.

quais fundaram e ajudaram a distribuí-las e cujos objetivos os meios de comunicação serviram de formas variadas⁸² (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 28).

Dados do projeto Donos da Mídia⁸³ revelam que entre 1987 e 2008, “[...] 271 políticos brasileiros de instâncias municipais, estaduais e federais estavam direta ou indiretamente ligados a 324 empresas de comunicação” (ROCHA, 2016, p. 8). O sistema de trocas de interesses políticos e comerciais também pode ser percebido de forma mais clara, assim como o fortalecimento daquele conceito de que os vínculos políticos não se dissolveram a partir do surgimento de modelos empresariais, com o surgimento de outros meios que poderiam melhorar a comunicação pública. A tecnologia digital começa a aparecer como nova promessa de reformulação do sistema midiático desde a implantação da televisão, por exemplo. Entretanto, o que se vê até aqui é a manutenção de um monopólio de interesses comerciais. No caso da televisão, percebe-se a rede de favorecimentos entre política e empresas em busca de supervisão de conteúdo e lucro. “O sistema de mídia global não é resultado do ‘mercado livre’ ou da lei natural; é consequência de várias políticas estatais importantes que foram implantadas para criar o sistema” (MCCHESENEY, 2010, p. 231). Outras tecnologias digitais como computadores, celulares, internet, sites e *softwares* parecem surgir tendo a potencialidade de uma função esclarecedora nos processos de produção jornalísticas no início deste século XXI. O padrão, entretanto, mostra que os mesmos monopólios estabelecidos até o momento continuam a influenciar essas novas ferramentas tecnológicas.

No Brasil, um mesmo grupo pode controlar jornais, revistas, emissoras de rádio, televisão e internet, o que favorece os conglomerados de mídia, comprometendo de certa forma a pluralidade de informação. A Editora Abril e a Rede Globo juntas, por exemplo, controlam diretamente 143 veículos. O problema maior está nas concessões públicas de rádio e televisão sem licitações, cedidas pelo governo desde a década de 1950 na gestão do Presidente da República Juscelino Kubitschek, fortalecendo o favoritismo político (ROCHA, 2016, p. 7).

Todo esse envolvimento político e comercial resulta em um fortalecimento da limitação direta na prática jornalística e consequentemente na dependência das instituições noticiosas. O mesmo objetivo comercial que estabelece as práticas profissionais do jornalismo, também estabelece conteúdos que têm vínculo com interesses empresariais, políticos e ideológicos. A dependência, então, do modelo de gestão que domina as empresas

⁸² Tradução livre do original: “Historically, another of the most important components of political parallelism is organizational connections between media and political parties or other kinds of organizations, including trade unions, cooperatives, churches, and the like, which are often linked to political parties. Through much of the twentieth century many media organizations were connected to such institutions, which funded and helped to distribute the man whose goals the media served in a variety of ways”.

⁸³ Disponível em <<http://donosdamidia.com.br/inicial>>. Último acesso em 25/02/2017.

de comunicação, estabelece limites ao jornalismo que deveria, em sua essência, contribuir com o desenvolvimento democrático da sociedade. É um compromisso, uma noção deontológica da profissão, de que “[...] as informações de interesse público, difundidas assim que ocorrem os eventos, devem estar acima de quaisquer interesses particulares, e tal tarefa é da essência do jornalismo” (KARAM, 2004, p. 94). De alguma forma, com o contexto da governança de gestão, as iniciativas autodenominadas independentes analisadas por este trabalho podem caracterizar um distanciamento dos interesses particulares de grandes grupos de jornalismo, condicionados a questões comerciais e políticas. Mas, mesmo com esta perspectiva de gestão, há de se considerar que existem outros elementos que podem limitar a denominada independência dos empreendimentos.

Com a perpetuação das mesmas condições comerciais e políticas nas novas plataformas digitais, um possível próximo passo é compreender os efeitos que essa homogeneidade de discursos em conglomerados de comunicação gera para a sociedade. Mesmo com a suposição de que existam diversas fontes de informação na internet, “[...] observamos que o retrato do mundo criado por sites de notícias é elaborado a partir de organizações jornalísticas dominantes” (SHOEMAKER; VOS, 2011, p. 16). Só a partir desta leitura de cenário, da análise deste retrato de mundo, é que se torna possível compreender ainda mais sob quais lógicas estão condicionadas as iniciativas que se dizem independentes e se, realmente, há um distanciamento dos princípios hegemônicos consolidados pelos conglomerados de comunicação.

5.1.1 Independência nas novas plataformas digitais?

Perceber a realidade midiática em que as culturas estão inseridas atualmente é um contexto necessário para este trabalho. Com o intenso desenvolvimento dos meios de comunicação nos séculos XX e, principalmente, XXI, torna-se muito maior e mais rápida a troca de informações entre as diferentes regiões do mundo. Mais que isso, a informação conquista uma posição prioritária na sociedade em relação a períodos históricos anteriormente vividos pela humanidade e assume papel de destaque na evolução da sociedade tornando-se, com o passar do tempo, hegemônica (MARQUES DE MELO; KUNSCH, 1998).

Depois das etapas simbolizadas pela enxada (agricultura) e pela chaminé (indústria), adentramos uma era em que o computador (informação) assume a hegemonia. Vivemos um processo de aceleração histórica em que as noções de *tempo e espaço* adquirem novos significados, ainda não vislumbrados com nitidez (MARQUES DE MELO; KUNSCH, 1998, p. 30).

Deste conceito de novas significações de tempo e espaço é que se pode partir para

um entendimento da atuação hegemônica, pela globalização, que influencia as produções e expressões culturais especialmente com os vínculos comerciais e políticos desenvolvidos. Um processo que se iniciou com o advento do rádio e televisão, mas que atingiu o ápice com as tecnologias digitais apresentadas no final do século XX e início do século XXI. Computador, internet e todas as variações geradas permitem uma intensificação do sintoma hegemônico mencionado anteriormente. É desses mecanismos, inclusive, que se materializam ainda mais os novos significados de tempo e espaço, pois é a partir da constante globalização da sociedade que surge uma noção de cultura de caráter global, de massa, em que valores, costumes e informações são consumidos por pessoas do mundo inteiro.

É na internet em que estão localizadas as iniciativas digitais de jornalismo autodenominadas independentes relacionadas pela Agência Pública e em que se encontra uma possível mudança do modo de se fazer jornalismo e divulgar informações. A natureza desta nova revolução vem com a ideia que reforça o conceito da chamada independência, já que se parte do pressuposto de que aquele controle exercido pelos grupos de comunicação, na definição do que é ou não notícia, deixa de existir a partir das possibilidades que a internet apresenta para a sociedade. A informação que antes necessitava de dias, horas ou minutos, hoje chega de um lado a outro do mundo em questão de segundos. E é dentro dessas condições que uma cultura midiaticizada e de massa se estabelece, contribuindo para um novo conceito, até mesmo, de civilização. Uma sociedade em que “[...] costumes, tradições, gestos e comportamentos de outros povos, próximos ou distantes, circulam amplamente na ‘aldeia global’” (SCHMIDT, 2006, p. 98). Estabelece-se um processo de trocas de informações e conhecimentos que possibilitam uma universalização dessa cultura de massa.

O sistema de comunicação de massa é um sistema universal. [...] As necessidades de bem-estar e de felicidade, na medida em que se universalizam no século XX, permitem a universalização da cultura de massa. Reciprocamente, a cultura de massa universaliza essas necessidades. Isso significa que a difusão da cultura de massa não resulta apenas da mundialização de uma civilização nova, ela desenvolve essa mundialização. Despeita as necessidades humanas subdesenvolvidas, mas em toda parte virtuais, contribuir para a expansão da nova civilização (MARQUES DE MELO; KUNSCH, 1998, p. 32).

Todos esses argumentos, de acesso universal ao conhecimento, sociedade global e cultura midiaticizada dando uma nova significação aos conceitos de civilização, dão base à concretização desta natureza independente que os meios de comunicação digitais podem estimular na sociedade. Essa proposta, porém, assim como as outras perspectivas sobre o conceito de independência, precisa ser problematizada. Em primeiro lugar é importante considerar que não são todos os indivíduos que têm acesso aos meios digitais. Pesquisa de

2014, da Secom da Presidência da República (GADINI, 2014), apresenta dados sobre o acesso à internet no Brasil. “Informação importante do levantamento é que 53% da população simplesmente, ainda, não acessa a internet (nunca), indicando a limitação das condições de acesso” (GADINI, 2014, p. 77). Com esse tipo de dado é possível questionar a formação dessa sociedade globalizada. Mattelart (2005, p. 1) é um dos autores que torna a questão mais complexa, analisando contextos antes mesmo do cenário digital ser tão difundido no século atual.

A crença utópica em uma sociedade mundial, construída graças à partilha dos conhecimentos e ao acesso universal ao saber, está presente desde os primeiros passos da formalização científica dos conceitos de “documento” e de “documentação”, ou seja, bem antes que se definisse a noção cibernética de “informação”. Ela coincide com dois nascimentos: o de uma disciplina que conhecemos hoje como “ciência da informação” e o da noção de “globalização” (MATTELART, 2005, p. 1).

O que não se pode deixar de considerar neste contexto é a percepção da perpetuação da mesma dinâmica comercial estabelecida até o início do século XXI, em que conglomerados de mídia ainda definem grande parte das informações apresentadas ao público. “Como se vê, a operacionalização da Internet (a partir de 1994) não conseguiu, em quase duas décadas, reverter a política do uso privado (seja para fins políticos, econômicos ou mesmo religiosos)” (GADINI, 2014, p. 79). Apesar de ferramentas interessantes ao desenvolvimento de um jornalismo mais crítico e democrático, percebe-se que ainda há uma dependência que exerce padrões de influência editorial, política e ideológica.

A idéia de que a Internet vai “libertar-nos” e permitir que qualquer pessoa se comunique com eficácia, minando assim o poder monopolista das corporações, não se espalhou. Embora a Internet ofereça promessas extraordinárias em muitos aspectos, sozinha não pode abater o poderio dos gigantes midiáticos. Na verdade, nenhum *site* de conteúdo comercialmente viável foi lançado na Internet e seria difícil encontrar investidor disposto a financiar novas tentativas (MCCHESENEY, 2010, p. 232).

A realidade é que a mesma tecnologia que possibilitaria uma revisão das práticas jornalísticas, fortalece a monopolização da comunicação por grandes grupos. A principal mudança com relação aos modelos desenvolvidos no século XX para aqueles atualmente concretizados com a força das novas tecnologias, é que a barreira geográfica se tornou praticamente nula e ficou muito mais fácil a constituição de conglomerados de comunicação globais. “Avanços radicais na tecnologia de comunicação tornam os impérios globais da mídia factíveis de forma impensável no passado (MCCHESENEY, 2010, p. 222). Se antes os sistemas eram concentrados em regiões e países específicos, a internet de hoje consegue tornar uma empresa comercialmente sustentável em nível global. Mais do que isso, as

ferramentas tecnológicas atuais conseguem concentrar, em apenas poucas empresas, o monopólio de comunicação que antes era dissolvido em diferentes instituições de diferentes países. “O resultado é uma concentração sem precedentes nas mãos de cerca de duas dezenas de conglomerados, com receitas entre US\$ 5 bilhões e US\$ 30 bilhões que veiculam dois terços das informações” (MORAES, 2010, p. 04). Se o argumento é de que nunca houve uma forma de se ter acesso a tantas informações, imagens, cultura e entretenimento, é preciso antes pensar como são comandadas e definidas as mensagens a serem divulgadas. A pista encontra-se nos monopólios de grupos de comunicação que perpetuam tradições e normas sociais com o subsídio da comunicação globalizada.

A grande mídia assim opera tanto por adesão ideológica à globalização, quanto por deter a capacidade única de interconectar o planeta, através de malhas de satélites, cabos de fibra óptica e redes infoeletrônicas. Não creio existir outra esfera da vida cotidiana habilitada a interligar, em tempo real e online, povos, países, sociedades, culturas e economias. A característica integradora é algo peculiar e intrínseco aos complexos de difusão. Eles concatenam, simbolicamente, as partes das totalidades, procurando unificá-las em torno de determinadas significações (MORAES, 2010, p. 01).

Um dos efeitos práticos dessa unificação e reprodução de sistemas de significados padrões é a supressão de culturas regionais e locais. Este, talvez, seja um outro ponto possível de se analisar a independência de iniciativas de jornalismo digital, que resulta da dependência econômica e política relacionada no item anterior. A cultura de massa e todas as expressões pertencentes à lógica midiática e global consolida uma produção que acaba por sobrepor e enfraquecer a expressão cultural local de diferentes partes do mundo. Quando se olha para o contexto em que estão localizadas as iniciativas autodenominadas independentes analisadas por este trabalho, e os povos indígenas, ribeirinhos e seringueiros localizados na região Amazônica, encontra-se uma similaridade com os princípios de independência, já que um dos objetivos dessas mídias autodenominadas independentes é justamente a valorização de nichos culturais específicos como forma de se distanciar das práticas hegemônicas – características que podem ser buscadas a partir das dimensões de governança editorial, de gestão e de sustentabilidade.

Analisando as iniciativas relacionadas pelo Mapa de jornalismo independente da Agência Pública têm-se exemplos que vão ao encontro desses pressupostos. São pelo menos 17 iniciativas que se definem com objetivos de reflexão a respeito de temas sociais e culturais segmentados. É o caso da iniciativa Alma Preta que descreve as atividades como um site que “[...] esmiúça desde 2015 a questão racial brasileira, posicionando-se como veículo de mídia negra. Por meio de reportagens e notícias, apresenta dados sobre a realidade do país sob a

ótica negra, além de apontar as possibilidades, causas e consequências de fatos do cotidiano político, econômico e cultural⁸⁴”. Outros exemplos perpassam pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia que busca “[...] contribuir para o empoderamento das mulheres da periferia de São Paulo⁸⁵” e a Agência de Notícias da Favela que “[...] foi criada para atender a demanda da imprensa e da sociedade que precisavam obter informações sobre o que acontecia no contexto das favelas do Rio de Janeiro⁸⁶”.

Independentemente do propósito final, o que se percebe é como as iniciativas autodenominadas independentes defendem, nos discursos apresentados, a intenção de construir um modelo de veículo de comunicação que esteja distante dos valores culturais massificados pela mídia globalizada que está inserida em uma lógica comercial e política. São meios alternativos que “[...] não buscam repetir as agendas e pautas dos grandes veículos de comunicação, valorizando a diversidade e assumindo um critério pluralista” (FELDMANN, 2015, p. 39). Ou seja, são veículos de informação que, ao adotarem a postura independente, procuram não contribuir para o fortalecimento de uma hegemonia cultural, de temas ou de tradições profissionais que acabam por habitar o jornalismo consolidado com os modelos de gestão dos séculos XIX e XX.

A intenção parece ser adequada à proposta independente dos empreendimentos digitais analisados aqui, mas se considera necessário um aprofundamento nesse discurso principalmente para entender como aferir esse distanciamento de iniciativas autodenominadas independentes. Mais uma vez, entende-se que a opção por buscar a governança editorial, de gestão e de sustentabilidade não caracteriza, por si só, uma independência. A alternativa encontrada neste trabalho, com o objetivo de cada vez mais problematizar a noção de independência, é uma aproximação com as práticas jornalísticas, principalmente a partir dos estudos de Stuart Hall e na defesa que ele faz em “[...] chamar a atenção para as mais rotineiras estruturas de produção de notícias, para observar como é que os media vêm, de facto, e em última instância, a reproduzir as definições dos poderosos” (HALL *et al*, 1999, p. 228). A observação permite compreender que não é apenas a escolha de discursos que define um rompimento ou não com a cultura hegemônica, mas muitas vezes há uma contribuição para os discursos hegemônicos em práticas não percebidas pelos profissionais ou organizações e que acabam por perpetuar uma ordem institucional da sociedade, definida por Hall *et al* (1999) como “definidores primários”. “O resultado desta preferência estruturada

⁸⁴ Descrições disponíveis em <<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Último acesso em 26/02/2017.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

dada pelos media às opiniões dos poderosos é que estes ‘porta-vozes’ se transformam no que se apelida de definidores primários (*primary definers*) de tópicos” (HALL *et al*, 1999, p. 229). Para atender um dos objetivos, de verificar o que se compreende por independência, também julga-se necessário analisar as reportagens e produtos jornalísticos da Amazônia Real e do InfoAmazonia com o propósito de aferir se há ou não reprodução das “definições dos poderosos” a partir da opinião de “definidores primários”. Nesse sentido, a apreensão da análise do conteúdo será feita fundamentada na matriz das fontes classificadas por Schmitz (2011), detalhada no tópico 5.2.1.

Se as definições de mídias independentes perpassam pelo objetivo de não seguir as agendas dos grupos hegemônicos de comunicação, pede-se uma atenção especial a essas normas institucionais perpetuadas de forma quase que imperceptível e não apenas simplificar a análise a assuntos e temas tratados pelos meios tradicionais e não seguidos pelos meios independentes - ou vice-versa -, ou, até mesmo, considerar que pelo simples fato de essas novas iniciativas digitais de jornalismo autodenominadas independentes funcionarem na internet, já estariam fora de um contexto de interesses hegemônicos. Ou, que a partir da defesa de discurso de que desenvolvem modelos que se aplicam nos conceitos governança de gestão, de sustentabilidade e editorial, teriam a concretização dessa independência.

Essa atenção reside justamente em um dos principais argumentos de Stuart Hall *et al* (1999), que começa no entendimento de que existe sim uma possível independência dos meios pela noção da *selectividade* e da adoção de uma linguagem particular de cada veículo. “Exercendo a *selectividade*, os media impõem os seus próprios critérios nas ‘matérias-primas’ estruturadas – e, assim, se apropriam *ativamente* delas e as transformam” (p. 231). Nessa ação Hall *et al* propõe a dar “[...] ênfase a que tais critérios – comuns a todos os jornais – são, todavia, diferentemente utilizados, avaliados e tornados operacionais por cada jornal” (HALL *et al*, 1999, p. 231). Com essas características, há a percepção de que diferentes jornais, veículos, estabelecem linguagens distintas de diálogo com o público e os propósitos aos quais estão ligados.

Um aspecto ainda mais significativo do “trabalho dos media” é a actividade de transformar um acontecimento numa notícia acabada. Isto tem que ver com a maneira como um item é codificado pelos media numa forma de linguagem particular. Precisamente, como já argumentamos, como cada jornal tem um enquadramento organizacional específico, um sentido noticioso e os leitores, assim também cada um desenvolverá um modo de discurso regular e característico. Isto significa que o mesmo tópico, fontes e estruturas inferências aparecerão diferentemente mesmo em jornais com uma perspectiva semelhante, uma vez que as diferentes retóricas de discurso terão um efeito importante em modificar o item original (HALL *et al*, 1999, p. 232).

Mesmo com essas características e noções de uma certa independência por parte de uma linguagem característica de cada veículo de comunicação, o que se destaca a partir da leitura de Hall *et al* é como, na verdade, essa possível multiplicidade de pontos de vistas acontecem, sempre, limitados a uma centralidade ideológica. “Não é o vasto âmbito pluralista de vozes que os media às vezes têm de representar, mas um âmbito dentro de certos limites ideológicos distintos” (HALL *et al*, 1999, p. 232). Assim, aquela liberdade estabelecida com a *selectividade* e a formação de uma linguagem característica de cada veículo é uma ferramenta que, no fim, adapta a linguagem hegemônica para uma simplicidade necessária ao entendimento dos públicos. A conclusão é que o fortalecimento de características independentes de cada veículo acaba por fortalecer, também, a perpetuação de normas tradicionais.

... esta variação não está necessariamente, estruturalmente em desacordo com o processo a que chamamos “reprodução ideológica” - porque traduzir um item noticioso para uma variante de linguagem pública serve, também, para traduzir para um idioma público as afirmações e pontos de vista dos *primary definers* (HALL *et al*, 1999, p. 232).

Vale ressaltar que apesar do lugar de fala das análises de Hall *et al* estar concentrado em meios que não se definem como independentes, e estão inseridos na lógica comercial e hegemônica, o esforço deste trabalho é apropriar-se deste desenvolvimento teórico para uma problematização justamente daquelas iniciativas que se autodenominam como empreendimentos independentes e que, de alguma forma, já têm características que podem ser descritas dentro de parâmetros das dimensões de governança de gestão, sustentabilidade e editorial. Se um dos objetivos desses meios autodenominados independentes digitais de jornalismo é se desvencilhar dos modelos hegemônicos por meio do distanciamento da lógica comercial, política e do discurso dos grandes veículos de comunicação – dimensões de governança de gestão, de sustentabilidade e editorial -, percebe-se que a análise das culturas profissionais estabelecidas por esses modelos tradicionais é uma das formas de aferir a atuação das iniciativas autodenominadas independentes e, também, atentar-se para as observações de Hall *et al*, aferindo se as práticas profissionais das iniciativas digitais de jornalismo autodenominadas independentes contribuem para a perpetuação de ideologias hegemônicas.

5.2 A CULTURA PROFISSIONAL E TENSÕES

As mudanças enfrentadas pelo mercado jornalístico, apresentadas no capítulo anterior, além de afetarem diretamente a credibilidade dos veículos tradicionais repercute,

também, para os próprios jornalistas que enfrentam instabilidade e demissões constantes. O site Comunique-se⁸⁷, em levantamento realizado somente em 2015, contabilizou mais de 1.400 jornalistas de veículos impressos demitidos. Outro levantamento, da Volt DataLab⁸⁸, detectou 3.568 demissões em meios de comunicação entre 2012 e 2015. Em 2017, a conta continua a aumentar. No dia 19 de janeiro, por exemplo, foram 30 profissionais demitidos por conta da integração das redações dos jornais O Globo e Extra⁸⁹. No dia primeiro de fevereiro, a rádio MPB FM, também do Rio de Janeiro, encerrou as atividades deixando um número aproximado de 40 funcionários sem emprego⁹⁰. Em julho e outubro a TV Globo também dispensou pelo menos 40 jornalistas⁹¹. A ameaça constante ao profissional, com demissões e reformulações internas nas redações, amplia ainda mais a aceitação de novas funções pelos jornalistas - aquelas mesmas especificadas no capítulo 3, com a definição de hiperconcorrência por Charron e Bonville (2016). Além de terem que atuar naquela que se consolidou como a principal atividade dos jornalistas, a produção de notícias, há também a preocupação com questões mercadológicas; como a forma de atrair consumidores, leitores, e a otimização de recursos.

A falta de uma sistematização do conhecimento necessário para a atuação jornalística abre espaço para que outros treinamentos sejam prioritários nas grandes organizações. Mesmo tendo sido uma atividade regulamentada a partir de 1969, no Brasil a profissão de jornalista também deixou de ter o diploma exigido no mercado no início do século XXI, em 2009. Então, outro aspecto importante é o número de profissionais que chegam às redações e se deparam com um cenário instável de demissões e alterações constantes, situação que corrobora com a aceitação de rotinas profissionalizantes formatadas pelos grandes grupos de comunicação. Assim, a busca pela diminuição de custos, exigência de maior produtividade na produção de pautas, acúmulo de funções e agilidade no tempo de execução são colocados em primeiro lugar dentro dos veículos de comunicação com a visão de lucro. Além de se tornarem prioridade para os empregadores, tornam-se praticamente obrigatórios para os profissionais que não querem perder empregos, contribuindo para a precarização constante

⁸⁷ Disponível em <<http://portal.comunique-se.com.br/>>. Último acesso em 01/04/2016.

⁸⁸ De acordo com a pesquisa “A conta dos Passaralhos – Um panorama sobre demissões de jornalistas nas redações do Brasil”. Disponível em <<https://medium.com/volt-data-lab/a-conta-dos-passaralhos-953e7e254d4a#.4a42uxzdu>>. Último acesso em 28/08/2016.

⁸⁹ Disponível em <<http://portal.comunique-se.com.br/o-globo-demite-jornalistas-das-editorias-de-cultura-economia-e-esportes/>>. Último acesso em 05/02/2017.

⁹⁰ Disponível em <<https://jornalistas.org.br/index.php/radio-mpb-fm-encerra-atividades-e-demite-cerca-de-40-funcionarios/>>. Último acesso em 05/02/2017.

⁹¹ Disponível em: <<https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/noticia-da-tv/2017/10/demissoes-esperadas-e-mudancas-importantes-o-dia-de-cao-no-esporte-da-globo>> e <<https://portal.comunique-se.com.br/globo-gshow-demite-mais-20-jornalistas/>>. Último acesso em 31/10/2017.

discutida a partir de conceitos discutidos no capítulo sobre as transformações no século XXI e a cultura profissional (capítulo 4).

A cultura profissional condicionada a esse contexto de tensões e precarização pode ser observada a partir de uma forma que, em primeiro lugar, evidenciar as relações interdependentes estabelecidas a partir da prática jornalística e, a partir dessas relações, em segundo lugar, encontrar um possível distanciamento em relação às perspectivas hegemônicas explicitadas até aqui. O percurso, então, envolve refletir os critérios de noticiabilidade e, mais especificamente, o critério de escolha de fontes adotado pelos profissionais e veículos tradicionais. Como eles funcionam? Existem diferenças na prioridade estabelecida pelas iniciativas autodenominadas independentes? A escolha das fontes poderia contribuir com uma certa independência destes veículos autodenominados independentes ou eles também estariam condicionados aos modelos hegemônicos estabelecidos pelos *primary definers*? Tentando responder a esta pergunta, e aproximando-se do referencial teórico das dinâmicas de hiperconcorrência e do mercado de fontes (CHARRON; BONVILLE, 2016) apresentados no capítulo 4, este tópico é dedicado a entender as possíveis relações da definição de critérios de seleção de fontes com a perpetuação de culturas profissionais e conceitos hegemônicos. Posteriormente, na análise das fontes utilizadas em alguns trabalhos executados pelas iniciativas autodenominadas independentes e nas entrevistas com os profissionais criadores dessas mesmas iniciativas, pretende-se confrontar os resultados com este referencial teórico.

5.2.1 A independência pela perspectiva contra hegemônica na concepção da noticiabilidade

A consideração de critérios de noticiabilidade para uma possível análise da independência de veículos autodenominados independentes é feita a partir da lógica de que os critérios de noticiabilidade revelam-se como um conjunto de tratamentos que os fatos recebem dentro de uma redação. Silva (2014) faz uma distinção entre valores-notícia e critérios de noticiabilidade afirmando que o primeiro diz respeito a características do fato em si e o segundo é uma soma dos valores-notícia com a forma como determinado acontecimento é tratado na produção de uma reportagem. “Noticiabilidade seria a soma desses dois conjuntos, acrescentada daquele terceiro que trata de questões ético-epistemológicas” (SILVA, 2014, p. 54). A autora, então, considera diferentes instâncias dentro do conceito de critérios de noticiabilidade, tentando compreender a complexidade do fenômeno e permitindo entender o produto final veiculado pelas organizações noticiosas como um elemento gerado a partir das transformações que um fato recebe desde o acontecimento até a publicação.

Tal entendimento nos leva a estabelecer instâncias ou conjuntos diferenciados de critérios de noticiabilidade: (a) na origem dos fatos (seleção primária dos fatos/valores-notícia), considerando atributos próprios ou características típicas, que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos da imprensa; (b) no tratamento dos fatos, centrando-se na seleção hierárquica dos fatos e levando-se em conta, para além dos valores-notícia dos fatos escolhidos, fatores inseridos dentro da organização, como formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infra-estrutura, tecnologia etc, como também fatores extra-organizacionais direta e intrinsecamente vinculados ao exercício da atividade jornalística, como relações do repórter com fontes e públicos; (c) na visão dos fatos, a partir de fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade, que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores (SILVA, 2014, p. 52).

Como exemplos dos diferentes níveis, Silva (2014) cita fatores como julgamentos pessoais dos jornalistas, cultura profissional no qual o repórter está inserido, as limitações das empresas de notícias, fatores éticos, circunstâncias históricas e políticas e, também, a relação com fontes e com o público. Ao analisar o trabalho de Gans (1980) encontram-se similaridades com os princípios fundamentados por Silva (2014). O autor descreve quatro principais fases de teorias a respeito dos critérios de noticiabilidade e, ao final, apresenta o conceito de critérios de noticiabilidade como uma relação complexa dessas diferentes fases. A primeira fase mencionada por Gans (1980) é estabelecida por uma teoria centrada no jornalista e define que é o julgamento do profissional que determina o que é ou não notícia. A segunda fase localiza-se nas influências que a organização jornalística tem sobre a seleção de notícias. A terceira fase, refutada por Gans (1980) posteriormente, é a da teoria do espelho, que apresenta o jornalismo como um reflexo da realidade e classifica a seleção das notícias a partir dos próprios eventos. Por fim, ainda há uma quarta fase que adota forças externas às organizações jornalísticas como definidoras de critérios de noticiabilidade. A conclusão do autor é que as notícias são selecionadas a partir de uma existência concomitante dessas diferentes fases – com exceção da teoria do espelho.

Os jornalistas fazem sim um julgamento de notícias, ambos como membros de uma profissão e como indivíduos, mas não são, de modo algum, agentes totalmente livres e, em qualquer caso, raramente fazem decisões de seleção abertamente em bases ideológicas; em vez disso, eles funcionam dentro de organizações que lhes fornecem apenas um valor limitado de margem de manobra em decisões de seleção, que é ainda mais reduzido por sua fidelidade a valores compartilhados profissionalmente⁹² (GANS, 1980, p. 79).

⁹² Tradução livre do original: “*Journalists do apply news judgment, both as members of a profession and as individuals, but they are by no means totally free agents, and in any case, they rarely make selection decisions on overtly ideological grounds; rather, they work within organizations which provide them with only a limited amount of leeway in selection decisions, which is further reduced by their allegiance to professionally shared values*”.

Apesar de ambos os autores citarem o relacionamento com fontes como um dos elementos que influencia a seleção de notícias, é Gans (1980) quem vai direcionar os estudos para aprofundar a interferências de fonte nos critérios de seleção de notícias praticados dentro da redação. Para o autor, as notícias são informações transmitidas das fontes para as audiências por intermédio dos jornalistas. A interdependência entre esses três segmentos distintos - fontes, público e jornalistas -, revela as pressões pelas quais os profissionais jornalistas estão vinculados. Como as notícias provocam consequências, “[...] jornalistas estão suscetíveis a pressões de grupos e indivíduos (incluindo fontes e audiências) com poder para machucar os profissionais, suas organizações e suas empresas⁹³” (GANS, 1980, p. 80).

A afirmação de Schmitz (2011) é outro ponto de partida para justificar a pertinência da discussão da independência a partir do critério de seleção de fontes noticiosas neste trabalho. Segundo o autor, os jornalistas não criam ou reportam um fato de forma autônoma. Eles “[...] dependem das fontes, e não admitem isso. Aliás, não gostam de ouvir nem falar sobre o assunto. Preferem defender uma hipotética independência e a produção idealizada da notícia” (SCHMITZ, 2011, p. 77). Admitir a existência de uma dependência recorrente e constante entre o relacionamento do jornalismo e fontes é condição de existência para a profissão. Para Ruellan (2006, p.33), é por meio de mobilização de redes de relacionamentos que o jornalista consegue entrar em contato direto com “[...] o discurso de atores sociais que produzem sobre a realidade”. Sem esse relacionamento, o trabalho de apuração de informações não existiria.

Se o jornalista tem um complexo grau de interdependência com as fontes para poder conduzir o trabalho profissional, o olhar de uma possível independência das rotinas e organizações tradicionais do jornalismo pode vir a partir do critério de seleção das fontes. A forma como os jornalistas selecionam suas fontes pode indicar um grau maior ou menor de independência com certas ideologias dominantes nos veículos tradicionais. Uma das formas de tentar observar os critérios de escolha de fontes é um olhar direto para as principais categorias de fontes adotadas pelos profissionais atuantes em veículos tradicionais. Schmitz (2011, p. 23), apresenta uma Matriz de classificação das fontes noticiosas que “[...] estabelece uma demarcação e inter-relação entre os tipos, grupos e classes de fontes”.

⁹³ Tradução livre do original: “Because news has consequences, however, journalists are susceptible to pressure from groups and individuals (including sources and audiences) with power to hurt them, their organizations, and their firms”.

QUADRO 1 - Matriz de classificação das fontes de notícias

Categorias	Grupo	Ação	Crédito
Primária Secundária	Oficial Empresarial Institucional Popular Notável Testemunhal Especializada Referencial	Proativa Ativa Passiva Reativa	Identificada Anônima

Fonte: SCHMITZ, 2011, p. 23.

Dessa Matriz de classificação das fontes noticiosas podem ser evidenciadas algumas que são as mais utilizadas nos meios tradicionais de notícias. A pesquisa de Schmitz, por exemplo, revela os tipos de fontes que têm mais confiança dos jornalistas, indo além da categorização em fontes primárias e secundárias. Na divisão por “grupo”, estão as especializadas, conhecidas pela experiência específica em um determinado assunto, são as mais confiáveis, elencadas em 73% das fontes que têm “muita confiança” dos jornalistas. As outras quatro colocações envolvem tipos de fontes em concordância com as especializadas. As fontes referenciais, por exemplo, aquelas geradas a partir de bibliografia ou documento que fundamenta conteúdos jornalísticos, aparecem em segundo lugar, recebendo 71% de confiança dos jornalistas. As testemunhais, terceira posição, com 65%, são aquelas que têm relação direta com o ocorrido. São também consideradas como “[...] independente, mesmo que não relate exata e fielmente o ocorrido” (SCHMITZ, 2011, p. 26). Apesar de ocupar uma das últimas colocações nos resultados da pesquisa de Schmitz, as fontes oficiais, que normalmente se pronunciam em nome de órgãos públicos, do Estado, e outras organizações relacionadas, também são recorrentes. Para o autor, é o tipo preferido “[...] da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político” (SCHMITZ, 2011, p. 25).

No segmento “ação”, Schmitz apresenta a categoria “proativa” como aquelas fontes mais profissionalizadas e que utilizam do jornalismo para interferir diretamente na esfera pública. São fontes com um conhecimento estratégico do meio, que “[...] produzem e oferecem notícias prontas, ostensiva e antecipadamente” (SCHMITZ, 2011, p. 28). Outra característica dentro do segmento “ação” a ser observada é a presença de fontes passivas, que não dispõem de conhecimento como as fontes proativas. São organizações, grupos e pessoas que se manifestam “[...] somente quando consultadas por repórteres, fornecendo estritamente as informações solicitadas” (SCHMITZ, 2011, p. 29). O autor ainda especifica uma

representação para a qualificação das fontes⁹⁴, dividindo-as em confiáveis, fidedignas e duvidosas. Fontes confiáveis, por exemplo, são acionadas de forma mais recorrente. Para Schmitz (2011, p. 31), os jornalistas selecionam fontes por conveniência e confiabilidade, mas essa confiança também está vinculada à “[...] produtividade, ou seja, aquelas que mantêm uma relação estável, sendo acessíveis e articuladas” (SCHMITZ, 2011, p. 31).

Os resultados elencados por Schmitz (2011) dialogam com a perspectiva apresentada por Gans (1980), de que as fontes se utilizam dos meios jornalísticos para informar assuntos de interesse próprio aos públicos. A pesquisa realizada pelo autor também evidencia alguns objetivos dos relacionamentos das fontes com a mídia. Em 80% dos casos, as organizações têm o propósito de “[...] minimizar as notícias desfavoráveis, por isso agendam a mídia, pautando em vez de serem pautados” (SCHMITZ, 2011, p. 11). Este fenômeno de agendamento a partir das fontes repercute diretamente nas práticas profissionais e influencia a perspectiva das noções de independência, “[...] provocando o ‘encastelamento’ dos profissionais nas redações, que preferem a comodidade da informação pronta e ouvir as mesmas pessoas e organizações” (SCHMITZ, 2011, p. 10).

A escolha das fontes, então, justifica-se como um dos possíveis caminhos que podem contribuir com o distanciamento da lógica estabelecida pelos grupos de comunicação hegemônicos. São características que serão utilizadas como critério de análise do discurso dos profissionais jornalistas envolvidos com a criação das iniciativas autodenominadas independentes que são objetos de estudo deste projeto. Entende-se que é nessa cultura profissional de escolha de fontes e critérios de noticiabilidade que se encontram algumas pistas que levam determinados profissionais a tentar se desvencilhar das práticas jornalísticas tradicionais e, conseqüentemente, criar iniciativas que possivelmente se distanciam da pauta e do formato de produção das grandes agendas midiáticas.

⁹⁴ A perspectiva pela qualificação das fontes é a única que não será utilizada na análise dos produtos escolhidos para esta pesquisa. Entende-se que a categorização pela qualificação é baseado em critérios subjetivos e relativos ao relacionamento que cada jornalista tem com a fonte. E tal classificação não é satisfatória a partir apenas da análise do produto.

6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas para este trabalho são analisadas em diálogo com o objetivo principal deste esforço de pesquisa – aferir como se configura o jornalismo autodenominado independente em iniciativas digitais com escopo na região Amazônica, criadas no jornalismo pós-industrial a partir do final do século XX – e, consequentemente, em relação às três hipóteses estabelecidas como norteadoras das questões levantadas até o momento: 1) nessa conjectura de crise do modelo de gestão de sustentabilidade do paradigma informativo configurado nos veículos de comunicação, jornalistas buscam autonomia profissional e econômica na criação de iniciativas autodenominadas independentes; 2) sites de jornalismo digital autodenominados independentes com escopo na Amazônia estão inseridos em um contexto político e econômico complexo que desperta interesse de financiamento e apoio de organizações nacionais e estrangeiras, limitando, assim, a característica independente dessas iniciativas; 3) Uma das formas de se buscar independência é na avaliação da noticiabilidade do conteúdo jornalístico produzido pelas iniciativas autodenominadas independentes, perpassando pela escolha das fontes, valor notícia e critérios de noticiabilidade, que se distanciam das lógicas adotadas dos meios tradicionais.

Torna-se necessário também resgatar as perguntas definidas na introdução desta dissertação, que funcionam como balizadoras nos questionários aplicados aos profissionais entrevistados por esta pesquisa. Em princípio o foco era entender: o que essas iniciativas autodenominadas independentes com escopo na região Amazônica nos revelam tanto sobre a cultura profissional quanto normas profissionais subjacentes? A trajetória profissional dos jornalistas idealizadores da Amazônia Real e InfoAmazonia influenciam nos modelos de gestão adotados? A criação de uma iniciativa autodenominada independente propicia uma autonomia profissional do jornalista? Que tipo de tensões interferem na prática profissional nessas iniciativas? Essas perguntas, além de servirem como ponto de partida para a definição das perguntas estabelecidas, também são utilizadas para definir o foco da análise das entrevistas desenvolvida neste capítulo. Por fim, um terceiro elemento considerado para as análises apresentadas a seguir é o referencial teórico proposto nos capítulos anteriores.

6.1 AMAZÔNIA REAL

Como tentativa de compreender detalhes que definem a fundação e a gestão da iniciativa autodenominada independente Amazônia Real, optou-se por entrevistar as duas fundadoras e atuais responsáveis pela iniciativa: Kátia Brasil e Elaíze Farias. As entrevistas foram realizadas de forma individual, com base em um modelo de questionário

semiestruturado, e posteriormente transcritas de forma integral, como consta nos apêndices desta dissertação. Tanto Kátia como Elaíze, formadas em jornalismo, se utilizaram das vivências pelas quais passaram nos veículos em que atuaram antes de criarem o empreendimento atual, e é das tensões no campo jornalístico que essas experiências têm origem.

Percebe-se, a partir das entrevistas, que as tensões são constantes e acompanham as profissionais desde o início da carreira profissional e na atuação na Amazônia Real. Dessa maneira, as evidências relatadas por este tópico foram organizadas de uma forma que pudessem retratar: 1) que tipo de insatisfações profissionais as jornalistas tiveram nos veículos anteriores, 2) como essas tensões no campo contribuíram para a criação de ações e rotinas para a iniciativa autodenominada independente que fossem distantes daquelas praticadas em veículos tradicionais, 3) mesmo com esses valores estabelecidos e modelos de gestão adotados, algumas práticas e tensões presentes em grupos tradicionais parecem ainda acompanhar as profissionais na Amazônia Real, e 4) possíveis características de atuação profissional na iniciativa autodenominada independente que minimizam as tensões tradicionais.

6.1.1 Tensões percebidas nos veículos tradicionais

Kátia Brasil, nascida no dia 30 de dezembro de 1961 em Fortaleza, estudou nas Faculdades Integradas Hélio Alonso, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1984 e 1990. O período de obtenção do título de graduação difere-se dos quatro anos usuais pois a jornalista teve que parar o curso para assumir um estágio na Rádio Tropical – rádio especializada em samba onde Kátia vivenciou uma das experiências que evidenciam precarizações e tensões no campo jornalístico que serão abordadas posteriormente. Elaíze Farias nasceu em Parintins no ano de 1970, no dia 2 de agosto, e se formou em 1993 na Universidade Federal do Amazonas. Como na cidade em que nasceu e foi criada não havia universidade, Elaíze teve que se deslocar para a capital do Amazonas, como a maioria dos jovens fazia (FARIAS, 2017).

A identificação de elementos que evidenciam as tensões no campo jornalístico vivenciadas por Kátia Brasil e Elaíze Farias começa em trechos que demonstram características mais indiretas e, talvez, até imperceptíveis em um primeiro momento. Imperceptíveis porque as jornalistas parecem desconsiderar os pontos negativos em troca de certa autonomia profissional da qual usufruíam dentro das redações, como a proposição de pautas que estavam alinhadas com os valores noticiosos defendidos por elas. A constatação dessa relativização de pressões, rotinas aceleradas e insatisfação salarial demonstra como são

importantes as oportunidades de autonomia profissional para Kátia Brasil e Elaíze Farias, influenciando diretamente nos ideais defendidos pelas jornalistas na criação da Amazônia Real.

Elaíze, por exemplo, ao enfatizar uma época que considerou boa dentro do jornal A Crítica, mostra algumas relações que a incomodavam e que têm identificação com tensões comerciais, editoriais e profissionais vivenciadas pelos jornalistas dentro de veículos tradicionais. O stress com os editores e a “época muito puxada” aparecem no discurso de Elaíze. “Foi uma época muito puxada, mas curiosamente, talvez até estranho, foi uma época muito boa para mim na redação do jornal” (FARIAS, 2017). Em outro ponto da entrevista, quando Elaíze conta o motivo por ter voltado para o setor impresso do jornal - depois de ter assumido, por um ano, a editoria Amazônia no setor online -, a jornalista diz ter ocorrido um problema com outros profissionais da redação. Esses exemplos sinalizam discordâncias de Elaíze com o veículo em que trabalhava. Apesar de defender que a época dedicada ao jornal A Crítica foi um momento muito bom, fica evidente a rotina sobrecarregada que Elaíze Farias tinha na redação. O trabalho que a profissional executava e os valores que ela conseguia defender com as reportagens parecem justificar, de alguma maneira, o ritmo acelerado e as pressões que a jornalista vivenciava.

Era bastante sobrecarregada. Às vezes eu ficava muito cansada, mas nessa época eu estava sentindo que eu estava fazendo um trabalho muito legal, muito importante, de denúncia, quando tinha alguma decisão mais sólida em relação a alguma coisa que eu denunciava, que o Ministério Público tomava alguma matéria nossa para fazer uma representação ou uma ação (FARIAS, 2017).

A questão da insatisfação salarial também parece ser relativizada quando a jornalista ressalta, mais uma vez, as boas oportunidades que tinha dentro do jornal em relação às possibilidades de trabalhar as reportagens a partir dos valores noticiosos em que acreditava. “Claro que eu gostaria de ter um salário melhor. Mas era uma época boa que eu peguei, no jornal A Crítica, porque eu estava tendo liberdade de pauta também” (FARIAS, 2017). Em outro momento, quando teve um reconhecimento dentro da redação, ao virar repórter especial do jornal A Crítica, Elaíze comenta mais uma vez sobre a liberdade que tinha para apresentar pautas e na facilidade que o novo cargo tinha na aproximação com a chefia do jornal. Porém, percebe-se como, mesmo tendo uma facilidade para propor e discutir pautas com os valores que defendia, a jornalista ainda tinha dependência, e mostrava respeito, à hierarquia estabelecida internamente – elementos que caracterizam, mais uma vez, tensões no campo jornalístico. “Claro que tinha que obedecer toda uma hierarquia. Mas eu tinha liberdade de

apresentar sugestão de pauta para os editores e para os diretores de redação, que poderiam concordar ou não” (FARIAS, 2017).

Mesmo com a liberdade na proposição de pautas e o entendimento dos processos internos da redação identificados acima, existe um ponto mencionado na fala de Elaíze Farias que intensifica a percepção de uma certa dificuldade e insegurança nas relações estabelecidas com a chefia e com a forma de trabalho desenvolvida nos veículos tradicionais. A jornalista explica que sempre procurou abordar pontos de vista de populações locais que, de alguma forma, eram prejudicadas por ações de grupos empresariais ou do governo, mas que não tem certeza se essa postura não foi um dos critérios analisados na hora de decidir sobre a demissão dela.

Nunca fui censurada por fazer esse tipo de matéria não. Era uma luta que eu tinha, que eu travava. Eu conversava com a diretora de redação, falava do que se tratava, que era importante. A gente procurava, claro, as fontes antagônicas, para dar o direito ao contraditório. Claro que eu procurava o governo, procurava todo mundo. Mas eu precisava ouvir essas pessoas também, o que elas queriam falar, o que elas sentiam e como é que elas poderiam ser afetadas. Eu não fui, mas talvez até tivesse sido demitida por causa disso. Sabe Deus. Não sei. Esse problema teria sido motivado (FARIAS, 2017).

Interessante notar que o contexto da região Amazônica, identificado no primeiro capítulo deste trabalho, pode ser notado no histórico de trabalhos de Elaíze Farias, que se dedicava a perceber o lado da população que não tinha estrutura para mobilizar a opinião pública sobre impactos que ações de poderosos teriam na vida delas. Outro aspecto importante é que, independentemente de ter existido um motivo associado aos valores noticiosos para a demissão da jornalista, o fato de uma dúvida existir conota que, para Elaíze, o jornal não era uma empresa em que a autonomia do jornalismo prevalecia como elemento fundamental. Ao avaliar os motivos da demissão, a profissional chega a ponderar se esse enquadramento defendido constantemente por ela não poderia ter influenciado a decisão da chefia. A relativização sobre uma suposta interferência na saída dela do jornal A Crítica, de certa forma já coloca em questão a ideia de liberdade identificada nas falas anteriores e elencadas até o momento.

São alguns elementos que reforçam as tensões internas ao campo jornalístico e que criam limitações no trabalho de repórteres em veículos tradicionais. Isso fica mais evidente em outro trecho da entrevista com Elaíze Farias, em que ela afirma novamente existirem oportunidades para a produção das pautas que ela defendia. Essas pautas, entretanto, mesmo sendo aceitas em algum momento precisavam respeitar as lógicas estabelecidas pelo veículo, como as questões orçamentárias e as dinâmicas internas de prazo na redação. "Eu sempre fui

de defender uma pauta. E essas pautas a maioria das vezes eram aceitas. Não eram aceitas de imediato, lógico, né. Algumas pautas não deram para fazer por tempo mesmo e questão de grana” (FARIAS, 2017). As possíveis interferências externas nas reportagens produzidas por Elaíze Farias também são percebidas na entrevista com a jornalista. Mesmo nunca tendo sofrido algum tipo de censura direta do jornal ou de empresários e políticos de fora da organização, Elaíze exemplifica casos em que recebeu uma orientação para esperar um pouco antes de publicar a matéria em questão. Este relato também traz percepções de tensões no campo jornalístico que, mesmo não sendo identificados como um tipo de censura, influenciavam diretamente a produção.

[...] quando eu sugeria assim as abordagens sobre algum acontecimento que estava tendo aqui na cidade, e algum foco diferente que não estava sendo abordado como eu achava que deveria ser eu também apresentava. Mesmo com aquele temor de o jornal de repente mexer com poderoso, mexer com algum interesse econômico. Eu nunca fui realmente totalmente censurada não. No jornal A Crítica nunca. O que eu procurava fazer, e era orientada, era dizer assim: ‘Calma, não vamos fazer ainda agora porque não é para atrapalhar. Faz depois’. Nunca tive essa coisa de: ‘Não, essa matéria não vai sair’ (FARIAS, 2017).

Havia sim uma certa liberdade no trabalho e isso é claramente identificado nas entrevistas com Kátia Brasil e Elaíze Farias (2016; 2017). Entretanto não há como desconsiderar esses elementos presentes no discurso que demonstram uma certa incorporação de uma rotina profissional e a não percepção de limites editoriais da redação. Elaíze cita o exemplo do outro jornal em que trabalhou, o Diário do Amazonas, como complemento dessa liberdade que dizia usufruir. Liberdade que, aparentemente, sempre obedeceu certas limitações que, como a própria jornalista diz, foi aprendendo a lidar. Esse “aprender a lidar” é uma evidência de limitações e tensões que acabam sendo incorporadas à rotina e são relativizadas quando existe uma certa autonomia profissional. “No Diário do Amazonas eu também tive bastante liberdade. Dentro do possível, né, porque sempre tem algum interesse assim de vez em quando, mas eu sabia... Fui aprendendo a fazer isso” (FARIAS, 2017).

Para Kátia Brasil as limitações também parecem ter sido incorporadas ao longo do tempo, visível a partir dos relatos da jornalista que demonstram a relação repórter, editor e linha editorial do jornal – uma das tensões do campo jornalístico. “Muitas coisas eu sabia, né. ‘Ah! Esse aqui vai interessar a Folha’. Com o período você vai vendo [...] Não é só a linha editorial do jornal, é o pensamento do editor também” (BRASIL, 2017). Não só limitações editoriais são percebidas, como também os cortes por questões orçamentárias podem ser identificados na fala de Kátia Brasil, representando as tensões financeiras, econômicas, presentes no campo. Kátia explica, por exemplo, que não se preocupava com a tarefa de orçar

os custos de viagens ou outros gastos que ela teria em determinada reportagem porque havia um departamento na Folha de S. Paulo responsável só pelos orçamentos das propostas de pautas. “A Folha já tem um departamento que cuida. Nunca me preocupei com isso. Só me preocupava quando eles diziam que não tinha orçamento para isso. Aí não tinha matéria” (BRASIL, 2017). Em outro trecho da entrevista, Kátia Brasil especifica um pouco da dependência que encontrava no processo de orçamentos para poder emplacar determinadas matérias que exigiam deslocamento e mais tempo de apuração, já que determinadas tribos indígenas e populações locais vivem em áreas remotas, de difícil acesso.

Em primeiro lugar vale ressaltar que a dificuldade de acesso a determinadas populações locais caracteriza uma tensão no campo, pois interfere diretamente na possibilidade de a jornalista cobrir ou não o assunto com o enquadramento que considera apropriado e delimita o espaço que essas comunidades têm, ou não, em um jornal como a Folha de S. Paulo. Em segundo lugar há a tensão gerada pelo processo hierárquico ao qual as pautas eram submetidas, em diferentes reuniões com decisores dentro do jornal. Primeiro havia uma reunião com a secretaria de redação para a aprovação dos editores. Depois, se aprovada, a pauta era encaminhada para um departamento de avaliação de orçamento. “Eu sempre conversei muito com o chefe de reportagem. [...] Porque primeiro realmente você tem que vender para um chefe de reportagem” (BRASIL, 2017). Nesse ponto, a Amazônia Real oferece mais autonomia para as profissionais, já que as decisões sobre quais reportagens serão feitas, mesmo com o financiamento da Fundação Ford, são feitas pelas próprias jornalistas. Essa autonomia também permite uma dedicação maior às populações locais que poderiam ser desconsideradas pelo jornal anterior devido ao difícil acesso e ao custo de deslocamento. Como a decisão agora é tomada pelas próprias fundadoras, as escolhas de quais assuntos serão abordados perpassam pelo critério de serem histórias que as profissionais não conseguiram cobrir nos jornais tradicionais, conforme será detalhado posteriormente.

Apesar desta percepção sobre a limitação orçamentária sob as quais as propostas de pauta de Kátia eram vinculadas, diferentemente da realidade vivida por Elaíze Farias em um jornal de circulação local, a distância entre a sede do jornal Folha de S. Paulo, em São Paulo, e a sucursal, em Manaus, parece revelar uma menor interferência política sobre os assuntos que a jornalista optava por cobrir. A jornalista afirma que 90% das reportagens propostas por ela sobre a região Amazônica e outros assuntos locais eram idealizadas pela própria repórter.

90% vinha realmente de Manaus. Eu sempre deixei assim, mais ou menos, uma lista de pautas que me interessavam, né, especiais, que eu queria fazer. Eu ia organizando, ia estudando as pautas, apurando, até ter uma coisa bem robusta de apuração já para enviar ao jornal (BRASIL, 2017).

Em um outro trecho da entrevista, Kátia relaciona outros elementos que auxiliam na percepção de tensões internas. Diferentemente dos aspectos levantados anteriormente, tensões do campo que parecem não serem percebidos de forma direta pelas jornalistas, as características apresentadas a seguir fazem parte de uma percepção consciente de Kátia Brasil e Elaíze Farias. Rotina de viagens constantes, pressão, novas tecnologias e trabalhos concentrados na busca por mais leitores e audiência. É a identificação da precarização e acúmulos de tarefas dentro das redações tradicionais que cria um contexto, um preâmbulo, para a condição de fundadoras de uma iniciativa autodenominada independente que elas iriam vivenciar depois.

Kátia afirma que já vinha se desgastando com a Folha de S. Paulo na trajetória como repórter. Um dos primeiros argumentos é a insatisfação com o salário e o pedido de aumento que fez próximo ao período em que foi demitida. A pressão é outra característica associada ao desgaste e percebida pela jornalista, principalmente a partir das transformações provocadas pela inserção das plataformas digitais na rotina profissional. Quando o veículo passou a atuar também com um site na internet, exigiu-se um comprometimento maior dos profissionais da redação e uma alteração significativa na rotina diária. Como exemplo estão o acúmulo de funções e a pressão por entrega de reportagens em um determinado horário, fatores estabelecidos a partir da concorrência com outros veículos tradicionais que já estavam atuando na internet. A lógica relatada pela profissional tem relação direta com os conceitos de hiperconcorrência de Charron e Bonville (2016) que estabelecem um novo funcionamento do mercado jornalístico a partir de novos agentes competindo pela atenção de consumidores.

A pressão era muito grande, a cobrança era muito grande. O jornal estava vivendo um momento muito assim. Inclusive teve uma reunião na Folha, um ano antes dessas demissões, que o editor chegou a falar que, chegou a se praticar isso de juntar o online com o impresso. E isso aí fez com que todos os jornalistas que estivessem dentro e fora da sede tivessem que trabalhar o dobro. Por exemplo. Eu cheguei a fazer matérias que eu tive que fotografar, fazer um vídeo, fazer a matéria. O jornal chegou a cobrar inclusive que nós tivéssemos com essas matérias prontas às 11 horas da manhã. Porque o jornal todo dia queria colocar no online, meio-dia, um fato novo. Tinha uma coisa assim mais ou menos. Não deu certo. Tudo bem de uma manchete, um furo ao meio-dia. O jornal estava naquela pegada de concorrer com o UOL, com o G1, os 500 milhões de acesso por dia, que em 2013, 2012, esse era o patamar do UOL, do G1, e a Folha queria entrar nessa concorrência. Então a gente teve uma grande reunião sobre isso. O jornal já estava com um clima pesado já, com o trabalho, porque era muita pressão mesmo. E isso aí fez com que a gente ficasse mais pressionado. Eu já amanhecia trabalhando, já dormia trabalhando, acordava trabalhando. Direto. E isso aí não deu certo. Mas essa questão do investimento no online, que eu acredito que eles fizeram muito, tentando ficar na liderança na internet, acabou não dando certo, né? Porque depois veio a crise, com a justificativa de que o problema é econômico, então... (BRASIL, 2017).

A percepção de crise identificada na fala da jornalista vale destaque, pois o discurso da profissional dialoga com a ideia de que há um momento de crise vivenciado há pouco tempo pelo jornalismo. O histórico, antes da inserção de plataformas digitais, de acúmulo de funções e tarefas, pressões, precarização, rotinas diárias exaustivas e a concorrência com outros veículos além da questão salarial, como Kátia cita no trecho do parágrafo anterior, parecem não fazer parte de uma crise contínua, que acompanha o mercado jornalístico antes das estruturas tecnológicas digitais. A crise parece estar relacionada apenas ao surgimento da internet e da proliferação de sites de notícias do que a uma reformulação das relações de trabalho, como identificado no capítulo 4 desta dissertação, que acompanha o mercado desde o final da 2ª Guerra Mundial (Hirata, 2002). Neveu (2006), traz dados da precarização jornalística e de um alto número de demissões ainda na década de 1980. Interessante notar que é a própria Kátia Brasil que cita um período da vida dela, logo quando se formou, em 1990, quando estagiou em uma rádio no Rio de Janeiro dedicada a cobrir as escolas de samba do carnaval da cidade. Ela explica as condições precárias sob as quais trabalhava tendo, inclusive, que deixar o curso de jornalismo por um período para poder dar conta das exigências. Kátia reconhece que o trabalho que ela exercia lá era uma exploração. “Nós éramos meio que exploração de mão de obra. A gente trabalhava como profissional, mas ganhava como estagiária” (BRASIL, 2017).

Há um outro ponto que é relacionado como um momento de precarização, de acúmulo de funções, mencionado por Kátia Brasil, e que também pode ser identificado como a percepção da profissional de uma crise localizada nos formatos digitais que proliferaram a partir do surgimento da internet e das tecnologias digitais no início do século XXI. Quando questionada a respeito de existência ou não da preocupação com a audiência, a jornalista afirma que não fazia parte da rotina de trabalho dos jornalistas já que o jornal impresso vendia muitos exemplares. O relato também mostra uma certa percepção da transição de modelos. Antes uma redação focada no impresso e, com a chegada da internet, uma rotina focada no digital com acúmulo de funções e alterações na rotina – o mesmo contexto especificado pela hiperconcorrência de Charron e Bonville (2016), especialmente no que diz respeito ao mercado dos consumidores e a constante tentativa de atrair mais público, já que a receita publicitária depende desse elemento.

A gente não tinha essa preocupação com audiência como é hoje. Quando o jornal vai para o online nós começamos a escrever para a Folha Online. Chegou um tempo também que a Folha juntou as redações, o online foi para dentro da redação da Folha, e a gente acabou sendo orientado a fazer matérias exclusivas para o online (BRASIL, 2017).

No caso de Elaíze Farias o acúmulo de funções também é identificado, mas tem uma relação direta com o cargo que ela passou a ocupar no jornal A Crítica como editora da seção Amazônia do site do veículo. Elaíze afirma que existia sim um acúmulo de funções mas parece relativizar essa condição ao destacar que era uma escolha dela por não existir outra pessoa qualificada para realizar o trabalho de edição. O argumento apresentado por Elaíze, por outro lado, destaca a precarização da redação que não dispunha de jornalistas qualificados para a execução do trabalho. “Eu mesma editava as minhas matérias. Era um acúmulo de funções mesmo, mas era um cuidado de que o material não saísse ruim. Saísse bem feito, saísse bem editado” (FARIAS, 2017).

Todas essas percepções de detalhes das tensões do campo jornalístico identificadas nas falas das jornalistas refletem diretamente na trajetória da criação da iniciativa autodenominada independente. É dessa bagagem de vivências que surgem conceitos norteadores para a rotina estabelecida dentro da Amazônia Real, com características que seguem, de certa forma, as mesmas práticas de veículos tradicionais de comunicação e outros que tentam se distanciar das rotinas vivenciadas nas empresas por onde passaram. Elaíze Farias, em um determinado trecho em que descreve como é a rotina da iniciativa autodenominada independente, traz essas duas perspectivas em uma mesma frase. Primeiro compara o funcionamento da Amazônia Real a uma “redação normal” e, depois, evidencia uma característica definida pela iniciativa para que não entrem no mesmo ritmo de publicações contemplados anteriormente, nos veículos por onde passaram antes da Amazônia Real.

Nosso trabalho é uma redação mesmo. Só que a gente, nosso ritmo, não é aquele ritmo de ter que escrever daqui a pouco porque tem que fechar e tudo. A gente publica matérias até de noite, de manhã, faz entrevista de madrugada, uma vez eu fiz uma entrevista de madrugada (FARIAS, 2017).

O próximo tópico deste trabalho tem por objetivo identificar aproximações entre experiências anteriores com as decisões tomadas para a fundação da iniciativa autodenominada independente de Kátia Brasil e Elaíze Farias. Entende-se que os relatos trazem características que fortalecem uma tentativa de desvencilhamento das práticas tradicionais de veículos hegemônicos a partir das experiências com tensões no campo jornalístico assim como a evidência de dimensões de governança editorial, de gestão e de sustentabilidade.

6.1.2 Experiências com tensões no campo que influenciaram a criação da Amazônia Real

É do discurso de Kátia Brasil que algumas ideias sobre a relação entre experiências anteriores e atuais devem ser identificadas. A profissional passa a ideia de um conhecimento dominado, apropriado e exercitado pelo percurso jornalístico, pela trajetória profissional. Ou seja, o conhecimento da rotina e do campo jornalístico parece ter sido um instrumental fundamental e relevante para a organização Amazônia Real. São experiências que orientam até hoje a forma de trabalho que adotam dentro da iniciativa autodenominada independente. Percebe-se também a forma como Kátia Brasil reconhece e é grata por todas as experiências que teve a oportunidade de vivenciar nos veículos por onde passou.

[...] toda essa carga de responsabilidade que a gente tem, a gente aprendeu também nas empresas que nós trabalhamos. Eu tenho orgulho de dizer isso. Que eu trabalhei na Folha de S. Paulo, que eu trabalhei no Estadão, que eu fui correspondente do Globo. Trabalhei nos jornais de Manaus também, Amazonas do Tempo, na TV Cultura. Fui estagiária, criei um jornal lá atrás com um amigo. Essa base toda, tudo isso que eu sou hoje eu devo muito essa experiência toda. E pessoas que eu encontrei pelo caminho e que me ajudaram bastante em tudo. Desde a edição de texto, a fazer um texto, a apurar, a escrever bem, a escrever direito, a corrigir meus erros, a ser humilde e corrigir meus erros. E ser advertida e saber, ter humildade, abaixar a cabeça e ir em frente (BRASIL, 2017).

A gratidão de Kátia Brasil é expressiva, mas deve ser relativizada para este processo de pesquisa e análise. Isso porque é preciso considerar a perspectiva de Hall *et al* (1999) de que possíveis reforços hegemônicos podem ser notados a partir de repetições de rotina nos veículos tradicionais. Apesar de Hall *et al* (1999) não olhar para iniciativas autodenominadas independentes, considera-se aplicável a percepção do autor aqui neste conjunto de práticas que as jornalistas levaram para as iniciativas autodenominadas independentes. Reforça-se, assim, um olhar crítico para detalhes que podem passar despercebidos pelas profissionais entrevistadas.

Analisando os relatos de Kátia Brasil, entende-se que algumas experiências adquiridas no veículo anterior parecem ter sido transpostas para a iniciativa autodenominada independente fundada pela profissional. Kátia Brasil explica que a rotina como correspondente começava cedo, geralmente às 7 da manhã e, caso nada tivesse sido estabelecido pelo editor, a jornalista iniciava a execução de propostas de pautas que ela mesma havia sugerido no dia anterior. O planejamento é um dos pontos ressaltados pela profissional, que afirma ser algo recorrente na Folha de S. Paulo. “Mais ou menos eu já tinha uma coisa estipulada porque a gente já trabalha sempre com antecedência, né. Isso acontece muito na Folha, de ter já um trabalho preparado. E é isso que eu acho que os grandes jornais fazem” (BRASIL, 2017). Essa preocupação com planejamento, de acordo com Kátia, é um

dos elementos que aparecem nos processos da Amazônia Real. “A gente também traz essa experiência para a Amazônia Real para não deixar tudo muito em cima do dia. Só nas coisas que acontecem factuais. Se acontecer alguma coisa agora não tem jeito” (BRASIL, 2017). O planejamento descrito por Kátia aparenta ser adotado com o intuito de evitar ao máximo as exigências de última hora condicionadas à pressão do tempo, por exemplo, permitindo que a jornalista pudesse encontrar recursos para produzir os materiais que achava coerente. Esta característica pode ser percebida como uma das possíveis influências das tensões do campo no trabalho das jornalistas que, mesmo distantes da dinâmica de veículos tradicionais, parecem ainda acompanhar o trabalho delas na Amazônia Real, principalmente a persistência da preocupação em minimizar essas tensões.

Elaíze Farias traz um outro exemplo sobre a presença das tensões do campo, em que apresenta um ponto de vista mais direcionado ao tempo de produção que tinha dentro da redação do jornal A Crítica. Ela também enfatiza a dinâmica atribulada que o veículo estabelecia para os profissionais, mas explica que, mesmo assim, conseguia produzir matérias que ela chama de “mais aprofundadas”. A profissional atribui essa possibilidade de realização de matérias mais aprofundadas ao tempo de casa que tinha no jornal. “[...] Como eu já estava há algum tempo na redação, com um certo posicionamento de não aceitar tudo, eu não fazia assim duas ou três matérias não. Embora havia essa pressão sim” (FARIAS, 2017). A experiência na Amazônia Real é diferente para a jornalista pois a pressão não acompanha a rotina na redação como acompanhava no jornal A Crítica. “Não é igual, por exemplo, aqui na Amazônia Real, que você pode apurar com mais cuidado, um dia, dois dias” (FARIAS, 2017). O perfil de produção mais cuidadoso citado por Elaíze e exercitado, mesmo com limitações, na ocupação anterior à Amazônia Real, foi uma das práticas que continuou na iniciativa autodenominada independente – agora, porém, a profissional parece ter tido o cuidado de trabalhar pela minimização das tensões e desenvolver um contexto em que desfruta de mais tempo de dedicação e sem pressões de publicação, por exemplo.

Para Elaíze Farias, mesmo com as possibilidades encontradas dentro de uma rotina com tempo cada vez mais escasso, a criação da Amazônia Real parece funcionar como uma oportunidade de conquistar mais espaço e mais tempo do que aqueles que ela tinha na redação tradicional. Mesmo com essa diferença de realidades entre A Crítica e Amazônia Real, é da experiência de Elaíze Farias, de querer se dedicar mais a matérias aprofundadas no jornal A Crítica, como ela denomina, que parece surgir uma condição de rotina para a Amazônia Real – encontrar mais autonomia profissional para a apuração e produção das reportagens. O relato dialoga com a ideia desenvolvida pelos Anderson, Bell e Shirky (2013), a partir do conceito

de Dean Starkman, que defende um “giro incessante da roda do hamster” nas quais os profissionais de redações tradicionais acabam sendo envolvidos. Os autores explicam que a partir, principalmente, do desenvolvimento das tecnologias digitais deste século XXI, os profissionais não têm mais influência sobre a rotina profissional devido às exigências constantes e pressões de tempo. A criação da Amazônia Real, neste caso, parece ser uma tentativa de romper com a dinâmica da “roda do hamster”. São decisões conscientes, diferentemente daquelas inconscientes destacadas por Hall *et al* (1999), que reverberam diretamente na concepção da iniciativa autodenominada independente.

A importância da experiência adquirida com os trabalhos desenvolvidos nos veículos por qual passaram pode ser vista em outro trecho do relato de Elaíze Farias ao afirmar que em um determinado momento profissional dentro do jornal A Crítica, quando assumiu a editoria Amazônia do site do jornal, conseguiu estabelecer uma relação mais próxima com fontes que são abordadas até hoje no trabalho da jornalista. A entrevistada dá a entender que as tensões no campo, com a experiência profissional e o tempo de casa, parecem tornar-se menos constrangedoras. Ela podia trabalhar com as fontes que desejava e isso parece refletir diretamente em uma sensação de controle próprio da rotina profissional, diferentemente do conceito da “roda do hamster” mencionado anteriormente. Essa oportunidade que Elaíze conquistou, a partir da experiência dentro do jornal A Crítica, de certa forma representa um vislumbre de que era possível assumir uma certa autonomia da rotina profissional, trabalhar com os assuntos e com os enquadramentos que achava interessante e pertinente. A demissão, em 2012, cessou com essa perspectiva de autonomia, mas a experiência dessa redação anterior à Amazônia Real deu base ao objetivo de defender essa rotina mais autônoma pelas profissionais na iniciativa autodenominada independente. É essa rotina que ela busca constantemente no empreendimento.

[...] em 2011, eu saí do caderno de cidades [...], o jornal A Crítica estava finalmente estreando o seu site, com o seu jornalismo online, e me chamaram e eu fui para lá para ser editora, repórter, fazer de tudo. Para o caderno, editoria de Amazônia. Assim se chamava. Era uma coisa bem grandiosa. E dentro das minhas possibilidades, foi uma época que eu tive inclusive liberdade de apuração de pauta. O que eu fechava saía. Foi quando eu comecei a criar muita fonte, eu já tinha muita fonte, mas foi a partir dali que eu também não fazia matéria só com foco no Amazonas, embora a prioridade era o estado do Amazonas. Mas eu meio que conseguia emplacar algumas matérias do Pará, de Rondônia. Foi uma época bem legal. Eu só fiquei um ano. Depois eu voltei para o impresso (FARIAS, 2017).

Elaíze Farias também exemplifica um pouco sobre a relação com a chefia e como funcionava a defesa das pautas que tinha vontade de executar, evidenciando a tensão com as hierarquias do campo e a percepção que a jornalista tinha do contexto organizacional e do que

poderia ser viável ou não de conseguir aprovação dos editores do jornal, além de reforçar a ideia de incorporação de tensões e relativização das limitações em troca de executar o enquadramento noticioso que acreditava ser o correto – conforme descrito no tópico anterior. A jornalista cita a negociação sobre qual era o tempo de produção que as pautas que oferecia iam ter. “Também não ia poder pedir 2 meses, 3 meses. Não adiantava, porque eu sabia que a realidade do jornal não era essa. Inclusive tinha uma época que eu tentava fazer o máximo para ser política mesmo” (FARIAS, 2017). Ao defender que conseguia emplacar as pautas propostas, que também determina a aceitação do enquadramento defendido pela repórter, a partir do entendimento da logística da organização, Elaíze usufruía de um respeito por parte da chefia. O lugar de fala da jornalista, que era aceito nesse processo, demonstra uma certa autonomia no trabalho – experiência positiva que também acaba sendo buscada constantemente dentro da iniciativa autodenominada independente.

O enquadramento noticioso proposto pelas jornalista evidencia uma relação muito próxima e um entendimento notável sobre as populações e problemas locais de Manaus e Amazônia. Apesar de certa dificuldade identificada no processo, ambas pareciam entender o contexto em que atuavam, trabalhando para retratar olhares locais sobre os acontecimentos próximos àquela realidade. A trajetória profissional das duas jornalistas apresenta uma certa continuidade na Amazônia Real, pois as experiências foram transportadas para o novo empreendimento. Não apenas na *expertise* jornalística, mas no conhecimento apreendido também sobre a região e as particularidades. A experiência na cobertura da região trouxe aprendizado e gerou um capital que é utilizado atualmente na iniciativa. Kátia Brasil, atuando como correspondente em Manaus para o jornal Folha de S. Paulo, e Elaíze Farias, exercendo a função de repórter especial para o jornal A Crítica, um dos grupos mais atuantes no estado do Amazonas, fundado em 1949. Kátia Brasil, por exemplo, fala dessa proximidade com o estado do Amazonas e os problemas locais, cobrindo qualquer tema, assim como a liberdade de proposição de pautas especiais que usufruía com o editor e outros superiores do jornal, mesmo que as ideias não fossem aceitas. Entre os temas aos quais se dedicava, a profissional acabava abordando assuntos relacionados a cotidiano, cidades, acidentes e até pautas investigativas envolvendo corrupção de políticos, governo e operações da Polícia Federal. “E no meio da pauta cotidiana, tinham as pautas especiais que ou vinham da redação ou, geralmente 90% a pauta partia de Manaus. Eu sempre pautei. Sempre pautei muito” (BRASIL, 2017).

Segundo Elaíze (2017), o interesse por esses temas levou ela a ser uma das repórteres que mais fazia matérias em determinados períodos, como a maior cheia do Rio Amazonas, em

2009, e uma grande seca que ocorreu em 2010 no Rio Negro. “Então foi uma época que eu propunha e eu fazia esse tipo de matérias” (FARIAS, 2017). Outros exemplos citados por Elaíze ressaltam a experiência que a repórter desenvolveu na cobertura de assuntos locais com as oportunidades que tinha no jornal A Crítica. Em 2012 a jornalista chegou a realizar uma reportagem na terra indígena Ianomami, convidada pela própria tribo, e o jornal A Crítica fez o investimento necessário para o deslocamento e as estadias necessárias. Em 2013 outra viagem para uma segunda terra indígena foi feita também com recursos do jornal e uma outra “matéria grande”, nas palavras da jornalista, sobre uma espécie de animal ameaçado de extinção foi produzida. “Eu estava com mais liberdade para isso. Mas não era fácil não. Eu fazia, mas não era tão fácil assim” (FARIAS, 2017). O que se percebe nesses relatos são os diferentes momentos em que as profissionais tiveram para acrescer o conhecimento que têm sobre a região Amazônica, além de compartilharem o ponto de vista de autores, como Arruda (1999), Bentes (2005) e Campello (2013), apresentando uma tentativa de dar espaço para populações e problemas locais da Amazônia.

Essa experiência em assuntos locais é outra característica percebida na fala das entrevistadas que foi absorvida na criação da Amazônia Real, já que é sobre esses assuntos que as reportagens da iniciativa autodenominada independente falam, conforme exemplos analisados no próximo capítulo a partir da sistematização de duas reportagens da iniciativa. São temas que, antes de serem explorados pela Amazônia Real, tiveram oportunidade de serem trabalhados e aperfeiçoados pelas jornalistas enquanto atuavam na Folha de S. Paulo e no jornal A Crítica. Conclui-se que, ao relatarem a trajetória profissional até a criação da iniciativa autodenominada independente, existem diversos elementos que comprovam uma transposição de práticas profissionais desenvolvidas nos veículos tradicionais para as práticas realizadas no novo empreendimento digital. Essas práticas passam pelas formas de organização da gestão das atividades desenvolvidas na Amazônia Real, assim como o conhecimento adquirido sobre a região Amazônia e as populações locais que, conforme constatado na análise descritiva das reportagens, e no tópico específico sobre critérios de noticiabilidade apresentado nas próximas páginas, definem valores respeitados pelas jornalistas na condução da iniciativa autodenominada como independente.

Contudo, as entrevistadas procuram estabelecer uma distinção mínima entre as duas rotinas. Na experiência anterior, para produzir um material melhor, acabavam estendendo a jornada de serviço. Já na Amazônia Real não existe a necessidade de entregar o material no mesmo dia, podendo ampliar a apuração para um período de tempo maior. Nesse sentido, mesmo que os relatos encontrem uma possível consonância com os conceitos de Hall *et al*

(1999), o que parece persistir na trajetória de Kátia Brasil e Elaíze Farias não envolvem simplesmente práticas organizacionais adotadas pelas jornalistas nos veículos em que trabalharam antes da Amazônia Real. O que perpetua são técnicas que auxiliam na constante tentativa de se desvencilhar dos modelos que não permitem uma certa autonomia na escolha dos assuntos e enquadramentos noticiosos que as jornalistas consideravam, e ainda consideram, coerentes com os próprios valores.

Essa perspectiva é positiva considerando que as experiências foram pertinentes na hora da criação da Amazônia Real, como balizadoras de rotinas que seriam definidas para a não repetição de tensões do campo jornalístico vivenciadas nos veículos anteriores, principalmente a partir de critérios de governança editorial, de gestão e sustentabilidade. O que se percebe, entretanto, é que ainda existem algumas ações que perpetuam tensões vivenciadas anteriormente, como tempo de dedicação ao trabalho, acúmulo de funções e escassez de recursos financeiros. Mesmo com a intenção de se desvencilhar das tensões dos veículos tradicionais, buscando diferentes formas de financiamento que garantam uma governança de gestão por parte da organização, a realidade de uma iniciativa como a Amazônia Real parece exigir dedicações similares àquelas dos grupos hegemônicos. As tensões, então, continuam. O próximo tópico olha especificamente para características da rotina da Amazônia Real que contribuem, ou não, para a minimização de tensões no campo jornalístico, também existentes nas iniciativas autodenominadas independentes.

6.1.3 A tentativa de ruptura com tensões do campo na Amazônia Real

A partir das descrições relatadas por Kátia Brasil e Elaíze Farias, sobre como foi o processo de criação e como funciona a iniciativa autodenominada independente Amazônia Real, é possível identificar duas linhas distintas para a abordagem neste tópico. A primeira diz respeito às rotinas profissionais que parecem perpetuar métodos e formatos experienciados ao longo das trajetórias profissionais das duas jornalistas e que dão continuidade às mesmas tensões no campo existentes nos veículos tradicionais. Mesmo que o propósito seja buscar mais autonomia profissional, percebem-se algumas evidências que seguem padrões de grandes grupos de jornalismo. A segunda linha apresenta um panorama específico sobre como a iniciativa autodenominada independente Amazônia Real consegue criar um distanciamento das práticas e tensões hegemônicas.

Uma das constatações percebidas a partir da entrevista com Kátia Brasil e Elaíze Farias é a similaridade entre modelos de gerenciamento dos veículos tradicionais por quais as jornalistas passaram e aquele exercido dentro da Amazônia Real. Para Elaíze (2017) a

dinâmica funciona “[...] como qualquer outra redação de jornal”. A proximidade com “qualquer outra redação de jornal” fica evidente, também, na divisão de responsabilidades que as duas jornalistas, como fundadoras, definiram para a Amazônia Real. Kátia é responsável pela parte administrativa e Elaíze é quem cuida da produção das reportagens e direcionamento editorial. Há dois outros profissionais mencionados por Elaíze. Fábio, um repórter que também faz a execução das reportagens, e Alberto César Araújo, fotógrafo e editor de fotografia. A Amazônia Real também conta com uma rede de outros repórteres colaboradores que não são contratados, mas recebem bolsas pelas pautas ou matérias.

Mesmo com outros jornalistas colaborando com a produção de reportagens da iniciativa, entende-se que Kátia Brasil e Elaíze Farias são as principais responsáveis pela condução desse tipo de trabalho também. Nota-se, então, que a aproximação dos setores comerciais e de reportagem no caso da Amazônia Real respeita a lógica defendida por Witschge e Nygren (2009), de que o jornalismo é mais conectado do que nunca com a área financeira das organizações. Essa lógica identificada na iniciativa autodenominada independente perpetua a mesma estabelecida cada vez mais pelos grupos de comunicação hegemônicos. A diferença aqui, porém, é que enquanto os veículos tradicionais buscam o lucro e todas as ações são tomadas para conquistar mais espaço de prestígio publicitário, a iniciativa independente Amazônia Real tem outro sentido. O fato de não buscarem lucro, justamente por terem uma natureza jurídica de associação sem fins lucrativos, leva a entender que a aproximação entre funções administrativas e de reportagem acontece por estarem ainda em um percurso, ou uma consolidação de modelo de governança de gestão que, aos poucos, vai recebendo mais recursos e tendo a oportunidade de contratar pessoas específicas para cada função. Isso pode ser percebido no relato que as duas jornalistas fazem a respeito da contratação de uma pessoa responsável apenas pela elaboração de projetos e captação de recursos financeiros, descrito nas próximas páginas.

Outra característica perceptível é a forma como a Amazônia Real mantém o quadro de repórteres que atua nos outros estados e aqueles que não são fundadores da iniciativa autodenominada independente. Apesar de uma outra maneira encontrada para captar recursos, diferentemente daquela adotada pelos veículos tradicionais, sem a venda de espaços publicitários e assinaturas – governança de sustentabilidade –, é interessante notar o mesmo estilo de contratação de mão de obra que ganhou espaço nas empresas de notícias, identificados como relações de trabalho que contribuem com a precarização da profissão. Como aponta Neveu (2006, p. 159), “Estágios gratuitos, freelances, contratações por tempo determinado seguem em períodos cada vez mais longos antes de uma contratação estável”.

Apesar de o autor relacionar a precarização com a busca por lucratividade dos veículos tradicionais – o que não parece ser o caso da Amazônia Real, por se tratar de uma iniciativa caracterizada pela governança de gestão, ou seja, uma organização sem fins lucrativos –, nota-se a similaridade com as formas de contratação adotadas pela Amazônia Real. Não há carteira de trabalho assinada por tornar o vínculo menos constante e custoso à organização. Kátia Brasil corrobora esta percepção quando explica que para aqueles que mantêm um vínculo mais constante com a iniciativa, o modelo de contratação adotado pela Amazônia Real é de remuneração a partir de registros de pessoa jurídica. “Nós não temos um funcionário de carteira assinada pela Amazônia Real. [...] São todos CNPJ. Editor de fotografia, repórter. Aqui em Manaus nós temos dois repórteres” (BRASIL, 2017).

O relato de Elaíze Farias apresenta outra perspectiva que parece seguir uma rotina similar àquela vivida pelas jornalistas dentro das redações de veículos tradicionais. Apesar de explicitar que o ritmo é outro, a descrição da rotina traz alguns elementos em que se identifica um acúmulo de funções e, conseqüentemente, uma dedicação intensa à iniciativa autodenominada independente Amazônia Real. São detalhes, identificados no relato de Elaíze Farias, que parecem definir uma rotina igualmente acelerada como aquelas das redações de grandes grupos de comunicação. “É o tempo todo ligado, o tempo todo na internet, nos e-mails, no *WhatsApp*, no telefone” (FARIAS, 2017). Kátia Brasil, por exemplo, afirma que trabalha mais na iniciativa do que trabalhava na Folha de S. Paulo, justamente por ter que dar conta de outras funções que não eram de sua responsabilidade enquanto atuava como repórter. “[...] palavras da minha família: ‘A senhora trabalha mais do que na Folha de S. Paulo. Dorme pensando no trabalho, acorda pensando no trabalho’” (BRASIL, 2017). É notável, então, a partir do relato de Kátia Brasil, o número de funções que cada uma das fundadoras acabou assumindo para o gerenciamento completo da organização, passando por atividades administrativas gerais até a criação de projetos para a captação de recursos financeiros.

Eu já passei, aqui na Amazônia Real, mais horas trabalhando do que na Folha. Porque na Amazônia Real eu cuido da editoria, né, eu cuido dos textos, eu edito os textos. E eu também cuido da parte administrativa, toda a parte administrativa é comigo. Eu tenho contato com o nosso contador, eu também tenho contato com o nosso consultor jurídico. Ah, alguma dúvida que é necessária falar com o consultor jurídico eu falo. Nós temos que desenvolver projetos para receber financiamento (BRASIL, 2017).

Outras funções são detectadas no relato sobre responsabilidades internas na Amazônia Real, passando por funções como revisão de texto, coordenação de repórteres, redes sociais, postagem de matérias e acompanhamento do número de acessos, a audiência, no site da iniciativa. Há, inclusive, um plano já em execução de se contratar um profissional que

fique responsável apenas pelas redes sociais da Amazônia Real. Se por um lado essa contratação pode representar uma profissionalização da equipe, tentando criar funções que sejam cada vez mais autônomas e permitam que Kátia e Elaíze se dediquem a outras responsabilidades, por outra perspectiva a inclusão de uma pessoa responsável apenas pelo gerenciamento das redes sociais pode contribuir para o fortalecimento um paradigma jornalístico, também praticado pelos meios tradicionais, de foco nas plataformas digitais. “A gente não tinha, agora a gente tem..., há uns dois meses, uma pessoa que vai cuidar só da mídia social. A gente não tinha até porque a gente não tinha recurso. Era a gente que cuidava disso e geralmente eu” (FARIAS, 2017).

O gerenciamento de recursos, assim como nas redações tradicionais, aparece como um dos motivos que leva ao acúmulo de funções por parte das fundadoras e de outros profissionais que atuam na Amazônia Real. Mesmo sendo constituída como uma iniciativa sem fins lucrativos, percebe-se que a escassez de dinheiro, principalmente por terem, atualmente, apenas uma fonte de financiamento, também acaba condicionando a rotina profissional e aproxima a realidade interna da Amazônia Real à mesma realidade detectada nos veículos tradicionais.

Então a gente está vivenciando uma redação. Desde o início da Amazônia Real esse pique da redação sensivelmente frenético do jornalismo convive com a gente cotidianamente. O que difere é que nós não temos uma grande equipe aqui em Manaus que possa mandar todo mundo para todo lugar. Não tem condição. Não tem recurso para isso, mas a gente tem um trabalho muito intenso (BRASIL, 2017).

Esta forma de trabalho adotada pela Amazônia Real indica e reforça a ideia de que existem semelhanças na comparação entre as jornadas e condições de trabalhos vividas nos veículos tradicionais e, agora, na iniciativa autodenominada independente. O mesmo efeito detectado na análise sobre as tensões no campo jornalístico nos veículos em que as jornalistas trabalharam anteriormente pode ser detectado aqui: de alguma forma essa rotina acelerada e que também envolve pressões e precarização é relativizada quando as profissionais conseguem abordar os valores noticiosos com os quais compactuam. A possibilidade de entrevistar populações locais e dar espaço para os problemas enfrentado por elas – característica que pode ser identificada como uma governança editorial -, acaba justificando as horas trabalhadas mesmo que representem mais tempo de dedicação e tornem a rotina da iniciativa autodenominada independente muito próxima daquela vivida nos veículos tradicionais. São essas características que merecem uma atenção especial para a detecção de possíveis espaços para a independência defendida por essas iniciativas. É a partir dessas características que são identificados esforços na busca, primeiro, por uma governança

editorial, mesmo que os modelos de governança de sustentabilidade e de gestão ainda não tenham uma identificação direta com critérios de independência.

Alguns esforços de ruptura com os modelos tradicionais são detectados e, conscientemente ou não, ajudam num distanciamento com os modelos tradicionais estabelecidos. A maioria parece ter relação direta com os critérios de noticiabilidade defendidos pelas jornalistas, na busca por uma governança editorial, criando um contexto de rotina profissional que dê autonomia para que elas possam se dedicar às apurações que consideram relevantes. A lógica de tempo adotada pelas fundadoras para o funcionamento da iniciativa, por exemplo, é um método de fugir da pressão diária de veículos jornalísticos tradicionais, deixando de exigir publicações diárias e focando em trabalhos que possam ter mais tempo de apuração.

A nossa proposta é fazer atualização semanal. Não precisa estar todo dia publicando matéria. Desde o início foram sempre reportagens semanais. Sempre matérias sobre temas que estão correntes, que estão acontecendo, mas sempre de forma mais aprofundada. Têm matérias que a gente pode chamar de frias, mas não é tão fria assim porque são sempre temas que estão acontecendo, a gente faz uma apuração mais completa. Ouve todo mundo. Checando mais informações que muitas vezes, algumas vezes, já saíram em outro site, mas a gente acha que está faltando mais (FARIAS, 2017).

Outras ações que permitem o distanciamento dos modelos tradicionais dizem respeito especificamente ao modo como a iniciativa Amazônia Real é financiada e gerenciada. Em diferentes momentos das entrevistas realizadas com Kátia Brasil e Elaíze Farias consegue-se reconhecer alguns fundamentos que orientam o modo como planejam e buscam recursos para sustentar a Amazônia Real e que dialogam com conceitos da governança de sustentabilidade. O primeiro indício sobre essa característica começa já antes da criação da iniciativa autodenominada independente, quando Kátia sugeriu às sócias que deveriam iniciar um negócio que não fosse informal e que recebesse recursos que permitissem uma atuação independente da iniciativa. É um dos momentos em que se constata como, para as jornalistas, primeiro é necessário conquistar uma governança de sustentabilidade e de gestão – recursos financeiros que não impactem na gestão da iniciativa -, para, depois, usufruírem de uma governança editorial.

Como captar recursos sendo um jornalismo independente, investigativo, dentro da Amazônia? É loucura. Nós precisamos de tecnologia, viagem nossa. Não ia dar certo. Então nós tivemos que fazer um modelo de negócio em que a gente pudesse procurar recursos fora daqui (BRASIL, 2016).

Kátia também cita algumas ações que tomou para entender melhor o processo de abertura da empresa e como buscar financiamento, atitudes que contribuem para as noções de

modelos de gestão para a criação da iniciativa. Uma das primeiras ideias que a jornalista teve foi conversar com um professor da Universidade do Texas que incentivou a criação do projeto mesmo sem financiamento definido pois, primeiro, era necessário mostrar algum tipo de trabalho realizado para depois conseguir um financiamento. Nesse processo, diferentes modelos de gestão foram considerados, passando por venda de textos, assinatura e espaço para veiculação de anúncios no site da iniciativa. Posteriormente à conversa com o professor da Universidade do Texas, Kátia Brasil ainda se inscreveu em um curso do SEBRAE, sobre empreendedorismo, para se especializar no assunto. Outras noções foram apresentadas, como a formulação de um plano de negócios que previa quais seriam as formas com as quais a empresa receberia recursos para se manter.

Porque eu era a única dentro do curso que era jornalista e queria abrir uma agência de notícias. Os outros eram padeiro, cabeleireiro, queriam abrir uma agência de turismo, tinha uma senhora que queria abrir um ateliê. Então cada um queria fazer alguma coisa. E eu era a pessoa mais diferente que tinha. Então a professora chegou pra mim e disse: ‘Vocês vão querer ter fins lucrativos ou sem fins lucrativos?’. Eu disse: ‘Olha. A nossa ideia não é ter lucro, assim, nós não queremos ficar ricas com isso. Nós temos uma meta, nós temos uma missão (BRASIL, 2016).

Com as atividades desenvolvidas pela Amazônia Real, desde 2013, há um outro elemento que deve ser destacado nas entrevistas com Kátia Brasil e Elaíze Farias, pois percebe-se uma evolução no conhecimento de gestão das duas fundadoras. “Nós éramos muito inexperientes nessa questão burocrática, administrativa. A gente não entendia muito bem” (FARIAS, 2016). O trabalho e o entendimento das jornalistas sobre as ações a serem tomadas, gradativamente, vão sendo aperfeiçoadas e aprimoradas. O relato apresentado por Kátia Brasil sobre a ampliação das atividades da Amazônia Real e o planejamento que está sendo desenvolvido para a captação de recursos ajuda a perceber a diferença de pensamento no início da iniciativa e atualmente. As fundadoras, por exemplo já estão estabelecendo outros tipos de financiamento, além daquele recebido por meio da Fundação Ford, e relatam pequenas doações de pessoas que acompanham o trabalho da Amazônia Real.

Nós temos ainda leitores, né, leitores que doam. É muito pouco, mas eles dão, fazem doações. São leitores que depositam em conta corrente. 100 reais, 50 reais. Por mês. Mas praticamente 95% do nosso financiamento é da Ford. Nós agora estamos passando por um processo de análise de um segundo projeto com outro financiador, que ainda não foi aprovado, que é a Clua⁹⁵. É um projeto só para reportagens especiais. Se esse projeto for aprovado a gente vai ter a possibilidade de fazer 10 grandes pautas. Inclusive trabalhando com parceiros de outros sites. Um site só, né.

⁹⁵ *Climate and Land Use Alliance* descreve-se como uma organização que apoia “[...] políticas e práticas que atenuem as alterações climáticas, a beneficiar as pessoas, e proteger o ambiente de uso da terra”. Descrição disponível em: <<http://www.climateandlandusealliance.org/?lang=pt-br>>. Último acesso em 15/10/2017.

Na parte de cruzamento de dados e investigações. E vamos ampliar também (BRASIL, 2017).

A variedade de fontes de financiamento e de projetos sendo desenvolvidos aparece de maneira mais constante nos trechos em que as jornalistas contam como o trabalho está sendo desenvolvido atualmente. Ambas sinalizam estarem conscientes de que precisam de outras alternativas para poderem ampliar o alcance da atuação da Amazônia Real. “A gente não quer ficar só limitado à Ford não. Porque senão a gente não consegue fazer. A região é muito grande, ela exige que a gente tenha mais recursos né. Mais repórteres, mais recursos para viajar” (FARIAS, 2017). Não é mais apenas um tipo de financiamento, como as doações vindas da *Ford Foundation*, mas uma gama que envolve novas organizações doadoras, novos projetos e o conhecimento aprimorado sobre outras maneiras de se sustentar financeiramente, como o *crowdfunding* e a contratação de uma outra pessoa que possa cuidar apenas da parte de captação de recursos e desenvolvimentos de projeto. São noções que perpassam nas noções de governança de Mick e Tavares (2017), principalmente nos conceitos de governança de sustentabilidade e de gestão. “A gente tem que ter uma dedicação muito grande para o *crowdfunding*. Nós não temos uma equipe para isso, mas esse ano a gente vai ter um consultor de projetos que vai entrar na equipe”. (BRASIL, 2017). A produção de eventos e a criação de uma loja para venda de produtos da Amazônia Real também são citados por Kátia como possibilidades. Com a base de um modelo de governança de gestão definida – associação sem fins lucrativos – e a viabilização de mais alternativas de sustentabilidade financeira – governança de sustentabilidade –, a governança editorial tem mais espaço para ser desenvolvida.

As diferentes opções de financiamento e de captação de recursos mencionados são uma estratégia para a ampliação das atividades da Amazônia Real, como, por exemplo, contratar funcionários para funções específicas na iniciativa e solucionar a falta de recursos que acaba por definir e limitar a rotina profissional da iniciativa. “Mas para isso a gente tinha que ter outros recursos, mais recursos, porque a taxa tributária é muito alta para a gente pagar um funcionário de carteira assinada” (BRASIL, 2017).

Mesmo sendo a única forma de financiamento da Amazônia Real, desde a criação da iniciativa, em 2013, até hoje, o papel da Fundação Ford parece contribuir gradativamente com o crescimento da iniciativa. Elaíze explica que os recursos da fundação serviram para dar continuidade ao trabalho que já executavam quando se mantinham sem auxílio financeiro externo. “Mas a gente mantém do mesmo jeito, a nossa política é a mesma de quando a gente começou. A gente conseguiu fazer mais matérias e viajar” (FARIAS, 2017). A possibilidade

de continuar executando o mesmo trabalho, com os mesmos valores e a mesma política de quando começaram, é estabelecida pelo modelo de trabalho que a Fundação Ford tem com as iniciativas que financia. De acordo com Kátia Brasil e Elaíze Farias, não há interferências ou contrapartidas que influenciem no conteúdo produzido pela Amazônia Real, sendo exigida apenas uma prestação de contas e um relatório narrativo que descreve todas as ações e trabalhos executados pela iniciativa naquele período, geralmente determinado anualmente.

Não existe nenhuma interferência na linha editorial. O que nós fazemos com a Ford, que é uma exigência da Ford, é que a gente envie o relatório financeiro todo ano, né. Nosso balanço. É nossa prestação de contas. Tem um relatório financeiro e um relatório narrativo. O relatório narrativo a gente conta tudo o que aconteceu durante o ano das atividades da Amazônia Real. Como foi que foi ampliado. Desde a audiência à produção de jornalismo (BRASIL, 2017).

O processo estabelecido pela Ford, inclusive, permite perceber como a fundação busca financiar apenas aquelas iniciativas que tenham continuidade e condições de crescimento. Conforme descrições apresentadas no tópico 7.3, na entrevista com uma das responsáveis pelos financiamentos da *Ford Foundation*, não há financiamento de projetos de pauta ou reportagens, apenas iniciativas já consolidadas de forma jurídica. Essa exigência exerce influência direta na forma como a iniciativa é planejada e gerenciada diariamente. “É um trabalho que a gente tem, praticamente vai fazer todos os anos. Além das reportagens e outras atividades. E a cada vez que a gente renova o contrato, a gente tem que apresentar um novo projeto, todos os anos” (FARIAS, 2017). Além da proposta de financiamento de iniciativas que tenham uma continuidade do que apenas um projeto de reportagem, há também o critério de não interferência no conteúdo e na produção das reportagens publicadas pela Amazônia Real, que parece ser fundamental na continuidade da relação entre a iniciativa autodenominada independente e a *Ford Foundation*. “Mas assim em termos de contrapartida, por exemplo, vamos fazer determinada matéria porque a Ford está querendo, ou alguma interferência, nós nunca sofremos. E espero que nunca. Aliás isso é muito importante também por a gente ter ficado com a Ford” (FARIAS, 2017). Assim, no relato sobre a forma de atuação e a relação com a Fundação Ford, identifica-se que a Amazônia Real tem um domínio sobre a governança de sustentabilidade e, conseqüentemente, sobre a governança de gestão; os recursos financeiros da Fundação Ford parecem não impactar a forma e as decisões que as jornalistas adotam na iniciativa. Esse controle fortalece, mais uma vez, a governança editorial do empreendimento.

Mesmo que as tensões no campo jornalístico vivenciadas pelas jornalistas fundadoras da Amazônia Real tenham orientado as profissionais para uma busca inicial, já antes de abrir

a iniciativa, por governança de gestão e de sustentabilidade, percebe-se que em um primeiro momento a independência da Amazônia Real pode ser encoberta por práticas similares àquelas encontradas nos veículos tradicionais. Entretanto, o que motiva a busca dessas possibilidades sustentabilidade e de gestão parecem ter relação direta com a vontade que as profissionais têm de atuar com os critérios de noticiabilidade defendidos por elas. Ou seja, buscaram-se novas formas de governança de sustentabilidade e de gestão para que seja alcançada uma governança editorial, uma forma de poder colocar em prática aquelas reportagens que dão espaço para as populações e problemas locais da Amazônia – critério que acompanha as jornalistas em todas as experiências profissionais e tensões do campo jornalístico que enfrentaram. Se até o momento deu-se espaço para apontar elementos que evidenciam as dimensões de governança de sustentabilidade e de gestão, mesmo com as limitações identificadas, o próximo tópico dedica-se a compreender melhor as características da governança editorial da Amazônia Real, e como esta, de fato, consegue contribuir para o fortalecimento do conceito de independência defendido.

6.1.4 Governança editorial e possíveis características de independência da Amazônia Real

Em um primeiro momento, a relação com a possível independência desfrutada pela Amazônia Real a partir da governança editorial aparece no discurso das jornalistas com a ideia de atuação jornalística sem influências políticas e econômicas das forças locais – o que também pode ser identificado como uma governança de gestão, confirmando a noção de que são conceitos interdependentes. Em outro momento das entrevistas, percebe-se uma rotina profissional que permite uma apuração diferenciada das reportagens, dando mais espaço aos critérios de noticiabilidade que as duas jornalistas defendem enquanto profissionais e fortalecendo a proposta de que a Amazônia Real desfruta de uma governança editorial que é materializada, principalmente, na autonomia de produção das reportagens.

Os principais exemplos sobre a liberdade editorial identificada pelas profissionais são aqueles que fazem um contraste com as interferências políticas nas reportagens que ambas produziam nos veículos tradicionais por qual passaram e que evidencia um pouco das complexas relações estabelecidas na Amazônia. Kátia Brasil afirma que é nesse contexto de interferências que o jornalismo independente existe. “E aí é onde entra a questão do jornalismo independente. Aqui na região amazônica o poder político e econômico é muito atrelado” (BRASIL, 2016). A experiência anterior se apresenta como um critério de decisão na forma de sustentabilidade e de gestão da iniciativa, ou seja, não receber financiamentos de órgãos públicos e empresas influentes na região para evitar qualquer tipo de interferência nas

pautas produzidas, contribuindo diretamente para a relação estabelecida com a *Ford Foundation*.

A percepção de Elaíze Farias sobre a imprensa local em Manaus tem o mesmo fundamento. A jornalista cita exemplos de colegas que trabalhavam para a editoria de política e sofriam cerceamentos constantes. Para ela, “[...] há uma forte interferência política nas reportagens. De deixar muitos jornalistas acuados. Na linha editorial também” (FARIAS, 2016). Ao considerar o vínculo atual com a Fundação Ford, a Amazônia Real conquistou uma forma de financiamento que permite esse distanciamento das questões políticas e econômicas do local. O recurso recebido pela Amazônia Real permite uma governança de sustentabilidade e de gestão que vai resultar numa governança editorial.

Apesar de a governança editorial ser um critério conquistado de forma clara pelas jornalistas, identifica-se que os exemplos sobre as interferências políticas e econômicas relatados anteriormente limitam-se às experiências anteriores da Amazônia Real e percebe-se, novamente, a trajetória profissional influenciando diretamente nas decisões dentro da iniciativa. Neste caso há uma interferência direta na escolha do modelo de gestão que a Amazônia Real adotou desde início, conforme relatos descritos no tópico anterior. A adoção de uma forma de financiamento que tenha um distanciamento de empresas e órgãos públicos da região, e até mesmo nacionais, é vinculada à principal expectativa das jornalistas; não sofrer censuras editoriais. A expectativa parece ser concretizada, visto que nas entrevistas não há relatos de interferências editoriais sofridas pela Amazônia Real. Mesmo com essas percepções por parte do pesquisador, considerou-se necessária a aplicação de um questionário que pudesse extrair o entendimento das jornalistas sobre quais são as prioridades no modelo adotado para a iniciativa autodenominada independente.

Por serem conceitos interdependentes desenvolvidos na teoria e que não são de uso comum por profissionais atuantes no campo jornalístico, utilizou-se uma denominação um pouco diferente para a compreensão de como as jornalistas fundadoras da Amazônia Real percebem as dimensões de governança editorial, de sustentabilidade e de gestão. No questionário estruturado aplicado para Kátia Brasil e Elaíze Farias, a governança de sustentabilidade foi substituída por independência financeira. A governança de gestão foi identificada como liberdade editorial, que garante que não haverá influências de terceiros, políticas e econômicas, nas escolhas noticiosas da iniciativa. A governança editorial foi denominada como autonomia profissional, abordando todas as características que permitem uma liberdade na abordagem de pautas, enquadramento, espaços de publicação.

A liberdade editorial aparece como a característica fundamental para Kátia Brasil e Elaíze Farias quando questionadas sobre o que vem em primeiro lugar para uma iniciativa autodenominada independente. Ambas acreditam, primeiramente, que a independência existe a partir uma relação entre independência financeira – aqui caracterizada pela governança de sustentabilidade –, liberdade editorial – caracterizada como governança de gestão, e autonomia na rotina profissional – caracterizada pela governança editorial. Depois, selecionam como critério principal a liberdade editorial, elemento que consideram fundamental para que o trabalho delas possa continuar com os critérios de noticiabilidade que adotam. Entretanto, ao serem questionadas sobre a característica que consideram mais importante para a prática diária de uma iniciativa autodenominada independente, tanto Kátia Brasil como Elaíze Farias acreditam que a independência financeira, ou seja, os meios de sustentabilidade, são o critério mais importante diante da liberdade editorial e da autonomia na rotina profissional. As respostas ao questionário estruturado são evidenciadas nas respostas das entrevistas semiestruturadas, pois percebe-se a forma de financiamento como um meio para se conquistar a liberdade editorial e, conseqüentemente, para se estabelecer a autonomia na rotina profissional.

Porém, mesmo com a governança de gestão – não interferência de terceiros – sendo a principal característica buscada pelas jornalistas, percebe-se que é na autonomia na rotina profissional, a governança editorial, em que a independência pode ser materializada de forma mais coerente. Muito mais do que na liberdade de escolha de pautas ou não interferência de terceiros nas decisões. Ela aparece de forma mais constante nos discursos quando as jornalistas relatam como funciona o dia-a-dia na iniciativa e quais são os critérios que adotam na produção e seleção das notícias. Apesar de terem fundado a Amazônia Real com a expectativa de terem governança de gestão - não interferência no conteúdo que desenvolvem, a principal percepção a partir da análise das entrevistas é que a rotina profissional parece ter mais peso no processo diário, na prática. Um primeiro possível argumento para isso é que ambas afirmam, conforme relatos descritos anteriormente, que sempre tiveram uma certa "autonomia" nas escolhas das pautas nos veículos tradicionais, mas, na maioria das vezes, a rotina acabava impedindo uma abordagem mais profunda do assunto – seja pelo tempo de apuração disponibilizado a elas ou o orçamento de viagem não aprovado. Elaíze Farias, por exemplo, afirma que continua cobrindo os mesmos temas que cobria quando trabalhava no jornal A Crítica mas, atualmente, diz ter uma liberdade de espaço de publicação e uma liberdade na forma de abordar as mesmas pautas que cobria pelo veículo tradicional.

Eu continuo cobrindo, mas de forma muito mais abrangente, ou com mais liberdade, e com mais liberdade de espaço. [...] No jornal também por uma questão de espaço, você sabe que tem um espaço limitado no papel. Na Amazônia Real isso não tem. A gente faz até matérias longas. Claro que às vezes a gente tem que avaliar, será que vale a pena, será que é o caso de colocar matéria longa. Mas têm matérias que é preciso colocar, então a gente precisa criar mais, então a gente tem liberdade. Uma coisa muito diferente do que a gente teria na Crítica, por exemplo. [...] Então a pauta pode ser a mesma, mas nossa muito mais ampla. Ficou mais diversa. Fazer matérias que eu nunca pude antes (FARIAS, 2017).

Kátia Brasil também faz referência a uma reportagem que não tinha conseguido produzir dentro da Folha de S. Paulo e, logo que começou a receber o financiamento da Fundação Ford executou a pauta pela Amazônia Real. Para a jornalista, as ações realizadas dentro da Amazônia Real vão além do jornalismo e permite, por exemplo, acompanhar uma situação e fiscalizar o poder público. “Não é só de jornalismo, a gente também tem um trabalho de cidadão de estar cobrando dos órgãos a melhoria para a comunidade” (BRASIL, 2017). A Amazônia Real pode acompanhar uma situação específica que já foi tema de alguma pauta produzida pela iniciativa autodenominada independente, diferentemente da rotina estabelecida dentro da Folha de S. Paulo ou outro veículo tradicional. O trabalho de acompanhamento também viabiliza uma aproximação com as fontes de interesse da Amazônia Real.

Isso, por exemplo, na Folha, acompanhar um caso assim era muito difícil. Porque é tão grande, a dinâmica é tão grande, que você vai fazer outras coisas. Não tem como você voltar atrás, para voltar a falar daquele povo. E a gente não. A gente consegue falar e... Com a questão da disseminação do celular e das redes sociais, a gente fala com os índios o tempo todo. Eles vão contando as coisas para gente. Eles abrem grupo e colocam a gente no grupo e a gente fica sabendo o que está acontecendo com os Caiabis, os Mundurucuns (BRASIL, 2017).

A oportunidade de contar histórias de indígenas e outras populações presentes na Amazônia aparece, então, como uma das principais formas de exercer a independência, além do espaço disponível de publicação e a disposição para acompanhar assuntos que não tinham como ser acompanhados em veículos tradicionais. Os critérios de noticiabilidade e valores notícia das jornalistas responsáveis pela Amazônia Real são notáveis justamente a partir das pautas escolhidas e do conhecimento que as repórteres têm da região em que atuam, como é o caso da reportagem realizada por Elaíze Farias logo que começou a receber financiamentos da Fundação Ford. O trabalho, que Elaíze tentava abordar na época em que trabalhava no jornal A Crítica, era sobre uma população que corria o risco de ser removida, localizada dentro de uma unidade de conservação sobreposta com difícil acesso, pois era preciso atravessar o Rio Negro e subir pelo Rio Uruguai. “[...] no jornal nunca ninguém bancou. Eu sempre propus fazer essas viagens e no máximo ia numa cidade que é Novo Airão” (FARIAS, 2017). O fato

de não haver recursos que pudesse viabilizar o deslocamento para as cidades que Elaíze propunha, evidencia o modelo de gestão interferindo diretamente na dimensão de governança editorial – a otimização de custos, ou busca pelo lucro, impacta o enquadramento noticioso, a governança editorial. Não aparenta ser uma interferência, porém, de conflitos com interesses dos proprietários do jornal ou de outros campos com tensões constantes com o jornalismo, por exemplo -, mas sim uma relação com provocar uma falta de autonomia profissional por não haver tempo, dinheiro ou espaço para a apuração.

O espaço dedicado a essas populações pela Amazônia Real é um foco presente desde o início do projeto, antes do financiamento da Fundação Ford. São comunidades da região Amazônica que, segundo Arruda (1999) envolvem caixaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras e povos indígenas. Para o autor, quando se iniciam os avanços agrícolas e industriais na Amazônia, essas populações são criminalizadas, impedidas de utilizar recursos naturais e deixam de ser consideradas para o desenvolvimento de políticas públicas regionais. A ideia da iniciativa Amazônia Real é dar voz a “[...] essas populações, esses grupos sociais, que estão vulneráveis, são marginalizados, são excluídos, muitas vezes. [...] Não vou dar espaço para esse pessoal que não precisa da gente não. É uma cobertura muito desigual” (FARIAS, 2017). Mais uma vez fica claro que o financiamento da Fundação Ford permitiu uma governança de sustentabilidade sem interferências à governança de gestão e governança editorial.

O relato de Kátia Brasil, sobre a situação do suposto genocídio da mesma tribo mencionada na reportagem “MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari”, do dia 29 de agosto de 2017, destaca ainda mais os valores notícias que as jornalistas têm e que procuram desenvolver na Amazônia Real. “Eu acho que eles ficam na margem de todo esse processo e isso, para mim, é um preconceito. É um claro preconceito contra os povos indígenas brasileiros, que estão aí lutando, lutando muito para sobrevivência e estão se preparando” (BRASIL, 2017). Além dos indígenas, Kátia (2017) também inclui os quilombolas, população ribeirinha que vive da pesca e extrativismo, os quais não são organizados e conseqüentemente “são mais marginalizados” (BRASIL, 2017).

O cruzamento dessa percepção dos valores notícias carregados por Kátia Brasil e Elaíze Farias com a rotina que ambas levavam em redações tradicionais anteriormente à Amazônia Real reforça uma certa independência da iniciativa ao abordar e produzir reportagens sobre as populações que as jornalistas consideram sem espaço nos grandes jornais. Apesar de ficar claro que a busca de ambas as jornalistas sempre foi relacionada a uma liberdade editorial, de não se preocupar com interferências políticas e econômicas

externas, conclui-se que é na rotina profissional que a independência consegue se materializar. Há uma liberdade no tempo de apuração de uma reportagem, no espaço de publicação das reportagens e na proposição de pautas que tenham um custo considerável de deslocamento. Todos fatores que não são encontrados nas redações por onde passaram anteriormente e que acabaram sendo desenvolvidos apenas dentro da iniciativa autodenominada independente Amazônia Real.

6.2 INFOAMAZONIA

A iniciativa autodenominada independente InfoAmazonia foi fundada por apenas um jornalista. Neste tópico apresentam-se as análises a respeito da entrevista com o jornalista Gustavo Faleiros, principal responsável pelo InfoAmazonia, a partir de um questionário semiestruturado. Conforme já mencionado anteriormente, notam-se, entre os dois objetos de estudo desta pesquisa, particularidades entre os projetos que reforçam o grau de complexidade que o segmento de iniciativas autodenominadas independentes tem, desconstruindo a suposição que apenas um site representa o conjunto das iniciativas de jornalismo online lançadas a partir de 2012.

A entrevista com Gustavo Faleiros revela uma particularidade do profissional em lidar com as tensões que enfrentou durante a trajetória profissional. É notável que a insatisfação do jornalista levou ele a, em diferentes momentos, pedir demissão dos veículos por qual passou antes de fundar o InfoAmazonia. A insatisfação também foi um elemento que impulsionou a criação da iniciativa autodenominada independente dentro do último veículo em que esteve empregado. Assim, percebe-se que as tensões são constantes e acompanham o profissional por toda a trajetória, assim como, ainda hoje, provocam transformações e rupturas dentro da própria iniciativa. Como forma de tentar compreender essa trajetória, a análise da entrevista apresentada nas páginas a seguir foi dividida em quatro diferentes tópicos: 1) quais foram as tensões no campo jornalístico vivenciadas pelo jornalista, 2) como essas tensões no campo contribuíram para o conhecimento de tecnologia e da região Amazônica que culminaram na fundação da iniciativa InfoAmazonia, 3) mesmo com novos modelos de gestão adotados, algumas práticas e tensões ainda acompanham o profissional e equipe no InfoAmazonia, e 4) como as tensões internas vividas no InfoAmazonia fortalecem a busca por um novo discurso distante das lógicas tradicionais do mercado jornalístico.

6.2.1 Tensões percebidas na trajetória profissional antes do InfoAmazonia

Pelos diferentes veículos por onde passou é possível identificar, a partir de um tempo decorrido no emprego, uma insatisfação constante por parte de Gustavo Faleiros, principalmente no que diz respeito à rotina profissional. Em um dos primeiros estágios do jornalista, ainda no terceiro ano de faculdade, Gustavo foi contratado como repórter da revista *Batera e Percussão*, da editora Jazz. Em menos de um ano, ainda sem formação, passou de repórter a editor. “Não era formado [...] Eu estava no terceiro ano da faculdade. Ganhava 750 reais” (FALEIROS, 2017). Apesar de declarar que foi um período legal para a carreira, Gustavo afirma que a rotina não era satisfatória, resultando, inclusive, em erros nas publicações. “[...] começou a encher o saco, porque era muito trabalho, eu trabalhava pra caramba para fechar a revista. [...] Tem umas revistas que são bizarras. Saíram todas cheias de erro. Era um negócio meio amador assim. Mas acabou sendo legal” (FALEIROS, 2017).

Após a experiência na revista, em julho de 2000 ele foi contratado para trabalhar no portal *Último Segundo*, do IG. Apesar de alguns aprendizados proveitosos, já focados em HTML e programação, a percepção geral é de um momento crítico para o jornalista, que aponta indícios de exploração na rotina profissional. Para o jornalista, foi um processo meio traumático pois havia a necessidade de competição constante com o portal UOL. O contexto relatado pelo profissional dialoga com a proposta de hiperconcorrência, de Charron e Bonville (2016), em que há um aumento exacerbado de número de concorrentes no mercado jornalístico, nos últimos trinta anos principalmente, que afeta diretamente as relações comerciais e com o público. A lógica estabelecida internamente no veículo em que Gustavo estava era de que os jornalistas deveriam publicar uma notícia por minuto. “Eles fizeram um cálculo de 1800 notícias, que tinham que entrar no ar para dar uma notícia por minuto. E todo mundo ficava nessa pressão assim, não dava nem para parar direito para ir no banheiro” (FALEIROS, 2017). Praticamente seis meses depois Gustavo Faleiros já havia deixado a redação do *Último Segundo*.

Já em 2001, depois de formado e de deixar a redação do IG, o jornalista relata outro período profissional, de aproximadamente quatro meses, em que atuou como freelancer. A situação é um dos desdobramentos do contexto de precarização enfrentado pelos veículos desde a década de 1980, conforme apontado por Neveu (2006). “Eu fiquei um tempo fazendo um freela mais relacionados com música. Essa época foi uma época legal. [...] Eu voltei e fiz umas entrevistas lá para o pessoal da revista *Batera e tudo*. No começo dos anos 2001” (FALEIROS, 2017).

O período de freelancer terminou em maio de 2001 quando Gustavo foi contratado para atuar no jornal Valor Econômico. O relato desta trajetória no Valor Econômico, que durou aproximadamente cinco anos, apresenta uma outra perspectiva de identificação com a proposta de tensões no campo jornalístico - principalmente no início do período na redação. “Foi meio ralação no começo. Pegar o jeito, mas as editoras eram muito legais e me deram bastante suporte. E logo no começo já, eu fiz algumas matérias relacionadas com energia e água” (FALEIROS, 2017). O começo de carreira permitia testes em diferentes assuntos a serem trabalhados dentro da redação até pelo perfil de iniciante que Gustavo tinha, mas, mesmo assim, é notável no discurso do profissional a insatisfação por não cobrir as áreas de interesse dele e a tentativa de encontrar o lugar em que poderia se destacar.

Tinha gente que sabia muito de infraestrutura, muita gente sabia de questões tributárias, mas eu era meio novato então eu ficava meio de um lado para o outro. Quando precisavam de ajuda para cobrir a crise de energia, eu cobria a crise de energia. E fui também tentando outras áreas. Me passaram muita coisa relacionada a varejo que eu achava meio sacal, ficava tendo que ligar para pessoal de shopping center, loja, associação comercial, tentando descobrir como estava a economia. Então fazendo muitas dessas coisas assim” (FALEIROS, 2017).

A partir do relato do profissional, percebe-se que existem algumas questões que evidenciam disputas internas entre profissionais que impactam diretamente na busca por prestígio e, conseqüentemente, na autonomia profissional que os jornalistas acabam encontrando ao conquistar esse prestígio. Charron e Bonville (2016) também abordam essa dinâmica de relações internas afirmando que antes, em um mercado sem a complexidade da hiperconcorrência, a disputa por atenção era menor e o jornalista tinha liberdade para pensar que o furo jornalístico ou uma reportagem exclusiva tinham como objetivo impressionar colegas ou chefia na redação do que captar a audiência. Apesar de o contexto relatado por Gustavo já estar localizado no começo do século XXI, as preocupações no início dos anos 2000 ainda pareciam não comprometer o trabalho dos profissionais com a captação de audiência como na segunda década do século XXI. O caso de Gustavo Faleiros mostra que, possivelmente, a ascensão do profissional dentro do Valor Econômico entre 2001 e 2003 – quando se tornou repórter especialista na área de meio ambiente – tornou a rotina profissional mais aceitável, sem tensões tão facilmente identificadas como nas outras experiências relatadas por Gustavo. É a experiência adquirida pelo profissional que, de alguma forma, deixa os conflitos menos impactantes. O único momento mais crítico identificado na descrição da trajetória no Valor Econômico foi quando o jornalista retornou de um mestrado que fez na Inglaterra e pediu para ser transferido para Brasília. Apesar de ter recebido uma licença especial para ficar o período necessário fora, o pedido de ser transferido para Brasília

não foi aceito. Os motivos para propor a mudança eram desde a esposa do jornalista que estava morando na capital, até a falta de setorista sobre meio ambiente em Brasília. Esses argumentos foram utilizados na conversa que o jornalista teve com a diretora executiva do Valor Econômico, mas o pedido de Gustavo não foi concedido. A oferta feita pelo jornal era de continuar em São Paulo para cobrir assuntos relacionados a sustentabilidade nas empresas. “E isso para mim não era interessante. Eu não queria. Eu também queria ir para Brasília porque eu tinha feito essa parte de política ambiental no mestrado [...] (FALEIROS, 2017).

A resposta negativa sobre a transferência, levou o jornalista a se demitir e passar a atuar como freelancer, mais uma vez, no final de 2005. Nesta condição, apesar de sem emprego fixo, Gustavo produziu reportagens tanto para o Valor Econômico como para o portal O Eco, com quem já havia estabelecido um relacionamento enquanto estava fora do Brasil. Apesar de um momento parcialmente crítico por não estar com vínculos empregatícios fixos, neste período o jornalista participou da cobertura de um outro evento que contribuiu com as experiências nos temas pelos quais se interessa. A COP do Canadá de 2005, Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, estabeleceu diretrizes climáticas para o mundo que são adotadas e monitoradas até hoje. “Foi a COP que eles decidiram, também, que ia ter um mecanismo de compensação de emissões por desmatamento. Então foi um baita aprendizado isso aí” (FALEIROS, 2017).

Ao retornar do Canadá Gustavo ainda estava sem perspectiva de emprego, o que levou o jornalista a procurar oportunidades. Uma das soluções foi entrar em contato com um ex-editor-chefe no Valor Econômico, que estava trabalhando em uma empresa de consultoria chamada Patri Políticas Públicas, e sinalizou que havia uma vaga para analista em meio ambiente. A empresa, na definição de Gustavo, é a única que atua de forma legal no segmento de *lobby* no Brasil. A principal atividade do jornalista nesta experiência era acompanhar reuniões técnicas no governo e produzir relatórios para os clientes da Patri, interessados nas decisões e possíveis regulamentações que seriam definidas no governo. Nota-se que o vínculo com o eixo temático de especialização desenvolvido por Gustavo nas redações de jornais continuava, já que o profissional passou a acompanhar reuniões em órgãos como o IBAMA e no Ministério do Meio Ambiente. A relação com a empresa, entretanto, durou cinco meses. Na visão do jornalista, mesmo considerando que o período tenha agregado algum tipo de aprendizado, a rotina era maçante. “Eu tinha que começar, eu entrava às 7h30, todo dia de terno e gravata. Todo dia tinha que estar barbeado. Aí eu falei: ‘Ah galera. Isso aqui eu acho que não é para mim não’. E aí eu decidi sair” (FALEIROS, 2017).

Depois dessas experiências Gustavo passou a atuar efetivamente no portal O Eco, onde ficou por aproximadamente seis anos – de 2006 a 2012. Pouco mais de um ano depois, a editora responsável na época saiu da redação e Gustavo Faleiros foi indicado para assumir a função de editor, cargo que ocupou, com algumas interrupções, até o final da relação com O Eco em 2012. As interrupções no período foram em virtude de, em 2009, ele acompanhar a esposa que foi fazer mestrado na Inglaterra. Neste período em que esteve fora do Brasil, o jornalista atuou mais uma vez como freelancer, publicando em diferentes veículos para poder se sustentar no país estrangeiro. "Eu publiquei em inglês. Publiquei num site que se chamava China Dialog. E também comecei a publicar bastante coisa na Folha de S. Paulo" (FALEIROS, 2017).

As percepções a respeito do relato de Gustavo Faleiros evidenciam uma proatividade do jornalista quando, em algum momento, se deparou com alguma insatisfação, relacionadas às tensões no campo jornalístico, nas empresas por qual passou. Seja no curto período de tempo em que foi nomeado como editor, ainda sem uma graduação em jornalismo efetiva, no incômodo em produzir inúmeras matérias por dia para atender exigências comerciais do Último Segundo, na busca por especialização no exterior ou no pedido de demissão da empresa de consultoria, Gustavo parece ter tomado iniciativas para encontrar um meio, um tema ou um projeto do qual pudesse se apropriar. Os períodos em que atuou como freelancer e a especialização entorno de assuntos específicos sobre meio ambiente e Amazônia parecem ser uma resposta a essas tensões que viveu e que agregam diretamente à criação e manutenção do InfoAmazonia.

Numa outra perspectiva, a permanência no Valor Econômico, por aproximadamente cinco anos, e, depois, a passagem pelo portal O Eco, por mais seis anos, demonstram que as experiências dessas redações de alguma forma foram mais satisfatórias para o profissional do que evidenciaram tensões na prática profissional. O jornalista chega a afirmar, por exemplo, que quando ganhou o prêmio do Banco Mundial e recebeu o prestígio por parte da chefia e da redação do Valor Econômico, desejou ter mais daquela valorização que estava recebendo naquele momento, apesar de confirmar que não foi como as coisas aconteceram. "Os caras colocaram uma manchetezinha na lateral do jornal. Aí eu falei: 'Pô! Agora eu quero só fazer essas coisas'. Claro que não foi assim, mas..." (FALEIROS, 2017).

Uma outra constatação nos relatos de Gustavo Faleiros é que as insatisfações dentro do portal O Eco não levaram a um pedido de demissão por parte do profissional, como nos casos anteriores, mas sim a uma iniciativa de tentar criar a própria lógica de trabalho, a partir dos conhecimentos que estava adquirindo na área de meio ambiente e de jornalismo de

georreferenciamento – como foi o período em que se tornou editor do jornal. As tensões vivenciadas por Gustavo Faleiros, seja no último veículo pelo qual passou ou na somatória de experiências que teve ao longo da carreira profissional, contribuíram diretamente com o InfoAmazonia.

6.2.2 Experiências com tensões no campo que influenciaram a criação do InfoAmazonia

No relato da trajetória profissional de Gustavo Faleiros também existem percepções sobre as contribuições diretamente para a formação do InfoAmazonia. Nascido em 17 de março de 1978, Gustavo Faleiros se formou em 2000 pela PUC de São Paulo. A principal relação das transposições de rotina tradicional para as experiências na iniciativa autodenominada independente é feita a partir do momento em que o jornalista esteve no jornal Valor Econômico, contratado como repórter em 2001, poucos meses depois de ter se formado em jornalismo. É neste momento que o jornalista começa a consolidação do interesse temático que, posteriormente, foi utilizado como eixo no InfoAmazonia. A satisfação profissional e o encontro de um tema que rendeu destaque ao jornalista veio aos poucos e, segundo Gustavo, por acidente. O repórter começou a se dedicar a temas sobre mudança climática, além de continuar a abordar pautas sobre água e saneamento, a partir de solicitações da chefia.

[...] eles começaram a jogar muita coisa relacionada de mudança climática na minha mão. Estava começando a esquentar o assunto, então tinham questões de crédito de carbono. E a água. Sempre muita coisa relacionada a água, e saneamento. Regulação para saneamento, problemas relacionados ao marco legal, privatização para saneamento, investimento em saneamento. [...] Eu comecei a achar legal pra caramba. As matérias, não tinham ninguém fazendo, começou a ganhar destaque, as matérias saíam na primeira página. E eu comecei a gostar muito de fazer isso (FALEIROS, 2017).

Em outros momentos percebe-se, mais uma vez, a tentativa do profissional em encontrar um assunto que pudesse ter destaque internamente e, ao mesmo tempo, especialização, intensificando a proposta de Charron e Bonville (2016) de tensões internas que permitiam aos profissionais se concentrar mais em construir uma carreira de prestígio nas redações por onde passava, sem ter que se preocupar em atividades como captação de audiência ou sustentabilidade da organização. A relação com os temas climáticos e sobre água e saneamento ficou mais estreita a ponto de render conquistas para o jornalista, como as primeiras viagens e primeiras páginas, mas também foi crucial para a aproximação de Gustavo com a região Amazônica. Em 2002, o jornalista foi para o interior da Bahia para cobrir um assunto sobre a privatização da empresa pública de saneamento do estado. A reportagem foi veiculada na capa do jornal e, nas palavras de Gustavo, “bombou” – o que

contribuiu para o aumento do interesse do profissional por esse eixo temático relacionado à água e saneamento. “Eu vi que tinha um espaço e a partir daí também começaram a surgir oportunidades de fazer matérias sobre a Amazônia” (FALEIROS, 2017). Com a Amazônia a relação se desenvolveu ainda em 2002, na época eleitoral. Gustavo conta que o Valor Econômico procurava um repórter para cobrir as eleições pela perspectiva da Amazônia e ele se ofereceu para assumir a posição, não só pelo recente interesse à região como também por questões particulares que parecem ter sido levantadas para Gustavo poder conquistar a posição.

Nesse ano de 2002 foi a eleição presidencial, quando o Lula foi eleito, e eles estavam procurando alguém para cobrir a eleição na Amazônia. E eu tenho família no Acre né. E eu falei ‘Ah, eu tenho família no Acre. Eu posso ir para o Acre fazer cobertura a partir de lá’. E eles me mandaram para o Acre em 2002” (FALEIROS, 2017).

Depois dessas experiências, Gustavo explica que já tinha definido que o objetivo era se dedicar a pautas sobre meio ambiente. Neste período notam-se algumas ações tomadas pelo jornalista, independentemente de solicitações de chefia, por exemplo, para ampliar o conhecimento sobre o assunto, além de mais um aspecto pessoal interferindo e contribuindo diretamente com a trajetória profissional. O jornalista participou de seminários sobre meio ambiente e legislação ambiental, além de contar com outra questão particular que auxiliou na aproximação com os temas da região Amazônia. A esposa de Gustavo, na época, já atuava como bióloga com projetos relacionados a produtos sustentáveis na Amazônia. “E então eu aprendi muito com ela já nesse momento, porque ela começou a me dar muitas informações, que eu era meio novato mesmo na coisa” (FALEIROS, 2017).

A trajetória de Gustavo Faleiros dentro da redação do Valor Econômico reforça essa busca por uma qualificação e reconhecimento profissional em um relativo curto espaço de tempo. Aparentemente o único conjunto de tensões mais expressivos para Gustavo Faleiros era aquela de natureza profissional, em que a dedicação se concentra na busca por qualificação e de prestígio. O resultado é que de 2001 a 2003 o jornalista passou de repórter iniciante a especialista na área de meio ambiente. Um dos marcos dessa trajetória é a premiação que Gustavo recebeu, em 2003, no Fórum Mundial da Água a partir de um concurso do Banco Mundial. O jornalista foi contemplado por um trabalho que também tratava de privatizações das empresas públicas de saneamento de diferentes cidades. O resultado contribuiu com o reconhecimento do jornalista dentro da redação e estimulou que a carreira do jornalista tivesse o foco em meio ambiente e Amazônia. O prêmio ainda o levou ao Japão para a cobertura do Fórum Mundial da Água, em 2003, permitindo que o

profissional desenvolvesse ainda mais o conhecimento sobre os assuntos que tinha interesse em abordar.

E esse negócio deu uma super levantada na minha moral na redação. No dia que saiu a notícia eu contei para a minha editora. Ela ficou fascinada. [...] Botaram na primeira página que repórter do Valor tinha ganhado o prêmio do Banco Mundial. Então isso deu uma bela levantada mesmo assim na minha carreira. Porque todo mundo se ligou ‘Ah, então tem esse menino aí que escreve sobre meio ambiente, sobre água’” (FALEIROS, 2017).

A reportagem sobre modelos de privatização de saneamento em diferentes municípios – um que tinha tido bons resultados e outro que não tinha dado certo – rendeu ao repórter mais prestígio na redação do Valor Econômico e uma certa autonomia profissional na cobertura de pautas sobre meio ambiente, apesar de reconhecer que em alguns momentos, devido à rotina na redação, teve que trabalhar em outros temas. O embate com outras pautas que não surtiam tanto interesse em Gustavo é uma das primeiras pistas sobre outras tensões no campo jornalístico vivenciadas pelo jornalista que, mesmo fundamentadas na busca por especialização, parecem caracterizar mais uma ligação com a rotina da redação – falta de tempo - interferindo na autonomia que estava conseguindo conquistar.

E a partir desse momento eu comecei meio a batalhar para que fosse a minha área, meio ambiente, no Valor. Aí eu propunha só pauta de meio ambiente. Queria ir em evento de meio ambiente. Meio que fui querendo ocupar, virar o dono do assunto. E as pessoas reconheceram isso, embora nem sempre tinha tempo só para fazer isso. Tinha que fazer as outras coisas também, mas foi uma coisa que começou a se consolidar a partir daí (FALEIROS, 2017).

O crescimento profissional dentro da redação do Valor Econômico e o interesse por reportagens relacionadas ao meio ambiente incentivou Gustavo Faleiros a buscar mais conhecimento sobre o assunto. A solução foi candidatar-se para uma bolsa em um mestrado com foco em políticas ambientais no *King's College*, em Londres. Vale destacar, nesse processo, que o jornalista acredita que a relação dele com a Amazônia e outras questões ambientais contribuiu para a aceitação dele no programa de mestrado. Principalmente pela experiência que Gustavo já havia desenvolvido dentro do Valor, onde já tinha tido espaço para produzir pautas sobre mineração e construção de estradas, por exemplo. Obras que são constantes no contexto da região Amazônica e são motivos de disputas entre órgãos públicos, principalmente nacionais, e populações locais, conforme resgate apresentado no primeiro capítulo desta dissertação com base em autores como Kolk (1996), Allegretti (2002), Becker (2005) e Lima, Silva e Souza (2012).

Nessa época eu já tinha ido, eu lembro que em 2003, eu já fui bastante no fim do ano pra Amazônia, fazer reportagem. Fui pra Trombetos, reportagem sobre

mineração de bauxita. Pro Pará. Fui pra BR 163 no Mato Grosso fazer matéria, quando o Ciro Gomes e Marina foram para lá ter um encontro com os índios do Xingu, por causa da estrada. Aí eu fiz uma matéria grande sobre a BR 163 nessa época. Então eu já estava bem dedicado ao tema. E eu acho que isso ajudou na bolsa. Eu falei bastante, na entrevista, eu falei bastante sobre essa questão do conflito que existe no Brasil entre desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia (FALEIROS, 2017).

O programa de mestrado pleiteado por Gustavo também evidencia a questão do interesse internacional sobre a região Amazônica – parece ter sido um critério na avaliação e aceitação do jornalista no programa –, e também é um dos momentos da trajetória profissional do jornalista que contribuem para o InfoAmazonia ter tantos vínculos internacionais, seja com países que fazem parte da Amazônia, como com países que não têm qualquer vínculo direto com a região.

No mestrado, por praticamente dois anos, entre 2004 e 2005, Gustavo Faleiros atuou sem vínculos profissionais com o Valor Econômico. O prestígio profissional que havia conquistado no jornal permitiu que conseguisse uma licença não remunerada durante o período que esteve fora. Ao mesmo tempo, porém, Gustavo diz ter conhecido o portal O Eco, que havia sido lançado logo no ano em que deixou o país para iniciar a pós-graduação. A identificação com a proposta do novo site sobre notícias em meio ambiente fez com que o jornalista entrasse em contato com os editores do site para se disponibilizar como colaborador. Em 2005 Gustavo fez a primeira colaboração para o portal, tratando sobre a política ambiental na Inglaterra, questões de legislação e mudança climática.

É no portal O Eco que a iniciativa autodenominada independente InfoAmazonia tem origem, principalmente a partir do contato que Gustavo teve com a área de dados e de georreferenciamento. Depois de voltar para o Brasil, o jornalista pediu para sair do Valor Econômico por não ter conseguido ser transferido para Brasília, cidade em que a esposa dele estava atuando profissionalmente. O início oficial no portal O Eco, então, foi em junho de 2006, como correspondente em Brasília. Lá Gustavo teve os primeiros contatos com os dados sobre desmatamento da região Amazônica, interferindo diretamente na condução da iniciativa autodenominada independente.

Fiz cobertura de bastante coisa relacionada a desmatamento. [...] Quase todo mês tinha coletiva sobre operação da Polícia Federal para combate ao desmatamento e essas coisas. E foi aí que eu comecei a ter contato com a questão de monitoramento por satélite. [...] Já existia o DETER⁹⁶, desde 2004, mas eu comecei a entender como funcionavam os sistemas. Fiz muitas entrevistas com o Gilberto Câmara, que foi o grande cara do INPE⁹⁷, que empurrou por todas essas coisas de dados abertos,

⁹⁶ Detecção de Desmatamento em Tempo Real, programa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/deter/indexdeter>>.

⁹⁷ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

acesso às imagens de satélite, acesso aos dados. Então isso foi muito importante (FALEIROS, 2017).

A trajetória no Eco durou praticamente seis anos, de 2006 a 2012. Pouco mais de um ano depois de entrar no Eco, em 2007, Gustavo teve a oportunidade de se tornar editor do portal e começar a desenvolver uma outra área que contribuiu diretamente com a criação do InfoAmazonia. Nesse período é que testes com jornalismo guiado por dados sobre o desmatamento da Amazônia e queimadas na região começaram a ser realizados. “E foi por aí que na verdade eu entrei em contato com outro lado assim, que acabou se tornando constante no que a gente tem feito, que é o lado de tecnologia” (FALEIROS, 2017). A tecnologia, a programação e a produção de mapas com foco no desmatamento e outros crimes ambientais na Amazônia formam um dos principais eixos de atuação do InfoAmazonia. Interessante é relacionar o interesse em tecnologia do jornalista com o argumento de internacionalização da Amazônia trazido por Becker (2005). Para o autor, é com o desenvolvimento das tecnologias de satélites que se permitiu “[...] pela primeira vez uma visão de conjunto da superfície da Terra e da sua unidade trazendo o sentimento de responsabilidade comum” (BECKER, 2005, p. 74). Aqui localiza-se uma especialidade do InfoAmazonia que indiretamente contribui para reforçar visões hegemônicas da região, elemento que, nas próximas páginas, será retomado para destacar uma das tensões vividas por Gustavo Faleiros atualmente dentro da iniciativa autodenominada independente InfoAmazonia.

Mesmo com essa perspectiva de um conhecimento que reforça a proposta de internacionalização da Amazônia, no relato de Gustavo Faleiros percebe-se como a trajetória profissional anterior à iniciativa autodenominada independente influenciou diretamente as decisões de gestão e critérios de noticiabilidade praticados no InfoAmazonia. Os primeiros projetos desenvolvidos com mapas no portal O Eco têm completa relação com os projetos identificados no site da iniciativa InfoAmazonia. Foram mapas e dados que apresentavam, por exemplo, um monitoramento de incêndios nas unidades de conservação da região. “Quando eu comecei a sacar o que tinha de imagem de satélite de graça e o potencial que você tinha de trabalhar com essas imagens atualizadas sobre o *Google Earth*, aí eu vi que era um mundo sem fim” (FALEIROS, 2017).

Posteriormente, quando houve uma reformulação na estrutura organizacional do portal, Gustavo deixou de ser editor pois foi convidado, por um dos fundadores, para assumir a direção da nova fase do Eco – uma associação sem fins lucrativos - e ajudar na captação de recursos e montagem de projetos. O InfoAmazonia surgiu a partir dessas experiências que o profissional implantou dentro da redação do Eco e da autonomia que recebeu quando assumiu

a direção da Associação O Eco. No início, inclusive, o projeto era chamado de O Eco Amazônia e tinha como objetivo criar uma rede de jornalistas nos países da Amazônia.

As evidências sobre o foco de atuação em mapas e dados da iniciativa autodenominada independente são algumas das particularidades que diferenciam as duas iniciativas estudadas por este projeto de pesquisa, e que também podem ser percebidas na análise descritiva dos produtos apresentados no capítulo seguinte. A trajetória profissional de Gustavo Faleiros, consolidada até aqui, dialoga com as constatações a partir da observação detalhada sobre as produções do InfoAmazonia, pois compreende-se a formação do profissional em questões sobre meio ambiente, Amazônia e, principalmente, na análise de dados para georreferenciamento. O impacto dessa especialização durante o percurso profissional pode ser detectado no empreendimento iniciado por Gustavo.

Outro aspecto a ser ressaltado na trajetória de Gustavo Faleiros é a não vivência de uma demissão, por exemplo, como é o caso das duas jornalistas fundadoras da Amazônia Real que foram demitidas durante os cortes nas redações em 2012. O fundador do InfoAmazonia conquistou espaço, ganhou prestígio, foi promovido e criou o projeto a partir das ideias desenvolvidas dentro de uma das redações que o empregaram. A ausência de um período de crise tão claro, como uma demissão, não impede, porém, de perceber que no caso deste jornalista as tensões continuam alterando o projeto do InfoAmazonia no entendimento do modelo de gestão da iniciativa e nos critérios de noticiabilidade, conforme análise disponível no próximo tópico.

6.2.3 Por dentro do InfoAmazonia

O olhar para a compreensão do funcionamento da iniciativa autodenominada independente InfoAmazonia, a partir dos relatos descritos nos tópicos anteriores, permite detectar possíveis tentativas de continuidade na abordagem das especialidades que Gustavo Faleiros desenvolveu ao longo da carreira profissional. O caso da iniciativa em questão já apresenta particularidades no propósito inicial, que se difere do modelo dos veículos por onde Gustavo passou por se tratar, inicialmente, de uma iniciativa com foco em produção de mapas de georreferenciamento sobre questões ambientais na Amazônia – modelo de produto ao qual o jornalista dedicou boa parte de tempo no portal O Eco, último veículo em que esteve antes do InfoAmazonia. Ou seja, o produto principal do InfoAmazonia não era a produção de reportagens, apesar de também contar com esse tipo de produto em segundo plano – visão que gradativamente mudou ao longo desta pesquisa. Esta característica particular do InfoAmazonia provoca um contexto de tensões constantes para a iniciativa, já que condiciona

a rotina profissional diretamente à dimensão de governança de sustentabilidade. A busca por recursos é preocupação constante do jornalista e influencia diretamente a quantidade de projetos desenvolvidos, o número de pessoas na equipe e as funções desempenhadas por Gustavo Faleiros. Assim, com os relatos do jornalista, fica claro que a dimensão de uma governança de sustentabilidade é um percurso constante, impactando diretamente na governança editorial – autonomia profissional, escolha de pautas a serem abordadas e espaço para a publicação.

As particularidades do InfoAmazonia e dos relatos trazidos por Gustavo Faleiros exigem uma outra maneira de olhar para o funcionamento da iniciativa autodenominada independente. Isso se dá porque, conforme mencionado anteriormente, devido ao foco diferente de um site que publica notícias, a rotina acaba se concentrando mais no desenvolvimento de projetos, exigindo a constante busca por parcerias e financiamento. Essa relação intrínseca entre produção e a frequente captação de recursos para a viabilização dos projetos especiais é o que motiva um tópico dedicado às rotinas profissionais e, também, às noções de governança de sustentabilidade e gestão, principalmente, detectadas nas entrevistas com o fundador do InfoAmazonia. Outro ponto que sustenta a decisão é a constatação de dois momentos distintos considerados para as análises deste tópico específico e que são divididos com base nas duas entrevistas realizadas com Gustavo Faleiros entre 2016 e 2017. A primeira entrevista, em maio de 2016, apresentou uma realidade do InfoAmazonia diferente daquela constatada na segunda entrevista, feita em setembro de 2017. O intervalo de aproximadamente um ano e três meses trouxe outro panorama para a iniciativa autodenominada independente, que alterou o modelo de gestão e, consequentemente, reformulou a rotina profissional e os critérios de noticiabilidade a partir de novos objetivos traçados.

No primeiro momento registrado, Gustavo Faleiros relata uma forma de trabalho que conta com uma equipe multidisciplinar de, pelo menos, sete pessoas vinculadas ao InfoAmazonia. A primeira relacionada é um jornalista americano que atua na organização também americana *InterNews*, a quem Gustavo chama de chefe – relação que é analisada de forma mais profunda no próximo tópico deste capítulo. Existe também outro profissional, Giovani, originado na Bolívia, que acompanha a iniciativa desde o momento em que o InfoAmazonia ainda era alocado no Eco e que é responsável pela parte de reportagens vinculadas aos projetos especiais desenvolvidos e na manutenção de uma rede que o InfoAmazonia mantém entre esses diferentes profissionais da equipe, além de estabelecer parcerias com organizações e mídia da região Amazônica. Além de Giovani, Gustavo Faleiros

cita Stefano Wroblewski como outro profissional que atua junto na parte de conteúdo. A outra parte da equipe relacionada pelo fundador do InfoAmazonia reforça a influência da trajetória profissional de Gustavo Faleiros descrita anteriormente, com foco em dados e georreferenciamento. São três programadores que integram um grupo criado a partir da necessidade do desenvolvimento de uma tecnologia própria para os projetos especiais da iniciativa.

Por muito tempo quem coordenou essa equipe é um cara que chama VJ Pixel⁹⁸, um coordenador de projetos de tecnologia. O cara que desenvolveu a ferramenta mesmo de replicação, o tema *Wordpress* que depois se tornou a tecnologia que foi reproduzida. Miguel Peixe, outro desenvolvedor. E um gestor de dados, assim, que fez mapas, cuidou de mapas, tudo, e continua envolvido até hoje. Chama Vitor George. Então esse é um core bem forte do projeto (FALEIROS, 2016).

Outras pessoas foram agregadas à equipe, de acordo com Gustavo. Uma delas é Laura Kurtzberg, americana que morou no Brasil e ficou responsável pela atualização de dados de desmatamento na plataforma. Ainda na área de tecnologia, o fundador cita uma jornalista, Juliana Mori, que se formou em jornalismo junto com Gustavo e ficou responsável pela gerência de tecnologia antes de VJ Pixel, criando toda a base de mapas utilizadas pelo InfoAmazonia. Por fim, o papel de Gustavo Faleiros nesta equipe é concentrado na coordenação de todo o processo e desenvolvimento de projetos

Aí quando ele já está mais ou menos desenvolvido, captado e tudo, com as equipes formadas, então eu desenvolvo projeto para captar, monto as equipes e aí as equipes de alguma forma têm a autonomia, eu acabo desenvolvendo. Cada um desses projetos teve um coordenador próprio (FALEIROS, 2017).

O fundador cita algumas atividades realizadas no intuito de descrever melhor como é a rotina de projetos, evidenciando, assim, a proximidade entre modelos de gestão e a rotina profissional. O primeiro exemplo citado é um projeto realizado em parceria com o *Google* para o monitoramento da qualidade da água de comunidades da Amazônia, coordenado por VJ Pixel. Outros projetos mencionados são o *Co\$ting Nature*, coordenado por Tiago Megali, outro jornalista do InfoAmazonia, e uma nova tecnologia que será utilizada para gerar alertas de enchentes na Amazônia brasileira, com foco nas cidades de Porto Velho, Manaus e Rio Branco, coordenado por Giovani e Stefano. “Ajudei a conceber, ajudei a captar, ajudei a dar um montão de pitaco, mas quem corre atrás de pautar as matérias, editar as matérias, montar os mapas é o pessoal” (FALEIROS, 2016).

Nesse momento da iniciativa, registrado em 2016, evidencia-se a relação e as funções que Gustavo Faleiros tinha na iniciativa. O processo coordenado pelo jornalista era

⁹⁸ VJ Pixel é o nome que Angelo Mocoço Silveira utiliza para divulgar o trabalho dele.

dedicado, principalmente, à busca por recursos para a manutenção dos diferentes projetos desenvolvidos. Nas próximas páginas entende-se que essa relação com uma dimensão específica e quase exclusiva com as dimensões de governança de sustentabilidade foi o que provocou tensões que levaram a reformulações no projeto do InfoAmazonia. A segunda entrevista realizada com Gustavo Faleiros, mais de um ano depois do dia em que ele relatou as informações mencionadas até aqui, revelou alterações significativas no InfoAmazonia, muito relacionadas a uma reorganização da forma como a governança editorial era percebida.

A ideia desenvolvida ao longo dos anos, desde que o InfoAmazonia deixou o Eco, foi fundar uma associação que pudesse desenvolver diferentes projetos, maior do que o InfoAmazonia. Este plano inicial funcionou bem, principalmente entre 2015 e 2016, quando conseguiram viabilizar projetos com recursos suficientes para manter a equipe.

Começamos a montar a organização. Fizemos grandes projetos em 2015. Conseguimos mais dinheiro em 2015 para fazer o projeto A Política do Desmatamento, que foi o nosso projeto mais bem-sucedido até hoje. [...] Entramos em 2016 ainda com o projeto dos sensores rodando. Outras iniciativas de reportagem. Isso tudo é InfoAmazonia. A equipe ainda rodando entorno do InfoAmazonia (FALEIROS, 2017).

Gustavo também conta que as pessoas que estavam na equipe responsável pelo InfoAmazonia foram chamadas a compor a associação que eles chamavam de Associação Ecologia Digital – sem fins lucrativos, reforçando a proposta de busca por uma governança de gestão. Em 2016, porém, a equipe começou a se desentender e Gustavo decidiu se dedicar especificamente ao InfoAmazonia, deixando a associação que tinha como objetivo desenvolver novos produtos além da iniciativa criada pelo jornalista. “Eu não vou ficar aqui defendendo que a gente tem uma associação maior do que projeto que eu acho que é o principal projeto dessa associação”. (FALEIROS, 2017). Um dos motivos apontados por Gustavo para este rompimento foi a falta de recursos que começou a comprometer o InfoAmazonia, fator relacionado diretamente ao modelo de gestão que a organização estava adotando.

O InfoAmazonia ficou sem dinheiro, a partir do ano passado, do segundo semestre. A gente ficou sem dinheiro. O Giovani, que é essa pessoa que sempre trabalhou com a gente resolveu sair, que é o cara que era meu principal editor do InfoAmazonia. Eu falei: ‘Ó. O principal projeto que fez grana até hoje, é o mais conhecido. Não está conseguindo sobreviver, porque que a gente vai embarcar em criar uma associação que tem no mínimo três novos projetos?’. E eu, num segundo momento de loucura em menos de 4 anos, resolvi romper de novo (FALEIROS, 2017).

Outra característica relacionada pelo jornalista como uma insatisfação que comprometeu a sociedade por parte dele foi a forma como ele acabou sendo indiretamente

eleito para levantar recursos para todos os outros projetos da organização. Como mencionado anteriormente, as funções do profissional estavam ligadas especificamente à manutenção de dimensões de sustentabilidade da organização, tendo pouca oportunidade de atuar no desenvolvimento de critérios para a governança editorial. Esse incômodo por parte de Gustavo Faleiros é mais um ponto que culmina nas reformulações feitas no InfoAmazonia entre 2016 e 2017, isso porque é perceptível como o profissional não queria ser apenas um gestor ou responsável pela captação de recursos. A proposta dele é encontrar um meio de produzir reportagens, de fazer jornalismo. “Acabou esse negócio de *fundraising* para mim. Eu quero voltar a fazer jornalismo. Eu quero editar o InfoAmazonia. Não estou afim de ficar correndo atrás de projeto e escrevendo relatório dia e noite” (FALEIROS, 2017). A mesma insatisfação também é detectada na entrevista realizada em 2016 com Gustavo. Ele afirmava que apesar de ter gostado da experiência administrativa o interesse não era continuar nessa área, mas sim voltar à origem de produção de conteúdo.

Eu gostei muito e tenho uma relação paternal com as coisas todas que foram criadas, mas eu me sinto muito feliz cada vez que eu consigo tirar mais e mais dessa carga. E eu estou muito interessado em voltar a me dedicar a fazer conteúdo. Esse é o meu plano de vida (FALEIROS, 2016).

O rompimento com o plano da formação da Associação em meados de 2016 parece ser uma forma de Gustavo concretizar o plano de vida ao qual ele se referencia. Contudo, mesmo com a reavaliação por parte do jornalista, é preciso considerar a experiência e conhecimento que o jornalista desenvolveu sobre captação de recursos e, consequentemente, modelos que podem contribuir para a governança de sustentabilidade durante a trajetória profissional. São vários os momentos no discurso de Gustavo que evidenciam a postura de busca por recursos e compreensão de como sustentar o projeto que estava querendo desenvolver. Ainda no Eco Gustavo iniciou a viabilização da plataforma que deu origem ao InfoAmazonia. Foi dele a iniciativa de entrar em contato com a ONG americana *InterNews* para desenvolver a ideia de uma tecnologia que aliasse mapas e dados sobre a Amazônia e unisse jornalistas de diferentes países da região Amazônica. “Já desde o início com essa ideia de fazer uma rede de jornalistas pan-amazônicos, eu entrei em contato com essa ONG americana que se chama *InterNews*” (FALEIROS, 2016). Importante ressaltar que a proposta de uma rede de jornalistas com profissionais de outros países da região Amazônica, nove no total, também corrobora com a visão de internacionalização da Amazônica. Por um lado, a união de países como Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, pode significar uma tentativa de proteger a região de países terceiros. Por outro, dá mais espaço

para a percepção de que esses países subdesenvolvidos não têm recursos para a manutenção da região e precisam de uma atenção por parte de países desenvolvidos. A conexão de Gustavo com organizações internacionais, fora do eixo Amazônico, parece reforçar esta última perspectiva, já que mesmo com a ideia original tendo sido discutida em conjunto com outros jornalistas, é relevante a iniciativa de Gustavo em encontrar formas de financiamento entrando em contato, por exemplo, com a organização americana *InterNews*. Este, inclusive, é um dos indícios que estabelece a relação quase que constante do InfoAmazonia com fundos de organizações internacionais, já que a *InterNews* acaba funcionando, também, como uma parceira na busca por recursos.

A InterNews consegue um apoio dessa iniciativa que está aí entre os logos do InfoAmazonia, que chama Clime and Development Knowledge and Network, que é um projeto da cooperação britânica mais a cooperação norueguesa. É como se fosse uma aliança dedicada a apoiar projetos que tenham alguma interface com comunicação do clima. O que no caso o desmatamento se enquadra. Então eles conseguiram esse apoio (FALEIROS, 2017).

Os vínculos com organizações internacionais e a proatividade de Gustavo em conseguir financiamento para o InfoAmazonia continuam quando o jornalista se candidatou a uma bolsa financiada pelo ICFJ, consórcio internacional de jornalistas que incentiva trabalhos de tecnologia no jornalismo. As ações tomadas por Gustavo permitiram que ele iniciasse o InfoAmazonia já com recursos, diferentemente do caso de Kátia Brasil e Elaíze Farias com a Amazônia Real. Com a bolsa do Centro Internacional de Jornalistas (ICFG), a parceria com a organização *InterNews* e o financiamento da *Clime and Development Knowledge and Network* (CDKN), o InfoAmazonia começou a se tornar uma iniciativa autônoma do portal O Eco, com dedicação exclusiva do jornalista. “Essa junção desses dois fundos permitiu que eu comesse a trabalhar, me dedicar, exclusivamente para o InfoAmazonia, e a gente tivesse recursos para criar plataforma, pagar os jornalistas e tal” (FALEIROS, 2016).

A aceitação por parte dessas organizações internacionais permite detectar também o contexto apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, que descreve um possível interesse que outros países têm pela região Amazônica. Apesar desse possível interesse, as contrapartidas, no caso do ICFJ, não revelam relações diretas com a Amazônia. A primeira exigência do consórcio internacional foi que Gustavo Faleiros e a equipe do InfoAmazonia dessem uma consultoria de jornalismo de dados para a Folha de S. Paulo no segundo semestre de 2012 – o que fortalece a visão defendida pela organização no site oficial de executar programas “... que usam a tecnologia digital mais recente para aumentar o fluxo de notícias de

qualidade⁹⁹”. Depois, em 2013, o ICFJ propôs a renovação da bolsa e deu liberdade para que o profissional fizesse a solicitação de deixar de dar a consultoria para a Folha. “A minha proposta é não ficamos na Folha mais e a gente cria um time permanente para o InfoAmazonia e para fazer outros projetos” (FALEIROS, 2017). A solicitação do jornalista foi aceita, mas a organização cedia recursos apenas para sustentar o profissional, não sendo possível financiar outras pessoas na equipe. Sem recursos para a equipe, Gustavo relaciona outro momento em que se evidencia a proatividade do profissional e garante a formação de uma equipe fixa para o InfoAmazonia. “Fui bater na porta dessa outra, daquela grande ONG que eu não posso nunca citar o nome¹⁰⁰. [...] Gostaram da ideia e financiaram um ano desse laboratório de jornalismo ambiental” (FALEIROS, 2017).

Além dos financiamentos diretos de organizações, existe um outro elemento que contribui para a percepção de características de modelos de governança de sustentabilidade no InfoAmazonia a partir do relato de Gustavo Faleiros. Com os recursos adquiridos ao longo de 2012 e 2013 foi possível desenvolver um *software* específico para a produção dos projetos especiais da iniciativa e que, posteriormente, serviu como outra alternativa de fonte de renda, assim como a replicação e reforço do conhecimento em jornalismo de dados e georreferenciamento já desenvolvido pelos profissionais da iniciativa durante a trajetória. “A *InterNews* começou a financiar vários projetos usando o GEO. Primeiro na Indonésia. Depois no Paraguai. Depois na Índia. Todos esses projetos revertiam recursos para a gente. Começamos realmente a ganhar dinheiro com esses projetos” (FALEIROS, 2017).

Aos poucos os recursos foram terminando e alterando a rotina e, consequentemente, a governança editorial do InfoAmazonia. A equipe que antes era de 13 pessoas fixas, hoje tem apenas Gustavo Faleiros e Stefano. Apesar da escassez de recursos relatada por Gustavo Faleiros, a *InterNews* ainda continua como uma parceira constante do InfoAmazonia fornecendo recursos para a manutenção dos servidores, parte do pagamento do salário do desenvolvedor-chefe da iniciativa e para atualização da plataforma GEO. Outros profissionais são contratados por projeto e o que mantém a iniciativa atualmente é a produção de projetos e alianças com outros veículos e organizações. “Meu plano é continuar nessa até conseguir sentir firmeza que dá para formular uma organização e ver qual que vai ser o nosso espaço nisso tudo” (FALEIROS, 2017). Nesse ponto o destaque fica para uma aliança estabelecida com a Amazônia Real, outra iniciativa autodenominada independente estudada por esta

⁹⁹ Tradução livre do original. Descrição disponível em: <<http://www.icfj.org/our-work>>.

¹⁰⁰ Questionado sobre o motivo de não poder citar o nome da ONG, Gustavo Faleiros explica que a contrapartida deles é permanecerem anônimos. “O lance deles não querem ser citados é pela filantropia mesmo. Não é sacanagem. Eles querem ser filantropos sem propaganda” (GUSTAVO, 2017).

pesquisa. A relação entre as duas demonstra o modelo de incubação, uma outra forma de garantir uma governança de sustentabilidade e financiamento que é mencionada por Graciela Selaimen, *program officer* da Fundação Ford no Brasil, e que será apresentada no tópico seguinte. São projetos separados dentro do InfoAmazonia que vão fornecendo novas perspectivas de atuação e financiamento, fortalecendo a ideia de incubação, ou seja, de iniciativas de jornalismo digitais autodenominadas independentes financiando outras iniciativas de jornalismo digitais autodenominadas independentes.

A gente teve esse recurso do jornal na Colômbia, *El Espectador*, e, depois, saiu esse recurso agora do Pulitzer para fazer essa matéria da Venezuela. Tem a Amazônia Real, que está passando parte de um financiamento que eles vão receber pra gente. Então a Amazônia Real diretamente está financiando a gente. A Repórter Brasil tá fazendo a mesma coisa, eles têm financiamento de uma outra ONG e estão repassando parte para a gente, para a gente fazer as reportagens para eles. E é isso cara. Não é muito mais que isso (FALEIROS, 2017).

As recentes mudanças internas no modelo de gestão do InfoAmazonia têm ligação direta com a percepção de Gustavo Faleiros sobre o projeto que comanda já há mais de cinco anos. A proposta do jornalista é continuar o plano de fundação de uma organização não governamental que receba recursos de outras ONGs, característica que fortalece a governança de gestão da iniciativa. A ideia não é montar uma empresa ou uma *startup*, como ele menciona. “Então eu realmente cheguei à conclusão que não é para mim essa história de *startup*. Tipo ‘Ah. Vou criar um produto e batalhar para vender. Competir’. Nada contra” (FALEIROS, 2017). Essa percepção comercial de Gustavo pode ser entendida quando o profissional é questionado a respeito da consideração de outras maneiras de financiamento, como o *crowdfunding*. “No momento que você vai abrir um *crowdfunding* você tem que se tornar a pessoa mais chata do mundo e ficar pedindo mesmo. Não adianta você lançar lá e esperar que os outros vão te ajudar” (FALEIROS, 2017). O discurso de Gustavo traz à tona, novamente, a insatisfação com o papel de um trabalho concentrado apenas na captação de recursos e também apresenta uma percepção sobre uma possível noção de independência do profissional, governança de gestão, ressaltando as tensões entre o jornalismo e o envolvimento econômico - de que uma ONG teria mais liberdade do que uma empresa.

Eu só acho que a minha própria carreira e o meu tesão pela coisa não me permitem mudar nesse momento. Eu não quero mudar a estratégia do InfoAmazonia de ser uma ONG. Mesmo que ela não tenha agora um CNPJ de ONG. Se um dia ela for virar, se o projeto for se formalizar, o que eu imagino que deva acontecer nos próximos dois anos, ele vai se formalizar como uma ONG e vai continuar buscando recursos de outras ONGs. Eu acho que a única coisa comercial que a gente pode fazer são projetos de treinamento. Ah. Vou fazer treinamento em mapas digitais numa redação. Então maravilha. Nos paguem para fazer isso porque eu acho que a gente pode ajudar (FALEIROS, 2017).

Mesmo com o conhecimento aprimorado que Gustavo desenvolveu sobre diferentes perspectivas de financiamento para uma governança de sustentabilidade e de governança de gestão, a trajetória do InfoAmazonia apresentada até o momento não dá conta de sustentar uma noção de independência. Apesar de diversas alternativas de financiamento conquistadas ao longo dos anos de existência do InfoAmazonia, por meio de diferentes organizações internacionais, o trabalho da iniciativa autodenominada independente parece reforçar discursos hegemônicos. Seja na internacionalização da Amazônia ou em temáticas exploradas por grande parte dos veículos tradicionais, como o desmatamento e as ameaças ao bioma da floresta, os recursos encontrados por Gustavo Faleiros para o desenvolvimento de uma governança de gestão e de sustentabilidade – apesar de distintos de veículos tradicionais – parecem não contribuir para uma noção de ruptura com um discurso hegemônico sobre a região Amazônica.

O panorama começa a mudar quando a insatisfação, mais uma vez, acompanha a carreira de Gustavo Faleiros. E é possível compreender de forma mais clara com o que essa insatisfação, característica presente nas decisões tomadas pelo jornalista nos veículos onde trabalhou anteriormente, tem relação. A recente alteração no funcionamento do InfoAmazonia é um dos meios encontrados por Gustavo para retomar a dedicação ao trabalho jornalístico, a partir de valores noticiosos que também parecem estar em transformação se comparadas as duas entrevistas realizadas com o profissional. Todas essas ações evidenciam, a partir de agora, uma tentativa de ruptura com os discursos disseminados sobre a Amazônia pelos veículos tradicionais e pelo antigo modelo de trabalho desenvolvido pelo próprio InfoAmazonia. O próximo tópico dedica-se a entender como os ajustes que Gustavo Faleiros está realizando na iniciativa autodenominada independente, desencadeados a partir de tensões internas na própria organização, fortalecem um discurso independente.

6.2.4 Tensões internas no InfoAmazonia contribuindo com noções de independência

A reformulação do modelo de gestão do InfoAmazonia impacta diretamente em percepções sobre independência que Gustavo Faleiros desenvolveu ao longo do tempo que está à frente da iniciativa autodenominada independente. A maneira mais cautelosa com a qual o profissional está desenvolvendo os projetos tem um motivo que surge quando Gustavo relata a mudança de olhar que teve nos últimos meses, antes da segunda entrevista realizada para esta pesquisa, com relação a critérios de noticiabilidade e, consequentemente, a dimensão de governança editorial da iniciativa. Conforme trajetória profissional apresentada

nos tópicos anteriores, o foco do jornalista era mais direcionado às informações sobre georreferenciamento e utilização de dados do governo sobre desmatamento e agressões ao meio ambiente, por exemplo.

A gente também vislumbrou lá no ECO que era importante ter uma visão pan-amazônica da questão. E que o Brasil permitia, a gente por estar no Brasil com acesso à informação que era gerado pelo INPE, a gente poderia gerar uma espécie de integração jornalística, digamos assim. Mostrar para os jornais dos outros países como usar os dados que a gente já tinha experiência através do trabalho que a gente fazia cobrindo os dados do governo (FALEIROS, 2016).

O trabalho de Gustavo, do Eco e do InfoAmazonia até aquele momento, como mencionado anteriormente, reforça ainda mais as noções de internacionalização da Amazônia apresentadas primeiro capítulo desta dissertação. Campello (2013, p. 132) defende que os discursos que tentam justificar uma interferência externa na região Amazônica surgem a partir de “[...] uma ‘onda’ global de mecanismos e ideologias que buscam reconhecê-la como a principal portadora da biodiversidade e com papel decisivo na regulação climática do planeta” (CAMPELLO, 2013, p. 132). Outra característica evidente no trabalho do InfoAmazonia contribuindo para uma apropriação internacional da Amazônia é o uso das tecnologias do qual a iniciativa sempre se apropriou. Becker (2005, p. 74), fala em uma sensação de responsabilidade comum quando os primeiros satélites permitiram uma “[...] visão de conjunto da superfície da Terra”. A análise descritiva dos mapas e dados do InfoAmazonia, realizada no capítulo seguinte, também auxilia na compreensão destes valores noticiosos e o trabalho de dados adotados pelo InfoAmazonia até então.

A nova proposta defendida atualmente por Gustavo Faleiros envolve valores notícia que vão no sentido contrário daqueles relacionados à internacionalização, conduzindo projetos mais voltados para conteúdo do que a tecnologia que era desenvolvida anteriormente e, também, com um propósito mais voltado a questões sociais e em respeito às populações locais da região Amazônica. Quando fala sobre o rompimento no projeto da associação, a redução da equipe e a falta de recursos, Gustavo considera bom o novo momento. “Coisa boa é que o InfoAmazonia está bem focado em conteúdo agora. A gente tem poucos projetos, mas todos os projetos que a gente tem são para fazer reportagem, ou coisas interativas de conteúdo” (FALEIROS, 2017). O que existe atualmente é uma proposta de mudança, desenvolvida muito de acordo com a revisão de valores e critérios de noticiabilidade do fundador do InfoAmazonia. Isso fica evidente quando Gustavo descreve os constantes contatos com a região Amazônica, principalmente durante o período em que passou três meses viajando pelo local pouco antes de conceder a segunda entrevista. O movimento

relatado neste parágrafo indica uma mudança na visão e nas funções exercidas pelo profissional dentro da iniciativa, que passa de gestor e captador de recursos para a produção de conteúdos e um olhar direcionado às noções editoriais – resultado de mais uma insatisfação identificada na trajetória profissional do jornalista.

O jornalismo que é feito no sul para a Amazônia não tem a menor relevância para lá. Nada. Não muda nada para elas. E as pessoas na verdade acham que a narrativa não está correta. Você ficar falando que o desmatamento é ilegal, que as pessoas que eles matam são ruins e maldosas, é uma besteira. Porque eles necessitam, algumas vezes, desmatar para poder produzir. Sejam grande ou pequeno. Então eu acho que a narrativa que é feita pela grande mídia nacional sobre o que que é a Amazônia, não significa nada para as pessoas que estão lá. Elas, de alguma maneira, se conectam com a questão de que se necessita preservar, mas, no geral, é só uma visão de colonizador (FALEIROS, 2017).

A percepção do fundador do InfoAmazonia pode ser identificada no mesmo contexto descrito no primeiro capítulo desta dissertação, principalmente a partir do que os autores Cañete e Añete (2010, p. 13) defendem sobre o que chamam de processo biocultural, em que as comunidades locais acabam “[...] construindo um vasto conhecimento de seu ambiente e dos ciclos e recursos naturais presentes no mesmo, resultando novamente em uma biodiversidade que foi culturalmente construída” (CAÑETE; AÑETE, 2010, p. 13). Campello (2013), também reflete sobre a situação precária em que as populações locais da Amazônia estão submetidas, contexto que “[...] repercute negativamente em sua economia, no padrão de vida de seus habitantes e, principalmente, na saúde da população, além de contribuir para um círculo vicioso de impactos ao próprio ambiente” (CAMPELLO, 2013, p. 135). Gustavo Faleiros acredita que o InfoAmazonia acabava reforçando uma visão muito limitada sobre a região Amazônica, neocolonizadora, comunicando para populações que não vivem na área e deixando de exercer uma influência positiva para as comunidades que enfrentam os desafios de habitar a Amazônia. Ou seja, mesmo atingindo um nível de governança de sustentabilidade, de gestão e editorial – pois quando conseguia recursos tinha espaço de publicação, autonomia na escolha das pautas e liberdade editorial, sem interferências de outros campos – uma análise mais criteriosa permite observar que havia um reforço de discursos hegemônicos sobre a Amazônia.

A Amazônia é neocolonizada pelos brasileiros que têm poder de comunicação. E a gente faz o mesmo, na verdade, no InfoAmazonia. Porque é um projeto que conta com ferramentas altamente avançadas sobre o que é a Amazônia e, no final, ela está comunicando para fora. Tem um papel, claro. O público dos Estados Unidos é grande, eles gostam da nossa maneira de contar. Mas isso começou a me incomodar muito durante essa viagem. Eu não quero abandonar a expertise que a gente tem em mapas, em digital e tudo, mas eu acho que eu não quero forçar tanto mais essa narrativa que, ao meu ver, é neocolonizadora (FALEIROS, 2017).

A narrativa neocolonizadora mencionada pelo jornalista tem relação com os principais e mais recorrentes assuntos abordados sobre a Amazônia, como o desmatamento e o dano ambiental. A solução encontrada por Gustavo, então, é desenvolver uma narrativa jornalística inovadora a partir da tecnologia, conhecimento já dominado pelo InfoAmazonia. É na revisão dos critérios de noticiabilidade, enquadramento e escolha de fontes que esses ajustes propostos por Gustavo acabam se materializando. A proposta do jornalista é evitar disseminar o discurso de uma Amazônia como recurso, deixando de trabalhar com um foco tão forte em dados sobre mineração e desmatamento, para abordar visões de populações que habitam a região Amazônica e os problemas que elas enfrentam.

Não acho que o nosso futuro como projeto é ficar só reportando as coisas que sempre foram reportadas sobre a Amazônia. A Amazônia é como um recurso, basicamente. Tanto o lado de quem quer proteger, quanto quem quer explorar a Amazônia, é sempre a Amazônia como recurso. Ah. A Amazônia é um recurso para a humanidade. É o pulmão do mundo. Quer dizer. A floresta é um recurso que não podemos perder. Ou a Amazônia é tão rica em água. A Amazônia é tão rica em minério. Sempre a narrativa é essa. E a gente está nesse meio né. É onde a gente ganha espaço, falando: ‘Estamos aqui para prover os dados sobre mineração, desmatamento’. Então eu sinto que o nosso esforço é começar a inovar na narrativa também. Com a linguagem jornalística, que é por onde a gente é reconhecido (FALEIROS, 2017).

Silva (2014), apresenta a noção de critérios de noticiabilidade a partir de um conjunto complexo de fatores que um fato recebe dentro de uma organização de notícias desde o acontecimento até a publicação. Um dos elementos que contribui diretamente para a definição dos critérios de noticiabilidade são as fontes utilizadas pela reportagem ou produto noticioso, sejam dados de órgãos governamentais ou entrevistas com populações locais. Gans (1980) apresenta as fontes como elementos fundamentais na definição de critérios de noticiabilidade, pois a escolha delas acaba revelando pressões pelas quais os jornalistas são submetidos.

Os novos valores notícia aos quais Gustavo quer passar a se dedicar de maneira mais expressiva parecem já ocupar o histórico do InfoAmazonia. “De alguma maneira isso já estava no nosso radar quando a gente começou a fazer os projetos dos sensores de qualidade de água. Porque ninguém fala sobre saúde na Amazônia” (FALEIROS, 2017). Essa transição e dicotomia, entre dados e reportagens com foco na população local, são evidenciadas na análise dos produtos no próximo capítulo. A reportagem descrita, publicada em abril de 2017, apresenta esses novos critérios de noticiabilidade pretendidos por Gustavo nesta nova fase do InfoAmazonia, principalmente com relação a abordagem de populações locais. Mesmo com

alguns trabalhos com essa proposta mais local, o foco agora parece ser tornar esses valores os principais do InfoAmazonia, sem deixar a tecnologia de lado.

As histórias das pessoas têm que ser valorizadas. Então algumas coisas que a gente está buscando. Uma história grande que a gente está querendo buscar é sobre resgate cultural. Essa expressão, na verdade, nem é muito boa, mas vamos colocar assim. Resgate cultural de povos indígenas, e tentar envolvê-los nessa discussão. O que eu acho é que o nosso conhecimento de algumas tecnologias pode ajudar a fazer essa conexão das pessoas com o público externo. Então eu ainda vejo a metodologia de *hackatons*, por exemplo, como algo que pode trazer jovens de comunidades indígenas, de comunidades ribeirinhas, a falar com o público da internet, digamos assim. Então a gente tem feito propostas dessa maneira. Oficinas de comunicação comunitária junto com tecnologia. Então estamos buscando ainda o nosso caminho (FALEIROS, 2017).

Outro dado curioso é como o profissional associa o conhecimento em mapas, dados, georreferenciamento, *hackatons* e tecnologia com novos critérios de noticiabilidade e visibilidade de fontes e pautas. Para Gustavo é um momento de transição. “Como não tem uma ONG por trás agora mais, não estamos nem mais com o ECO, e não fundamos a Associação, é um momento de transição. A gente está vivendo um momento de transição bem grande” (FALEIROS, 2017). E este período de reformulações tem relação direta com a tentativa de encontrar novas formas de alcançar a governança de sustentabilidade e de gestão que, antes, eram o foco de Gustavo. Atualmente o foco parece estar voltado para, primeiro, a garantia de critérios de noticiabilidade que estejam em consonância com os valores defendidos pelo profissional. Esta diferença nas visões do jornalista fica evidente quando questionado sobre o que ele entende por independência, afirmando que o conceito é fruto de uma inter-relação entre independência financeira, liberdade editorial e autonomia na rotina profissional¹⁰¹. Ao elencar o elemento que considera mais essencial nessa inter-relação, o jornalista aponta a liberdade editorial em primeiro lugar, a autonomia profissional em segundo lugar e a independência financeiro na última posição. Esta nova forma de abordar a Amazônia, valorizando as culturas locais e trabalhando para se distanciar do discurso tradicional sobre a região, a partir dos detalhes do relato do fundador, pode ser percebido como uma ação de independência adotada pelo InfoAmazonia.

¹⁰¹ O mesmo critério utilizado no questionário estruturado aplicado para Kátia Brasil e Elaíze Farias foi aplicado para Gustavo Faleiros; procurou-se “traduzir” os conceitos de governança para independência financeira (governança de sustentabilidade), liberdade editorial (governança de gestão) e autonomia profissional (governança editorial).

6.3 FUNDAÇÃO FORD

A compreensão dos objetivos e intensões que permeiam as decisões de uma financiadora ao apoiar ou não um projeto, podem contribuir para o entendimento dos fenômenos analisados até o momento. A Fundação Ford inicialmente foi escolhida para este projeto devido ao financiamento direto fornecido para uma das iniciativas autodenominadas independentes estudadas por esta pesquisa, a Amazônia Real. Posteriormente, ao entrevistar Gustavo Faleiros, descobriu-se que a mesma fundação estaria financiando, indiretamente, o InfoAmazonia. O contexto final é que a Fundação Ford tem ligação com os dois objetos de estudo deste trabalho e apresenta um terceiro panorama sobre os conceitos de governança, independência e critérios de noticiabilidade.

Graciela Selaimen é responsável, desde a criação, especificamente por um setor da Fundação Ford que apoia projetos sobre políticas de regulação da mídia e comunicação. A parte de regulação da mídia começou antes, ainda no início dos anos 2000, com um trabalho voltado para a regulação da comunicação e da internet na época, além de atuar com políticas de telecomunicação. Os projetos voltados para a produção de conteúdo eram em menor quantidade, mas ganharam espaço a partir de 2009 quando a área de regulação da mídia e comunicação foi oficialmente criada pela Fundação Ford – antes disso o trabalho realizado por Graciela era categorizado como um trabalho exploratório para justificar a criação da área específica.

Na área de conteúdo tinha menos coisas, mas ainda assim a fundação já trabalhava. Por exemplo. A fundação apoiou o Vídeo nas Aldeias. A fundação apoiou a agência Patrícia Galvão na área de jornalismo e feminismo durante muito tempo. Tinha outros apoios assim para conteúdo, mas a área de política de comunicação foi criada realmente lá por 2009 (GRACIELA, 2017).

De acordo com Graciela, atualmente a Fundação Ford apoia sete instituições especificamente na área de jornalismo. Existem também três iniciativas da categoria audiovisual - área mais recente trabalhada por Graciela -, e aquelas que atuam com as políticas de comunicação e liberdade de expressão, que somam sete iniciativas. Os critérios para o financiamento de uma iniciativa envolvem diferentes fatores. Um dos primeiros e mais considerativos leva em conta a forma de organização da iniciativa, já que a Fundação Ford apoia somente instituições consolidadas. Não podem ser projetos avulsos, com começo e fim determinados, por exemplo. O financiamento é apenas para instituições, “[...] não um projeto que vai começar, terminar e não tem uma perspectiva de continuidade. Então isso é uma coisa. Não vou financiar uma investigação” (GRACIELA, 2017). Por instituições entende-se que sejam iniciativas constituídas juridicamente como organizações da sociedade civil sem

fins lucrativos – critério que reforça a dinâmica de governança de gestão das iniciativas autodenominadas independentes financiadas. A justificativa, de acordo com Graciela, é burocrática devido ao fato de envolver dinheiro pois a liberação de recursos é feita por meio do escritório da Fundação Ford em Nova Iorque, passando por um “[...] processo burocrático que é bem, assim, detalhadinho” (GRACIELA, 2017). A falta deste critério institucional, porém, não impede que a fundação analise o caso e ajude o projeto a se constituir como uma instituição. É o caso da Amazônia Real que era formalizada como microempresa e mesmo assim recebeu recursos da Fundação.

O primeiro apoio que eu fiz, elas não tinham ainda uma associação. Não era uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Era uma microempresa de uma delas e eu apoiei assim mesmo porque foi uma aposta. E esse processo desse primeiro apoio que a gente fez, foi um projeto de um ano, foi o que deu o caminho e os meios, também, financeiros para elas criarem a Associação Amazônia Real (GRACIELA, 2017).

Ao “apostar” na Amazônia Real, que ainda funcionava sob relações empresariais tradicionais, com objetivos de lucro, é evidente, mais uma vez, a proposta de que a Fundação Ford contribui para a dimensão de governança de gestão das iniciativas que apoia. Outra exceção mencionada por Graciela é o conceito de incubação – termo que já foi referenciado na entrevista com Gustavo Faleiros. Existem casos similares aos da Amazônia Real, sem formalização como associação, que são financiadas por outras iniciativas que já recebem recursos da *Ford Foundation*. É o caso da Agência Pública, exemplo citado por Graciela, que distribui recursos para outras iniciativas autodenominadas independentes que estão iniciando a trajetória do empreendimento. Graciela considera o modelo de incubação saudável e interessante sob três aspectos; 1) generosidade e compartilhamento, 2) segurança para quem está começando e 3) possibilidade de testar diferentes modelos antes de fundar a iniciativa.

Primeiro porque ele nasce de uma ideia de generosidade, de compartilhamento de experiência, compartilhamento de maturidade, né. De conhecimento. E eu gosto muito disso e eu acho isso muito positivo. Segundo que eu acho que é uma maneira de começar muito acolhedora para quem está experimentando, muitas vezes sem saber nem por onde, né, se começa um empreendimento nessa área jornalística. Então eu acho que é confortável, para quem está começando, estar junto de quem tem mais experiência. Isso dá uma segurança, dá uma robustez, eu acho, para o trabalho que segue adiante depois mesmo sem essa incubação. Terceiro que eu acho que esse é um modelo para muitas organizações da sociedade civil, não só para área do jornalismo. Já existem tantas instituições buscando formas alternativas de sustentabilidade que não tem porque você começar sendo ONG se você pode testar o seu modelo de trabalho, avaliar o que você quer ser dentro de um processo, dentro de uma instituição guarda-chuva, digamos assim, que pode fazer o papel de incubadora ou de, enfim, promotora de uma residência. Não sei. Mas que seja uma

indutora para a geração e para o desenvolvimento de novos processos. Eu acho isso muito interessante de uma maneira para a sociedade civil (GRACIELA, 2017).

A proposta de incubação é um modelo que também dá insumos para o fortalecimento de uma governança de gestão e de sustentabilidade das iniciativas autodenominadas independentes apoiadas pela Fundação Ford. A liberdade na aplicação dos recursos de uma iniciativa de jornalismo autodenominada independente para o desenvolvimento de outras iniciativas autodenominadas independentes evidencia, também, uma primeira característica da autonomia que a Fundação Ford dá para as iniciativas apoiadas na escolha dos modelos de gestão. Outro indício dessa autonomia é a não exclusividade de financiamento, permitindo que as iniciativas busquem outras formas de captação de recursos além da Ford. “A gente quer que mais financiadores venham. Quanto mais, melhor. E às vezes a gente facilita, inclusive, o diálogo com outros financiadores” (GRACIELA, 2017). São condições que fortalecem a perspectiva da governança de sustentabilidade das iniciativas; mesmo recebendo recursos da Fundação Ford, podem viabilizar apoio financeiro de outras maneiras, explorando exemplos elencados por Mick e Tavares (2017) como a produção de eventos, venda de produtos e doações de assinantes.

Outro critério levado em conta na hora de viabilizar um financiamento é uma proposta de trabalho que esteja alinhada com os valores defendidos pela Fundação Ford, ou seja, uma “[...] temática consoante com os princípios que a Fundação Ford defende, com o trabalho programático da fundação, que em última análise é o combate à desigualdade” (GRACIELA, 2017). Por fim, Graciela cita um último fator que envolve uma análise de critérios não muito claros para serem definidos e passam pela coerência do discurso e das trajetórias das pessoas envolvidas no projeto. São critérios que ela considera como não muito tangíveis, mas compreendem a análise do discurso das pessoas que estão apresentando o pedido de financiamento. “Pela coerência daquilo que a gente vê apresentado como proposta e uma trajetória que as pessoas veem e têm. A gente sabe disso, né. Então é um conjunto de coisas que a gente avalia juntas” (GRACIELA, 2017).

No caso específico do jornalismo, não há financiamento para organizações que tenham vínculo com veículos tradicionais de comunicação. Aparentemente, pelo relato de Graciela, não existe uma cláusula, por exemplo, que possa inibir a apresentação de projetos à Fundação provenientes de grupos tradicionais. O que é levado em conta são outros critérios que estejam alinhados com os valores da Fundação, conforme mencionado anteriormente. Graciela afirma que para fortalecer a pluralidade, um dos objetivos do trabalho da Fundação Ford, “[...] você tem que, enfim, trabalhar com aqueles que estão mais fora de circuito, né.

Apoiar as grandes empresas, para mim, não avança a pluralidade” (GRACIELA, 2017). Tanto a perspectiva do incentivo à pluralidade – mantendo uma distância de organizações que tenham envolvimento com grupos hegemônicos –, como a ideia de trabalhos que combatam a desigualdade, representam mais um reforço à perspectiva das governanças de gestão e editorial. Sob o primeiro aspecto, há mais uma delimitação sobre a característica não empresarial e lucrativa das iniciativas apoiadas. Para a noção de governança editorial, entende-se que a pluralidade de visões e o combate à desigualdade dão espaço para conteúdos jornalísticos que estejam mais próximos a questões sociais e representativos para o público.

A Amazônia não é um critério específico levado em conta na hora da seleção dos projetos financiados, mas é uma região que já é abordada pela Fundação Ford há 25 anos no Brasil, segundo Graciela. Os projetos, não só jornalísticos, direcionados para populações tradicionais, comunidades amazônicas e temas sobre mudança climática já são trabalhados há pelo menos quatorze anos. “Populações indígenas há muito mais tempo que isso. Agora a gente trabalha também com quilombolas. Então esse é um trabalho, é uma linha de trabalho que, sei lá, tem 25 anos que a fundação trabalha” (GRACIELA, 2017). O relato traz elementos que são encontrados no contexto sobre a região Amazônica desenvolvido no primeiro capítulo desta dissertação. São comunidades que enfrentam dificuldades de representação por veículos tradicionais e, na opinião da profissional, o jornalismo vem para agregar a visibilidade dos problemas enfrentados pela região e contribuir para o reconhecimento de outras ações executadas na Amazônia e apoiadas pela Fundação Ford. Por isso um interesse da Fundação em financiar iniciativas de jornalismo autodenominadas independentes.

Então é claro que o jornalismo na região também fortalece as outras políticas com os quais os nossos parceiros trabalham lá. Então toda a parte de direitos territoriais, direitos humanos, violência contra ativistas, direitos indígenas, direitos das populações tradicionais. Toda essa perspectiva de direitos na região ganha visibilidade, ganha reconhecimento para além da região, mas mais adiante no Brasil e, às vezes, mesmo internacionalmente, a partir de um trabalho integrado com a área de jornalismo (GRACIELA, 2017).

No discurso de Graciela, assim como naquele praticado pelo InfoAmazonia até o momento da transição de valores, percebem-se as noções de internacionalização apresentadas por Becker (2005) e, principalmente, Campello (2013), de esforços em transformar a Amazônia em um bem comum a outros países que não aqueles nove que, de fato, pertencem à região Amazônica. Além da afirmação anterior de Graciela, sobre a contribuição de iniciativas de jornalismo à visibilidade internacional da região Amazônica, a própria origem da Fundação Ford fortalece essa perspectiva de uma Amazônia internacional – organização

americana fundada há 80 anos e que atua na América Latina há pelo menos 50. Apesar da ideia de internacionalização, Graciela também apresenta noções de defesa de direitos humanos de populações locais, defendendo que o objetivo da perspectiva dela, com a liberação de recursos para as iniciativas de jornalismo, é contribuir para uma pluralidade de vozes, de liberdade de expressão – um dos eixos de atuação da Fundação Ford mencionado pela profissional anteriormente e que, mais uma vez, fortalece e dialoga com a governança editorial e de gestão das iniciativas analisadas neste trabalho.

O objetivo assim, claro, desde a minha perspectiva como *program officer*¹⁰², o objetivo primeiro é fortalecimento de um jornalismo independente, inovador, de liberdade de expressão. Uma pluralidade de vozes na esfera pública, né. No campo da mídia, da comunicação no Brasil. É claro que, ao fazer isso, e sempre que há possibilidade de somar esse investimento, esse esforço, com o benefício de outras pautas temáticas, de outras linhas de trabalho com as quais a Fundação Ford trabalha na região, a gente junta as duas coisas. É muito mais interessante, é muito mais completo o trabalho.

Nesse sentido, a busca pela pluralidade e visibilidade de vozes de populações locais também vai ao encontro de conceitos explicitados no capítulo metodológico dessa pesquisa. Segundo Arruda (1999), com o avanço de explorações nacionais e internacionais no território Amazônico, as populações locais - indígenas, quilombolas, ribeirinhas e seringueiros -, são suprimidos e excluídos de qualquer oportunidade de decisão sobre atividades e planos para a Amazônia. A Fundação Ford, sendo uma organização internacional e que estimula a atenção e visibilidade para os direitos humanos das populações que habitam a região, apropria-se de um espaço defendido por Kolk (1996). Para a autora as interferências internacionais são fundamentais para regulamentar planos de desenvolvimento propostos pelo governo brasileiro e de outros países da Amazônia que respeitem os direitos das populações regionais. “É somente a partir da incorporação da Amazônia na economia política brasileira que os vínculos internacionais e a articulação da influência estrangeira podem ser entendidos¹⁰³” (KOLK, 1996, p. 73).

A possível contribuição da Fundação Ford com um desenvolvimento sustentável nacional na região Amazônica parece ser reforçada ao compreender que não há qualquer tipo de contrapartida solicitada pela organização para as iniciativas de jornalismo autodenominadas independentes que recebem recursos. Mesmo aquelas citadas por Kátia

¹⁰² *Program officer* é o nome do cargo que Graciela Selaimen ocupa na Fundação Ford. Cada *program officer* é responsável por uma área de financiamento. Graciela é responsável pelos projetos de comunicação, mas existem outros profissionais que atuam em eixos, por exemplo, de fiscalização de obras públicas e outros temas que contribuem para a consolidação dos objetivos de atuação da Fundação Ford.

¹⁰³ Tradução livre do original: “It is only through the incorporation of the Amazon in the Brazilian political economy that the international linkages and the articulation of foreign influence can be understood”.

Brasil e Elaíze Farias – prestação de contas e relatório narrativo das atividades da Amazônia Real -, não são consideradas contrapartidas por Graciela. “A gente não pede contrapartida. A prestação de contas é um dos componentes do contrato e, fora isso, não existem contrapartidas não” (GRACIELA, 2017). Este ponto é reforçado no final da entrevista quando a própria profissional toma a liberdade de abordar o assunto sobre possíveis interferências editoriais. A profissional deixa claro que não há interferências no conteúdo das iniciativas de jornalismo por parte da Fundação Ford, elemento que corrobora as contribuições para a governança de gestão das iniciativas autodenominadas independentes.

Eu tenho uma coisa que você não perguntou, mas que muita gente pergunta e eu gostaria de te dizer: a Fundação Ford não interfere em conteúdo. Eu gosto sempre de falar isso com bastante... deixar isso bem explícito. Porque não são todos os financiadores que fazem isso. Geralmente, alguns financiadores, veem o jornalismo como um meio para atingir um outro fim. Eu vejo o jornalismo independente, autônomo, com pluralidade, um espaço público plural e cheio de vitalidade como um fim em si mesmo, porque eu acho que isso é a parte fundamental da democracia. Então a gente sabe que os conteúdos importam, se interessa pelo que está sendo feito, sempre que pode apoiar, por exemplo, na construção de pontes entre os jornalistas e os grupos que estão lá na ponta trabalhando pela perspectiva de direitos, trabalhando pela justiça social. Sempre que dá a gente faz essas conversas, né. Trazendo múltiplas visões. Isso geralmente é muito rico para os jornalistas, mas a gente não lê nada, não opina sobre conteúdo, a gente não sugere pauta. Nada, nada, nada, nada (GRACIELA, 2017).

Mesmo não existindo uma forma explícita de conferir se existem intenções e interesses da Fundação Ford diferentes daquelas expostas por Graciela Selaimen, a conclusão sobre a atuação da organização com as iniciativas autodenominadas independentes brasileiras parece consolidar um fortalecimento de dois aspectos: 1) contexto de governança em que as iniciativas autodenominadas independentes podem existir, já que contribuem com a dimensão de governança de sustentabilidade (ao fornecer recursos), com a dimensão de gestão (não interferindo em decisões editoriais) e com a dimensão editorial (os critérios de noticiabilidade das iniciativas parecem estar alinhados com os valores da Fundação Ford).

A exigência de uma constituição sem fins lucrativos, que amplia a governança de gestão das iniciativas, é um critério base e, por isso, os valores defendidos pela fundação também apresentam indícios de que é a partir dos critérios de noticiabilidade, do enquadramento, é que as iniciativas autodenominadas independentes conseguem materializar uma perspectiva de independência - já que o direcionamento da Fundação parece funcionar mais como uma orientação e são as iniciativas autodenominadas independentes que definem quais populações serão abordadas a partir das noções de pluralidade de vozes e desenvolvimento humano, seja na Amazônia brasileira ou em outras regiões da América Latina, defendidos pela Ford. Também não há, por exemplo, um critério de seleção por parte

da organização que estabeleça métodos para a rotina profissional, interferências editoriais ou delimitação das maneiras de se captar recursos.

Essa autonomia concedida pela Fundação Ford, então, assim como as percepções sobre uma possível independência das iniciativas a partir dos critérios de noticiabilidade, contribui com a confirmação de uma das hipóteses deste trabalho, de que uma das formas de se buscar independência é no critério de seleção de fontes e, conseqüentemente, nos valores adotados para os critérios de noticiabilidade das reportagens publicadas pelas iniciativas autodenominadas independentes que se distanciam das lógicas de escolhas dos meios tradicionais. O próximo capítulo tem por objetivo detectar que tipo de fontes são abordadas pelas iniciativas e quais os critérios de noticiabilidade adotados a partir de uma análise descritiva de trabalhos publicados pela Amazônia Real e InfoAmazonia.

7 ANÁLISE DE PRODUTOS

A análise de algumas reportagens produzidas pelas iniciativas autodenominadas independentes analisadas por este trabalho é uma outra etapa para uma possível identificação de critérios de noticiabilidade praticados por essas organizações. O resultado desse olhar pode trazer evidências de distanciamento ou não dos critérios praticados pelas empresas tradicionais de jornalismo. As características percebidas aqui são fundamentais para o diálogo com uma das hipóteses desta pesquisa, que estabelece que o critério de noticiabilidade, percebido principalmente a partir de um conjunto de critérios como enquadramento, seleção das fontes e o espaço dado a essas vozes, é uma das formas de buscar uma independência ao se distanciar da lógica de escolhas dos meios tradicionais jornalísticos.

Este capítulo, então, é dedicado ao estudo de duas reportagens produzidas pela Amazônia Real e dois projetos desenvolvidos pelo InfoAmazonia. A escolha dos produtos analisados foi feita a partir, principalmente, das características apresentadas no contexto social, político e econômico amazônico disponível no segundo capítulo deste trabalho. Os critérios de seleção serão evidenciados especificamente para cada reportagem nos tópicos posteriores.

7.1 AMAZÔNIA REAL

7.1.1 Organizações indígenas exigem suspensão do parecer de Temer que barra demarcações, do dia 26 de julho de 2017

Esta reportagem publicada pela Amazônia Real trata da aprovação que o presidente Michel Temer condicionou, no dia 19 de julho de 2017, a um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que estabelece que a demarcação de territórios indígenas no país seja feita a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre um caso específico de homologação de terras indígenas. O STF, em 2009, elencou 19 restrições especificamente para o julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A aprovação do parecer da AGU, por Michel Temer, significa, então, que outras terras indígenas sejam homologadas sob as mesmas condições. O resultado disso é que, por exemplo, uma área indígena só pode ser oficializada como tal se o local já estivesse sendo ocupado pela comunidade antes do dia 5 de outubro de 1988, data em que a Constituição Federal foi promulgada. A partir desta aprovação, a comunidade indígena deve comprovar que vivia na terra em questão na data acima, estabelecida como marco temporal para os processos de homologação.

A forma da abordagem da agência Amazônia Real sobre o tema em questão pode ser percebida já no título, que já evidencia um espaço destinado às populações indígenas no texto completo com a frase “Organizações indígenas exigem suspensão”. Pode-se perceber pelo título que a reportagem abordará o tema pela perspectiva das comunidades indígenas, elas estão como o sujeito da frase. Na foto de destaque há um grupo de quatro índios Guariani Kaiowá, em primeiro plano, protestando em frente ao Palácio da Alvorada que está em segundo plano na disposição dos elementos da imagem. A luz do sol destacada pela fotografia está imediatamente atrás dos quatro índios. A matéria é assinada por Eliane Rocha, colaboradora da Amazônia Real em Roraima, e Elaíze Farias, uma das fundadoras da iniciativa autodenominada independente alocada em Manaus. A fotografia é de Ana Mendes, também da Amazônia Real.

O texto descritivo da reportagem dá continuidade à percepção apresentada pelo título. “Lideranças indígenas dizem que medida atende interesses da bancada ruralista e é ilegal e inconstitucional”, afirma a gravata. O posicionamento do texto sobre as decisões tomadas pelo presidente Michel Temer é aparentemente claro e reforça a ideia do título de que a reportagem abre um espaço para a opinião das comunidades indígenas, além de evidenciar o confronto de interesses da chamada bancada ruralista e de incluir a afirmação “ilegal e inconstitucional”. Essas percepções continuam ao longo do texto da reportagem e da escolha das fontes ouvidas pelas repórteres que conduziram o trabalho. São diferentes evidências que permitem concluir o posicionamento da reportagem a favor da população indígena e que acaba por não prevalecer fontes oficiais.

Uma das primeiras evidências está já na primeira linha do texto, que começa com “O Conselho Indígena de Roraima (CIR)”, seguido da explicação da ação tomada pela organização diante do parecer da Advocacia-Geral da União aprovada pelo presidente Michel Temer. De acordo com o texto, o CIR protocolou uma representação pedindo um recurso contra o parecer da AGU, conhecido como 001/2017. O primeiro parágrafo, além de terminar informando que a medida também será alvo de uma segunda representação feita pela Articulação dos Indígenas do Brasil (APIB) no Ministério Público Federal (MPF), apresenta mais um fator que fortalece o posicionamento da reportagem. As repórteres dizem que a medida “[...] vem provocando forte reação dos povos indígenas no país”.

Após fazer uma breve contextualização do assunto, explicando as decisões tomadas pelo presidente Michel Temer no dia 19 de julho de 2017, o texto apresenta um exemplo de como a marcação temporal, uma das 19 restrições consideradas pelo STF, estaria cancelando outras demarcações de terras indígenas. Nesse caso, há um hiperlink que direciona para outra

reportagem da Amazônia Real sobre a Terra Indígena Guyraroká, dos índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso, intitulada de “O marco temporal do STF fere a concepção da posse imemorial prevista na Constituição”, do dia 20 de julho de 2017. Logo em seguida, há uma citação do vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Edinho Batista de Souza, afirmando que a decisão de Michel Temer é uma afronta aos direitos adquiridos pelos povos indígenas. As falas do vice coordenador do CIR aparecem por dois parágrafos inteiros. Depois desta primeira parte, o texto divide-se em três intertítulos.

O primeiro intertítulo da reportagem, “Medida tem desvio de finalidade”, também aparece como uma nova evidência da abordagem escolhida pela reportagem. Neste tópico o texto começa com um espaço para o advogado Luiz Henrique Eloy, da Articulação dos Indígenas do Brasil (APIB), afirmando que a organização vai pedir a suspensão do parecer de Temer no Ministério Público Federal (MPF), como apontado já no primeiro parágrafo da reportagem. Na verdade, praticamente todo o teor do texto deste primeiro intertítulo é dedicado ao advogado. De doze parágrafos, dez têm algum tipo de relação com a declaração do advogado da organização indígena APIB. Nos outros dois parágrafos restantes, um é dedicado a informar que o Ministério Público Federal ainda não manifestou se vai “ingressar com uma ação contra o parecer de Temer”. Neste parágrafo também há uma declaração do subprocurador geral da República, Luciano Maia, coordenador e representante da 6ª Câmara – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais da PGR, que afirma estarem solidários com as questões indígenas. O outro parágrafo que não é dedicado ao representante da Articulação dos Indígenas do Brasil (APIB), concentra-se em trazer uma posição da Fundação Nacional do Índio (Funai) afirmando que ainda não há um posicionamento, uma manifestação, sobre a decisão do presidente sobre as demarcações de terras indígenas. A reportagem, neste parágrafo, ainda faz questão de evidenciar que o presidente da Funai é um general da reserva que integra a bancada ruralista, Frankimberg Ribeiro de Freitas, indicado pelo Partido Social Cristão (PSC).

O segundo intertítulo, “Parecer tem efeito vinculante”, apresenta um histórico sobre as decisões e novos critérios para o processo de demarcação de terras indígenas. Segundo a reportagem, “Não é a primeira vez que a AGU decide alterar o processo de demarcação de terras indígenas com base nas 19 condicionantes estabelecidas pelo STF para a Raposa Serra do Sol”. Para tratar deste assunto, as repórteres apresentam uma nota da Funai que pedia a revisão dos termos da Portaria 303 – portaria que gerou o julgamento da demarcação da Raposa Serra do Sol, em 2009, e que deu origem ao parecer da AGU aprovado por Michel Temer. A aprovação do presidente, vale ressaltar, fez com que a portaria passasse a valer para

toda a administração pública federal. Antes era válido apenas para órgãos jurídicos do país. A nota da Funai, segundo a reportagem, foi uma das responsáveis por suspender a Portaria 303, em 2012.

O terceiro intertítulo, “AGU disse que está obedecendo o STF”, aparentemente funciona como um “outro lado” para a reportagem que abre um espaço para a declaração da AGU. Esse espaço vem nos últimos dois parágrafos do texto deste intertítulo. Antes disso há uma nota pública do Ministério Público Federal (MPF) a respeito do parecer da AGU. A nota, de acordo com a reportagem, é “contra o retrocesso de demarcação de terras indígenas”. Há, inclusive, um hiperlink que direciona o leitor para o site do MPF em que há o texto completo e, ao mesmo tempo, a reportagem da Amazônia Real traz pelo menos dois trechos do posicionamento publicado pelo órgão que ocupam dois dos quatro parágrafos desta parte da reportagem. Considera-se importante ressaltar que o acesso ao hiperlink para a nota do MPF está disponível na frase “... nota pública ‘contra o retrocesso de demarcação de terras indígenas’”. Por outro lado, o espaço destinado à AGU é reservado nos dois últimos parágrafos - os dois menores - a partir de uma nota que a AGU enviou a um terceiro site, o Conjur, rebatendo a nota do Ministério Público Federal apresentada anteriormente. A reportagem cita uma parte da nota da AGU e o hiperlink disponível para acessá-la é disponibilizado na palavra “Conjur” – site no qual a nota da Advocacia-Geral da União foi publicada em resposta à nota do Ministério Público Federal.

Com a análise desta primeira reportagem da iniciativa autodenominada independente Amazônia Real consegue-se ter uma perspectiva da abordagem adotada pela organização a respeito do assunto em questão. Além das observações descritas acima, pode-se sistematizar também a quantidade de vezes em que as fontes utilizadas aparecem e são citadas pelo texto. Existem seis fontes relacionadas ao longo da reportagem: 1) o vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Edinho Batista de Souza, contra o parecer da AGU; 2) o advogado da Articulação dos Indígenas do Brasil (APIB), Luiz Henrique Godoy, contra o parecer da AGU; 3) o coordenador da 6ª Câmara – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais da Procuradoria Geral da República (PGR), Luciano Maia, contra o parecer da AGU; 4) nota pública da Fundação Nacional dos Índios (Funai), pedindo a revisão dos termos da portaria que deu origem ao parecer da AGU; 5) nota pública do Ministério Público Federal (MPF), contra o parecer da AGU; e 6) site do Conjur em que aparece a nota da AGU, apresentando argumentos que explicam as decisões adotadas. No esquema abaixo é possível perceber o peso que cada uma das fontes recebe no decorrer do texto, além de uma categorização a partir da Matriz de Classificação das Fontes apresentada por Schmitz (2011).

QUADRO 2 - Classificação das fontes da reportagem “Organizações indígenas exigem suspensão do parecer de Temer que barra demarcações”

Fonte	Meio de aparição	Tipo	Quantidade de aparição	Posicionamento
Conselho Indígena de Roraima (CIR)	Entrevista com vice coordenador Edinho Batista de Souza	Primária, Institucional, Passiva, Identificada	2 vezes	Contra o parecer da AGU
Articulação dos Indígenas do Brasil (APIB)	Entrevista com o advogado Luiz Henrique Godoy	Primária, Institucional, Passiva, Identificada	8 vezes	Contra o parecer da AGU
6ª Câmara – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais da Procuradoria Geral da República (PGR)	Entrevista com o coordenador Luciano Maia	Secundária, Oficial, Passiva, Identificada	1 vez	Contra o parecer da AGU
Fundação Nacional dos Índios (Funai)	Nota	Primária, Oficial, Passiva, Identificada	1 vez	Contra o parecer da AGU
Ministério Público Federal	Nota	Secundária, Oficial, Ativa, Identificada	2 vezes	Contra o parecer da AGU
Site do Conjur em que aparece a nota da AGU	Nota	Secundária, Referência, Passiva, Identificada	1 vez	A favor ao parecer da AGU

Fonte: O autor

Percebe-se que a maior parte das fontes tem algum tipo de posicionamento contra o parecer da AGU e a aprovação de Michel Temer. A única fonte que demonstra posicionamento favorável à questão é a própria AGU que foi mencionada a partir de um site terceiro. Nota-se, também, a quantidade de vezes em que cada fonte foi relacionada, de alguma forma, na reportagem, sendo que das quinze menções identificadas, quatorze foram contrárias ao parecer da AGU. Quando a matriz de fontes apresentada por Schmitz (2011) é aplicada como forma de categorização das fontes utilizadas pela reportagem em questão, é possível notar, também, o espaço dado ao posicionamento contrário ao parecer aprovado pelo presidente Michel Temer. Algumas variações são percebidas, mas, antes, destacam-se as similaridades. Todas as seis fontes relacionadas pela reportagem foram identificadas, ou seja, têm um vínculo direto a alguma organização ou pessoa. Não são fontes anônimas.

Das seis fontes elencadas, três foram identificadas como primárias, ou seja, que têm uma relação direta com o tema abordado pela reportagem, sendo fontes contrárias à decisão

administrativa e que tomarão ou tomaram algum tipo de ação contra a aprovação de Michel Temer. Outro detalhe pertinente é o espaço que a reportagem destina a organizações que representam as populações indígenas. Duas das fontes primárias citadas pelo texto são consideradas institucionais já que representam grupos sociais específicos. Segundo Schmitz (2011), as fontes institucionais representam uma organização sem fins lucrativos ou algum grupo social. Esse tipo de fonte, normalmente, “[...] busca a mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros” (SCHMITZ, 2011, p. 25). Outra é considerada uma fonte oficial, por representar um órgão público, neste caso a Funai, que também tem envolvimento direto no assunto. Para Schmitz (2011, p. 25), “[...] é a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político”. Essa preferência a qual Schmitz faz referência não é identificada nesta reportagem analisada, já que de seis fontes apresentadas apenas duas são consideradas oficiais. Uma delas, inclusive, se pronuncia por meio de nota e não foi contatada diretamente pelas jornalistas responsáveis pelo texto.

Quando o olhar é direcionado para a maneira como essas fontes agem, percebe-se que cinco delas são caracterizadas como “passivas”. Para Schmitz (2011, p. 28), as fontes passivas são aquelas que se manifestam apenas “[...] quando consultadas por repórteres, fornecendo estritamente as informações solicitadas”. A única fonte classificada como “ativa” é a nota que o Ministério Público Federal publicou logo no dia seguinte à aprovação concedida pelo presidente Michel Temer. Esta fonte foi categorizada desta maneira por não ser tão ostensiva quanto as fontes “proativas”, mas, mesmo assim, “[...] mantém uma regularidade no relacionamento com a mídia e uma estrutura profissional de comunicação” (SCHMITZ, 2011, p. 28). A nota da Funai não foi considerada como fonte ativa por ter se manifestado, para esta reportagem, apenas após o contato das repórteres. A nota da AGU, publicada no site Conjur, também foi considerada como fonte passiva por ser uma nota em resposta à nota pública do MPF e por ter sido creditada como pertencente a um texto publicado pelo site Conjur.

A leitura a partir da categorização das fontes de acordo com Schmitz (2011) e da análise detalhada dos posicionamentos adotados na construção do texto da reportagem, apresentam uma noção do critério de noticiabilidade adotado pela iniciativa autodenominada independente Amazônia Real. Identifica-se, por exemplo, a escolha de fontes institucionais que representam os grupos indígenas, como é o caso do Conselho Indígena de Roraima (CIR),

da Articulação dos Indígenas do Brasil (APIB) e da 6ª Câmara – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais da Procuradoria Geral da República (PGR). O conjunto de diferentes elementos detectados em todo o texto, conforme sugere Silva (2014), auxilia na percepção do critério de noticiabilidade adotado para a reportagem específica. Apesar de a Funai ter um vínculo com as comunidades indígenas, acabou sendo considerada como uma fonte oficial, confiável e, consequentemente, distante da lógica de uma representação do grupo social em questão principalmente pelos argumentos a respeito da mudança da presidência do órgão que as repórteres inseriram no texto. O valor notícia utilizado para definir a condução da matéria, junto com os diferentes elementos que compõem o critério de noticiabilidade, é a reação contrária das organizações indígenas às decisões do governo. A quantidade de fontes que respaldam a ideia inicial apresentada pelo título, de que as organizações indígenas pedem a suspensão do parecer aprovado pelo Michel Temer, também é um recurso para entender o critério de noticiabilidade adotado para esta reportagem. São cinco contrárias e uma favorável. Mesmo a Funai, com as ressalvas apresentadas anteriormente e sem ter se manifestado para esta reportagem especificamente, é inserida como uma das responsáveis pela paralisação da portaria que deu origem ao parecer da AGU.

7.1.2 MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari, do dia 29 de agosto de 2017

A reportagem do dia 29 de agosto é referente à solicitação que o Ministério Público Federal fez à Polícia Federal para a investigação de um suposto massacre contra índios da população Warikama Djapar, residentes na Terra Indígena conhecida como Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas. A denúncia foi feita por uma segunda tribo, os índios Kanamari, que estimam mortes de 18 a 21 índios por produtores agrícolas da região. A partir da análise desta reportagem percebe-se o posicionamento da Amazônia Real em relação ao tema e, também, qual é o espaço dedicado pelo texto para os diferentes fatores pertencentes ao assunto. A reportagem foi escrita por Elaíze Farias, uma das fundadoras da Amazônia Real.

A foto da reportagem, registrada pela Funai, é o primeiro elemento que propicia uma percepção sobre a linha adotada pela iniciativa para reportar o fato em questão, já que coloca como capa um registro dos índios Kanamari, responsáveis pela denúncia que desencadeou o pedido de investigação do Ministério Público Federal. Junta-se a isso o título, “MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari”, e o texto descritivo da reportagem, localizado logo abaixo da foto destaque. A gravata expõe que a Terra Indígena Vale do Javari “é alvo da invasão de garimpeiros, caçadores e do

narcotráfico”, complementando a ideia de um texto com espaços dedicados principalmente a versões das populações indígenas.

A primeira parte do texto, antes do primeiro intertítulo, é utilizada para contextualizar sobre o suposto crime e o percurso que está sendo percorrido entre a denúncia e a efetiva investigação. Além do caso principal, revelado pelo título e pela descrição da reportagem, o texto menciona ainda outras investigações em uma área, na região do rio Jandiatuba, em que a base da Fundação Nacional do Índio está desativada por falta de recursos. As informações são respaldadas com fontes como a “assessoria do MPF” - para o caso do suposto massacre no Vale do Javari -, a Funai, como instituição, e o delegado da Polícia Federal, Fabrício Santos da Silva – para o caso da região do rio Jandiatuba. No segundo parágrafo também há uma citação identificada como “conforme as informações do Kanamari”, em que há referência sobre a localização em que o massacre aos índios Warikama Djapar teria ocorrido. O texto também apresenta, no último parágrafo desta primeira parte, outros processos condicionados ao MPF, que apuram a vulnerabilidade de povos indígenas a partir da extinção de cargos da Funai e, outro, “[...] que acompanha medidas de assistência aos índios de recente contato Tyohom Djapar, que vivem com os Kanamari da aldeia Jarinal, também na TI Vale do Javari”. Depois desta primeira parte, a reportagem divide-se em seis intertítulos.

O primeiro deles, “Índios deram alerta”, é dedicado a reportar, principalmente, informações da entrevista feita com Adelson Kora Kanamari, liderança indígena e representante dos índios Kanamari. Esta entrevista faz referência direta ao trecho destacado anteriormente, na primeira parte do texto, que cita a localização dos massacres aos índios Warikama Djapar “conforme as informações do Kanamari”. O texto também cita um coordenador técnico da Funai, Arquimino Amaral dos Santos, que confirma, a partir da declaração de Adelson Kora Kanamari, a localização das terras do produtor rural que supostamente teria mandando matar os índios Warikama Djapar. Outra confirmação das mortes vem indiretamente de uma terceira fonte apresentada pela reportagem. O indígena Djó-Ó Kanamari, integrante da aldeia Jarinal, teria informado os assassinatos ao líder Adelson Kora Kanamari – principal fonte em que o texto deste intertítulo se baseia.

O segundo intertítulo, “Expedição procura confirmar mortes”, explica a expedição que a Funai conduziu na Terra Indígena Vale do Javari para, como um dos objetivos, “[...] qualificar as informações referentes às mortes dos Warikama Djapar. O texto ainda complementa que a Amazônia Real “[...] apurou que a expedição da Funai, coordenada pelo indigenista Bruno Pereira, chegou na aldeia Jarinal no último sábado (26) e nesta segunda-

feira (28) seguiu com um grupo de índios Kanamari para a área de trânsito dos índios Warikama Djapar para averiguar as informações sobre as mortes dos isolados” – afirmação que evidencia uma possível fonte anônima utilizada pela iniciativa. Não há citações diretas de fontes no texto deste intertítulo, sendo possível identificar apenas uma fonte que aparece, de forma mais clara, no último parágrafo. A Funai é relacionada ao resgate de informações sobre a população indígena que vive na Terra Indígena Vale do Javari.

No terceiro intertítulo, “Cacique denuncia invasores”, o texto começa explicando como a Amazônia Real conseguiu entrevistar o cacique Topyana Kanamari, da aldeia Jarinal. “É comum nas comunidades indígenas na Amazônia ser o orelhão o único meio de comunicação. Foi assim que a Amazônia Real conseguiu entrevistar o cacique Topyana Kanamari, da aldeia Jarinal”, explica a repórter. A dificuldade relatada ajuda a perceber a dedicação da Amazônia Real em tentar encontrar vozes da população regional. O cacique é a única fonte abordada nesta parte da reportagem, que tem como objetivo trazer um ponto de vista local sobre as invasões nas terras indígenas. Todas as declarações do cacique evidenciadas no texto são a respeito da relação violenta com os caçadores. Logo no primeiro parágrafo a reportagem traz uma das declarações, em que o cacique afirma: “Eles entram no território para matar animais silvestres e vender a carne na cidade. Eles vêm aqui e voltam para ‘a rua’ (a cidade de Eirunepé) para vender. Caçam, matam, salgam a carne”. As afirmações continuam ao ponto de relacionar a falta de envolvimento das instituições brasileiras responsáveis pela proteção desses povos. “Sem ajuda dos órgãos federais, são os próprios indígenas que tentam se proteger”, afirma a repórter no último parágrafo deste intertítulo.

“Funai sem recursos para proteção” é o quarto intertítulo da reportagem e traz um panorama sobre as Frentes Etnoambientais criadas pela Funai para delimitar e ampliar os territórios indígenas e as dificuldades na condução do projeto devido a cortes no orçamento. De acordo com o texto, os recursos “[...] já eram escassos e diminuíram mais ainda com os cortes orçamentários feitos pelo presidente Michel Temer (PMDB)”. Para repercutir o assunto, a repórter traz declarações de Gustavo Sena, coordenador da Frente Etnoambiental Vale do Javari, que corrobora a ideia apresentada no intertítulo e nos primeiros parágrafos desta parte da reportagem. O texto também apresenta uma informação que será retomada no sexto e último intertítulo da reportagem, ao afirmar que com a falta de recursos “[...] as ações (expedições, reuniões, etc) da Frente Etnoambiental Vale do Javari são financiadas com recurso internacional captado pela organização não-governamental Centro de Trabalho Indigenista (CTI)”. Além disso, também há uma fala de Gustavo Sena que dialoga com o

ponto de vista do cacique Topyana Kanamari. Sena diz: “O trabalho dessas bases está enfraquecido devido aos cortes do orçamento. A gente teve uma redução da nossa capacidade de execução do trabalho. Isso impacta na proteção dos isolados. A terra indígena é invadida e os isolados ficam à mercê dos invasores”. Tanto a característica de financiamento com recursos internacionais, a partir da ONG Centro de Trabalho Indigenista (CTI), como as terras indígenas à mercê dos invasores, também estão em consonância com o contexto da região Amazônica apresentado no segundo capítulo deste trabalho de pesquisa.

O quinto intertítulo, “Pressão no Rio Jandiatuba”, também utiliza algumas declarações de Sena logo nos dois primeiros parágrafos para explicar a situação especificamente na região em que os supostos assassinatos ocorreram. Sena também identifica pontualmente alguns dos principais problemas na região ao afirmar que quem invade a Terra Indígena Vale do Javari são garimpeiros. “O garimpo é fora, mas impacta a terra indígena. Tem aumentado muito o número de draga no rio Jandiatuba”, é a afirmação de Gustavo Sena na reportagem. Além de Sena, o texto deste intertítulo também traz como fonte o coordenador Técnico Local (CTL) da Funai em Eirunepé, Arquimino Amaral dos Santos, que também menciona o corte nos recursos como um impeditivo nas expedições de vigilância. A citação dele no texto ocupa todo o último parágrafo deste intertítulo: “Estou sem receber nenhum centavo para a manutenção da CTL. Aqui só sou eu e outro funcionário. Isso para trabalhar com uma população de cinco mil índios de quatro cidades (Eirunepé, Ipixuna, Envira e Itamarati) e 70 aldeias em uma área de 1,5 milhão de hectares. Tem invasão, os caras estão entrando, estão caçando, mas não podemos ir porque não temos combustível para nos movimentar”.

A última parte da reportagem, redigida sob o intertítulo “Orçamento teve cortes”, inicialmente apresenta uma declaração da assessoria de imprensa da Funai sobre a redução de recursos mencionada nos intertítulos anteriores. O órgão apresenta números do orçamento para a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) para 2017 e afirma não ter mais recursos disponíveis. Conforme relatado na reportagem: “Indagada sobre a situação orçamentária de atenção aos índios isolados do Vale do Javari, a CGIIR respondeu o seguinte: ‘a situação enfrentada pela FPEVJ¹⁰⁴ é a mesma que todas as outras 11 da CGIIRC. Infelizmente, no presente momento, não temos mais nenhum recurso disponível para descentralização”. Para finalizar a reportagem e este intertítulo, a repórter apresenta mais

¹⁰⁴ Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari. Apesar de ter sido citada como Frente Etnoambiental Vale do Javari durante toda a reportagem, o termo técnico utilizado pela Funai parece ser Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari.

uma última fonte para comentar o assunto. Conrado Octavio é coordenador do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização sem fins lucrativos e não governamental que atua diretamente nas Terras Indígenas para que, de acordo com o site da organização, trabalha para que “[...] povos indígenas assumam o controle efetivo de seus territórios, esclarecendo-lhes sobre o papel do Estado na proteção e garantia de seus direitos constitucionais¹⁰⁵”.

A reportagem, a partir das palavras de Conrado Octavio, termina fazendo uma crítica direta ao modo como as entidades públicas federais conduzem a questão indígena no Brasil. O penúltimo parágrafo do texto cita: “Para Conrado Octavio, a vulnerabilidade dos indígenas é um dado estrutural em função do histórico de colonização e modelos de desenvolvimento adotados pelos Estados nacionais, intimamente relacionados aos interesses sobre os territórios indígenas por parte de setores do agronegócio, da grilagem e especulação fundiária, da mineração, de empreendimentos de infraestrutura de modo geral e de diversas cadeias produtivas ilícitas, além da ação proselitista missionária”.

Analizando diretamente a utilização de fontes na reportagem “MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari”, publicada no dia 29 de agosto de 2017, é possível elencar 10 diferentes pessoas ou organizações:

- 1) assessoria de imprensa do MPF;
- 2) Fabrício Santos da Silva, delegado da Polícia Federal;
- 3) Adelson Kora Kanamari, liderança indígena da comunidade Kanamari;
- 4) Arquimimo Amaral dos Santos, coordenador técnico da Fundação Nacional dos Índios (Funai) em Eirunepé;
- 5) Site De Olho nos Ruralistas;
- 6) Djó-Ó Kanamari, indígena da aldeia Jarinal;
- 7) Topyana Kanamari, cacique da aldeia Jarinal;
- 8) Gustavo Sena, coordenador da Frente Etnoambiental Vale do Javari da Funai;
- 9) assessoria de imprensa da Funai;
- 10) Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da Funai;
- 11) Conrado Octavio, coordenador do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

A partir da Matriz de Classificação de Fontes de Schmitz (2011), pode ser feita uma categorização das fontes conforme apresentada no quadro a seguir.

¹⁰⁵ Descrição disponível em: <<http://trabalhoindigenista.org.br/o-cti/quem-somos/>>. Último acesso em 03/10/2017.

QUADRO 3 - Classificação das fontes da reportagem “MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari”

Fonte	Meio de aparição	Tipo	Quantidade de aparição	Posicionamento
Ministério Público Federal	Assessoria de imprensa	Primária, Oficial, Passiva, Identificada	1 vez	Solicitou investigação a respeito das mortes
Polícia Federal	Entrevista com o delegado Fabrício Santos da Silva	Primária, Oficial, Passiva, Identificada	1 vez	Confirmação de investigação a respeito das mortes
Liderança indígena da comunidade Kanamari	Entrevista com a liderança Adelson Kora Kanamari	Primária, Popular, Passiva, Identificada	4 vezes	Confirmação das mortes por um produtor agrícola da região, do problema de invasão de terras indígenas e vulnerabilidade dos indígenas
Fundação Nacional dos Índios (Funai)	Entrevista com Arquimimo Amaral dos Santos, coordenador técnico da Funai em Eirunepé	Primária, Oficial, Passiva, Identificada	3 vezes	Confirmação da localização das terras do produtor agrícola e confirmação de cortes no orçamento prejudicando o trabalho de monitoramento
Site De Olho nos Ruralistas	Citação por meio de hiperlink	Secundária, Referência, Passiva, Identificada	1 vez	Texto com informação sobre mortes dos índios Warikama Djapar
Aldeia Jarinal	Índigena Djó-Ó Kanamari.	Secundária, Popular, Passiva, Identificada	1 vez	Confirmação das mortes por um produtor agrícola da região
Aldeia Jarinal	Entrevista com o cacique Topyana Kanamari.	Primária, Popular, Passiva, Identificada	5 vezes	Confirmação do problema de invasão de terras indígenas e vulnerabilidade dos indígenas
Fundação Nacional dos Índios (Funai)	Entrevista com o coordenador da Frente Etnoambiental Vale do Javari da Funai, Gustavo Sena	Primária, Oficial, Passiva, Identificada	6 vezes	Confirmação de cortes no orçamento prejudicando o trabalho de monitoramento e confirmação do problema de invasão de terras indígenas e vulnerabilidade dos indígenas
Fundação Nacional dos Índios (Funai)	Assessoria de imprensa	Primária, Oficial, Passiva, Identificada	3 vez	Explicação sobre os valores recebidos pelo CGIIRC
Fundação Nacional dos Índios (Funai)	Informação da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIR)	Primária, Oficial, Passiva, Identificada	1 vez	Confirmação de cortes no orçamento para monitoramento
Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Entrevista com o coordenador do CTI, Conrado Octavio	Primária, Institucional, Passiva, Identificada	4 vezes	Confirmação do problema de invasão de terras indígenas e vulnerabilidade dos indígenas

Fonte: Pelo autor

Diferentemente da primeira reportagem analisada neste capítulo, o trabalho “MPF pede investigação de denúncia de massacre de índios isolados do Vale do Javari”, do dia 29 de agosto de 2017, não pode ser separado apenas em favoráveis ou não ao tema tratado. Se olhada por essa perspectiva, a reportagem como um todo defende a abertura da investigação. Nesse sentido, das onze fontes apresentadas, dez podem ser categorizadas como favoráveis ao processo de investigação aberto pelo Ministério Público Federal – principal tema identificado no título e no *lead* do texto. Entretanto há outras informações relacionadas pela repórter que devem ser destacadas e que tornam o debate do assunto principal mais complexo. Identificam-se três vertentes diferentes na reportagem que são utilizadas para reforçar a ideia da necessidade de uma investigação sobre o caso do suposto massacre: 1) As mortes foram supostamente encomendadas por um produtor agrícola da região do Vale do Javari; 2) O problema da invasão de Terras Indígenas e a vulnerabilidade da população indígena; 3) Cortes no orçamento federal que dificultam o monitoramento de ataques a Terras Indígenas e intensificam a vulnerabilidade indígena. Ou seja, o tema central e de fundo é a situação vulnerável em que se encontram os índios desta localidade.

A partir da delimitação desses subtemas é possível entender melhor o papel de cada fonte selecionada pela responsável na condução da reportagem. Para o primeiro argumento, de que as mortes foram encomendadas por um produtor agrícola da região, a reportagem traz quatro fontes diferentes que confirmam esta ideia. A primeira é Adelson Kora Kanamari, liderança indígena da comunidade Kanamari, que reforça a história do assassinato encomendado por interesses agrícolas e cita uma segunda fonte, Djó-Kanamari, ouvida durante uma assembleia realizada na Terra Indígena Kanamari. A terceira fonte é a própria Funai, representada por Arquimimo Amaral dos Santos, coordenador técnico da Fundação Nacional dos Índios (Funai) em Eirunepé. Arquimimo não confirma diretamente as mortes, mas reconhece a existência da casa do produtor acusado na região. A quarta fonte é o site De Olho Nos Ruralistas, citada a partir de uma matéria publicada sobre a suposta chacina, e que serve para corroborar as informações apresentadas pela Amazônia Real. O De Olho Nos Ruralistas cita, inclusive, o apelido do produtor rural acusado pelas tribos indígenas.

Com relação ao segundo argumento do texto, que levanta o problema da invasão de Terras Indígenas e a vulnerabilidade da população indígena, a reportagem também apresenta quatro fontes distintas que fortalecem o ponto de vista geral do texto. Adelson Kora Kanamari, liderança indígena da comunidade Kanamari, além de apresentar a versão sobre a morte a mando do produtor agrícola, também é citado ao falar da vulnerabilidade das populações indígenas. Em um segundo momento há o cacique Topyana Kanamari que relata o

problema de invasões de terras por terceiros como uma ação frequente e que traz ameaça às tribos indígenas. A Fundação Nacional dos Índios (Funai) também aparece corroborando com o argumento da vulnerabilidade das populações indígenas e frequentes invasões de terras. Para isso, o texto aborda o advogado Gustavo Sena, coordenador da Frente Etnoambiental Vale do Javari da Funai, que discorre sobre a forte presença de garimpeiros e o impacto às terras indígenas. Por fim, ainda há declarações de Conrado Octavio, coordenador do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), organização que atua diretamente na vigilância e monitoramento territorial de terras indígenas.

O último argumento identificado na reportagem, sobre os cortes no orçamento federal e o impacto direto na vigilância e monitoramento de terras indígenas, é abordado a partir de quatro fontes, todas relacionadas à Fundação Nacional dos Índios (Funai). A primeira é Arquimimo Amaral dos Santos, coordenador técnico da Funai em Eirunepé, já citado ao confirmar as mortes a mando do produtor agrícola, que afirma que o corte nos recursos impede o trabalho de expedições de vigilância. A outra fonte é o coordenador da Frente Etnoambiental Vale do Javari da Funai, Gustavo Sena, que complementa a visão sobre a redução dos orçamentos. Sena confirma que o trabalho da Frente Etnoambiental Vale do Javari é enfraquecido com o corte de recursos. A assessoria de imprensa da Funai também é elencada como uma das fontes neste argumento ao explicar quais valores foram repassados para as atividades de vigilância e confirmar, também, “cortes e contingenciamentos”. O quarto ponto de vista sobre os recursos é apresentado a partir de uma informação vinda da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) afirmando que não há mais recursos disponíveis para a execução do trabalho de vigilância e monitoramento.

A categorização das fontes conforme a Matriz de Classificação das Fontes de Schmitz (2011) também evidencia a presença expressiva de fontes primárias, ou seja, diretamente envolvidas com os argumentos levantados pela reportagem. De acordo com Schmitz (2011, p. 24), as fontes primárias fornecem “[...] diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação”. São nove fontes primárias mencionadas. As duas fontes secundárias relacionadas pelo texto são o site De Olho nos Ruralistas, citada como um dos sites que noticiou o suposto massacre, e o indígena da aldeia Jarinal Djó-Ó Kanamari, que foi citado por uma outra fonte como um dos índios que confirmou as mortes. Mesmo sendo uma fonte potencialmente primária, que está próxima de um dos fatos abordado pela reportagem, Djó-Ó Kanamari foi considerado como uma fonte secundária por não ter sido abordado diretamente pela jornalista responsável. Essa flexibilidade na aplicação desta categoria se dá principalmente pela noção de que, segundo

Schmitz, os termos utilizados para a categorização das fontes em primárias ou secundárias são “[...] relativos e contextuais” (2011, p. 24).

Pela perspectiva da forma de ação das fontes nesta reportagem específica, todas foram classificadas como passivas por terem se manifestado apenas a partir da abordagem da jornalista. Não há menção sobre pronunciamentos externos à reportagem. Todas as fontes identificadas na análise também são categorizadas como identificadas quando olhadas pelo tipo de crédito que recebem. São todas mencionadas pelo nome e, no caso de pessoas, cargo. Schmitz (2011, p. 30) afirma que a identificação das fontes “[...] além de orientar o público, dá o crédito a quem se dispõe a colaborar [...]”.

Reflexão semelhante acontece quando se olham as fontes pelo critério de grupo, também evidenciado por Schmitz (2011). O autor apresenta oito diferentes categorias, sendo elas oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referência. Existem casos na reportagem analisada que merecem destaque por dialogarem com duas categorias principais: popular e institucional. Para Schmitz (2011, p. 25), as fontes populares geralmente manifestam-se por si mesmo, “[...] uma pessoa comum, que não fala por uma organização ou grupo social”, mas que, em algum momento, pode reivindicar direitos ou ser utilizada para contextualizar alguma informação. As fontes institucionais, por outro lado, são aquelas que representam uma organização sem fins lucrativos ou grupo social que buscam a “[...] mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros” (SCHMITZ, 2011, p. 25).

A dicotomia entre as categorias popular ou institucional é percebida nas seguintes fontes: a) Adelson Kora Kanamari, liderança indígena da comunidade Kanamari; b) Djó-Ó Kanamari, indígena da aldeia Jarinal; c) Topyana Kanamari, cacique da aldeia Jarinal. Apesar de manifestações singulares sobre a questão do suposto massacre e das invasões de terra, se colocadas em um contexto de grupo e agregadas em um só discurso, as três fontes conseguem representar um grupo social específico; os indígenas. Esta é a principal percepção a partir da análise da reportagem, que elenca diferentes fontes para dar força a um mesmo argumento. Nota-se, por exemplo, que ao somar o número de vezes em que cada uma dessas três fontes aparece tem-se um total de dez aparições destinadas a fontes diretamente de populações indígenas. Dentro de um contexto de trinta menções a fontes na reportagem inteira, o grupo social indígena que é representado por indígenas ocupa a proporção de 1/3 dessas menções (33%). As outras vinte menções são divididas em: a) quatorze menções (47%) para grupos que defendem, de alguma forma, as populações indígenas e as ações para monitoramento e

vigilância das terras indígenas, incluindo aqui o site De Olho nos Ruralistas mencionado pela reportagem da Amazônia Real, e b) seis menções (20%) para órgãos federais que se manifestarem de maneira institucional e sobre aspectos processuais.

A soma das menções a fontes relacionadas pela reportagem que têm algum tipo de relação com a proteção e manutenção de terras indígenas, assim como a manifestação dos próprios índios, estabelece um total de 70% de menções que corroboram explicitamente com os principais argumentos apresentados pelo texto, de que as mortes foram supostamente encomendados por um produtor agrícola da região do Vale do Javari, que há um problema constante de invasão de terras indígenas e aumento da vulnerabilidade da população indígena e, por fim, que os cortes no orçamento federal dificultam o monitoramento de ataques a terras indígenas e também intensificam a vulnerabilidade indígena. São evidências que fortalecem, assim como na análise da reportagem anterior, quais são os pontos de vista que mais ganham espaço com a cobertura da Amazônia Real e as fontes abordadas pela iniciativa de jornalismo autodenominada independente.

7.2 INFOAMAZONIA

7.2.1 Mapas e dados

Ao todo são 13 mapas¹⁰⁶ dispostos na página principal do site do InfoAmazonia. Todos eles representam o trabalho de análise de dados e elaboração de mapas que a iniciativa faz. Divididos em diferentes temas e títulos, esses mapas são apresentados na página principal do site do InfoAmazonia, mas também estão dispostos na seção “Mapas” do mesmo site. Na seção “Dados” também há menção para esses mapas, mas a seção é dedicada a elencar todos as fontes e dados usados para a construção dos mapas, assim como disponibilizar o link direto para o download dos mesmos arquivos utilizados pelo InfoAmazonia. Conforme mencionado anteriormente, esta análise será concentrada nos mapas apresentados na página principal do site, por entender-se que nessa apresentação estão todos os mapas e dados disponíveis nas páginas “Mapas” e “Dados”. Os treze mapas estão divididos conforme relação a seguir:

1) Desmatamento – apresenta a área desmatada em diferentes períodos (1976-1991, 2005-2015 e 2015-2016) e também a localização dos frigoríficos na região. O desmatamento entre os anos de 1976 e 1991 tem como fonte os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

¹⁰⁶ Entende-se que mapas são infográficos que traduzem informações para uma forma visual de narrativa. Lima (2015, p. 25), define infografia jornalística como “[...] um tipo de matéria jornalística em que o texto e a iconografia são interdependentes, e em que a estratégia de leitura pode se desenvolver de forma não-linear”.

Estatísticas (IBGE)¹⁰⁷, consolidados a partir de um *software* chamado de GeoNetwork open source. O desmatamento entre os anos de 2005 e 2015 são creditados ao projeto PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia), um serviço do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia¹⁰⁸. Outra fonte que integra o fornecimento de dados sobre o desmatamento entre o período 2005 e 2015 é o Projeto Terra-i, um sistema de monitoramento “[...] quase em tempo real da cobertura do solo ou mudanças do habitat, incluído o desmatamento na América Latina e no Caribe (LAC)¹⁰⁹”. A seção “Dados” do InfoAmazonia ainda cita que o Terra-i é uma colaboração entre diferentes organizações: Centro Internacional de Agricultura Tropical, com base na Colômbia, The Nature Conservancy, com base nos EUA, a Escola de Negócios e Engenharia, com sede na Suíça, e o *King’s College* de Londres. Não há menção específica sobre os dados do período 2015-2016. Para localizar os frigoríficos, o InfoAmazonia utiliza como fonte os dados do ImazonGeo, um projeto de dados da organização brasileira Imazon, com sede em Belém, que existe já há 27 anos¹¹⁰. Este primeiro mapa ainda apresenta dados que mostram a altura da floresta na América do Sul. “Verdes mais intensos correspondem à vegetação mais elevada”, explica a descrição deste mapa. Para esta informação o InfoAmazonia conta com dados da NASA, que monitora a altura das florestas em todo o mundo¹¹¹.

2) Mineração – destaca as zonas de mineração presentes na região e as áreas protegidas, confrontando as duas informações para facilitar a identificação de reservas que tenham algum tipo de atividade de mineração. O mapa traz ainda a opção de habilitar a visualização de terras indígenas. Todos os dados deste mapa têm como fonte a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), que se define como “[...] um consórcio de organizações da sociedade civil dos países amazônicos, voltado para a sustentabilidade socioambiental da Amazônia e apoiado pela cooperação internacional¹¹²”.

3) Petróleo&Gás – além de demarcar as áreas protegidas e as terras indígenas, o mapa apresenta a localização de dutos, lotes petroleiros e poços de petróleo. Para as informações sobre poços e dutos de petróleo, o InfoAmazonia consolida dados do Projeto

¹⁰⁷ Apesar de a descrição do mapa apontar que os dados são do período 1976 – 1991, os dados apresentados pelo IBGE abrangem o período de 20 anos, entre 1971 – 1991, conforme descrição no próprio site do InfoAmazonia, na página “Dados”, disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/data/#geonetwork-deforestation>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹⁰⁸ Informações disponíveis em: <<https://infoamazonia.org/pt/data/#prodes>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹⁰⁹ Descrição disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/data/#terrai>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹¹⁰ Instituto de pesquisa brasileiro que se dedica a promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Informações obtidas no site <<http://imazon.org.br/institucional/quem-somos/>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹¹¹ Descrição disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/data/#global-forest>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹¹² Descrição disponível em: <<https://www.amazoniasocioambiental.org/sobre/>>. Último acesso em 07/10/2017.

AMBIODUCTO que é descrito como uma “[...] pesquisa ambiental que trabalha para compreender e ajudar a minimizar o impacto ambiental da produção de petróleo na Amazônia¹¹³”. A pesquisa é organizada pelo portal Geodata¹¹⁴, projeto do *King’s College* de Londres¹¹⁵. Para as informações disponíveis no mapa sobre as áreas protegidas, terras indígenas e lotes petroleiros, o InfoAmazonia utiliza-se de dados da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), mesmo consórcio utilizado no mapa 2, de mineração.

4) Hidrelétricas – este mapa identifica a localização dos rios e das hidrelétricas na região Amazônica. Apesar de a legenda do mapa apontar que existem também informações sobre terras indígenas e poços de petróleo, não foi possível localizar esses dados no mapa, nem mesmo como opção para habilitar a visualização. O mapa também apresenta dados sobre a elevação do terreno, conforme as cores disponíveis nas regiões visíveis. Para a apresentação das informações sobre a localização dos rios, a iniciativa utiliza como fonte o OpenStreetMap que se descreve como uma “[...] comunidade voluntária de mapeadores que contribuem e mantêm atualizados os dados sobre estradas, trilhos, cafés, estações ferroviárias e muito mais por todo o mundo¹¹⁶”. Os dados sobre a localização das hidrelétricas têm como fonte a mesma Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), consórcio também utilizado para os dados dos mapas 2 e 3, sobre mineração e petróleo e gás respectivamente. As informações sobre a elevação do terreno são mapeadas a partir dos dados apresentados pelo CGIAR-CSI, um centro internacional de pesquisa com foco em informação espacial¹¹⁷.

5) Fogo – identifica no mapa as regiões em que ocorreram grandes queimadas, entre os anos 2000 e 2014, onde houve frequência de fogo, entre os anos 2000 e 2012, e onde existem focos de calor mais recentes, com atualização mensal. Os dados têm como fonte a NASA¹¹⁸.

6) Amazônia sob pressão – apresenta no mesmo mapa as zonas de mineração, lotes petroleiros, hidrelétricas, estradas e o limite oficial da Amazônia. Ainda há a possibilidade de acrescentar neste mesmo mapa as informações de onde estão as terras indígenas e as áreas naturais protegidas. Todos os dados condensados neste mapa têm como fonte a RAISG (Rede

¹¹³ Descrição disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/data/#oil>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹¹⁴ Site do projeto Geodata: <<http://geodata.policysupport.org/home>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹¹⁵ Conforme descrição apresentada no rodapé da página: <<http://www.policysupport.org/>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹¹⁶ Descrição disponível em: <<http://www.openstreetmap.org/about>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹¹⁷ Informações disponíveis no site: <http://csi.cgiar.org/WhtIsCGIAR_CSI.asp>. Último acesso em 07/10/2017.

¹¹⁸ Conforme descrição disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/data/#fires-nasa>>. Último acesso em 07/10/2017.

Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada), também utilizada como fonte nos mapas 2, 3 e 4, sobre mineração, petróleo e gás, e hidrelétricas.

7) Estrada e Desmatamento – traz a localização das estradas construídas na região em comparação com as áreas desmatadas entre 1976-1991, 2005-2015 e 2015-2016. Assim como no mapa número 1, sobre desmatamento, os dados aqui têm como fonte o IBGE, pelo *software* GeoNetwork opensource, o projeto PRODES e o Terra-i. Para o período 2015-2016, este mapa cita o DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que, assim como o PRODES, se resume a um programa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que utiliza a tecnologia MODIS a bordo de satélites da NASA¹¹⁹. Para mapear as estradas neste mapa, o InfoAmazonia utilizou como fonte a RAISG (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada).

8) Áreas Protegidas e Territórios Indígenas – inicialmente o mapa apresenta a localização das áreas protegidas da região Amazônica. O usuário também pode adicionar outros filtros. Dois deles dizem respeito às áreas desmatadas que, assim como no mapa anterior, se concentram nos períodos 1976-1991, 2005-2015 e 2015-2016 a partir dos dados do IBGE, pelo *software* GeoNetwork opensource, do projeto PRODES e DETER, do INPE, e do Terra-i. Há também um terceiro filtro que demarca as terras indígenas também de acordo com a RAISG.

9) Desmatamento Imazon-SAD – mapa que representa o desmatamento desde 2007 a partir de dados do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) que são gerados pela organização brasileira Imazon, também utilizada como fonte para o mapa número 1, sobre desmatamento.

10) Trabalho Escravo na Amazônia – o mapa utiliza o banco de dados fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego que cobre o período entre 2003 e 2012 e mostra o número de “[...] trabalhadores resgatados durante as intervenções da força-tarefa de propriedades rurais nos estados da região amazônica”. O mapa também apresenta os mesmos dados de área desmatada entre 1976-1991, 2005-2015 e 2015-2016, apresentados em outros mapas mencionados anteriormente, a partir de dados do IBGE, INPE, pelos projetos PRODES E DETER, e Terra-i.

11) Ativistas ambientais assassinados em 2014 – dados de acordo com o Global Witness, organização internacional dedicada a expor corrupção e abusos ao meio ambiente¹²⁰, que mostram a localização dos assassinatos de ativistas ambientais na região Amazônica. O

¹¹⁹ Descrição disponível em: <<https://infoamazonia.org/pt/data/#deter-monthly>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹²⁰ Descrição disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/>>. Último acesso em 07/10/2017.

mapa também apresenta a possibilidade de o usuário ativar a visualização dos dados sobre desmatamento, dos períodos 1976-1991, 2005-2015 e 2015-2016, conforme mapas apresentados anteriormente, e dos dados sobre trabalho escravo, que também utiliza como fonte as informações do banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme o mapa número 10, sobre trabalho escravo na Amazônia.

12) Índice de Progresso Social na Amazônia – o mapa também é citado como um projeto especial na área “Projetos Especiais” da primeira página do site do InfoAmazonia. Utiliza dados do Índice de Progresso Social na Amazônia¹²¹, projeto elaborado pelo Imazon, e analisa 43 indicadores para “[...] traduzir o balanço entre qualidade de vida e preservação ambiental”;

13) Desmatamento Universidade de Maryland – mapa elaborado “[...] a partir de imagens globais de cobertura florestal tropical de alta resolução (30 metros) de 200 a 2013¹²²”. Além do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade de Maryland, nos EUA, o processamento dos dados foi realizado em parceria com *Google*, Universidade do Estado de Nova York, Woods Hole Research Center, Serviço Geológico dos EUA e a Universidade Estadual Dakota do Sul.

Em todos os treze mapas encontram-se dados de quatorze fontes diferentes. A categorização dessas fontes, utilizando como referência a Matriz de Classificação de Fontes de Schmitz (2011), auxilia na compreensão dos principais valores adotados pelo InfoAmazonia na leitura dos dados e criação dos mapas aos quais se dedica. Consequentemente são esses valores que acabam por definir critérios de noticiabilidade da iniciativa.

QUADRO 4 - Classificação das fontes utilizadas nos mapas

(continua)

Fonte	Meio de aparição	Tipo	Quantidade de aparição	Dados
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – órgão do governo brasileiro	Mapas: 1) Desmatamento 7) Estrada e Desmatamento 8) Áreas Protegidas e Territórios	Primária, Oficial, Ativa, Identificada	5 vezes	Dados sobre desmatamento entre 1971 e 1991 na região amazônica

¹²¹ Projeto disponível no site <<http://www.ipsamazonia.org.br/>>. Último acesso em 07/10/2017.

¹²² A descrição está presente dentro do botão “mais” que está disponível no mapa em questão, apresentado na primeira página do site da iniciativa autodenominada independente InfoAmazonia. Não há link de acesso direto à descrição.

Fonte	Meio de aparição	Tipo	Quantidade de aparição	Dados
	Indígenas 10) Trabalho Escravo na Amazônia 11) Ativistas ambientais assassinados em 2014			
Projeto Terra-i – projeto internacional	Mapas: 1) Desmatamento 7) Estradas e Desmatamento 8) Áreas Protegidas e Territórios Indígenas 10) Trabalho Escravo na Amazônia 11) Ativistas ambientais assassinados em 2014.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	5 vezes	Dados sobre desmatamento entre 2005 e 2015 na região amazônica.
Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD), projeto da organização brasileira Imazon	Mapas: 1) Desmatamento 9) Desmatamento Imazon-SAD.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	2 vezes	Dados sobre a localização dos frigoríficos na região amazônica.
Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) – organização internacional	Mapas: 2) Mineração 3) Petróleo&Gás 4) Hidrelétricas 6) Amazônia sob pressão 8) Áreas Protegidas e Terras Indígenas.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	4 vezes	Dados sobre: zonas de mineração; áreas protegidas; terras indígenas; lotes petroleiros; localização das hidrelétricas; localização de estradas e limite oficial da região Amazônica.
Projeto AMBIODUCTO – projeto internacional	Mapa: 3) Petróleo&Gás.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	1 vez	Dados sobre poços e dutos de petróleo na região amazônica.
OpenStreetMap – organização internacional	Mapa: 4) Hidrelétrica.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	1 vez	Dados sobre a localização dos rios na região amazônica.
CGIAR-CSI – organização internacional	Mapa: 4) Hidrelétrica.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	1 vez	Dados sobre a elevação do terreno na região amazônica.
NASA – órgão internacional	Mapa: 5) Fogo.	Primária, Oficial, Ativa, Identificada	1 vez	Dados sobre locais em que ocorreram ou ocorrem queimadas na região amazônica.
Detecção de Desmatamento em Tempo Real	Mapas: 7) Estrada e Desmatamento	Primária, Oficial, Ativa, Identificada	4 vezes	Dados sobre o desmatamento entre o período 2015-2016 na

(continuação)

Fonte	Meio de aparição	Tipo	Quantidade de aparição	Dados
(DETER), projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) – órgão do governo brasileiro	8) Áreas Protegidas e Terras Indígenas 10) Trabalho Escravo na Amazônia 11) Ativistas ambientais assassinados em 2014.			região amazônica.
Ministério do Trabalho e Emprego - órgão do governo brasileiro	Mapas: 10) Trabalho Escravo na Amazônia 11) Ativistas ambientais assassinados em 2014.	Primária, Oficial, Ativa, Identificada	2 vezes	Dados sobre o número de trabalhadores e regime de escravidão em propriedades rurais na região amazônica.
Global Witness - organização internacional	Mapa: 11) Ativistas ambientais assassinados em 2014.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	1 vez	Dados sobre a localização dos assassinatos de ativistas ambientais na região amazônica.
Índice de Progresso Social na Amazônia, projeto da organização brasileira Imazon	Mapa: 12) Índice de Progresso Social na Amazônia.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	1 vez	Dados que traduzem o balanço entre qualidade de vida das populações amazônicas e preservação ambiental.
Departamento de Ciências Geográficas da Universidade de Maryland, nos EUA, em parceria com Google, Universidade do Estado de Nova York, Woods Hole Research Center, Serviço Geológico dos EUA e Universidade Estadual Dakota do Sul – consórcio internacional	Mapa: 13) Desmatamento Universidade de Maryland.	Primária, Institucional, Ativa, Identificada	1 vez	Dados que apresentam o desmatamento na região amazônica a partir da Universidade de Maryland, nos EUA.

Fonte: Pelo autor

Todas as fontes de dados encontradas nos mapas detalhados no começo deste tópico são categorizadas como “Identificadas”, de acordo com os critérios de crédito estabelecidos por Schmitz (2011), e “Primárias”, já que fornecem “[...] diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação” (SCHMITZ, 2011, p. 24). Mesmo não sendo compreendidos como matérias, a que Schmitz faz referência, os mapas desenvolvidos pelo InfoAmazonia só existem a partir de números originados pelas fontes mencionadas na tabela 3. Essa particularidade dos mapas e dados analisados impactam também na categorização quanto ao grupo de origem ou contextualização. Apesar da possibilidade de categorizar todos os dados utilizados pelos mapas como fontes do grupo “Referencial”, ou seja, aqueles documentos que o jornalista consulta para complementar uma matéria (SCHMITZ, 2011), os dados utilizados pelo InfoAmazonia não servem para complementar, mas sim para criar a informação principal que é o mapa. Dessa maneira, as fontes foram separadas em “Oficiais” e “Institucionais”, assumindo mais uma vez a condição de que fornecem a essência dos produtos analisados aqui. Importante perceber que mesmo o número de fontes oficiais (5) ser menor do que o número de fontes institucionais (9), o número de aparições é igual. Ambas aparecem 14 vezes nos mapas citados, o que reforça o peso que fontes oficiais têm no processo de construção do critério de noticiabilidade.

Outra consideração pertinente é a diferenciação entre fontes “Especializadas” e “Institucionais”. De acordo com Schmitz (2011, p. 26), as fontes especializadas são utilizadas pelo jornalista na busca por “[...] informações secundárias ou complementares, notadamente em situação de risco ou conflito, na cobertura de temas complexos ou confusos e no jornalismo científico”. Entende-se que as fontes apresentadas aqui não fornecem informações secundárias, por serem, conforme mencionado acima, as produtoras ou originadoras dos dados apresentados ao mapa. Assim, aquelas fontes não categorizadas como “oficiais”, foram consideradas “institucionais” pela compreensão de que buscam, segundo Schmitz (2011, p. 25), “[...] a mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros”.

Quando a análise é direcionada para o tipo de ação das fontes, podendo classifica-las entre as categorias “Proativa”, “Ativa”, “Passiva” e “Reativa”, observa-se que a produção de dados e visualizações georreferenciadas utilizadas pelo InfoAmazonia possibilita a adoção da categoria “ativa” para todas as quatorze fontes encontradas neste exercício. Isto porque Schmitz (2011, p. 28) define fontes ativas como aquelas que oferecem “[...] material de apoio

à produção de notícias, para facilitar e agilizar o trabalho dos jornalistas”. Mesmo que os dados não sejam produzidos especificamente para fins jornalísticos, outras categorias não se aplicam aqui. As fontes passivas, por exemplo, fornecem informações apenas a partir do questionamento do repórter. As proativas, por outro lado, mantêm um relacionamento constante com a mídia e utilizam-se dos veículos para interferir na opinião pública. Por isso, entende-se que as fontes utilizadas pelo InfoAmazonia produzem informações que facilitam o trabalho dos jornalistas que concentram os esforços em analisar os dados e traduzi-los para o contexto dos infográficos dispostos no site.

Além das observações feitas a partir da classificação utilizando a proposta da matriz apresentada por Schmitz (2011), a tabela 6 apresenta uma divisão que permite avaliar que tipos de dados são gerados por determinadas fontes, o que torna possível identificar quais temas são mais abordados pelos mapas do InfoAmazonia. O desmatamento, por exemplo, é o tema que mais aparece nos treze mapas apresentados na primeira página do site. Em segundo lugar estão os dados que mostram as áreas de preservação, sejam terras indígenas ou áreas ambientais protegidas, sendo incluídos em dois dos treze mapas apresentados. Os dados relacionados ao registro do bioma, como a elevação dos terrenos e localização dos rios, e aqueles que exibem a localização de poços de petróleo, também são relacionados em dois mapas do total de treze. Enfim, foi possível identificar outros oito temas nas informações analisadas nos mapas do InfoAmazonia: assassinatos de ativistas ambientais, escravidão, limite oficial da Amazônia, localização de estradas, localização de frigoríficos, localização de hidrelétricas, qualidade de vida da população e queimadas. Todos eles foram relacionados apenas uma vez em um dos treze mapas apresentados na página inicial do site do InfoAmazonia.

Quando se cruzam essas duas análises descritas até aqui, a classificação de fontes a partir da matriz de Schmitz (2011) e a divisão por temas apresentados, consegue-se perceber que tipo de fontes têm mais influência em determinado pauta para os mapas do InfoAmazonia. Nos treze mapas analisados foram encontradas quatro fontes, de um total de quatorze, classificadas como primárias, oficiais, confiáveis e identificadas como órgãos do governo brasileiro. Três dessas fontes estão relacionadas apenas ao tema “desmatamento”, que é citado como informação por cinco fontes diferentes, e uma delas é responsável pelos dados sobre o trabalho escravo na região amazônica.

No tema “desmatamento” as três nacionais, ligadas a órgãos do governo, são: 1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); 2) PRODES, projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); 3) Detecção de Desmatamento em Tempo Real

(DETER), projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As duas outras fontes que produzem dados sobre o desmatamento são classificadas como fontes primárias, institucionais, fidedignas e vinculadas a organizações ou projetos internacionais: 1) Projeto Terra-i; 2) Departamento de Ciências Geográficas da Universidade de Maryland, nos EUA, em parceria com *Google*, Universidade do Estado de Nova York, Woods Hole Research Center, Serviço Geológico dos EUA e Universidade Estadual Dakota do Sul. O tema “escravidão”, presente no mapa número 10, Trabalho Escravo na Amazônia, utiliza dados produzidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Além das quatro fontes nacionais mencionadas anteriormente, há mais uma classificada como nacional, mas que não tem relação com órgãos do governo brasileiro. É o caso da Imazon, organização brasileira fundada há 27 anos dedicada a trabalhar pelo desenvolvimento social da Amazônia, e que apresenta dados sobre a localização de frigoríficos e a qualidade de vida da população amazônica¹²³. Porém, para abordar todos os outros temas identificados nos mapas analisados, o InfoAmazonia não citou fontes nacionais. A maioria das fontes identificadas por esta análise foi classificada como primária, institucional, fidedigna e internacional. Foram nove fontes com este critério, em uma amostra de quatorze.

Para poder criar os mapas que apresentam as áreas de preservação de terras indígenas e ambientais, segundo tema mais abordado nos mapas, a iniciativa autodenominada independente contou, por exemplo, com dados da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) – consórcio internacional formado entre os nove países pertencentes à região amazônica. Para abordar características relacionadas ao bioma, como a elevação dos terrenos e a localização dos rios na Amazônia, o InfoAmazonia analisou dados do CGIAR-CSI, centro internacional de pesquisa com foco em informação espacial, e dados do OpenStreetMap, projeto que conta com a participação de usuários de diferentes partes do mundo. Para os dados que apresentam a localização de dutos e poços de petróleo, os dados utilizados foram do projeto AMBIODUCTO, descrita como uma pesquisa internacional que busca minimizar a produção de petróleo na Amazônia, e a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).

Os dados sobre assassinatos de ativistas ambientais, localização de estradas, localização de hidrelétricas e queimadas na Amazônia também são consolidados a partir do trabalho de organizações ou projetos internacionais. É o caso da organização Global Witness

¹²³ Idem 109.

– que consolida dados sobre os assassinatos de ativistas ambientais -, a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) – que além dos dados mencionados acima também é responsável pelas informações sobre a localização das estradas e hidrelétricas na Amazônia -, e a NASA - que monitora os pontos de queimadas em diferentes regiões do mundo, inclusive a Amazônia.

QUADRO 5 - Números de mapas em que fontes nacionais e internacionais aparecem

Tema	Número de mapas	Fontes nacionais	Fontes internacionais
Desmatamento	5	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); - PRODES, projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); -Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER).	- Projeto Terra-i; - Departamento de Ciências Geográficas da Universidade de Maryland, nos EUA, em parceria com <i>Google</i> , Universidade do Estado de Nova York, Woods Hole Research Center, Serviço Geológico dos EUA e Universidade Estadual Dakota do Sul.
Áreas de preservação (Terras Indígenas e áreas protegidas)	2	-	- Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).
Bioma (elevação dos terrenos, localização dos rios)	2	-	-CGIAR-CSI; - OpenStreetMap.
Localização de poços e dutos de Petróleo	2	-	-Projeto AMBIODUCTO; -Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).
Assassinatos de ativistas ambientais	1	-	-Global Witness.
Escravidão	1	- Ministério do Trabalho e Emprego.	-
Limite oficial da Amazônia	1	-	- Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).
Localização de estradas	1	-	- Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).
Localização de frigoríficos	1	- Imazon	-
Localização de hidrelétricas	1	-	- Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).
Qualidade de vida da população	1	- Imazon	-
Queimadas	1	-	- NASA

Fonte: Pelo autor

A expressiva quantidade de fontes com origem internacional chama a atenção especialmente por dialogar com o complexo contexto sobre a região Amazônica explicitado no primeiro capítulo desta dissertação, em que se apresentam argumentos a respeito do aumento constante da influência internacional nas questões da Amazônia. As fontes apresentadas pelo InfoAmazonia, na materialização de infográficos e mapas, e que contribuem para o critério de noticiabilidade da iniciativa, se aproximam da perspectiva de Campello (2013) que defende a ideia de que a atuação de organizações internacionais com uma proposta de desenvolvimento humanitário para a ser uma nova maneira de aproximação internacional nos recursos da Amazônia. Por outro lado, Kolk (1996), acredita que medidas internacionais contribuem para evitar o desmatamento e degradação da região Amazônica. Essa dicotomia pode ser percebida na análise das fontes utilizadas pelos mapas do InfoAmazonia, já que temas como “áreas de preservação”, de terras indígenas e ambientais, “localização de rios”, “assassinatos de ativistas ambientais”, “localização de estradas”, “localização de hidrelétricas”, “localização de poços e dutos de petróleo” e “queimadas”, são apresentados a partir de dados consolidados por organizações internacionais. Mesmo no caso da Imazon, organização brasileira, responsável pelos dados ligados aos temas “qualidade de vida da população” e “localização de frigoríficos”, percebe-se um certo distanciamento de órgãos tradicionais e governamentais brasileiros por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos. Os únicos temas abordados por fontes oficiais, de órgãos do governo brasileiro, são o desmatamento e o trabalho escravo monitorado na região amazônica.

O posicionamento da iniciativa autodenominada independente InfoAmazonia, com relação aos critérios de noticiabilidade e escolha de fontes para a criação dos mapas apresentados aqui, pode ser compreendido a partir dos detalhes elencados anteriormente. Em primeiro lugar, percebe-se a forte influência de dados de organizações internacionais em temas que não são abordados por dados de organizações brasileiras. Com a maioria das fontes encontradas nos mapas sendo nacionais, vinculadas a algum tipo de órgão público e concentradas em gerar dados sobre apenas um tema, o “desmatamento”, parece que uma possível leitura desta percepção é o exercício que o InfoAmazonia faz para apresentar diferentes panoramas sobre uma mesma região, não considerando apenas as interpretações nacionais. Com a busca, compilação e apresentação de dados internacionais, o InfoAmazonia consegue evidenciar outras realidades que podem não ser consideradas pela Administração Federal. É o caso dos assassinatos de ativistas ambientais, a localização de poços e dutos de petróleo ou a demarcação de áreas de preservação ambiental ou com terras indígenas. Mesmo com diferentes dados sendo considerados, é importante notar o reforço de determinados

discursos hegemônicos a partir dos mapas consolidados pelo InfoAmazonia. São temas que dialogam diretamente com as questões que transformam a Amazônia em pauta internacional – que foca no combate ao desmatamento e na proteção do meio ambiente.

A abordagem do InfoAmazonia na escolha dos dados a serem apresentados também permite uma segunda interpretação, que dialoga com os argumentos de Campello (2013), ao defender que as populações da Amazônia vivem em situações precárias, sem saneamento e acesso à água, por exemplo. A concentração de forças, principalmente nacionais, em resolver problemas como desmatamento acaba deixando de lado ações voltadas para as populações locais. Ao detectar que das cinco fontes nacionais utilizadas pelo InfoAmazonia, três são relacionadas apenas com o tema “desmatamento” e têm um vínculo direto com órgãos federais, é possível encontrar indícios que fortalecem as percepções de Campello (2013). Nesse sentido também pode ser identificado o esforço do InfoAmazonia em trazer diferentes pautas e critérios de noticiabilidade sobre a realidade da Amazônia, seja com dados que possibilitem a criação de um mapa específico sobre a qualidade de vida da população (mapa número 12 – Índice de Progresso Social na Amazônia), ou com o mapa número 6 – Amazônia sob Pressão -, que traz informações sobre áreas amazônica degradadas pela mineração, frigoríficos e poços de petróleo.

Ainda assim, neste percurso da análise sistematizada dos mapas e dados do InfoAmazonia, a constatação que se destaca é a perpetuação de conceitos que abordam mais a visão hegemônica da região Amazônica do que aquela que dá espaço a problemas de populações locais. Fica claro, também, o primeiro foco de atuação do InfoAmazonia que passa a ser repensado com as mudanças de valores de Gustavo Faleiros. O próximo produto da iniciativa autodenominada independente analisado de forma sistemática por este trabalho representa uma perspectiva diferente daquela detectada até o momento.

7.2.2 Histórias de uma Amazônia alagada, do dia 28 de abril de 2017

A reportagem publicada no dia 28 de abril de 2017 apresenta a situação de moradores do Acre que “[...] enfrentam enchentes extremas e se adaptam às mudanças climáticas”, conforme traz o texto descritivo da matéria. A repórter responsável pelo texto é Maria Emília Coelho, de Rio Branco, e a foto destaque, que abre a página em que a matéria está situada, mostra um bote inflável em uma rua alagada, com duas pessoas dentro e uma fora como se empurrasse o meio de locomoção pela água. Ao todo o texto contém quinze fotos (dez estão dispostas em uma apresentação de slides) e todas mostram, de alguma

maneira, os efeitos da enchente para as populações da Amazônia, dialogando com o título e exibindo algumas pessoas que fazem parte de uma “Amazônia alagada”.

O primeiro parágrafo já apresenta, nas primeiras linhas, a personagem Maria de Jesus Cristino da Silva e a história de vida dela. A moradora de Rio Branco, no Acre, conta a dificuldade de enfrentar a última cheia histórica na capital, que, segundo a reportagem, atingiu em torno de 120 mil pessoas. O relato ainda complementa que a moradora tenta reconstruir a casa destruída pela enchente de 2015 e não tem a intenção de se mudar do local. Para viver lá procura não comprar muitos móveis para se adaptar à situação. A afirmação de Maria de Jesus, “Prefiro me adaptar à situação”, faz relação direta com o texto descritivo da reportagem. Logo após o primeiro parágrafo o site disponibiliza a foto de Maria de Jesus em frente à residência e destaca as falas da costureira. “Sofri muito, quase entrei em depressão”.

Os parágrafos seguintes servem para complementar a visão dos moradores que convivem com os problemas da cheia. A reportagem apresenta outra fonte, Otacílio Augusto de Oliveira, “[...] ex-marido e atual vizinho de Maria de Jesus”, que corrobora o ponto de vista da ex-esposa. “Todo mundo que mora em área de alagação deveria ter uma canoa e saber remar” é uma das citações referenciadas ao segundo personagem da reportagem e intensificando mais a ideia de adaptação apresentada com o texto descritivo e com a história de Maria de Jesus. Em seguida a repórter conta como seu Otacílio passou e sobreviveu por três “[...] enchentes históricas do Rio Acre”. O depoimento traz ainda mais impacto e veracidade ao ponto de vista da população, inclusive com a foto que mostra Otacílio apontando a marca em que a água chegou dentro da casa dele. O texto ainda destaca a citação do morador como legenda da imagem: “A água chegou a um metro e meio aqui em casa”.

O primeiro intertítulo da reportagem é apresentado como “Secas e cheias mais fortes” e cita duas fontes ligadas a duas diferentes universidades para comentar a gravidade da situação das cheias. O primeiro a ser mencionado é o pesquisador da Universidade Federal do Acre (Ufac) e do Centro de Pesquisa Woods Hole, Foster Brown, que reconhece que em um pequeno intervalo de três anos o Acre teve enchentes históricas. O pesquisador também afirma, e essa citação é destacada em negrito no texto da reportagem, que “[...] o que podemos afirmar é que [os eventos extremos] acontecerão com maior frequência e intensidade na Amazônia”.

O segundo pesquisador citado é Bruce Forsberg, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que explica que ainda não há registros históricos suficientes para uma análise estatística que possa confirmar se as cheias vão ou não aumentar. Ele confirma, porém, que com alguns dados de Porto Velho foi possível “[...] mostrar uma tendência do

aumento de eventos extremos, como cheias e secas severas na última década”. A reportagem ainda cita que Bruce Forsberg faz parte do Programa de Grande Escala Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), descrevendo a organização como uma “[...] cooperação científica internacional que estuda as interações entre a Amazônia e as condições atmosféricas e climáticas em escala regional e mundial”. Outra informação mencionada pelo texto é relacionada a um artigo publicado pelo mesmo pesquisador sobre mudanças climáticas e os feitos causados na Bacia Amazônica.

Esta parte do texto, do primeiro intertítulo – “Secas e cheias mais fortes” – termina com um parágrafo praticamente dedicado integralmente a citações de Bruce Forsberg. De acordo com o texto, o pesquisador acredita que nos próximos 50 anos tudo ficará mais seco no oeste da Amazônia, ocasionando variações na temperatura do ar e enchentes extremas, por exemplo. “Este já é um efeito da mudança climática, que trará impactos muito grandes para a região amazônica”, é a citação de Forsberg escolhida pela reportagem.

O segundo intertítulo do trabalho é “Monitorando riscos”, e concentra-se em explicar, ao longo de quatro parágrafos, o trabalho da Unidade de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico do Acre, projeto do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre, representado pela diretora Vera Reis. O primeiro parágrafo desta parte da reportagem cita que desde “[...] a seca extrema de 2005 na Amazônia, o governo se preocupa com a maior frequência e intensidade dos extremos de inundações e secas, e seus impactos sociais, econômicos e ambientais”. Vera Reis divide a mesma opinião que os pesquisadores anteriores e com o contexto geral da reportagem até aqui. Para a diretora as situações serão piores no futuro.

No segundo parágrafo do texto alocado neste segundo intertítulo, mais uma função é atribuída à Vera pela reportagem. A informação adicional é de que Vera Reis “[...] é membro da Comissão de Gestão de Riscos Ambientais (CEGdRA)¹²⁴, articulação multisetorial criada para enfrentar a situação implementando o Plano Estadual de Risco de Desastres Ambientais como política pública no estado do Acre”, complementa o texto da reportagem. Em seguida, por meio de uma fala da entrevistada, Vera Reis, há a informação de que a variação do nível dos rios é feita em tempo real a partir de 32 plataformas de coleta de dados que repassam novas informações a cada 15 minutos. As informações são utilizadas para gerar subsídio e orientar a tomada de decisão do governo e da Defesa Civil, conforme descreve Vera Reis em outra fala inserida na reportagem. O último parágrafo do intertítulo concentra-se em contar

¹²⁴ Apesar de mencionado pela reportagem como Comissão de Gestão de Riscos Ambientais (CEGdRA), a nomenclatura correta é Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais.

exemplos dessas tomadas de decisão realizadas pelo governo a partir dos dados coletados pelo sistema do CEGdRA.

Entre o segundo e o terceiro intertítulo há uma apresentação de fotos sobre a cheia histórica de 2015. No texto descritivo disposto antes das fotos, a descrição explica que o “[...] fotógrafo Sérgio de Carvalho mostra, neste ensaio, as dificuldades pelas quais passaram as famílias atingidas pela alagação de 2015 no Acre”. Ao todo são 10 fotos que mostram a situação de ruas, casas e moradores do Acre durante a cheia de 2015. Em seguida, no terceiro intertítulo – “O sedimento é tão importante quanto a água” -, o foco é dirigido para uma entrevista com o professor Waldemir Lima dos Santos, coordenador do Laboratório de Geomorfologia e Sedimentologia da Ufac. Para o pesquisador, “[...] o governo e as instituições de pesquisa do estado do Acre precisam dar um passo a mais e estudar, também, todos os aspectos fisiográficos das calhas dos rios”. Entre os exemplos citados por Waldemir Lima estão o relevo, a quantidade de sedimento transportado e velocidade, informações que complementam a ideia apresentada pelo intertítulo, principalmente com as últimas linhas do primeiro parágrafo, em que o professor afirma: “O sedimento é tão importante quanto a água”. Nos outros três parágrafos o objetivo é apresentar o ponto de vista do professor que defende que o problema das cheias não é só a chuva. Para ele, há uma dinâmica de rios que carregam muitos sedimentos que acabam se acumulando nos fundos e nas laterais dos córregos, assim como existe um certo comportamento do próprio rio que “[...] têm a tendência de migrar de um lado para o outro com uma velocidade maior que os rios do centro-oeste do Brasil”.

O quarto intertítulo, penúltimo da matéria, é sobre uma ação do governo do estado do Acre para alocar famílias em situação de risco de Rio Branco. Sob o título “Vida nova na Cidade do Povo”, o texto começa explicando sobre um conjunto de moradias conhecido como Cidade do Povo, do programa federal Minha Casa Minha Vida, que será utilizado para abrigar mais de 50 mil pessoas. No segundo parágrafo a reportagem apresenta a primeira fonte deste intertítulo e vinculada a um órgão público, identificada como Nyanne Braga, assistente social do Departamento Social da Secretaria de Estado de Habilitação do Acre (Sehab). A fala da assistente social inserida no texto afirma que os abrigos públicos não conseguem mais atender todos os desabrigados devido ao aumento das enchentes. A informação é complementada com o número de casas do conjunto Cidade do Povo, 3.131, que foi dedicado às famílias de baixa renda que habitavam as regiões com riscos de enchentes.

Os outros parágrafos do texto deste intertítulo são dedicados a contar mais histórias de pessoas que vivem ou viveram nas áreas com enchentes constantes. Essas, entretanto, são

peessoas que receberam uma residência no conjunto Cidade do Povo e não estão mais vulneráveis às cheias de antes. Ao todo a reportagem entrevistou cinco pessoas que vivenciaram a mudança de moradias. Duas delas são favoráveis e gratas à nova oportunidade apresentada pelo governo do estado. As outras três fontes são apresentadas como cidadãos que não aceitaram morar no novo conjunto e preferiram permanecer na região com riscos de enchentes. Jessé Lima Manasfi e Larissa da Silva Lima são as duas pessoas contempladas com novas moradias na Cidade do Povo e que aceitaram mudar para a região sem riscos de cheias. Jessé Lima Manasfi afirma que morar em área de risco é difícil e conta algumas situações desfavoráveis. “Foi uma experiência ruim, sem energia e sem comida. É muito difícil. A gente morava lá porque é mais barato morar na beira do rio”, é a fala de Jessé apresentada no texto.

Larissa da Silva Lima complementa o ponto de vista de Jessé Lima Masfi. A reportagem apresenta, a partir da entrevista com Larissa, as diferenças entre a antiga e a nova residência no conjunto Cidade do Povo. “Foi desesperador, a gente teve meia hora para sair quando a água veio”, diz a fala da entrevistada, destacada em negrito, que logo em seguida, compara a situação anterior com a nova oportunidade de moradia. “Tivemos que ficar no aluguel social até o começo deste ano, quando o maior sonho da minha família se realizou. Estamos em um lugar seguro agora”. As duas opiniões a favor da realocação das famílias para o conjunto Cidade do Povo são contrapostas com as outras três fontes utilizadas neste intertítulo. Para introduzir o outro lado da história, um dos parágrafos começa com a frase, “Mas o programa do governo acreano não agradou a todos”. Mesmo com dificuldades para andar no bairro que sofre com inundações constantes, Francisco Aldeído Gomes afirma à reportagem que o conjunto Cidade do Povo é muito longe e prefere continuar residindo na região das cheias. “A gente se acostuma com a água. Antigamente, meus pais moravam no seringal buscando água com cabeça na beira do rio e se acostumaram”, explica o morador que ainda conta como adaptou a casa em que mora para enfrentar as enchentes. “Na cheia de 2012, tive que suspender as coisas e ficar o tempo todo em cima da rede. Quando a água baixou, comprei madeiras para suspender a casa. Ela é levantada hoje já pensando nas enchentes”, disse Francisco Adalberto Aragão. O depoimento faz do morador mais uma fonte que reforça a descrição da reportagem no início do texto, de que a população se adapta às mudanças climáticas e cheias constantes.

Antes de apresentar as últimas fontes contrárias à mudança para o conjunto Cidade do Povo, a reportagem traz, novamente, a assistente social da Sehab, Nyanne Braga, explicando que existem diferenças em abordar as famílias sobre a retirada do local no

momento em que a cheia acontece e após alguns meses da inundação. “Há diferença entre a aceitação. Tem famílias que aguardam uma casa nova desde 2013. Neste processo, criam-se situações subjetivas que precisam ser analisadas caso a caso”, é a afirmação da assistente social presente no texto. A opinião de Nyanne é ilustrada com as últimas fontes deste intertítulo, que também defendem a permanência na área de risco. Raimunda Nascimento e a filha, Gilda Oscarina Nascimento Ferreira, de acordo com a reportagem, moram no Bairro Preventório há 30 anos e não querem sair do local, mesmo sendo uma área de risco de alagação e desbarrancamento. O texto ainda afirma que para uma senhora de 72 anos, “[...] que cria galinhas há mais de 30 no mesmo terreno, é mais difícil se acostumar com a ideia de ter que um dia abandonar a sua casa no meio do mato”. Por fim há mais uma citação ao governo do estado quando Raimunda explica que faz quase um ano que construíram uma escada para auxiliar na subida e descida do morro, trajeto que antes era feito apenas no barro.

O último intertítulo da reportagem, “Causa, efeito e futuro”, abre espaço, principalmente, aos dois pesquisadores mencionados no primeiro intertítulo. O argumento desta parte do texto é direcionado a discutir, em primeiro lugar, o papel que outros países têm em relação à Amazônia quando o assunto é redução das emissões de gases de efeito estufa. A repórter escreve que Bruce Forsberg, “[...] do Inpa, avalia que o Brasil precisa negociar fortemente com todos os países do mundo a redução das emissões de gases de efeito estufa, além de fazer a sua parte também”. Foster Brown, da Ufac, também tem a participação retomada ao final da reportagem e afirma que a responsabilidade é de toda a sociedade. O pesquisador da Universidade Federal do Acre também é mencionado para o argumento do texto que diz que a adaptação é uma “[...] resolução parcial em um processo inicial e com limitações”. De acordo com a reportagem, o pesquisador acredita que a adaptação das populações acreanas é uma ação com efeito temporário e que outras decisões devem ser feitas para atingir a causa dos problemas efetivamente. “As enchentes continuam, mas sua vulnerabilidade foi reduzida. Já a mitigação atinge diretamente a causa, reduzindo o carbono da atmosfera e reflorestando a bacia. Adaptação é mais barato do que mitigação, mas tempos que fazer as duas coisas”, diz a fala do pesquisador mencionada no texto. O argumento de Foster Brown é mais um que dialoga com o texto descritivo apresentado no início da reportagem, que fala da situação das populações que tem que se adaptar ao problema das enchentes.

Outra percepção que fica é a ligação desses últimos argumentos dos pesquisadores com a noção de cuidado, responsabilidade ambiental e atenção ao desmatamento. A proposta é reforçada no último parágrafo da reportagem, em que a repórter retoma um dos personagens

apresentados no início da matéria. Seu Otacílio, como é referenciado, é inserido com a fala em que explica como “[...] as pessoas estão destruindo o planeta, desmatando a Amazônia, e avançando para o lugar da água”. A jornalista ainda conclui que o morador, ao menos, “[...] está fazendo a sua parte, protegendo a propriedade de sete hectares com nascente de água que abastece a cidade”. A última citação, que ocupa as últimas linhas da reportagem, é do Seu Otacílio explicando que vai criar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural e concluindo: “Temos que cuidar dos nossos rios”.

Após a análise descritiva da reportagem “Histórias de uma Amazônia Alagada”, do dia 28 de abril de 2017, foi possível identificar a utilização de 12 diferentes fontes para abordar o assunto das cheias na cidade de Rio Branco, no Acre, relacionadas abaixo conforme ordem de aparição no texto analisado:

- 1) Maria de Jesus Cristino da Silva, moradora de uma das áreas de risco de enchentes em Rio Branco;
- 2) Otacílio Augusto de Oliveira, morador de uma das áreas de risco de enchentes em Rio Branco;
- 3) Foster Brown, pesquisador da Universidade Federal do Acre (Ufac) e do Centro de Pesquisa Woods Hole;
- 4) Bruce Forsberg, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e integrante do Programa de Grande Escala Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA)
- 5) Vera Reis, diretora da Unidade de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico do Acre, projeto do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre e membro da Comissão de Gestão de Riscos Ambientais (CEGdRA);
- 6) Waldemir Lima dos Santos, coordenador do Laboratório de Geomorfologia e Sedimentologia da Universidade Federal do Acre (Ufac);
- 7) Nyanne Braga, assistente social do Departamento Social da Secretaria de Estado de Habilitação do Acre (Sehab);
- 8) Jessé Lima Manasfi, morador do conjunto Cidade do Povo que foi transferido de uma das áreas de risco de enchentes em Rio Branco;
- 9) Larissa da Silva Lima, moradora do conjunto Cidade do Povo que foi transferida de uma das áreas de risco de enchentes em Rio Branco;
- 10) Francisco Aldeído Gomes, morador de uma das áreas de risco de enchentes em Rio Branco;

11) Raimunda Nascimento, moradora de uma das áreas de risco de enchentes em Rio Branco;

12) Gilda Oscarina Nascimento Ferreira, moradora de uma das áreas de risco de enchentes em Rio Branco.

As 12 fontes foram classificadas de acordo com a Matriz de Classificação de Fontes apresentada por Schmitz (2011), conforme quadro abaixo, que auxilia na compreensão de critérios de noticiabilidade adotadas pelo InfoAmazonia.

QUADRO 6 - Classificação das fontes da reportagem “Histórias de uma Amazônia alagada”

(continua)

Fonte	Meio de aparição	Tipo	Quantidade de aparição	Posicionamento
Maria de Jesus Cristino da Silva	Entrevista	Primária, Popular, Passiva, Identificada	4 vezes	Moradora de uma das áreas de risco de enchentes. Não tem intenção de se mudar do local. Reforça a ideia de que a população deve se adaptar à situação.
Otacílio Augusto de Oliveira	Entrevista	Primária, Popular, Passiva, Identificada	7 vezes	Morador de uma das áreas de risco de enchentes. Não tem intenção de se mudar do local. Reforça a ideia de que a população deve se adaptar à situação e também reforça a ideia de preservação ambiental.
Universidade Federal do Acre (Ufac)	Entrevista com o pesquisador Foster Brown, também integrante do Centro de Pesquisa Woods Hole	Secundária, Especializada, Passiva, Identificada	5 vezes	Afirma que as cheias acontecerão com mais frequência e também reforça a ideia de preservação ambiental.
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)	Entrevista com o pesquisador Bruce Forsberg, também integrante do Programa de Grande Escala Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA)	Secundária, Oficial, Passiva, Identificada	9 vezes	Afirma que há uma tendência no aumento das enchentes e também reforça a ideia de preservação ambiental.

(continuação)

Fonte	Meio de aparição	Tipo	Quantidade de aparição	Posicionamento
Unidade de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico do Acre, projeto do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre	Entrevista com a diretora Vera Reis, também integrante do Comissão de Gestão de Riscos Ambientes (CEGdRA)	Secundária, Oficial, Passiva, Identificada	5 vezes	Afirma que cheias serão piores no futuro e que auxilia as tomadas de decisões do governo e da Defesa Civil com os dados que coleta no CEGdRA.
Laboratório de Geomorfologia e Sedimentologia da Universidade Federal do Acre (Ufac)	Entrevista com o coordenador Waldemir Lima dos Santos	Secundária, Especializada, Passiva, Identificada	8 vezes	Afirma que governo deve estudar mais sobre os aspectos fisiográficos das calhas dos rios.
Departamento Social da Secretaria de Estado de Habilitação do Acre (Sehab)	Entrevista com a assistente social Nyanne Braga.	Primária, Oficial, Passiva, Identificada	3 vezes	Explica e defende o projeto de realocação das famílias em situação de risco para o conjunto Cidade do Povo.
Larissa da Silva Lima	Entrevista	Primária, Popular, Passiva, Identificada	2 vezes	Ex-moradora de área de risco de enchente e grata por ter sido contemplado com uma nova moradia no conjunto Cidade do Povo.
Francisco Aldeído Gomes	Entrevista	Primária, Popular, Passiva, Identificada	4 vezes	Morador de uma das áreas de risco de enchentes. Não tem intenção de se mudar do local. Reforça a ideia de que a população deve se adaptar à situação.
Raimunda Nascimento	Entrevista	Primária, Popular, Passiva, Identificada, Fidedigna	3 vezes	Moradora de uma das áreas de risco de enchentes. Não tem intenção de se mudar do local. Reforça a ideia de que a população deve se adaptar à situação e cita ação do governo que contribui para a qualidade de vida dos moradores em área de risco (construção de uma escada).
Gilda Oscarina Nascimento Ferreira	Entrevista	Primária, Popular, Passiva, Identificada	2 vezes	Moradora de uma das áreas de risco de enchentes. Não tem intenção de se mudar do local.

A partir da categorização das fontes apresentada no quadro acima é possível perceber a existência de cinco diferentes discursos elencados pela reportagem, que de alguma forma complementam a discussão proposta com o título, ou seja, de apresentar histórias de uma Amazônia alagada: 1) Adaptação: moradores que habitam áreas de situação de risco de enchentes, que não têm intensão de se mudar e se adaptam ao problema; 2) Realocação: novas casas para moradores que habitaram áreas de situação de risco de enchentes a partir de relatos de cidadãos que se mudaram e de órgão do governo; 3) Enchentes mais frequentes: pesquisadores que afirma que as cheias vão acontecer com mais frequência; 4) Estudos aprofundados: pesquisador afirma que os rios devem ser estudados de forma mais completa; 5) Problemas ambientais: pesquisadores e morador afirmando que é preciso cuidar do meio ambiente.

De fato, há um foco expressivo em histórias de moradores de regiões em situações de risco no Acre quando se analisa os discursos sobre a adaptação de pessoas que ainda habitam as áreas de risco e a realocação de moradores para um novo conjunto de moradias. São sete fontes diferentes que representam o discurso de moradores que passam ou passaram por momentos difíceis em relação às enchentes tidas como constantes em algumas regiões de Rio Branco, capital do estado. Todas essas sete fontes foram classificadas como “primárias” que, de acordo com Schmitz (2011, p. 24), fornece “[...] diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões, números, por estar próxima ou na origem da informação”. Outra classificação identificada nessas sete fontes foi o pertencimento ao grupo “popular”, identificadas como aquele tipo de fonte que se manifesta “[...] por si mesmo, geralmente, uma pessoa comum, que não fala por uma organização ou grupo social. Enquanto testemunha, enquadra-se em outro tipo, por não defender uma causa própria” (SCHMITZ, 2011, p. 25). Sob o critério da forma de ação dessas fontes, defende-se a classificação de todas como “passivas”, ou seja, que se manifestam somente “[...] quando consultadas por repórteres, fornecendo estritamente as informações solicitadas”. Quanto à qualificação, entende-se que as fontes populares são “fidedignas” principalmente pela “[...] posição social, inserção ou proximidade ao fato”. Não são fontes que mantêm um histórico de relacionamento com a imprensa e por isso não podem ser classificadas como “confiáveis”.

As sete fontes populares identificadas acima podem ser divididas em dois grupos com diferentes histórias. Um dos grupos de moradores, composto por duas das sete fontes populares, apresenta o ponto de vista daqueles cidadãos que foram contemplados e se mudaram para uma casa no conjunto Cidade do Povo, empreendimento habitacional construído pelo governo do Acre, que tem uma parte destinada para populações que moram

em situação de risco. O outro grupo, composto por cinco das sete fontes populares, conta a perspectiva das pessoas que moram em alguma região de risco de enchente e não tem intensão de se mudar do local. Três delas inclusive foram identificadas na reportagem como moradores que se recusaram a ir morar no conjunto Cidade do Povo. O discurso deste segundo grupo dialoga com o texto descritivo disponibilizado logo abaixo do título da reportagem, “Populações do Acre enfrentam enchentes extremas e se adaptam às mudanças climáticas” pois são moradores que apresentam características de adaptação aos problemas de enchente.

Complementar a estes argumentos percebidos a partir das fontes populares está a ideia apresentada por uma das duas fontes identificadas como “oficiais” por terem vínculo direto com órgãos do estado do Acre. O Departamento Social da Secretaria de Estado de Habilitação do Acre (Sehab), apresentado na reportagem a partir da entrevista com a assistente social Nyanne Braga, defende e é responsável pela realocação de famílias para o conjunto de moradias Cidade do Povo, reforçando o discurso número dois, sobre realocação, mencionado anteriormente. Por esta atuação próxima ao fato da transferência das famílias que moram em áreas de situação de risco, esta fonte também foi classificada como “primária”, já que está “[...] próxima ou na origem da informação” (SCHMITZ, 2011, p. 24) e por apresentar uma das versões da história. A entrevista com a assistente social também foi classificada como “passiva”, por entender-se que as informações dispostas na reportagem só foram relatadas a partir da solicitação da repórter.

Outro discurso identificado é a confirmação de uma frequência cada vez maior de enchentes na região. Para isso, o texto utiliza-se de fontes “secundárias” para repercutir outros argumentos do texto. São fontes que não estão ligadas diretamente com o problema ou o fato reportado, tendo por objetivo interpretar, analisar ou complementar a “[...] matéria jornalística, produzida a partir de uma fonte primária” (SCHMITZ, 2011, p. 24). As três pessoas mencionadas na reportagem para a abordagem deste argumento sobre o aumento do número de enchentes são vinculadas a universidades ou órgãos do governo. Em primeiro lugar a reportagem traz a opinião do pesquisador Foster Brown, da Universidade Federal do Acre (Ufac), classificado aqui como uma fonte “especializada” por tratar-se de uma “[...] pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido” (SCHMITZ, 2011, p. 26). Outro pesquisador, identificado como Bruce Forsberg, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), foi classificado como uma fonte “oficial” devido ao vínculo que o Inpa tem com o governo federal. Mesmo podendo ter um notório saber na área, acredita-se que o vínculo com um órgão público representa mais força neste caso. Schmitz (2011, p. 25), afirma que as fontes oficiais são

caracterizadas por alguém “[...] em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado [...]”. Bruce Forsberg também foi classificado “passiva”, por ter sido abordado pela repórter. Vera Reis, diretora da Unidade de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico do Acre, projeto do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre, é classificada de acordo com os mesmos critérios adotados para Bruce Forsberg. A diretora da Unidade de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico também tem vínculo com o governo e, por isso, é categorizada como uma fonte “oficial” e “passiva” - por ter sido abordada pela reportagem.

Para tratar do quarto discurso detectado por esta análise, em que os rios devem ser estudados de forma mais completa, a reportagem dedica um intertítulo inteiro e apenas uma fonte para o assunto. Waldemir Lima dos Santos é coordenador do Laboratório de Geomorfologia e Sedimentologia da Universidade Federal do Acre (Ufac) e foi classificado como uma fonte identificada na categoria “secundária”, por ser utilizada para contextualizar e interpretar o fato principal da reportagem jornalística do InfoAmazonia – o problema das enchentes – e pertencente ao grupo de fontes “especializadas”, por tratar-se de uma pessoa de saber específico consultada pelo jornalista para buscar “[...] informações secundárias ou complementares, notadamente em situação de risco ou conflito, na cobertura de temas complexos ou confusos e no jornalismo científico” (SCHMITZ, 2011, p. 26). Por fim, quanto ao tipo de ação, Wagner se enquadra na categoria “passiva” por ter revelado as informações, assim como todas as outras fontes citadas anteriormente, depois de questionado pela reportagem.

O último argumento identificado no texto, sobre o cuidado com a natureza e preservação ambiental, apresenta fontes que já haviam sido citadas em outros pontos da reportagem. Os dois pesquisadores, Foster Brown e Bruce Forsberg, e o morador identificado como Otacílio Augusto de Oliveira. As três fontes mencionadas reforçam um discurso sobre a necessidade de cuidados ambientais em um âmbito social e internacional. Os pesquisadores comentam sobre, por exemplo, a redução da emissão de gases que contribuem com o efeito estufa e estabelecem uma relação direta com os problemas que o desmatamento causa à região Amazônica. Otacílio Augusto de Oliveira, por outro lado, defende que é preciso preservar os rios e a natureza, e que cada um deve fazer a sua parte.

Ao final de toda a análise, percebe-se como a reportagem “Histórias de uma Amazônia Alagada” desenvolve o que foi proposto no título e estabelece uma forma de apresentar pontos de vistas de populações locais que enfrentam, na prática, os problemas consequentes ao desmatamento e a falta de cuidado ambiental. A conclusão se dá pela

constatação da quantidade de fontes apresentadas que são classificadas principalmente como “primárias” – têm relação direta com os fatos e problemas reportados –, e “populares” – identificado como a vítima e aquele que se manifesta por si mesmo. Das doze fontes utilizadas pela reportagem, sete têm as características descritas acima.

Outro ponto que vale destaque é a conclusão evidenciada pela reportagem ao final do texto, trazendo pontos de vistas diferentes sobre a necessidade de preservação do bioma da região Amazônica e a responsabilidade de outros países neste processo. O assunto é abordado praticamente como uma síntese por dois conjuntos diferentes de fontes que ainda não haviam dialogado no decorrer de todo o texto: as fontes “especializadas”, representadas pelos pesquisadores com notório saber, e as “populares, representadas por um dos moradores que conta estar planejando fundar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. Este último argumento de preservação ambiental presente na reportagem do InfoAmazonia também demonstra uma conexão deste tipo de produto da iniciativa autodenominada independente, a reportagem textual, com o conjunto de mapas e dados, tidos como os principais trabalhos desenvolvidos pela organização. Percebe-se que ambos os tipos compartilham critérios de noticiabilidade similares e que se complementam em diferentes aspectos, de certa forma representando a mudança de valores do InfoAmazonia conforme relatado por Gustavo Faleiros.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as noções de independência defendidas por iniciativas autodenominadas independentes é um percurso notavelmente complexo. O trajeto desenvolvido por esta pesquisa buscou abordar diferentes perspectivas para, ao final, chegar em uma visão mais clara sobre as possibilidades de se praticar a independência. O resultado parece encontrar uma confirmação na característica independente das duas iniciativas estudadas aqui. Tanto Amazônia Real como InfoAmazonia representam, cada um à sua maneira, esforços de independência em jornalismo e se distanciam de alguma forma dos modelos tradicionais de notícias consolidados nos séculos XIX e XX. Os dois objetos também evidenciam particularidades em um cenário cada vez maior de empreendimentos com objetivos similares, reforçando a importância de pesquisas que busquem entender o fenômeno olhando para outras iniciativas com diferentes particularidades.

Antes das particularidades, porém, há um cenário comum ao campo jornalístico e que dá base ao surgimento de qualquer iniciativa autodenominada independente. As tensões no campo, decorrentes aparentemente das recentes tecnologias digitais aprimoradas no início do século XXI, reconfiguram o mercado, a rotina profissional e dão espaço aos novos empreendimentos. O resgate teórico e análise mais detalhada, porém, potencializam novas discussões para o entendimento dessas reconfigurações. Primeiro constata-se que as tensões no campo são recorrentes e acompanham a profissão desde o surgimento. Em segundo estão, junto com essas tensões históricas e atuais, a precarização constante dos profissionais. A decisão de fundar uma iniciativa autodenominada independente parece, então, surgir a partir de um fundamento de uma necessidade de sobrevivência, de encontrar uma maneira de praticar a profissão, e receber recursos para isso, longe das dinâmicas de redações ou empresas tradicionais.

A demissão é um desses pontos de tensão. O acúmulo de funções e as proximidades cada vez maiores entre departamentos comerciais e de reportagem, também parecem aumentar a insatisfação do profissional que fica limitado com novas exigências e não consegue concretizar princípios deontológicos do jornalismo. Percebe-se, assim, que as reconfigurações vão além de simples alterações tecnológicas. Há uma nova dinâmica no mercado que se encontra desestabilizado nos diferentes pilares que o sustentam. O alto número de veículos e meios de informação transformam a antiga concorrência em hiperconcorrência e os recursos advindos da publicidade para as empresas tradicionais de jornalismo não mais sustentam a estrutura organizacional que dava resultados no século

passado. A contínua busca por lucros incentiva a otimização de custos resultando em demissões de profissionais e acúmulo de funções para aqueles que conseguem permanecer.

Esta crise comercial também pode ser observada pela perspectiva de uma crise institucional e de credibilidade. Os ideais de lucro que orientam os veículos tradicionais passam a ser questionados, configurando uma nova exigência para a perspectiva de resolução dos problemas que acompanham a crise. O jornalismo, então, parece ter a oportunidade de encontrar novos modelos sustentáveis fora da lógica empresarial que o estruturou. É a proposta defendida por Mick e Tavares (2017) de que a superação da crise envolve ações que resultem menos em buscar modelos de rentabilidade e mais em recriar bases que fortaleçam as relações entre jornalistas e públicos.

O contexto que surge dessas reflexões de busca de credibilidade, mais do que encontrar novas formas de rentabilidade, passa pelas noções de governança em que o objetivo é tornar o processo de produção de notícias mais transparente e em diálogo com o público que, ao perceber os interesses escusos que carregam o jornalismo regido por lógicas comerciais, sente-se desconfiado e não representado. As diferentes dimensões da governança, então, resgatadas de conceitos trabalhados por Mick e Tavares (2017), permitem enxergar um cenário em que se torna possível a configuração de iniciativas autodenominadas independentes. Pela governança de gestão, procura-se encontrar uma forma de constituir uma organização jornalística fora da dinâmica empresarial e de busca por lucros. Com a governança de sustentabilidade, o objetivo é desenvolver diferentes formas de captar recursos, que não aqueles vinculados a empresas ou órgãos públicos que possam interferir em decisões editoriais. A governança editorial busca aproximar a rotina jornalística de técnicas que permitam uma autonomia do profissional para praticar a profissão de forma a respeitar as definições deontológicas e mais conectadas à sociedade. O quarto aspecto, não considerado para este trabalho, é a governança de engajamento e circulação, que divide com o público a distribuição das informações e, consequentemente, uma confiança maior por parte dos leitores.

Mesmo com este cenário de reconfigurações positivo para o surgimento e manutenção de iniciativas autodenominadas independentes, considerou-se fundamental uma análise mais criteriosa das noções de independência defendidos pelos empreendimentos. Assim, a entrevista com os profissionais responsáveis pela fundação das iniciativas Amazônia Real e InfoAmazonia conferiu uma nova perspectiva para a viabilização da relativização e possível confirmação dos conceitos teóricos elencados e dos objetivos e hipóteses que nortearam o trajeto de pesquisa. Em primeiro lugar a trajetória dos profissionais relatada pelas

entrevistas reforça as particularidades de cada uma das iniciativas. A carreira de cada um deles – Kátia Brasil, Elaíze Farias e Gustavo Faleiros - evidencia tensões do campo jornalístico que culminam em diferentes trajetórias e, por fim, projetos distintos de iniciativas autodenominadas independentes.

Kátia Brasil e Elaíze Farias parecem dividir as mesmas impressões e compartilham isso para a consolidação de valores que orientam a Amazônia Real. Primeiro percebe-se uma relativização de algumas tensões do campo em virtude da possibilidade de exercerem a profissão da maneira que consideravam coerente. A insatisfação com salário, o alto nível de exigência e o acúmulo de funções são colocados em segundo plano enquanto vislumbra-se a produção de reportagens que abordavam os aspectos de populações locais ou outros assuntos relacionados à região Amazônica. Depois as duas profissionais relatam experiências relacionadas à falta de autonomia dentro das redações em que atuaram anteriormente. Apesar de ambas afirmarem que tinham liberdade para propor e abordar os assuntos que quisessem, a partir do enquadramento que considerassem mais coerente, percebe-se que a rotina profissional acelerada e com cada vez mais exigências impediam a concretização de determinadas reportagens. Mais do que um cerceamento editorial por parte de interesses dos veículos, nota-se que os obstáculos surgiam mesmo é no processo de produção e construção de conteúdo que uma proposta de pauta percorria dentro da redação. As decisões envolviam, principalmente, questões relacionadas a orçamento e tempo de produção.

Estas vivências na profissão acabam influenciando diretamente o modo como a Amazônia Real é planejada. No princípio das conversas sobre a criação da iniciativa já existe a preocupação em se conquistar uma governança de gestão aliada à governança de sustentabilidade, pois as jornalistas buscam criar um empreendimento que não receba recursos de empresas locais de Manaus e de órgãos públicos. Esta preocupação, porém, tem como foco principal a conquista de mais autonomia profissional para a abordagem das pautas que tentavam produzir nas redações anteriores, mas não recebiam autorização por limitações organizacionais – falta de tempo ou de recurso. A Amazônia Real, então, funciona como uma forma de concretizar a minimização de tensões que enfrentaram nas trajetórias particulares. Aqui encontra-se o primeiro argumento de confirmação da hipótese estabelecida para este trabalho que afirma que nessa conjectura de crise do modelo de gestão de sustentabilidade do paradigma informativo configurado nos veículos de comunicação, jornalistas buscam autonomia profissional e econômica na criação de iniciativas autodenominadas independentes. E essa autonomia, quando alcançada, fortalece o conceito de independência desses empreendimentos.

As tensões, porém, são minimizadas e não extintas. A realidade diária da iniciativa autodenominada independente Amazônia Real revela a perpetuação de práticas e rotinas comuns nos veículos tradicionais. A constatação disso coloca a independência defendida pela organização sob suspeita, já que as ações corroboram com, por exemplo, a precarização da mão de obra – ao contratarem profissionais de uma maneira a não criar vínculos empregatícios – e repetirem uma rotina exaustiva e de acúmulo de funções. Mesmo tendo uma governança de sustentabilidade - recebendo recursos que viabilizam o funcionamento da iniciativa –, governança de gestão – não sofrendo interferências editoriais – e governança editorial – tendo liberdade de escolha, tempo e espaço de apuração de pautas, critérios de noticiabilidade e fontes – a repetição de um contexto comum àquele vivenciado nas redações tradicionais pode prejudicar o possível distanciamento dos discursos hegemônicos, como pontua Hall *et al* (1999).

Reflexões similares podem ser feitas com as percepções a partir dos relatos de Gustavo Faleiros. Diferentemente das fundadoras da Amazônia Real, Gustavo não enfrentou a demissão. Mesmo assim, a trajetória do jornalista foi acompanhada por tensões, outros tipos, que definiram os direcionamentos do InfoAmazonia. A principal tensão do campo jornalístico experimentada por Gustavo Faleiros teve relação principalmente com tensões internas na redação, como a busca por prestígio, reconhecimento e especialização em determinado eixo temático. É desse eixo temático, inclusive, que o maior foco do InfoAmazonia surge – que consiste em projetos de georreferenciamento sobre problemas ambientais na Amazônia.

O conhecimento de tecnologia e produção de conteúdo exclusivo sobre a Amazônia trouxe diferentes oportunidades de financiamento para o projeto de Gustavo Faleiro desde o princípio, possibilitando a continuidade e o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos durante a trajetória profissional dentro dos veículos por qual passou – outro argumento que permite a confirmação da hipótese de que os profissionais buscam autonomia profissional e econômica na criação de iniciativas autodenominadas independentes. É notável, também, a facilidade que o InfoAmazonia teve para conseguir recursos de organizações internacionais e, conseqüentemente, garantir uma governança de sustentabilidade e de gestão nos primeiros meses de vida. A iniciativa concentrava-se em desenhar projetos e buscar apoio para a viabilização dos mesmos. Os recursos, então, possibilitavam uma equipe maior que podia se concentrar na execução dos projetos da maneira como Gustavo e outros profissionais definiam o enquadramento. Apesar de alguns esforços na produção de reportagens em texto, os principais produtos desenvolvidos pelo InfoAmazonia consistiam em projetos especiais de mapas e dados sobre informações pertinentes aos problemas da Amazônia.

O problema, evidenciado a partir de uma reflexão recente do fundador, é que essas informações geradas a partir dos projetos especiais do InfoAmazonia contribuíam apenas para o fortalecimento de visões hegemônicas sobre a Amazônia. O jornalista acredita que, apesar de um trabalho de extrema importância, o momento atual do projeto deve ser direcionado para abordar problemas e soluções que, de fato, façam diferença na vida das populações locais. A mudança de perspectiva de Gustavo reforça que os critérios para a aferição de uma independência devem ir além das percepções das dimensões de governança – que é o contexto em que as iniciativas autodenominadas independentes se configuram. No caso do InfoAmazonia, havia uma governança de gestão, de sustentabilidade e editorial – pois o profissional acreditava estar realizando um trabalho com um cunho de impacto social -, mas o discurso final veiculado pelos produtos da iniciativa parecia corroborar com visões tradicionais a respeito Amazônia. Assim como na Amazônia Real, a detecção de critérios de governança não dá conta de aferir a independência do InfoAmazonia. São noções imprescindíveis sim na orientação de fundação das iniciativas autodenominadas independentes, mas é necessário considerar-se outros aspectos que podem contribuir com a confirmação da independência praticada por estes empreendimentos.

A solução encontrada por esta pesquisa, sob orientação de uma das hipóteses estabelecidas na introdução, buscou analisar produtos das iniciativas autodenominadas independentes. No caso da Amazônia Real as duas reportagens analisadas e sistematizadas trazem de forma clara o distanciamento de discursos hegemônicos. É a partir da liberdade de escolha de fontes, valores notícia e enquadramentos que se percebem os critérios de noticiabilidade da iniciativa e, conseqüentemente, confirmam a governança editorial praticada e priorizada pela Amazônia Real – dar voz a populações locais que não têm espaço nas mídias tradicionais. Dimensão de governança que só é possível a partir da governança de gestão e de sustentabilidade conquistada.

A análise dos produtos do InfoAmazonia tem um resultado que deixa claro o momento de transição vivido pela iniciativa. Na sistematização dos mapas gerados a partir dos dados trabalhados pelo site, percebe-se a presença massiva de informações a respeito de problemas como desmatamento, mineração, violência contra indígenas e a construção de hidrelétricas na região. São todos dados que corroboram com a noção de agressões à floresta Amazônica como elemento fundamental para a manutenção do bioma do planeta e, conseqüentemente, com as noções de internacionalização da região. É o próprio Gustavo Faleiros quem reconhece isso, apesar de considerar, também, a importância desse tipo de trabalho para a sociedade. O foco agora é outro, e isso fica evidente na análise e

sistematização do segundo produto do InfoAmazonia. Nele constata-se a presença de critérios de noticiabilidade que dão espaço a populações locais da Amazônia e caracterizam um distanciamento de discursos hegemônicos, ao mesmo tempo que também é perceptível a transição de valores de noticiabilidade entre os mapas e dados, primeiro objeto, e a reportagem, segundo objeto.

Interessante constatar a distância ou proximidade que os diferentes profissionais abordados por esta pesquisa têm, ou tinham, com a região Amazônica. Kátia Brasil e Elaíze Farias já cobriam, e continuam cobrindo, parte da região há algum tempo. As experiências anteriores, dentro do estado do Amazonas, agregaram conhecimento sobre a complexidade da Amazônia que ambas desenvolveram ainda mais dentro da Amazonia Real. Gustavo Faleiros teve uma realidade limitada à região Sudeste do Brasil, cobrindo a Amazônia ou temas sobre a região – meio ambiente, água e sustentabilidade - em redações que estavam distantes do local - São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Essa distância percebida na trajetória do jornalista pode ser um fator que intensifica a mudança no discurso do InfoAmazonia com as recentes transformações da iniciativa. Depois de ir a campo e se familiarizar com a região Amazônica, inclusive estabelecendo parcerias com veículos de países fronteiriços, Gustavo Faleiros altera a percepção sobre a Amazônia e as populações locais.

As constatações relacionadas nestes últimos parágrafos permitem a confirmação da terceira hipótese desta dissertação, de que uma das formas de se buscar independência é na avaliação da noticiabilidade do conteúdo jornalístico produzido pelas iniciativas autodenominadas independentes, perpassando pela escolha das fontes, valor notícia e critérios de noticiabilidade, que se distanciam das lógicas adotadas dos meios tradicionais.

Há uma outra particularidade que contribui para a noção da complexidade da questão da independência, ou da relativização das iniciativas que se autodenominam independentes. A escolha de objetos com escopo temático na Amazônia cria tensões ainda maiores ao termo independência utilizado pela Amazonia Real e InfoAmazonia, já que é grande o interesse pelo território brasileiro, e de outros oito países. Os avanços nacionais para a ocupação da área, constantes desde a metade do século passado, sensibilizam e potencializam a ação de organizações internacionais e, ao mesmo tempo, tornam muito mais fácil o financiamento de iniciativas digitais de jornalismo autodenominadas independentes que se propõem a cobrir a Amazônia. A distância ou proximidade são, mais uma vez, elementos a serem considerados nesta relação de atuações e interesses. Distantes da região, é o discurso hegemônico que parecer ser o mais próximo. Ao vivenciar o contexto e aproximar-se do local, acessando a

história e os povos, há uma outra percepção que pode provocar um distanciamento do discurso hegemônico.

A abordagem com a Fundação Ford procurou abordar essas nuances e as relações estabelecidas com as iniciativas financiadas por ela assim como orientar a investigação da segunda hipótese definida para esta pesquisa, de que os sites de jornalismo digital autodenominados independentes com escopo na Amazônia estão inseridos em um contexto político e econômico complexo que desperta interesse de financiamento e apoio de organizações nacionais e estrangeiras, limitando, assim, a característica independente dessas iniciativas. Como tanto a Amazônia Real, de forma direta, e InfoAmazonia, de forma indireta, recebem recursos desta organização, julgou-se necessário entender os interesses e as possíveis orientações ou critérios estabelecidos para a liberação do dinheiro.

A principal percepção obtida pela entrevista com uma das profissionais responsáveis pelas escolhas de projetos que são financiados revelou que, mesmo financiando iniciativas inseridas num complexo sistema de interesses que é a Amazônia, não parece haver uma limitação das características independentes da Amazônia Real e do InfoAmazonia. Ao contrário. A constatação é de que em diferentes aspectos há uma relação da Fundação Ford que contribuiu com as dimensões de governança de gestão – por exigir que as iniciativas sejam formatadas em modelos sem fins lucrativos -, governança de sustentabilidade – por fornecer recursos e, também, permitir que as iniciativas busquem outras formas de captação financeira – e governança editorial – por aceitar iniciativas que tenham papel ativo na ampliação da pluralidade de visões de populações e problemas locais da região Amazônica, orientação que possibilita que InfoAmazonia e Amazônia Real exerçam os enquadramentos noticiosos e escolha de fontes que contribuem para a divulgação de critérios de noticiabilidade que consideram pertinentes.

Outro movimento interessante que tem relação com a Fundação Ford, Amazônia Real e InfoAmazonia – e que também reforça as dimensões de governança de gestão, editorial e de sustentabilidade das iniciativas – é o conceito de incubação. Em um primeiro momento, detecta-se este novo tipo de relação a partir da entrevista com Gustavo Faleiros, fundador do InfoAmazonia, que afirma estar recebendo recursos da Amazônia Real para a execução de um projeto. Posteriormente, na entrevista com a profissional da Fundação Ford, entende-se que a lógica de incubação é bem aceita e incentivada pela organização. As iniciativas que recebem algum tipo de financiamento da Ford são encorajadas a realizarem propostas de financiamento de outras iniciativas. Para Graciela Selaimen, na visão da Fundação Ford, o modelo de incubação dá oportunidade para que novos empreendimentos possam ser testados e orientados

por profissionais que já têm uma trajetória no segmento de iniciativas independentes. Esta visão a partir da possibilidade de incubação, em que um ajuda o outro, é fundamental para o entendimento de uma relação que existe fora da lógica comercial de empresas de jornalismo tradicionais. Embora Amazônia Real e InfoAmazonia tenham o mesmo escopo, elas não competem e, quando há a oportunidade, unem-se para a produção de projetos que dividam interesses em comum.

Essa autonomia concedida pela Fundação Ford parece relativizar os possíveis interesses que uma organização internacional possa ter com a região Amazônica. De fato, o discurso percebido a partir do relato da profissional da Fundação Ford encontra fundamento na preocupação de Campello (2013), de que existem organizações internacionais que se aproximam da Amazônia com interesses disfarçados na promoção de direitos humanos. Mas, observando as formas como a relação com as iniciativas autodenominadas independentes ocorrem, sem contrapartidas editoriais ou de gestão, a atuação da Fundação Ford parece funcionar mais próxima a defesa de Kolk (1996) – de que os interesses nacionais na Amazônia causam grande impacto à região e somente a interferência de ações internacionais podem ajudar no processo de preservação e garantia dos direitos humanos da população local. A julgar pelas recentes decisões tomadas pelo governo federal, como a extinção de uma área de reserva na Amazônia¹²⁵ de 46.450 km², as ações promovidas a partir do financiamento da Fundação Ford parecem ter reflexos positivos para a região. O financiamento de outros projetos, não jornalísticos, pela Fundação Ford na região há algum tempo, demonstra também um conhecimento do local, as demandas e contexto que podem contribuir para uma fiscalização.

Conclui-se que as iniciativas autodenominadas independentes analisadas por este trabalho não representam uma totalidade que pode ser identificada em outras iniciativas fundadas no Brasil. Cada uma tem sua particularidade e é preciso reconhecer que ambas estão em percurso. Desde a fundação até hoje testaram modelos que não deram certo, deixando claro que mesmo distante de lógicas comerciais, tensões ainda persistem e contribuem para o aprimoramento gradual desses empreendimentos. E é desses aprimoramentos que resultam compreensões fundamentais para a materialização de uma certa independência por parte delas.

¹²⁵ Notícia disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/08/1912465-temer-extingue-reserva-na-amazonia-para-ampliar-exploracao-mineral.shtml>>. Último acesso em 04/11/2016.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L.; BARSOTTI, A. O jornalista como mobilizador da audiência na internet. In: MOURA, D.; PEREIRA, F.; ADGHIRNI, Z. **Mudanças e permanências do jornalismo**. Florianópolis: Insular. 2015.
- ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais - Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Brasília: UNB, 2002. 826p. Tese (Doutorado) - Desenvolvimento Sustentável Gestão e Política Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. O jornalismo pós-industrial – adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 5, ano 2, jun. 2013.
- ANTIQUERA, D. C. **A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em Organização Internacional (1978-2002)**. Campinas: UNICAMP, 2006. 203p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano 2, n. 5, 1999.
- BARBOSA, S.; DA SILVA, F. F.; NOGUEIRA, L. Análise da convergência de conteúdos em produtos jornalísticos com presença multiplataforma. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano - UFF**. n. 2, junho 2013.
- BARSOTTI, A. **Jornalista em mutação - do cão de guarda ao mobilizador de audiência**. Florianópolis: Insular. 2014.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- BENSON, R. Are foundations the solution to the American journalistic crisis? **NYU Department of Media, Culture, and Communication**. Media Ownership Project Working Paper 2016-001, March, 2016 Disponível em: <http://rodneybenenson.org/wp-content/uploads/Benson-Are-Foundations-the-Solution_-March-20161.pdf>.
- BENSON, R.; NEVEU, E. Introduction: Field Theory as a Work in Progress. **Bourdieu and Journalistic Field**. London/ Malden: Polity Press, 2005. p. 1-25.
- BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, mai./ago. 2005.
- BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011.

_____. **A Theory of Governance**. Berkeley, University of California: GAIA Books, 2013.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BRASIL, K. **Entrevista em conjunto com Kátia Brasil e Elaíze Farias, fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real**. [abr. 2016]. Entrevistador: Gustavo Panacioni Ribas. Curitiba, 2016. 1 arquivo .mp3 (56 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

_____. **Entrevista individual com Kátia Brasil, uma das fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real**. [set. 2017]. Entrevistador: Gustavo Panacioni Ribas. Curitiba, 2017. 1 arquivo .mp3 (90 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

BURGOS, T. de L. Jornalismo em multiplataforma: sistematização de atributos de design da informação e usabilidade para plataformas web e *softwares* aplicativos. **Âncora -Revista Latino-Americana de Jornalismo**. João Pessoa, ano 3, vol. 3, n. 2, jul./dez. 2016.

CAGÉ, J. **Saving the media: capitalism, crowdfunding, and democracy**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2016.

CAMPELLO, M. A Questão Ambiental e a Nova Geopolítica das Nações: Impactos e Pressões sobre a Amazônia Brasileira. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 131-148, 2013.

CAÑETE, T. M. R.; AÑETE, V. R. Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos. **V ENANPPAS - Encontro Nacional da ANPPAS**, Florianópolis, 2010.

CHAMPAGNE, P. The “Double Dependency”: The Journalistic Field Between Politics and Markets. In: BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and the journalistic field**. Polity Press: Cambridge, 2005.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

DAMASCENO, J. P. T.; SILVA JÚNIOR, L. de O. e; FRANÇA, M. G. Integração regional e desenvolvimento sustentável: o desafio do Tratado de Cooperação Amazônica. **II SEAT - Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade**, Goiânia, 2011.

DEUZE, M.; WITSCHGE, T. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**. v. 4, n. 2, jul./dez. 2016.

DOWNIE, L. J.; SCHUDSON, M. **The Reconstruction of American Journalism**. New York: Columbia University, 2009.

ESTEVES, J. P. **A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas**. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

FALEIROS, G. **Primeira entrevista com Gustavo Faleiros, fundador da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente InfoAmazonia**. [set. 2016]. Entrevistador: Gustavo Panacioni Ribas. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo .mp3 (44 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

_____. **Segunda entrevista com Gustavo Faleiros, fundador da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente InfoAmazonia**. [set. 2017]. Entrevistador: Gustavo Panacioni Ribas. Curitiba, 2017. 1 arquivo .mp3 (80 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação.

FARIAS, E. **Entrevista em conjunto com Kátia Brasil e Elaíze Farias, fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real**. [abr. 2016]. Entrevistador: Gustavo Panacioni Ribas. Curitiba, 2016. 1 arquivo .mp3 (56 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

_____. **Entrevista individual com Elaíze Farias, uma das fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real**. [set. 2017]. Entrevistador: Gustavo Panacioni Ribas. Curitiba, 2017. 1 arquivo .mp3 (85 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

FELDMANN, A. F. Olhares sobre comunicação alternativa no Brasil: uma abordagem sobre mídia independentes, comunitárias e populares. **Leituras do Jornalismo**, São Paulo, n. 3, p. 38-48, jan./jun. 2015.

FONSECA, F. C. P. Mídia e democracia: falsas confluências. Dossiê Mídia e Política. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, 22, p. 13-24, 2004.

FREIRE, C. C.; TORQUATO, C. C. A.; COSTA, J. A. F. Juridificação internacional: análise do Tratado de Cooperação Amazônica em face dos desafios ambientais internacionais. **XV CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito**, Manaus, 2006.

GADINI, S. Crise de modelos, adaptações tecnológicas e desafios do campo jornalístico. **Revista Contemporânea**, v.12, n.1, 2014. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/9808/7545>>.

GANS, H. J. **Deciding What's News – A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. New York: Vintage Books Edition, 1980.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera públicas: investigações quanto a categoria de uma sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 1984.

HALL, S. *et al.* A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Portugal: Lisboa Vega, 1999.

HALLIN, D. C., MANCINI, P. **Comparing Media Systems**. Three Models of Media and Politics. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2004.

HECK, E.; LEOBENS, F.; CARVALHO, P. D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p.123-142.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Bontempo, 2002.

KARAM, F. J. C. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KOLK, A. **Forests in International Environmental Politics - International Organizations, NGOs and the Brazilian Amazon**. Holanda: International Books, 1996.

LAGE, N. **Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEITE, A. T. B. **Profissionais da mídia em São Paulo: Um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo**. São Carlos: UFSCar, 2015. 232p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, mai./ago. 2005.

LIMA, R. C. O que é infografia jornalística. **Revista Brasileira de Design da Informação**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2005.

LIMA, V. “Comunicação e política”. In: DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, W. T. de; SILVA, I. O. da; SOUSA, L. F. Breve retrospectiva das estratégias geopolíticas de incorporação territorial da Amazônia brasileira. **RA'E GA**, Curitiba, n. 24, p. 18-37, 2012.

LIMA JUNIOR, W. T. “Era do Big Data” impulsiona o desenvolvimento do jornalismo Computacional. pp. 51-72. In: D’ANDRÉA, Carlos; e LONGHI, Raquel. (org.) **Jornalismo convergente. Reflexões, apropriações, experiências**. Florianópolis: Insular, 2012.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LORENZ, M. Personalização: Análise aos 6 graus. In: CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

MAIO, M. C.; OLIVEIRA, N. da S. O projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as Ciências Sociais no contexto do Desenvolvimento. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano X, n. 4, p. 59-70, 2009.

MARQUES DE MELO, J.; KUNSCH, W. L. (org). **De Belém a Bagé: imagens midiáticas do Natal brasileiro**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 1998.

MATTELART, A. **A sociedade do conhecimento e o controle da informação e da comunicação**. 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>>.

MCCHESNEY, R. W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, D. de (org.) **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. 5ª ed. São Paulo: Record, 2010.

MEDEIROS, R. A. L. Governo da natureza (parte II): a construção de uma Amazônia geopolítica. **Universitas JUS**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 143-161, 2016.

MEDINA, C. de A. **Entrevista - O Diálogo possível**. 4 ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2001.

MEYER, P. **Os jornais podem desaparecer?** São Paulo: Contexto, 2007.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do Jornalista Brasileiro. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, J.; TAVARES, L. M. A governança do jornalismo e alternativas para a crise. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 2, ago. 2017.

MORAES, D. de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, vol. IX, n. 2, may./ago. 2007.

_____. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, D. de (org.) **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. 5ªed. São Paulo: Record, 2010.

MOREIRA NETO, C. de A. **Índios da Amazônia - de maioria a minoria**. Petrópolis: Vozes, 1988.

NETO, M. **O Dilema da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PETRARCA, F. **"O jornalismo como profissão": recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRS, 2007. 308 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Teologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10761>>.

PEUCER, T. Os Relatos Jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-30, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070>>.

PIEDRA-CALDERÓN, A. F. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a consolidação do processo de integração sul-americana**. Porto Alegre: UFRS, 2007. 128p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAMOS, D. O; SPINELLI, E. M. Iniciativas de Jornalismo Independente no Brasil e Argentina. **Extraprensa**, São Paulo, ano IX, n. 17, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, F. A. de L.; GUARALDI, B. R. Novos modelos de negócio em jornalismo. **ComCiência**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Campinas: LabJor, 10 Abril de 2016.

ROCHA, P. M. O processo de profissionalização do Jornalismo no Brasil e seus embates ao longo do século XX e XXI. In: BONELLI, M. da G.; SIQUEIRA, W. L. (org). **Profissões Republicanas: experiências brasileiras no profissionalismo**. São Paulo: EdUFSCAR, 2016.

RODRIGUES, A. D. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>.

RUELLAN, D. Corte e costura do jornalismo. **Líbero**. São Paulo, ano IX, n. 18, dez. 2006.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SALAVERRÍA, R. Multimedialidade: Informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, J. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

SCHMIDT, C. Folkcomunicação: conceitos pertinentes ao campo de estudo. In: SCHMIDT, C. (org.). **Folkcomunicação na arena global: avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo: Ductor, 2006.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUDSON, M. Autonomy from What? In: BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and the journalistic field**. Polity Press: Cambridge, 2005.

_____. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SELAIMEN, G. **Entrevista com Graciela Barone Selaimen, program officer da Fundação Ford no Brasil**. [set. 2017]. Entrevistador: Gustavo Panacioni Ribas. Curitiba, 2017. 1 arquivo .mp3 (34 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

SHOEMAKER, P.; VOS, T. P. **Teoria do Gatekeeping- seleção e construção da notícia**. Porto Alegre: Penso. 2011.

SILVA, G. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, São Paulo, v. 3, n. 1, ago./dez. 2009.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: FERNANDO, M. L.; SILVA, G.; SILVA, M. P. da. **Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, M. da R. **Tensões entre o alternativo e convencional: Organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2017. 396p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

TRÄSEL, M. Jornalismo Guiado por Dados: relações da cultura hacker com a cultura jornalística. **XXII Encontro Anual da Compós**, 2013, Bahia. Disponível em: <http://www.academia.edu/3136931/JORNALISMO_GUIADO_POR_DADOS_relacoes_da_cultura_hacker_com_a_cultura_jornalistica>.

XAVIER, A. C. R. Alternativas para o financiamento do jornalismo: *Crowdfunding* e a campanha Reportagem Pública. **12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2014, Santa Catarina. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/viewFile/3685/793>>.

WAHL-JORGENSEN, K. Is there a ‘postmodern turn’ in journalism?. In: BROERSMA, M.; PETERS, C. **Rethinking Journalism Again – Societal role and public relevance in a digital age**. Londres: Routledge, 2017.

WITSCHGE, T.; NYGREN, G. Journalism: A profession under pressure? **Journal of Media Business Studies**, 6 (1), 37–59, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Entrevista em conjunto com Kátia Brasil e Elaíze Farias, fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real

Como está sendo o trabalho com a Amazônia Real?

Kátia Brasil: Tudo é novo na verdade. É tudo muito novo. Ninguém sabe ainda qual é o modelo certo. Precisa ter muito pé no chão mesmo. Nós temos um trabalho muito de pesquisa, né. Nosso trabalho acaba sendo mais trabalhoso, mais profundo. Temos até que estudar determinadas coisas para saber como vai publicar determinados assuntos. Falando de Amazônia você chama a atenção. E o nosso público já espera alguma coisa profunda. Já não se satisfaz com uma matéria de 30 linhas, como eu costumava dizer. Ele quer mais alguma coisa. Então, a gente começa a insistir no assunto e vai buscando coisas que não saem na imprensa, no jornal geral. A gente demanda muito tempo mesmo. Muita elaboração. Investigação.

Vocês se consideram jornalistas investigativas?

Kátia Brasil: Não. A gente se considera como jornalista. Repórter, empreendedoras. Tem uma diferença um pouco do meu trabalho para o da Elaíze, porque eu já tinha uma "veiazinha" maldita do jornalismo investigativo há um tempo. Eu venho de uma escola que trabalhou muito isso. No meu trabalho que eu fiz na Folha, no Estadão. Fiz muita coisa relacionada a isso. Morei em Roraima em uma época muito difícil (invasão das terras dos índios Yanomami - até hoje ainda tem, mas na época era uma coisa absurda. Fiz matérias investigativas no decorrer da minha carreira.

Elaíze Farias: O que a gente faz é bastante matéria investigativa, não que a gente seja jornalista investigativo.

Kátia Brasil: Eu não me enquadrar nem em jornalista investigativa nem como jornalista ambiental. Eu digo que eu sou repórter. Que eu gosto de fuçar. Essa é minha característica. Eu gosto de me embrenhar no assunto e buscar realmente a verdade ou o que seja de um fato.

Elaíze Farias: E assim a gente estabeleceu alguns focos, alguns recortes, dentro da nossa agência. Então é isso que a gente está trabalhando. Na verdade, a gente está em construção ainda.

Kátia Brasil: Porque realmente tem alguns grupos que se colocam “eu sou jornalista investigativo”, “eu sou independente”, “eu sou jornalista ambiental”, e a gente na verdade faz

tudo isso aqui. O que a gente faz mesmo é jornalismo, e na sua amplitude, a reportagem. Que está em primeiro lugar.

O que veio antes? A Agência ou uma pauta que se desdobrou? Como isso foi planejado?

Kátia Brasil: Tudo surgiu aqui na Amazônia Real com a crise no jornalismo. Eu trabalhava na Folha, ela trabalhava no jornal A Crítica. Houve realmente um passaralho na Folha em 2013. Eu já trabalhava há 13 anos. Eu era correspondente, viajei um monte. Fiz muita coisa. No meu processo como repórter da Folha eu já vinha me desgastando. Um pouco de saco cheio, a verdade é essa, né? Primeiro o salário não estava bem. Eu já pedia o aumento de salário. A pressão era muito grande, a cobrança era muito grande. O jornal estava vivendo um momento muito assim. Inclusive teve uma reunião na Folha, um ano antes dessas demissões, que o editor chegou a falar que, chegou a se praticar isso de juntar o online com o impresso. E isso aí fez com que todos os jornalistas que estivessem dentro e fora da sede tivessem que trabalhar o dobro. Por exemplo. Eu cheguei a fazer matérias que eu tive que fotografar, fazer um vídeo, fazer a matéria. O jornal chegou a cobrar inclusive que nós tivéssemos com essas matérias prontas às 11 horas da manhã. Porque o jornal todo dia queria colocar no online, meio-dia, um fato novo. Tinha uma coisa assim mais ou menos. Não deu certo. Tudo bem de uma manchete, um furo ao meio-dia. O jornal estava naquela pegada de concorrer com o UOL, com o G1, os 500 milhões de acesso por dia, que em 2013, 2012, esse era o patamar do UOL, do G1, e a Folha queria entrar nessa concorrência. Então a gente teve uma grande reunião sobre isso. O jornal já estava com um clima pesado já, com o trabalho, porque era muita pressão mesmo. E isso aí fez com que a gente ficasse mais pressionado. Eu já amanhecia trabalhando, já dormia trabalhando, acordava trabalhando. Direto. E isso aí não deu certo. Mas essa questão do investimento no online, que eu acredito que eles fizeram muito, tentando ficar na liderança na internet, acabou não dando certo, né? Porque depois veio a crise, com a justificativa de que o problema é econômico, então... Bom. Se ele é econômico ou não, fomos vários jornalistas demitidos. Então eu fui nessa leva. Antes dessa demissão eu tinha estado, um mês antes, com o editor. Tínhamos conversado sobre várias possibilidades de pauta, até mesmo de viagem. E aí o que eu pensei: eu como tenho família no Rio, cheguei a pensar em ir embora. Não deslumbrei trabalhar em outro veículo aqui em Manaus porque eu já trabalhei há um tempo aqui nos jornais, sei como é a vida de jornalista aqui, da pressão política que é. E o que eu percebia no meu trabalho na Folha. Coisas relacionadas à Amazônia davam muito ibope quando existia uma grande cobertura, como por exemplo mortes em

conflito agrários, como há algum problema envolvendo a Belo Monte. Esses grandes temas, né? Mas as coisas dos personagens, as coisas que acontecem aqui e que a gente observa que isso pode dar um grande assunto, não tinha tanto interesse. Então muitas matérias que eu cheguei a pautar, ficavam na geladeira. E não havia interesse do editor em publicar. E tinha assuntos ótimos para se falar. Das pessoas, da cultura. E a Folha chegou a fazer uma pesquisa, que foi discutido isso inclusive naquela reunião, em que o paulista preferia saber da notícia de SP do que do Brasil. Inclusive nessa reunião estava uma repórter que perguntou “quer dizer então que a notícia do Piauí não interessa, o Brasil profundo não interessa?”. Porque na Folha toda matéria que passasse de Brasília, era o Brasil profundo. Todo mundo estava naquele bolo: Piauí, Amazônia, Maranhão. Na verdade, o Brasil profundo não é conhecido no Brasil. A Amazônia não é conhecida no Brasil. Então se a gente está aqui trabalhando, os caras com a maior estrutura aqui e enfim. Eu tenho que ficar fazendo matéria consolidada, tenho que ficar repercutindo. Eu cheguei a viajar até para Minas Gerais para cobrir o mensalão, cobri bem, dei furo lá e tudo. Mas a grande história aqui não era de interesse, né? E isso eu via demais, e isso me incomodava muito. Então, a Elaíze foi chamada junto, nós temos uma amiga em comum que é Liège Albuquerque, que trabalhou no Estadão também, mas nessa época em 2013 ela já estava fora da redação, já tinha sido demitida (não foi passarinho, foi uma demissão de outro aspecto, três anos antes). Ela é jornalista que trabalha na Câmara Municipal, nessa época ela era professora do estado, professora de jornalismo daqui de Manaus. Foi ela que teve a ideia, foi ela que me ligou inclusive no dia em que eu fui demitida. “Vamos fazer o seguinte? Agora que você foi demitida? Vamos fazer um site, eu, você e a Elaíze?”. Eu não era próxima da Elaíze, eu não tinha amizade. Conhecíamos de pauta, mas não éramos amigas. Eu falei que ia viajar, ia pensar e depois dava a resposta. Tirei férias, fui para o Rio e foi quando nós começamos uma conversa. Eu tive a ideia de falar: “Para a gente fazer, nós temos que fazer uma coisa sem ser informal. Eu quero abrir uma empresa. Se for para a gente fazer alguma coisa, tem que ser profissional. Eu posso abrir a empresa, inclusive a empresa foi aberta no meu nome, porque a Elaíze era funcionária pública e a Liège não queria assumir uma coisa dessa, que era incerta, era um tiro no escuro. Eu tinha um capital na época que eu tinha sido demitido da Folha. Vamos abrir uma empresa. Eu nunca tinha feito nada na vida relacionado a isso, nada de empresa. Então nós pedimos ajuda ao professor Rosental, da Universidade do Texas. Eu estava no Rio na ocasião que ele estava lá também, tive uma reunião com ele, trocamos ideia com ele inclusive, se era melhor a gente fazer um modelo de negócio já pegando publicidade, abrindo espaço publicitário. E o professor falou: “Vocês têm que abrir. Não interessa como vocês vão nesse momento, dinheiro para financiar.

Vocês têm que se mostrar. Porque só se mostrando é que as pessoas vão entender a lógica do trabalho de vocês e vocês vão saber se vão ter um retorno. Porque é muito difícil. Vocês vão vender texto? Ninguém está comprando mais texto”. Essa inclusive foi uma discussão que a gente teve. A gente pensou até em fazer assinatura.

Elaíze Farias: Tudo foi cogitado.

Kátia Brasil: Mas vamos vender texto para um leitor no Brasil com essa dificuldade em comprar conteúdo pela internet? Eu vejo o conteúdo que é vendido hoje no próprio UOL. O UOL está com um preço superbaixo. Eles são um portal, né? Tem um mega portal que tem N coisas lá e a gente começando do zero.

Elaíze Farias: Quem são essas, né?

Kátia Brasil: Então eu fui estudar. Fui lá para o SEBRAE, fui fazer um curso de empreendedorismo. Foi assim que começou.

Elaíze Farias: E a abertura de empresa, foi tudo a Kátia. A gente não teve contadora não. Tivemos ajuda de voluntários, mas ajuda de voluntários jornalistas, para apurar texto.

Kátia Brasil: A única experiência que eu tinha em contabilidade era a experiência que eu tinha da Folha de administrar o escritório, a minha prestação de contas que sempre era muito bem elogiada no final. Eu sempre tive essas coisas mais metódicas. Tudo é organizado com relação a essa parte de números. Mas eu fui lá aprender. Eu fiz três cursos básicos no SEBRAE. Duas sobre empreendedorismo - o que é empreendedorismo, como é ser empreendedor, como administrar os seus negócios e como lidar com as finanças. Eu não fiz o EMPRETEC ainda porque é um curso um pouco caro e também não tive mais disponibilidade. Cheguei a fazer o plano de negócios e ele não chegou a ser analisado porque a gente começou a seguir com as próprias pernas então acabei deixando isso, mas é uma coisa que eu ainda vou fazer. Mas nós fizemos um plano de negócios em que a professora me disse o seguinte: no primeiro ano vocês vão trabalhar muito, vocês vão investir também muito. No segundo ano vocês vão continuar investindo muito e no terceiro ano vocês podem começar a vislumbrar até o lucro. Mas e o serviço de vocês? Porque eu era a única dentro do curso que era jornalista e queria abrir uma agência de notícias. Os outros eram padeiro, cabeleireiro,

queriam abrir uma agência de turismo, tinha uma senhora que queria abrir um ateliê. Então cada um queria fazer alguma coisa. E eu era a pessoa mais diferente que tinha. Então a professora chegou para mim e disse: “você vão querer ter fins lucrativos ou sem fins lucrativos?”. Eu disse “olha a nossa ideia não é ter lucro, assim, nós não queremos ficar ricas com isso. Nós temos uma meta, nós temos uma missão”. E aí é onde entra a questão do jornalismo independente. Aqui na região amazônica o poder político e econômico é muito atrelado. Eu cheguei a vivenciar isso aqui porque eu trabalhei na TV Cultura aqui, cheguei a trabalhar no Amazonas Em Tempo, fui editora de economia. Então aqui, o que acontece, não sei se acontece também no PR, mas enfim. Há um cerceamento dentro das redações muito fortes. Jornalistas são cerceados, são impedidos de furar reportagens, os portais deixam ser derrubados porque vai interferir no político tal, no secretário, no governador. Eu, dentro da Folha tinha muita liberdade para falar sobre os assuntos da Amazônia. Eu tinha total liberdade o tempo todo que eu trabalhei. mas a Elaíze, por exemplo, já não teve. Eu aqui cheguei a trabalhar na TV Cultura e eu sofri isso na pele mesmo. Cheguei a fazer uma matéria sobre prostituição infantil, em que a fita que ia ser enviada para a TV Cultura de São Paulo, para a reportagem passar lá, sumiu. Simplesmente sumiu. Isso aconteceu em 2006. Gente que invadia o computador para ver o que eu estava apurando na redação. Então não adianta a gente fazer uma mídia independente se a gente vai receber dinheiro público do estado, da prefeitura, aqui não tem condições. Então nós procuramos o caminho mais difícil, mais áspero de seguir. Como captar recursos sendo um jornalismo independente, investigativo, dentro da Amazônia. É loucura. Nós precisamos de tecnologia, viagem nossa. Não ia dar certo. Então nós tivemos que fazer um modelo de negócio em que a gente pudesse procurar recursos fora daqui. Então nós começamos a procurar as organizações, batemos na porta de todo mundo. Primeiro nas empresas. Nos primeiros três meses, quatro meses, nós fizemos um levantamento de todas as empresas que a gente simpatizava e que tinha alguma relação com a sustentabilidade da Amazônia. Procuramos essas empresas e nenhuma apoiou. “Vocês estão começando, ninguém conhece”.

Nesse momento era só o planejamento ou vocês já tinham um produto?

Kátia Brasil: Eu fui demitida em 2013, de maio. Teve a grande manifestação em 2013. As três estavam sem emprego. Ninguém trabalhava. Aquela manifestação aqui deu 100 mil pessoas e deixou a gente empolgada. Nós temos que fazer alguma coisa porque nós estamos vendo coisas aqui que ninguém está dando. E aquilo fortaleceu muito a gente na questão da burocracia. E aí a gente passou a estudar. Julho e agosto foi só planejamento.

Elaíze Farias: E a gente começou a fazer matérias de gaveta também.

Kátia Brasil: Minha casa virou uma redação. A gente contou com muita ajuda de amigos voluntários. Nós convidamos todos aqueles colunistas lá no site que até hoje escrevem para a gente e não recebem nada. A gente foi começando a fazer matéria e guardar matéria. Aí de julho até mais ou menos agosto nós conseguimos abrir a empresa, conseguimos CNPJ. Conseguimos contador. Conseguimos ter uma voluntária que começou a fazer a parte de consultoria de marketing. A logomarca. Na verdade, foram pessoas amigas, próximas da gente. No dia 21 de outubro nós entramos no ar.

Elaíze Farias: Eu saí do jornal, fui demitida, também em passarálho. Fui demitida inclusive acho que um mês antes da Kátia. Final de março eu saí. Eu era do jornal A Crítica, nessa época eu estava como repórter especial do jornal, eu fazia matérias mais trabalhadas. Foi uma época muito boa que eu tive, uma oportunidade. Fui muito tempo da editoria de cidade. Eu adorava esse tipo de matéria. Matéria de cidade, de ônibus, de cheia. Matérias que é muito de coisa da Amazônia. Matéria de chuva, de mudança climática. A gente fazia de tudo. E passei um tempo trabalhando no portal A Crítica, na editoria de Amazônia. Eu sempre me identifiquei com a questão ambiental, povos indígenas, desmatamento, assuntos que a Kátia também atuou. Aí quando foi no final de março eu fui demitida do jornal. Um mês depois eu até ganhei um prêmio Embratel e eu achei interessante. Aí quando eu saí fiquei meio perdida. Eu também estava naquela mesma situação da Kátia, "onde é que eu vou trabalhar", "quem é que vai me chamar". Aqui uma alternativa em Manaus é como na maioria das outras cidades. Assessoria de imprensa, né? Assessoria de governo, ou de alguma empresa. Eu não queria nada disso. Eu fiquei um pouco chocada. Fiquei bastante triste com a minha saída. Em junho elas me chamaram e me falaram sobre a possibilidade de criar um site sobre a Amazônia, ou dos povos, que depois a gente foi construindo ao longo das nossas conversas. Aí chamada por elas eu achei muito legal. Eu sempre quis isso mas acho que eu nunca tinha formatado essa ideia. Nós éramos muito inexperientes nessa questão burocrática, administrativa. A gente não entendia muito bem.

Elaíze Farias: Aqui na imprensa local em Manaus, no estado da Amazônia, há uma forte interferência política nas reportagens mesmo. De deixar muitos jornalistas acuados. Na linha editorial também. Eu particularmente nunca fui muito. Eu era também ousada. As

matérias que eu fazia, sobre grandes projetos, grandes empreendimentos, e eu sempre tinha a pegada de ouvir as populações que raramente são ouvidas. Essa inclusive é a nossa cara também, né? Nossa marca. Seja ouvir povos indígenas, seja uma liderança quilombola, uma liderança ribeirinha. Qual é o impacto de um grande empreendimento que está chegando na área e nos grandes jornais não são falados. Até principalmente por interesses econômicos. A questão econômica acaba se sobressaindo à questão social e ambiental. E isso aí é pela linha editorial do jornal. E nesse caso um ou outro jornalista pulava esses obstáculos e no final faziam as matérias. E eu mesma, modéstia a parte, também era uma das que fazia isso. Não sei também se foi por causa disso que eu fui demitida. Há realmente esse problema de interferência. Há exemplos esdrúxulos no passado que o pessoal falava que o governador queria ler a matéria que estava sendo construída. Ligava um certo assessor para perguntar como é que estava saindo a matéria tal. Eu nunca deixei fazer isso comigo, porque aí eu jamais ia aceitar uma coisa dessas. Mas a gente tinha que trabalhar com muito cuidado, para não mexer muito. Sempre tive medo de uma matéria cair. Porque eu já vi colegas meus fazendo grandes reportagens, matérias importantíssimas, caderno pronto, já fechado, e não saiu, não foi rodado. Na Amazônia Real isso não vai acontecer. Vamos escrever tudo o que a gente não conseguiu escrever na grande mídia. No início nós tínhamos essa forma bonita, idealista, lúdica até. Claro que não foi assim. Foi muito difícil, sobretudo pela questão da sustentabilidade. A gente iniciou com os nossos próprios recursos. Paralelamente a gente precisava se sustentar, claro. A Kátia tinha a organização dela, mas por um tempo ela já estava fazendo milagres, e eu também tive que fazer alguns *freelas*. Foi nessa época que eu comecei a fazer *freelas* para a Pública, para outras revistas, e assim a gente foi sobrevivendo até, por vários meses. Ficamos o final do ano de 2013 até início de 2014. Foi em janeiro que a gente começou a conversar com a Ford. Conversar.

Kátia Brasil: Nós procuramos a Ford. Na verdade, não veio ninguém bater na nossa porta. Nós fomos procurar. A gente sabia que tinha a possibilidade de ir para algumas fundações.

Elaíze Farias: A gente começou a fazer esse trabalho de marketing também, né Kátia? A gente fazia um pouco de tudo. Matéria, trabalho de marketing, publicação no *Facebook*.

Kátia Brasil: Quando nós batemos a primeira vez na Ford, não houve nenhum interesse - quem procurou foi a Liège. Depois nós procuramos de novo, e o projeto já estava com um certo respaldo. Inclusive logo no início a gente foi indicado para o prêmio da ANDI. Não ganhamos a bolsa, mas fomos um dos indicados na matéria sobre a questão das crianças e adolescentes. Porque além de fazer essa parte toda de meio ambiente e direitos e defesa das populações tradicionais, nós temos um trabalho de acompanhamento de processo de grandes temas. Por exemplo a questão que envolve a prostituição, abuso de crianças, a relação das crianças, são temas que a gente trabalha muito e a gente fica acompanhando o processo sempre. A gente fica monitorando. Vai na porta do tribunal e fica perguntando, pedindo posição, como é que está o andamento.

Elaíze Farias: Nesse momento, a partir de dezembro, a Liège já não estava mais com a gente. Por motivos pessoais ela teve que sair e acabou ficando só eu e a Kátia.

Kátia Brasil: Com relação à empresa, a Elaíze é sócia e a gente teve que fazer um novo modelo de negócio para poder buscar o financiamento. Cada plataforma tem a sua ideologia, tem a sua forma de trabalhar. Eu acho que eles [Agência Pública] fazem um trabalho bom investigativo sim. Ali naquelas iniciativas muitas, você vai ver, tem os ativistas. A gente não se enquadra como jornalismo de ativista. A gente defende os direitos humanos, mas é aquilo que eu sempre costumo falar: as pessoas falam que a Amazônia tem que ter uma agenda positiva, que a gente deve escrever coisas boas sobre a Amazônia. Não. A gente que é jornalista e repórter tem que escrever todo o tipo de matéria. Se ele é um assunto que rende, então vamos apurar isso. O certo é apurar e ver todos os lados da notícia. O chato é você cobrir a notícia com um viés só. Isso é antiético. Isso não é jornalismo. Jornalismo é aquele que você abre um leque de posições que o leitor possa tirar conclusões.

Elaíze Farias: A construção da nossa linha editorial, o tema que a gente vai abordar, a gente optou por temas a partir de questões práticas, porque somos só nós três e não dá para fazer matérias grandes o tempo todo, e também porque a gente teve que especificar os temas que a gente ia anotar. Até hoje a gente ainda está elaborando. Meio ambiente, povos indígenas, questões agrárias, que futuramente podem ser alterados. Política parlamentar, economia e negócios, mas nós sempre voltamos para a questão de sustentabilidade de alguns povos indígenas, por exemplo, uma comunidade ribeirinha com alguma atividade extrativista que está dando certo. Essa é a economia que a gente prioriza. E a gente fazendo jornalismo,

ouvindo todos os lados, fazendo o básico do jornalismo mesmo, mas a gente optou por dar visibilidade àqueles que raramente não conhecem. E aqueles que numa matéria convencional vai aparecer lá no texto, com uma fala só, até com uma abordagem que está criminalizando aquele ato, mas a gente vai colocar sempre na frente. Vem sempre em cima, no *lead* se for o caso. Ouvir todos os lados, claro. Nunca a gente vai deixar de ouvir todos os lados. O nosso foco são esses grupos que não aparecem em lugar nenhum e quando aparecem, aparecem às vezes de forma pejorativa, estigmatizada.

Kátia Brasil: É o que é de fato o jornalismo. Eu vejo o jornalismo como uma função social. O jornalismo tem que ter uma função social.

Elaíze Farias: E essas pessoas confiam na gente também.

Kátia Brasil: Às vezes, se acontece numa comunidade original algo errado, que eles fizeram, como o caso dos Tenharim, que eles são acusados de assassinato, cinco pessoas da aldeia, nós fomos em determinado momento bem duras ao ponto de eles não quererem falar mais com a gente. Porque nós chegamos ao ponto de dizer que realmente a polícia acusa, e enquanto a justiça não chegar à conclusão de que vocês são inocentes, a gente não pode abraçar a causa de vocês e dizer que vocês não são.

Elaíze Farias: Mas ao mesmo tempo a gente aborda também o lado deles. A gente tem que lidar com muitos "conflitozinhos", idiosincrasias que existem.

Kátia Brasil: Ao mesmo tempo que as comunidades observam que elas podem contar com a gente, abrir o verbo com a gente, eles sabem também que se tiver alguma coisa errada nós vamos contar também. Nós não somos ativistas, nós somos defensores, mas o que a gente faz em primeiro lugar é reportagem, é jornalismo.

Elaíze Farias: Tem os índios Yanomami, por exemplo, que muita gente adora. A gente nunca vai deixar de cobrir os Yanomami, até porque tem muita matéria nossa que falam deles na Amazônia Real. Mas também a gente tem que abordar outros povos, outros grupos sociais, povos tradicionais. Aqueles que nem aparecem. Muitas começam meio que por *hobby*. Vocês começaram da crise, da necessidade.

Kátia Brasil: Eu te digo com toda a sinceridade. Nós estamos começando, é um caminho novo. Isso aqui é uma coisa que a gente vê. Eu queria muito que os jovens, estudantes viessem. Passar para ele. Isso aqui é uma coisa que não é minha ou da Elaíze. A gente quer deixar isso para as futuras gerações. Na comunicação social o jornalismo, além de ser um poder, ele tem uma função social fantástica. Porque muda a relação de tudo, né? Ele tem muita importância. E eu acho que não é só utilizado na política, na economia, ele tem que ser usado para melhorar a vida das pessoas também. A gente hoje recebeu um aluno aqui que o professor está dizendo que ele tem que reduzir o texto, porque em grande redação o texto tem que ser pequeno. Aí eles percebem que eles têm várias possibilidades. E tem espaço para isso. As pessoas querem ler. Então está tudo sendo mudado. Essa sua vinda isso aí vai ter uma boa relação um outro paradigma ao jornalismo dentro das faculdades.

APÊNDICE B - Primeira entrevista com Gustavo Faleiros, fundador da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente InfoAmazonia

De onde vem, qual é a formação, por onde passou e como chegou ao InfoAmazonia?

Gustavo Faleiros: Eu me formei em jornalismo na PUC de São Paulo e não planejava trabalhar nessa área de meio ambiente. Meus primeiros interesses foram bem difusos. Comecei a trabalhar com cultura e música, que era uma área que eu tinha bastante interesse, e logo que eu me formei eu fui trabalhar no Valor Econômico. Trabalhei na área de macroeconomia lá, que eles chamam de Caderno Brasil. E lá eu tinha um setor de cobertura bem diversos de macroeconomia. Indicadores da economia, assuntos relacionados a emprego, atividade econômica e um monte de coisas. E uma área que sempre chamava gente para trabalhar era a área de infraestrutura, porque era ano de 2001, o ano da crise de energia, no governo FHC. Então tinha muita demanda de infraestrutura por conta do racionamento de energia. E o racionamento de energia está ligado à falta de água basicamente, né? Que se repete com uma certa frequência. Quando tem um ciclo de seca, leva a baixa nos reservatórios e crise de energia. Então tinha uma necessidade de cobertura desse tema de falta de água ou adaptações por conta dessa falta de água. Então a primeira interseção que rolou para mim foi nessa área de água. Comecei a fazer matérias relacionadas à infraestrutura para saneamento e fornecimento de água. E essa área me fascinou. Achei superinteressante. Comecei a ficar bem vidrado no assunto, de coisas simples como o plano da Sabesp de investimento e fornecimento de água até a área de saneamento ambiental, que era a área de poluição de rios, naquela época também estava rolando muito a questão de debates para cobrança do uso da água, foi um momento que começou a introduzir a cobrança de luz da água aos comitês de bacia. Então foi por aí que surgiu o meu interesse na área de meio ambiente. Como era uma área muito pouco coberta lá no Valor especificamente, o jornal estava no segundo ano nessa época, mais ou menos, não tinha ninguém dedicado a esta área e eu logo vi que isso poderia ser uma oportunidade para mim também. Então eu comecei a correr atrás. Fazer bastante matéria. Propor pautas nessa área ambiental/saneamento. E uma coisa que deu um baita impulso foi que eu escrevi uma matéria sobre saneamento que ganhou um prêmio naquela época, no ano de 2003, que eu já estava há dois anos no jornal. E com esse prêmio eu fui para o Fórum Mundial da Água no Japão e foi super legal, super oportunidade, então isso o pessoal do jornal valorizou muito também e eu então usei isso como uma forma de meio que morder a área e dizer que essa área sou eu que cubro. E fiquei nisso até mais por um ano, até 2004, quando eu decidi que eu ia mesmo enveredar por esse lado de jornalismo ambiental e resolvi fazer um mestrado em política ambiental. Aí eu fui fazer o mestrado em política ambiental, escolhi uma bolsa e fui fazer no *King's College* em Londres. Fiquei por lá um ano e realmente

bem legal, pelo tempo que eu tive. O curso em si não era extraordinário, foi bom, mas foi uma oportunidade de me dedicar um ano ao tema. Ler bastante e tal. E depois que eu voltei eu já estava decidido que eu ia me dedicar a essa área. E quando eu voltei surgiu a oportunidade de trabalhar com o pessoal do Eco. Já era final de 2005, começo de 2006, quando eu comecei a publicar umas matérias lá. E por razões pessoais, mas também por interesse profissional, eu decidi me mudar para Brasília e cobrir essa área de política ambiental em Brasília. Porque eu achei que tinha bastante espaço nisso ainda e era um momento que tinha bastante discussão em Brasília, que era o começo, o primeiro mandato do governo Lula, então tinha todo aquele embate. Marina Silva como ministra do meio ambiente colocou o assunto bastante em pauta, elevou o assunto na agenda de notícias, então foram anos legais que eu pude ficar em Brasília cobrindo essa agenda ambiental. Construção de hidrelétrica, toda a discussão do desmatamento da Amazônia. E foi nessa época que eu comecei a me interessar mais pelo lado dos dados na cobertura do desmatamento. Praticamente todo mês tinha uma coletiva de imprensa lá do INPE, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, que eles divulgavam os dados dos alertas de desmatamento. E aí tinha ainda a divulgação anual do desmatamento. Então foi bem por aí que eu comecei a entrar nessa área de dados, fiquei bem interessado. A política por trás disso, né. O Brasil realmente estava já naquele momento reconhecido como vanguarda nessa questão de monitoramento do desmatamento. Tanto na área, na extensão do monitoramento que faziam, quanto na política de abertura de informação, de divulgar as informações. E isso foi o que gerou mais interesse nos dados. Então eu fiquei lá no ECO a partir desse momento muito dedicado a fazer essa cobertura do desmatamento na Amazônia e política ambiental em nível federal: construção das hidrelétricas, Amazônia, que é um assunto bem quente, e algumas outras pautas. Me tornei editor do ECO, depois, e fiquei como editor até o começo de 2012, trabalhando no ECO com essas pautas. E nessa posição eu comecei a experimentar essa história de usar mapas digitais, introduzir mais, o que não se chamava de jornalismo de dados, mas jornalismo feito com os dados da cobertura do desmatamento da Amazônia e queimadas também. Bastante. E foi por aí que na verdade eu entrei em contato com outro lado assim, que acabou se tornando constante no que a gente tem feito, que é o lado de tecnologia. Por esse lado de dados a gente começou a ter muita interface com o pessoal do *Google*, porque a gente queria usar o *Google Earth* e tal, e começamos a discutir a possibilidade fazer treinamento para jornalistas usando as ferramentas do *Google*, em especial o *Google Earth*. E em 2011, já com o foco muito grande na área de Amazônia e tecnologia a gente fez um treinamento para 30 jornalistas de seis países da Amazônia. Porque junto com a evolução dessa ideia que o desmatamento podia ser acompanhado, que era um tema

importante para a sociedade, a gente também vislumbrou lá no ECO que era importante ter uma visão pan-amazônica da questão. E que o Brasil permitia, a gente por estar no Brasil com acesso à informação que era gerado pelo INPE, a gente poderia gerar uma espécie de integração jornalística, digamos assim. Mostrar para os jornais dos outros países como usar os dados que a gente já tinha experiência através do trabalho que a gente fazia cobrindo os dados do governo. Foi nesse aspecto que a gente conseguiu aprovar um primeiro projeto, ainda em 2009, de criar uma rede pan-amazônica de jornalismo. Ainda dentro do ECO. Então foi um trabalho basicamente de coletar ativos de gente da Colômbia, do Peru, do Equador, e desse trabalho que surgiu esse treinamento que eu mencionei agora em 2011, de passar um pouco do conhecimento que a gente tinha de usar os dados de desmatamento para os jornalistas desses outros países. Então foi juntando essas duas vertentes, digamos assim, da rede de jornalistas pan-amazônicos com o lado da tecnologia para o monitoramento do desmatamento, que surgiu a ideia de fazer o InfoAmazonia. Na verdade, a gente já tinha um pouco essa visão que a gente poderia utilizar o *Google Earth*, as imagens de satélite para dar um contexto mais visual para a cobertura, mas foi exatamente nesse treinamento que a gente fez com o *Google*, em 2011, que foi no Equador, com outros jornalistas, que a gente veio com essa ideia de que a gente poderia criar uma plataforma mesmo. Inclusive o nome surgiu lá. Que ele ia se chamar InfoAmazonia, e que ia ser uma plataforma para essa rede de jornalistas da pan-amazônia. E aí a gente começou a trabalhar para captar recursos para essa plataforma. E as coisas rolaram de uma maneira bem interessante, porque foi uma união de vários parceiros que permitiu isso. Já desde o início com essa ideia de fazer uma rede de jornalistas pan-amazônicos, eu entrei em contato com essa ONG americana que se chama *InterNews*. É uma ONG americana que se dedica a treinar jornalistas em países em desenvolvimento e a criar projetos que eles chamam de desenvolvimento de mídia. Uma ONG que se dedica a isso, a ajudar jornalistas nos países em desenvolvimento. Grandes projetos deles hoje são remontar a rede de rádios do Afeganistão, criar um ambiente de mídia de livre expressão no Sudão do Sul. Então é basicamente da cooperação americana influenciar o ambiente de mídia. E eles compraram essa ideia de a gente fazer essa plataforma para uma rede de jornalistas pan-amazônicos e saíram tentando captar para ela. Do meu lado, eu também estava buscando apoio via O ECO ou outras formas, para a gente criar esse projeto. Então estamos aí no começo de 2012 e o que que acontece. A *InterNews* consegue um apoio dessa iniciativa que está aí entre os logos do InfoAmazonia, que chama *Clima and Development Knowledge and Network*, que é um projeto da cooperação britânica mais a cooperação norueguesa. É como se fosse uma aliança dedicada a apoiar projetos que tenham alguma interface com comunicação do clima. O que no

caso o desmatamento se enquadra. Então eles conseguiram esse apoio. Do meu lado, eu submeti uma candidatura para me tornar um *fellow*, um bolsista, do Centro Internacional de Jornalistas (ICFJ). Eles recebem um recurso da Knight também e criam uma bolsa lá. É o mesmo fundo que vai lá para o *Knight Center* das Américas do Ronsental, mas é manejado por uma outra organização, nesse caso o ICFJ. Então foi isso. Essa junção desses dois fundos permitiu que eu comesse a trabalhar, me dedicar, exclusivamente para o InfoAmazonia, e a gente tivesse recursos para criar plataforma, pagar os jornalistas e tal. E a ideia no ICFJ era exatamente isso, era utilizar jornalismo de dados para fazer a cobertura da Amazônia. O que é interessante é isso que eu estava te falando. A gente nunca, no início, colocou o projeto como se fosse um projeto de jornalismo de dados. Mas no meio surgiu um movimento de jornalismo de dados e a gente falou “bem, basicamente isso que a gente está fazendo”. E no caso do IFCJ eles reconheceram isso e apoiaram. E aí desde então é isso. O projeto vem rolando desde 2012, nessa perspectiva. A gente, ao longo desses 4 anos, a gente conseguiu outros apoios, focados tanto na questão mais de cobertura, como foi o lance que a gente fez sobre a política do desmatamento no ano passado, quanto coisas focadas em tecnologia, e o mais importante deles foi o apoio que a gente recebeu em 2014 do *Google* através do prêmio que eles fizeram aqui no Brasil, criar um projeto de monitoramento de qualidade de água na Amazônia brasileira. E é isso. Tem um desvio no meio desse caminho que eu passei, invés de continuar trabalhando para O ECO, eu primeiro fui trabalhar como bolsista, digamos assim, e depois eu passei a trabalhar diretamente para a *InterNews*, como parte do InfoAmazonia. Mas o que está por trás disso também é que a gente pega a tecnologia que foi criada junto com o InfoAmazonia e aplica em outros lugares. Desde então a gente conseguiu reproduzir essa tecnologia em nove outros projetos. E um aspecto forte disso é que para que isso pudesse acontecer, a gente teve que criar uma equipe de desenvolvedores e designers, que a gente, por um tempo, chamou de ECOLAB, porque afinal ele estava incubado dentro do ECO, né? Mas isso hoje já se tornou um grupo independente. Pessoas trabalham juntas no projeto, mas sem nenhuma figura formal assim.

A relação com O Eco ainda existe?

Gustavo Faleiros: Ela existe de uma maneira totalmente institucional, porque o projeto recebeu todos os recursos até agora através do Eco, mas ela já é marcada para terminar. Ela vai terminar agora, tão logo a gente terminar esse projeto do *Google*, que está acontecendo agora, ela vai deixar de existir. Então tem uma dúvida aí. A forma como a gente

pretende manter o projeto por enquanto é como um projeto vinculado à *InterNews*. Não tem uma empresa sendo criada nem uma outra ONG aqui no Brasil com essa figura.

Você comentou sobre o prêmio de uma matéria no Valor. Como foi essa questão?

Gustavo Faleiros: Essa matéria, a pauta inicial, era ver os resultados de dois casos de privatização de empresas de saneamento no interior de São Paulo. Um caso era Jundiaí e outro caso era Itu. No caso de Jundiaí tinha dado super certo, e aí tinha essa coisa anedótica, digamos assim, quer dizer uma coisa, assim, icônica, que era que o peixe jundiá, que dava exatamente o nome ao rio de Jundiaí, que é um bagre, na verdade, ele tinha voltado para o rio de Jundiaí. Então a história começava com isso. Lá tinha dado certo, os caras tinham conseguido despoluir o rio, ao ponto de o rio voltar a ter o peixe que dava o nome a ele. E em Itu tinha dado totalmente errado. Era uma concessão para a Camargo Correia. Eles brigaram com a prefeitura, tiveram que cancelar a privatização. Deu o maior prejuízo lá. Então era uma matéria que comparava esses dois casos, eu fui lá nos dois lugares, entrevistei um monte de gente e saiu essa matéria. Foi legal. Aí era um prêmio do banco mundial, cuja a premiação era isso: uma viagem para o Fórum Mundial da Água em Kyoto. E foi isso. Na verdade, foi um prêmio superimportante. Um prêmio Esso. Mas eu dei uma capitalizada legal. Os caras colocaram uma manchetezinha na lateral do jornal. Aí eu falei “pô agora eu quero só fazer essas coisas”. Claro que não foi assim, mas.

Durante o trajeto até chegar ao InfoAmazonia você desenvolveu uma experiência em jornalismo de dados. Já tinha tido contato com essa tecnologia de jornalismo por dados?

Gustavo Faleiros: Eu posso dizer que no Valor era muito comum a gente trabalhar com tabelas. Ler muita tabela do ministério do comércio exterior e do ministério do desenvolvimento de indústria e comércio. Quer dizer, que é o mesmo, né? [...] Do Banco Central. Então a gente olhava muito esses dados. Por exemplo: investimento estrangeiro, pauta de exportação. Tinha muita matéria assim “cooptação entre Brasil e Coreia do Sul”. Aí vai lá num sitezinho, no sistema Lipe que chama, Lipe web, existe até hoje. Baixa as tabelinhas, faz uns filtrinhos, vê quem é. IBGE muito também. Teve uma época que eu fazia muita matéria sobre migração interna. Foi o começo dessa história de que as pessoas estavam mais saindo de São Paulo do que chegando. Então IBGE, dados de imigração. Então eu me lembro que eu fazia isso com gosto, sabe? Não era uma coisa assim “putz. Agora eu tenho

que fazer uma tabela”. Então era uma coisa que eu tinha uma certa afinidade. Outra coisa que nessas matérias de água, uma das matérias que eu mais curti fazer foi os novos planos da SABESP para o abastecimento de São Paulo. A mesma história que está rolando até hoje. Os caras vão construir um megaduto lá do Vale do Ribeira. E putz, essa matéria eu pirei nos mapas assim. Pirei num nível que os caras começaram a me chamar de bicho geográfico lá no Valor. “Não. Vamos fazer mapa, mapa, mapa, mapa”. Então assim, não foi nada muito planejado, mas aí eu acho que teve um começo. A outra coisa era que tinha já os primeiros cursos. Eu participei do encontro que deu origem à Abraji, que foi em 2002, lá na USP. E nesse encontro teve uma oficina de como usar Excel para fazer investigação. Então já tinha um pouco essa história. Que foi dada até por um cara que hoje até está no *Global Network of Investigative Journalists*. Fazendo isso ainda, dando esses cursos. Mas eu lembro que eram uns gringos que vieram para trabalhar com a Abraji, e eles deram esses cursos. Não saí um expert, mas foi o meu primeiro contato, digamos assim. E aí em 2005, 2006, O Eco já tinha esse contexto de ser web assim. A gente usava um publicador horroroso, então a gente tinha que escrever HTML, mal sabia eu que ia ser útil depois de tudo isso. E aí já tinha um contexto de web bem forte. O pessoal já estava começando a usar o *Google Earth* para fazer umas fotos e tal. Então foi um pouco por aí o antes de entrar nessa história dos dados do desmatamento.

A partir do momento que vocês entraram, que você tentou a desenvolver os primeiros esboços do InfoAmazonia, o conhecimento que você tinha teve que ser agregado com outros, né?

Gustavo Faleiros: Claro. E não parava de surgir coisa, né? Quando eu fui me dando conta assim de tudo o que era repositório de dados. A minha primeira viagem mesmo foi imagem de satélite. Quando eu comecei a sacar o que tinha de imagem de satélite de graça e o potencial que você tinha de trabalhar com essas imagens atualizadas sobre o *Google Earth*, aí eu vi que era um mundo sem fim. E foi já nessa época, 2007 para 2008, que foi super importante. A gente começou a usar o *Google Earth* no Eco. A gente fez uma parceria com uma empresa no Rio que basicamente os caras faziam uns *screenshots* com áreas de unidades de conservação sobrepostas no *Google Earth*. A gente começou a usar isso no Eco e eu achei incrível o vizu do negócio. E em 2008 a gente fez um especial que chamava monitor de incêndios nas unidades de conservação. Que era olhar os boletins do IBAMA e procurar imagens de satélite para ver aquelas queimadas fotografadas. E aí soltava e a gente fazia reportagem. A unidade de conservação que está queimando mais. Fizemos um mapinha

interativo, que foi lindo assim, eu descobri que no *Google Maps* você podia fazer seu próprio mapa, e assim foi. Quando foi surgindo um monte de coisa eu falei “putz, então tem repositório da NASA, então tem repositório do INPE”. Ao ponto que já no começo de 2009 isso já tinha tido a ideia de falar em geojornalismo. Aí eu criei o *Twitter* geojornalismo, criei um blog que se chamava geojornalismo, com essa ideia de que podia ser uma área nova. Dados geográficos aplicados ao jornalismo. Mas foi só em 2010 que eu vi o termo jornalismo de dados pela primeira vez. No começo de 2010 teve um artigo do *Guardian*, que era uma entrevista com Tim Bernerd Lee. O cara que inventou a web mesmo, o *www*. É o cara que fez o protocolo da web. Ele trabalhava no cerne, na Suíça, e queria criar um protocolo de comunicação entre computadores porque ele trabalhava naqueles negócios que têm 100 km de diâmetro, então cada laboratório ficava muito distante e ele quis fazer um protocolo de computadores que se comunicavam. E com isso ele criou a rede. Não a internet, mas a rede. E ele foi o primeiro cara que eu vi dando uma entrevista. Ele falou assim “ó. Os jornalistas vão se tornar principalmente intérpretes de dados no futuro. A análise de dados feita por jornalistas vai criar histórias que vão dar um contexto para grandes bases de dados. Porque os dados vão sendo gerados em grandes quantidades. Aí eu falei “é isso. Entendi”.

Retomando até um pouco da história que você contou, você se referia sempre “a gente”. Quem é a gente e quem é esse grupo de pessoas? Como é o InfoAmazonia hoje? Quem de fato encabeça esse projeto?

Gustavo Faleiros: Tem um grupo sim que está envolvido sim. Nessa última parte que eu falei “a gente, “a gente”, acho que é um pouco minha modéstia, mas o geojornalismo basicamente fui eu que vim com essa história toda em 2009. Mas o InfoAmazonia, assim, o primeiro parceiro mesmo forte foi um cara que se chama James Fanque afinal hoje ele é o meu chefe. Ele é o cara da *InterNews* que encabeçou o projeto.

E foi você que correu atrás da *InterNews* também, né?

Fui. Foi porque eles tinham bolsas, oportunidades, então fui lá, mostrei o projeto e eles falaram “tem alguma coisa aí que nos interessa”. E aí o James foi o cara que realmente encampou e escreveu o projeto comigo, foi atrás dos fundos. Aí, da época que a gente formou essa rede lá no Eco, a principal pessoa que desde aquela época me acompanha, é um cara que brasileiro-boliviano que se chama Giovani. E ele virou editor da parte em espanhol dessa rede de jornalistas, editava as histórias, e logo que criou o InfoAmazonia ele sempre atuou como editor, publicando história, fazendo contato com a rede, fechando parcerias com organizações

e mídia na região, fazendo viagem e tal. Aí, o que rolou, é que quando a gente foi criar a plataforma, a gente fez a plataforma com uma empresa americana que hoje é superforte, na época eles estavam só começando, que chama *MapBox*. Então esses caras desenvolveram o conceito da ferramenta, mas depois para continuar, e para fazer a tecnologia ser reaplicada, a gente criou uma equipe aqui no Brasil. Então essa equipe desde o começo é formada por três desenvolvedores chaves. Por muito tempo quem coordenou essa equipe é um cara que chama VJ Pixel, um coordenador de projetos de tecnologia. O cara que desenvolveu a ferramenta mesmo de replicação, o tema *Wordpress* que depois se tornou a tecnologia que foi reproduzida, Miguel Peixe, outro desenvolvedor. E um gestor de dados, assim, que fez mapas, cuidou de mapas, tudo, e continua envolvido até hoje, chama Vitor Jorge. Então esse é um core bem forte do projeto. Aí outras pessoas foram sendo agregadas. A gente tem hoje a pessoa que cuida por exemplo de dados, de atualizar os dados tudo, colocar lá, é a Laura, que é uma americana que morou no Brasil, começou como voluntária e hoje ela cuida de atualizar os dados de desmatamento, os dados gerais que são atualizados na plataforma. Giovani segue envolvido, mas em menor escala, e tem uma pessoa que começou no ano passado, mas está muito envolvida, que é um repórter, que trabalhava na Repórter Brasil, e agora trabalha, que é o Stefano. E é o cara que está mais de olho na questão de publicação, editar reportagens especiais, criar novos projetos e tal. E nesse caminho teve muita gente assim. Na verdade eu estou esquecendo de uma pessoa chave que foi a pessoa que antes de a gente passar a ter uma equipe de desenvolvedores, foi a pessoa que criou todos os mapas que é a Juliana Nolli, que atualmente voltou a trabalhar com a gente. Ela é uma jornalista, se formou comigo, mas que tem bastante conhecimento de tecnologia. Então ela foi, antes que o Pixel se tornasse coordenador de tecnologia, ela foi a coordenadora de tecnologia. Ela que fez toda o desenvolvimento junto com o pessoal do *MapBox*. Na época do desenvolvimento da plataforma foi ela. Bom. Tem gente aí.

É uma equipe bem multidisciplinar, vista sob a ótica do jornalismo. É uma equipe que tem uma competência bem única em mapas, dados. O que eu queria entender é: quem coordena essa equipe, organizacionalmente falando?

Gustavo Faleiros: Sou eu mesmo. Eu trabalho para eles e o InfoAmazonia é um dos projetos que está sob a minha alçada. Então assim, novos projetos necessariamente passam por mim e sou eu quem coordeno quem vai fazer o que e essas coisas assim.

Você cuida de que partes dessa gestão. Financeira, equipe, passa por tudo?

Gustavo Faleiros: É. Sim. O que eu faço principalmente é desenvolvimento de projetos. Aí quando ele já está mais ou menos desenvolvido, captado e tudo, com as equipes formadas, então eu desenvolvo projeto para captar, monto as equipes e aí as equipes de alguma forma têm a autonomia, eu acabo desenvolvendo. Cada um desses projetos teve um coordenador próprio. O grande projeto do *Google*, que foi esse dos sensores de qualidade de água, foi totalmente coordenado pelo Pixel. O outro, que é o *Co\$ting Nature*, foi totalmente coordenado por um outro jornalista que chama Tiago Megali, que também faz projetos com a gente. Agora a gente está para finalizar um projeto sobre alertas de enchentes na Amazônia brasileira de novo, Porto Velho, Manaus, Rio Branco. E quem coordena isso é o Giovani e o Stefano. Ajudei a conceber, ajudei a captar, ajuda a dar um montão de pitaco, mas quem corre atrás de pautar as matérias, editar as matérias, montar os mapas é o pessoal.

Em algum momento, você como jornalista, se viu gerenciando uma equipe nesse sentido interdisciplinar e na questão de gerenciamento financeiro? Você buscou conhecimento fora? Percebeu que haveria necessidade de buscar especialização?

Gustavo Faleiros: Não. Na verdade, não. Nunca, se for pensar no que que é a nossa concepção inicial do que que a gente vai fazer como jornalistas, de forma alguma. Na verdade, eu sempre estava focado na reportagem e tal. Eu acho que a época que eu fiz reportagem, talvez os meios que eu frequentei, não tinha essa visão. Acho que era uma coisa de momento, para falar a verdade. Não tinha essa visão que vocês têm na faculdade que exige até uma discussão sobre empreendedorismo no jornalismo. Era redação ou escrever livro-reportagem, sei lá. Não tinha essa coisa de “putz, vou criar meu próprio projeto”, “vou gerenciar”. Eu acho que era uma coisa de momento. Não via como possibilidade. Mas não me preparei. Posso dizer que não tive interesse em me preparar para ser um gestor, mas gostei muito quando me tornei gestor no Eco. Meu coró mesmo lá, totalmente apaixonado pela parada e queria que a coisa desse certo. E a mesma postura eu tenho com relação ao InfoAmazonia. Se você me perguntar “você vai se preparar”, provavelmente eu vou te dizer não, porque, eu não sei se isso interessa para a sua pesquisa, já que está dentro desse conceito, da sua pergunta, meu interesse é não continuar a ficar fazendo isso. Eu gostei muito e tenho uma relação paternal com as coisas todas que foram criadas, mas eu me sinto muito feliz cada vez que eu consigo tirar mais e mais dessa carga. E eu estou muito interessado em voltar a me dedicar a fazer conteúdo. Esse é o meu plano de vida.

Você vê alguma ligação mais direta de jornalismo investigativo na iniciativa ou na sua trajetória ou é mais parte de dados que acabou caindo na Abraji?

Gustavo Faleiros: Eu vejo sim. Na verdade, não deixa de ser uma investigação a quantidade de dados que a gente já gerenciou nesse período e continua gerenciando. Mas para mim o que foi mais recompensador na verdade foi o trabalho que a gente fez no ano passado, basicamente conseguiu 6 meses do nosso tempo aqui de investigar dados do orçamento federal, relacionados à política do desmatamento, tanto que chama política do desmatamento esse especial. E o resultado que isso trouxe foi incrível. Até hoje é o trabalho com mais repercussão, conseguiu chegar aonde a gente achava que deveria chegar, que era encher o saco do governo. Fazer o governo responder e notar que tava diante de uma informação relevante. E isso só foi feito com investigação, tirando esse peso romântico de que é uma investigação. Realmente foi um trabalho exaustivo de olhar os dados e extrair uma informação ali. E no final foi isso. Esse foi talvez o aprendizado maior. A gente mergulhou em anos, sei lá, 8 anos, mais, 12 anos de dados e colar lá, olhando para tirar uma informação que foi o *lead* que repercutiu. Então não deixa de ser um trabalho de polimento, de mineração mesmo. E eu acho que é por aí assim. Se não for por aí eu não acho que tem muito sentido o nosso trabalho. Porque plataforma de dados, de agregação, de visualização tem um montão assim. Algumas infinitamente melhores do que qualquer coisa que a gente já conseguiu desenvolver. Eu acho que o nosso diferencial é realmente agregar contextos para esses dados e isso só pode ser feito de uma forma relevante com muita investigação e, claro, né, com designers, para você contar a história de uma maneira bonita, com qualidade narrativa, que eu quero dizer. Então. É o velho jornalismo puro, adaptado às linguagens atuais e às capacidades atuais.

APÊNDICE C - Entrevista individual com Kátia Brasil, uma das fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real

Qual é a sua trajetória profissional?

Eu nasci em Fortaleza, no Ceará. Por volta assim dos 7 anos. Antes até meus pais já tinham se separado. Minha vó era do Rio de Janeiro e minha mãe decidiu que eu ia morar com ela. Então aí acabou que minha formação profissional e cultural foi no Rio de Janeiro, onde eu morei até 1990. Quando eu já estava formada, recém-formada, que eu vim morar aqui na Amazônia.

Vim arrumar emprego na Amazônia. Na verdade, eu vim fazer o inverso. Porque aqui a maior parte dos jornalistas querem estudar no centro-sul e no Sul né. E eu a partir de lá fui trabalhar aqui. Porque foi uma época em que tinha uma crise forte de jornalismo, não lembro se eu já falei isso pra você. Como em 2013, né, aquela crise de demissões e tudo. Aí os meus professores me disseram que eu não conseguiria arrumar emprego muito fácil, né. Aí eu consultei e eles me disseram que eu deveria ir e voltar. Mas eu acabei ficando.

Minha carreira começou lá ainda. Eu cheguei a estagiar na Rádio Tupi, na Rádio Tropical. Eu comecei no rádio. E trabalhei também numa revista direcionada a jovens, que é a revista Momentos, uma revista especializada na cobertura de jovens, no Rio. Do fotógrafo Rogério Elisch. Trabalhei como divulgadora de teatro, porque na faculdade eu me envolvi num grupo de teatro que pesquisava tragédias gregas né, o mergulho no trágico, e nós fundamos essa companhia de teatro, só que eu não dava para ser atriz, né? Eu uso o atriz para investigar as minhas coisas, quando tem algumas. Mas assim, eu dava mais para trabalhar na produção, na assessoria de imprensa. Então era tudo um aprendizado para mim. E essa companhia ela acabou ganhando o Prêmio Mambembe de Revelação. Com o espetáculo... com uma das trilogias né. Nós fizemos três trilogias. O primeiro foi o Édipo, depois Antígona e depois eu esqueci. Mas os primeiros espetáculos foram Édipo Rei e Antígona. Eu adorava eu era apaixonada, sou até hoje apaixonada por teatro.

E aí também fiz outras coisas, outros espetáculos, com outros produtores. Estava caminhando para essa parte de assessoria ainda muito jovem, sem ter formação ainda, sem se formar, na faculdade, foi quando um amigo meu me chamou para fundar um jornal lá em Santa Tereza, que era a folha de Santa Tereza. Eu e o Luiz Marqueline, que é um jornalista do rio também nascido em Santa Tereza. Nessa época eu já morava em Santa Tereza também, já tinha saído da casa da minha mãe, já tinha resolvido dividir uma casa com minhas amigas, né? Nós abrimos esse jornal e era um jornal de bairro. Inclusive, quando eu saí, eu vim morar aqui, ele continuou e o jornal completou 10 anos inclusive. Hoje eu não sei como está. Acho que ele desistiu. Porque na verdade era uma coisa que ele levava sozinho nas costas. Ele conseguiu patrocínio dos comerciantes de Santa Tereza.

E eu, para variar, o meu foco eram as favelas. Eu gostava de ir nas favelas ali do entorno dos bairros. Entrevistar os comunitários. A gente ainda percebia ainda muito grande, isso foi por volta de 88, 89. E a gente observava já a influência do tráfico nas comunidades, né, a questão da violência e falta de direitos humanos. E eu lembro que algumas pessoas chegavam a dizer “olha, evita de subir, vocês estão indo muito e tudo. O pessoal não está gostando”. O “pessoal” já eram os traficantes, né.

E aí os comunitários queriam falar de água, quer dizer falta d’água, a questão das encostas, né, que toda vida que chove nessas regiões acontece desabamento. A questão de energia, de lixo, a gente fazia tudo isso. Era só comunitária. Essa parte comunitária, na verdade, eu comecei a trabalhar nisso com a faculdade mesmo. A Hélio Alonso, onde eu estudei, tinha um jornal chamado Se Liga Botafogo. Eu não sei se ainda tem. E no Se Liga Botafogo, a primeira matéria que fiz lá foi no Chapéu Mangueira, que foi uma grande... Aliás, teve um temporal muito forte no Rio em 88 e no Chapéu Mangueira houve um desmoronamento e chegou inclusive a morrer pessoas. E eu fui como repórter do Se Liga Botafogo, como jornalista estagiária, aliás, estudante estagiária. E aí o que aconteceu. Eu fui lá. Foi justamente na hora em que eu cheguei tinha o prefeito da cidade do Rio que estava lá, era do partido do Brizola. Porque o Brizola era o governador e o prefeito era do PDT também, não lembro se era Marcelo. Eu não lembro o nome dele agora. Eu posso te dizer, se você quiser citar isso, posso ver depois. Tanto que até hoje eu guardo os jornais do Se Liga Botafogo.

E nossa, o editor abriu um assim um caderno, aliás, a página do meio para a matéria, sabe. Eu ouvi muita gente, pessoas que perderam tudo, que perderam familiares. Foi uma tristeza assim. Uma coisa terrível. Muito forte. E aí eu sempre estive desse lado mesmo. Era relacionado à voz das comunidades e o trabalho com outras pautas né, política, economia. Sempre gostei muito dessa área.

Esse jornal que você falou, Folha de Santa Tereza.

Eu fui uma das fundadoras. Eu e o jornalista Luiz Marquês, do Rio.

E você fazia só reportagem?

Não. A gente fazia tudo. Nós fazíamos as reportagens, a revisão. Nós íamos no Jornal do Comércio aonde o jornal rodava e ficava de madrugada lá. O jornal não era nada digital. Era máquina de escrever, tudo ainda com tipo, né. Aquelas máquinas muito antigas. A máquina quebrava. Nossa. Era uma coisa. E saía eu e o Marquês de Santa Tereza, assim

tipo 11 da noite, né, para ir no Jornal do Comércio, ver como estava a produção, se a gente rodava 1.000 exemplares. A gente pagava mesmo. Ele cuidava da parte comercial e conseguia doações pelos comerciantes de Santa Tereza e Associação dos Moradores. A gente também, a gente não tinha dinheiro nenhum, né. E a gente fazia isso. E aí conseguia rodar o jornal. Depois eu posso te mostrar. Era um fasciculozinho. E é interessante que o nome do jornal é Folha de Santa Tereza.

Em que ano foi isso?

Eu acho que foi em 87. Mas dados, assim, depois eu te dou. Eu ando muito esquecida. Mas foi por volta de 87, 88. Por aí. Era tudo ao mesmo tempo. Eu envolvida com o teatro, com o jornalismo e estudando. E fazendo estágio.

Você se formou em que ano?

Eu me formei em 1990.

Começou em 87?

Não. Eu comecei bem antes. Acho que eu comecei em 84. Teve um ano que eu tive que parar. Porque acho que foi uns 6 meses que eu fiquei fora porque eu fui fazer estágio na Rádio Tropical, né, que era uma rádio especializada em samba. E cobri o desfile das escolas de samba ao vivo. E foi um trabalho assim tenso, que para variar eu me dediquei de corpo e alma. Conheci todos os sambistas, conheci todo mundo das escolas de samba. Como faz o carnaval, os bicheiros. E nessa rádio, essa rádio, ela contratava só mulheres para trabalhar. Eram assim umas 15 meninas mais ou menos. E tinha um produtor e um chefe de reportagem, que era um jornalista. É um homem. Tinham os diretores, tudo, os operadores, mas as estagiárias, todo mundo era estágio também. As estagiárias, nós éramos meio que exploração de mão de obra, né. A gente trabalhava como profissional, mas ganhava como estagiária. Então assim, eu comecei trabalhando lá e para cada repórter que se destacava mais, eles davam as escolas do grupo especial. Então eu fiquei com a cobertura do Salgueiro, que eu lembro, e acho que da Mocidade. Fiquei com duas escolas de samba. Para visitar, quase todos os dias. Então a gente entrevistava do pessoal do barracão a porta-bandeira, mestre sala, tudo. Todos a gente entrevistava. E nós éramos responsáveis, isso aí foi no carnaval de 88 eu acho, foi o carnaval do Joãozinho 30. Do lixo, né. Não tinha, as escolas de samba não desenvolviam ainda, um plano da escola todo para os jornalistas. Algumas faziam como se fosse um dossiê, entendeu, entregavam para você aquele dossiê, que era um monte de informações né. Para

quem pegava a primeira vez, dançava, não sabia o que que acontecia. E a rádio tinha isso que era muito legal. O editor, o chefe de reportagem, o diretor, mandava a gente conhecer tudo a fundo e as pessoas, para quando a gente começava a fazer transmissão ao vivo a gente já tinha aquele contato, já sabia tudo. Nossa. Era assim uma coisa fantástica. Lógico que teve muitos problemas, né. Teve uma série de problemas de, assim, de disputas internas entre algumas jornalistas e o diretor. Eu lembro que duas colegas minhas no dia, que eram excelentes, duas ótimas jornalistas, tiveram uma discussão com o editor por causa de lugares para se posicionar e tudo né. Enfim. Acabou que elas foram colocadas num hospital público para acompanhar os feridos e possíveis, eventuais, acidentes que acontecessem no entorno, na saída da Marques de Sapucaí. Estavam inclusive credenciadas. Isso uma discussão lá. Uma questão toda. Eu fui colocada na concentração e depois eu entrei na entrada do sambódromo. Quando você vê aquele arco, né. Eu fiquei na, a gente chama de, no portão, que quando entra mesmo a escola. Então, na concentração, é a melhor coisa do mundo né. Assim, para um jornalista. Porque lá você encontra todo mundo assim, desde o passista comum até as celebridades todas, sabe. Então assim, é um sonho. Isso é uma coisa que eu estou te contando aqui e está passando aqui, sabe.

Só que no jornalismo a gente tem essa coisa de ver a emoção das pessoas de perto. Principalmente assim de um grande um evento como o carnaval, né. Ao mesmo tempo numa tragédia. Você vê a emoção da pessoa de perto. A pessoa fala com você, você é uma desconhecida, e ela te abre o coração. Ela fala assim que você vê o sentimento da pessoa, né. Então, e a gente traduzir isso no papel na época, no caso, trabalhava no jornal, em dois jornais, todos alternativos, né. Da faculdade, o Se Liga Botafogo, e na rádio também, você também, a pessoa entrevistar e falar também para todo mundo, e você fazer as perguntas ali na hora certa ou a pergunta certa. Eu tive essa experiência assim, inicial, muito boa. E a minha parte de apuração, que é uma coisa que eu acredito muito, é esse meu trabalho em rádio. Na Rádio Tupi, por exemplo, como estagiária, eu trabalhava no mesão que recebia as ligações, as denúncias de todo mundo. Você pode ligar para a rádio denunciar as primeiras informações de um acontecimento. Tudo isso a gente via ali e também na rádio escuta, né. Ficava também na rádio escuta.

Aí teve um período que eu fiquei trabalhando, acho que um mês só, no programa da Cidinha Campos, que é uma puta de uma radialista lá do Rio, foi política inclusive, deputada, mas era muito boa. Obcecada pelo jornalismo. E eu fazia também rádio escuta lá, e naquela época o assunto do momento era os assaltos em bancos. Então chegou a hora ela dava a notícia e dizia que tinham assaltado o banco tal, um banco tal, enfim. Eu lembro que no dia a

gente recebeu as informações de 5 assaltos em banco. Entendeu. Nós estávamos ainda, o país estava enfrentando aquele período ainda de sair da ditadura militar. Estava em transição, nos anos 80. E o tráfico no Rio de Janeiro não era essa coisa explodida que é hoje né. Tinha uma coisa escondida, a gente sabia, mas não tinha essa situação dessa guerra, entre aspas, né. Que era entregaram enfim. Não tinha esse status. Mas assim. Os assaltos a banco eram muito fortes.

Seu último emprego antes da Amazônia Real foi a Folha de S. Paulo. Como era a rotina dentro da redação?

Então. Na Folha de S. Paulo eu comecei em 2001, né. Como correspondente na Amazônia. Então eu não cobria só as pautas de Manaus, eu cobria o que acontecia na região toda. Minha rotina começava... Na Folha de S. Paulo eu tive dois momentos. Primeiro eu trabalhei dentro de casa. O escritório era em casa, né. Eu trabalhei assim durante 7 anos pelo Estadão também, trabalhando em casa, antes da Folha. E depois de uns 7 anos na Folha a Folha resolveu abrir um escritório, né. Mas justamente para tirar um pouco da casa, porque quando você trabalha muito tempo em casa o trabalho toma conta da sua vida, né. E isso é uma coisa que a gente leva, não tem como, você está fora da redação e a sua casa é seu ponto de referência, né. Mesmo você indo para o escritório, tudo começa em casa. Então assim, geralmente eu costumo trabalhar às 7 da manhã. Comecei a trabalhar às 7 da manhã. Eu faço uma ronda de tudo o que acontece, sabe, internet, jornal, rádio. Ouço muito rádio. Gosto de ouvir rádio. As notícias que são dadas. Hoje em dia, é uma pena, porque hoje a maior parte dos apresentadores de rádio, principalmente local, eles leem o que está no jornal, né. E hoje a notícia já está na internet. Primeiro você vê ela na internet, você ouve na rádio e depois, no dia seguinte, você lê no jornal. Então hoje a primeira coisa que eu abro são os sites. E os grupos de rede de *WhatsApp*, *Telegram*, essas coisas.

Mas na Folha sempre foi assim. Começou a rotina às 7 da manhã. Quando não tinha pré-pauta, enviada pelo editor, eu já tinha enviado a pauta do que eu queria fazer no dia seguinte já. Mais ou menos eu já tinha uma coisa estipulada porque a gente já trabalha sempre com antecedência né. Isso acontece muito na Folha, de ter já um trabalho preparado. E é isso que eu acho que os grandes jornais fazem. A gente também traz essa experiência para a Amazônia Real para não deixar tudo muito em cima do dia. Só nas coisas que acontecem factuais, né. Se acontecer alguma coisa agora não tem jeito. Na Folha era assim.

Eu vou te dar bem o exemplo da morte da Dorothy Stang em 2005. Eu estava de plantão no domingo, estava em casa, trabalhando em casa. Estava fazendo uma matéria, não

me recordo o que era, mas eu estava escrevendo quando recebi uma ligação de uma fonte lá do Pará informado que a missionária tinha sido assassinada. Eu liguei para o jornal na mesma hora falei que "hoje eu estou de plantão" e contei para eles o que estava acontecendo. Ele falou para mim assim "Se prepara e vai para o aeroporto". Porque eu sempre deixava inclusive uma mala pronta, porque na Folha a gente viaja assim, vai embora. E aí não tinha avião para viajar num domingo, né. Aí eu tinha um contato do *Green Peace*, falei com o pessoal do *Green Peace*. E aí eu falei com o coordenador do *Green Peace* e ele me concedeu uma carona no avião. E aí eu fui para o aeroclube de Manaus, né, com o nosso motorista que trabalhava com a gente na época. E quando eu cheguei lá o aviãozinho era um teco-teco, né. Era o piloto, o funcionário do *Green Peace* e eu. E aí quando o cara foi decolar, as pessoas tiveram que empurrar o avião. Eu lembro que o Júlio, que era o motorista, falou assim "Dona Kátia. Quando eu vi aquilo eu não acreditei. Meu Deus do céu. Eles estão empurrando o avião. Que que é isso? Parece um fusca". O avião realmente era bem modesto.

E aí o piloto, muito experiente, que é o Fernando, eu lembro do primeiro nome dele. Nós partimos, e quando chegou na altura de Taquatiara o piloto viu, o céu estava preto assim. Uma nuvem escura, pesada, dando o sinal de uma tempestade terrível. Ele falou assim "A gente não vai enfrentar essa tempestade. Porque se a gente passar por aqui o avião não vai resistir". Aí ele voltou, nós pousamos no aeroporto internacional Eduardo Ribeiro, aqui em Manaus. Eu, aí, quando eu cheguei no saguão do aeroporto eu liguei para o editor e falei "Olha. O avião não consegue...". Aliás, nós não conseguimos mais viajar porque tem uma tempestade muito grande se aproximando e o avião não vai suportar. Eu vou precisar de uma passagem comercial, de um voo comercial. Agora, né". Aí nós conseguimos uma passagem. A Folha comprou a passagem lá da companhia aérea e nós fomos para Santarém. Eu e o funcionário do *Green Peace*. Lá em Santarém tinha já um avião do *Green Peace* para nos levar para Altamira. Aí nessa viagem de Santarém para Altamira nós pegamos a tempestade, que a gente não ia pegar lá, mas nós estávamos com um avião mais potente. Era um bimotor. Era um avião bimotor. E foi a pior... o avião quase caiu. Foi uma coisa terrível. O avião, ele plana né, então ele ia até lá embaixo e voltava. O piloto parecia um cavalinho de pau. Ele pulava o tempo todo. Eu fechei os olhos, eu estava lá atrás, o funcionário do *Green Peace* estava uns dois bancos na minha frente e o... ah não, eram três pessoas, agora que eu lembro. Tinha um cara de logística do *Green Peace* que era um estrangeiro. Ele era o copiloto. Aliás, ele estava ao lado do piloto né. Então nós éramos 4 pessoas, não éramos 3 não. E eu sei que eu, cara eu vi assim minha vida toda passando. Tudo assim, sabe? Um negócio assim. Eu falei "Não. Agora vai ser mesmo. Vai ser". Eu já tinha me despedido já.

Esse foi o maior risco de morte que eu passei. Um dos, né. Mas esse foi o mais forte. Assim de que você olha para baixo e só vê floresta. Olha para o outro lado é só água, é só rio. E a chuva. E a chuva vinha como se fosse um chicote. Ela batia no avião, sabe? Quando não era chuva aí o vento levava a gente para o lado. Cara. Quando chegou em Altamira, eu falei "Eu nunca mais eu viajo de avião". Juro. Eu desabei quando cheguei em Altamira. Foi sim. Meia hora. Mais de uma hora ali. Aí o piloto falou assim "A gente sofreu, quase nós sofremos uma pane. Eu não falei nada para vocês lá em cima porque não adiantava falar". Mas foi assim muito difícil. Nós sobrevivemos.

E esse é um exemplo da rotina que você tinha. E como funcionava a proposta de pautas? A escolha de pautas?

Geralmente, na Folha era assim, a gente cobria política, economia, fazia tudo, né. Tudo. Desde a parte de cidades, né, que é o cotidiano. Então assim. Naufrágio. Como eu sou muito ligada nos acontecimentos locais, né, então assim. Tinha um naufrágio, a gente cobria. Tinha que ir lá no local inclusive. Se acontece algum fato de corrupção envolvendo governos, políticos, né, prefeituras. É trabalho de investigação, né. Operações da Polícia Federal de nosso interesse, também investigava, trabalhava. Então assim, sempre aconteceu. E no meio da pauta cotidiana, né, tinham as pautas especiais que ou vinham da redação ou, geralmente 90% a pauta partia de Manaus. Eu sempre pautei. Sempre pautei muito. Então tinha muita coisa que inclusive que caía, né. Que não tinha interesse, né. Por exemplo, indígena, era muito difícil conseguir emplacar mesmo um assunto, né. Viagens também. Eu viajei muito, eu não posso reclamar. Eu viajei muito. Mas algumas coisas realmente não interessavam nesse olhar do jornal, né. Mas, por exemplo, em 2001 eu fui para um acampamento das FARCS. Acampamento não. Eu fui para uma cidade na Colômbia que foi uma pauta minha, que surgiu minha e da fotógrafa Patrícia Santos. Eu já tinha ido para São Gabriel da Cachoeira, na fronteira da Colômbia, já tinha ouvido relatos de pessoas falando que nessa cidade havia pedágios para garimpeiros brasileiros que iam para lá garimpar. Havia violações de direitos humanos e também pedágio dos barqueiros e que a alimentação que saía toda de São Miguel da Cachoeira praquela localidade iria para o acampamento das FARCS que ficava a 400 quilômetros da cidade. Aí eu falei "Não. Isso eu tenho que ir ver de perto. Nós temos que ir lá". E o editor comprou a minha pauta, né. Na época o editor já era o Júlio Veríssimo. Muito cuidadoso, muito preocupado com a minha segurança e da fotógrafa. Eu comuniquei, antes eu comuniquei para algumas fontes da Polícia Federal, para dizer "Ó. Eu estou indo. Eu estou indo para esse local e tudo". Porque realmente eu não fui como jornalista. Para eles lá eu me

apresentei como professora e Patrícia também. Nós éramos da Universidade e estávamos estudando também. Fizemos meio que um disfarce, né. Tanto que ela levou só uma máquina. Era máquina ainda com filme, né. Não levou uma máquina digital. Eu acho que levou uma máquina digital, mas muito assim, não era máquina muito vistosa. Eu escrevia tudo de noite no quarto, lá dentro do barco tinha um quarto.

Como era a definição das pautas?

90% vinha realmente de Manaus. Eu sempre deixei assim, mais ou menos, uma lista de pautas que me interessavam, né, especiais, que eu queria fazer. Eu ia organizando, ia estudando as pautas, apurando, até ter uma coisa bem robusta de apuração já para enviar ao jornal. "Olha. A pauta é essa aqui". Eles me davam orientação também. Vai por aqui, faz assim. Aí tinham os custos para fazer da investigação, né. Aí no caso é o custo de viagem. A Folha já tem um departamento que cuida. Nunca me preocupei com isso. Só me preocupava quando eles diziam que não tinha orçamento para isso. Aí não tinha matéria.

Mas assim. No período que eu trabalhei na Folha, nos primeiros 7 anos, o jornal estava numa posição muito boa acho que financeira tudo, então eu fiz muitas viagens. Tanto que a minha mala ficava sempre pronta, né. Eu fiquei, no caso do mensalão, eu fiquei um mês em Minas Gerais. Eu fui entrevistar aquela secretária que denunciou o Marcos Valério. Ela tinha dado uma entrevista para a Revista *IstoÉ*. Não. O Roberto Jefferson tinha dado a entrevista para a Lupretti falando do caso todo, né, e a secretária deu a entrevista, eu acho que foi pra *IstoÉ*. E eu fui lá entrevistar, fazer o lado humano da secretária. Quem era ela e tudo. Eu tinha conseguido um contato aqui, tinha começado a apuração em Manaus, e aí foi. Cheguei lá e consegui uma entrevista com ela. Conheci a família dela toda, sabe, o advogado, tudo. Foi quando ela falou que ela ia posar na *PlayBoy*, e aí foi a maior coisa aí. Também tinha aspirações políticas. Me contou muita coisa. Ela me deu a agenda dela inclusive. Uma *xerox* da agenda. E com essa agenda nós trabalhamos muito tempo, com nomes. Eu enviei para o jornal inclusive. De pessoas que procuravam o Marcos Valério. Fazia plantão lá a agência do Marcos Valério, em Belo Horizonte. Interessante dessa matéria é que quando eu cheguei lá, ninguém sabia que eu estava lá, eu achava que ninguém sabia que eu estava lá, né, e o primeiro telefonema que eu recebo é da irmã do Aécio. Essa que foi presa agora, se oferecendo para me ajudar. Me dando boas-vindas à Belo Horizonte. Eu estava inclusive no mercado, ia comer um pastel, e ela me liga do nada, né. Eu tenho lá as minhas suspeitas de atender o telefone. Enfim.

E também lá em Belo Horizonte eu acabei investigando um policial que na época desapareceu, sumiu. Ele saiu de casa, levou toda a família e deixou o apartamento todo bagunçado. Aí os vizinhos não sabiam o que tinha acontecido, porque ele era suspeito de levar malas de dinheiro do banco lá para SPM, né. A agência do Marcos Valério. Mas foi um trabalho muito legal. E assim. Algumas pautas eu ficava um mês fora de Manaus. Um mês, dois meses. A morte de Dorothy Stang, eu fiquei a primeira vez quase dois meses fora de Manaus. Inclusive na época a minha filha teve caxumba e eu não estava aqui. Foi tão louco isso que meu marido ligou lá pra Folha avisando, aí o secretário mandou avisar. Eu não sei. Eu sei que lá, na fotografia, a informação que chegou era que o fotógrafo estava com caxumba. E era o Gaudério, Antônio Gaudério, um puta fotógrafo da Folha, né. Ele sofreu um acidente e teve um problema muito sério.

E na hora de propor, você tinha uma noção de que a pauta não ia para a frente e deixava de oferecer ou oferecia mesmo assim?

Muitas coisas eu sabia, né. "Ah! Esse aqui vai interessar a Folha". Com o período você vai vendo, né, você vai percebendo qual é mesmo, como é a linha editorial, e você também... Não é só a linha editorial do jornal, é o pensamento do editor também. Essa pauta aqui vai ser difícil vender para ele, não vai ser fácil. Então às vezes também eu conversava com alguns repórteres e com os coordenadores da agência. Como eu trabalhava na Agência Folha, né, o editor que eu tinha era da Agência Folha. Ele era o coordenador e há também, não sei agora como está, tinham os assistentes. Pauteiros e chefes de reportagem. Eu sempre conversei muito com o chefe de reportagem. Aliás, sem um chefe de reportagem eu não teria tão... eu não conseguiria tanto emplacar as matérias, né, como eu emplacava. Porque primeiro realmente você tem que vender para um chefe de reportagem. E aí o chefe de reportagem gostava e dizia "É boa essa, ein. É boa". Então assim. O Jairo Marques, por exemplo, que foi meu chefe de reportagem, sempre me dizia "Essa aqui é legal. Vamos lá. Vamos trabalhar". Essa pauta ia para a reunião da secretaria de redação, e oferecia-se a pauta e os editores todos gostavam e aprovavam. E aí era encaminhado para o departamento de avaliação de orçamento e tudo. Depois vem a resposta, a pauta foi e você vai viajar. Às vezes levava até uma semana para emplacar uma matéria assim com orçamento, custo de viagem e tudo, né. E às vezes não. "Não. Você tem que ir agora. É assim. Já". Ou então, quando acontecia um fato assim como eu te falei, né, tipo morte da Dorothy Stang, naufrágio, não. "É agora. Vai agora". Então tudo era muito ali no pique da redação, né. Entendeu? Às vezes tinha pauta, eu sei porque eu fiz uma pauta... Não precisou de viagem, mas dava umas comoções na Folha, né. Aconteceu um

fato na cidade chamada Parintins, que fica a uns 400 quilômetros daqui, e ela é uma ilha e tem muitos barrancos no entorno dessa ilha. E foi o primeiro que a gente fez, aquele que tinha acontecido uma grande onda, uma onda gigante. Você não imagina que vai acontecer uma onda gigante no Rio Amazonas. Onda gigante é uma coisa assim, digamos, folclore, né. Aí eu falei com dois pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas e falei também com um geólogo do Instituto Geológico do Brasil para descobrir o que foi aquilo que tinha acontecido. Que onda... como é que pode uma onda surgir no rio, né. Mas tem uma explicação. Isso, na Folha, quando chegou a notícia lá, entendeu, o pessoal da redação, diz que teve uma comoção lá. Como é que foi isso, como é que foi essa onda? Rolava assim "Lá vem a Kátia Brasil, essas coisas da Kátia Brasil. Uma onda!". Então as pessoas ficaram "nossa, uma onda!". O que que aconteceu, qual é a explicação? Como o leito do rio estava na época da vazante, né, então há uma pressão naquela região... é uma região que passam navios cargueiros inclusive e cruzeiros. Então esses cruzeiros eles vão meio que encostando no leito do rio. Vai acontecendo isso. Uma explicação é de que de tanto passar isso aconteceu ali um problema, digamos, não é nem natural. Mas... Uma versão era essa. A outra versão é que houve um abalo sísmico, de grande profundidade, mas houve. E o barranco caiu. O barranco caiu assim, caiu mais ou menos uns 30 quilômetros de barranco e uma pessoa morreu. Todas as casas que tinham na frente do barranco caíram. Não eram casas de alvenaria, eram casas de madeira, porque nessa região os ribeirinhos moram todos em palafitas, né. Mas caíam. As roças. Morreram animais. Muitos peixes morreram também. E aí que o barranco desmoronou de uma vez só. Eles chamam esse fenômeno de terras caídas, mas cientificamente a conclusão é que foi um abalo sísmico. E aí quando a terra caiu quem estava no rio viu a onda se formar. Eu inclusive entrevistei uma pessoa que estava no barco e que viu a onda todinha.

E como era a questão das fontes? Que tipo de fontes você priorizava?

Eu sempre, essa parte toda de povos indígenas, eu sempre tive bom relacionamento com todas as fontes né. Como até hoje. E as minhas matérias eu conseguia emplacar assim na Folha, né. Mas não eram todas. Nem todas interessavam. Realmente algumas ficavam engavetadas. Eu sempre cruzei muito o que as fontes falam, eu sempre tive muito cuidado assim com a checagem e tudo, né. Por exemplo, algumas informações que a gente recebia de, deixa eu ver se eu consigo... Na época assim, na Folha, eu nunca fiz uma grande reportagem com indígenas. Era difícil emplacar matérias com indígenas, com as populações ribeirinhas. Era mais difícil, entendeu?

E já aconteceu de incluir uma fonte e o editor achar que não contemplava?

Olha, já aconteceu assim. Da fonte dar uma informação e a gente não conseguir checar se era realmente verídico, né, mas isso a gente faz até hoje, né. Essa fonte realmente não sustenta isso. O editor falava "Não. Com essa fonte não condição. Não dá. Não tem condições de emplacar isso. Vamos procurar outras fontes, ouvir outras pessoas, inclusive ouvir as fontes oficiais e tudo. Cruzar as informações, certo". Eu sempre fui de cruzar as informações para evitar de cometer alguns erros, né. Principalmente de apuração. Eu sempre fui muito preocupada com apuração. Já aconteceu de uma fonte oficial dar uma informação errada e a gente ter que fazer um erramos, né. Já aconteceu. De até números errados. E a gente teve que fazer um erramos.

Além dessas questões, você, como correspondente, acabou ficando mais na parte de reportagem mesmo? Foi promovida como editora, por exemplo?

Não. Como eu sempre morei em Manaus... Eu cheguei a pedir para morar na Bahia. Teve uma época que eu e meu marido queríamos morar em outra cidade, mas não surgiu a vaga. Eu também tive vontade de morar em Belém, sabe, mas a Folha sempre achou que Manaus onde tinha, era mais estratégico, né, para a Amazônia. E realmente é verdade, né. Aqui a gente está no centro da Amazônia, podemos dizer assim. Mas eu cheguei a pedir. Cheguei a pedir para morar na Bahia e também tive interesse de morar em Belém. De viver um pouco em outra cidade. Mas assim eu nunca tive o interesse de morar em São Paulo, trabalhar na redação. Porque eu sempre gostei de estar viajando. Eu sempre gostei muito... tanto que tem um editor que fala que eu sempre gostei de viajar. Eu sempre gostei de estar em contato com as pessoas. Eu sempre trabalhei, digamos assim, fora da redação.

E você não teve que se preocupar com audiência, com público...

Olha. Na Folha eu vivenciei a transição. Do impresso para o online, né. Pro jornalista da Folha eu entendo assim: sempre foi muito importante a matéria sair no jornal. Porque o jornal é o filé da Folha. Você abrir a Folha de S. Paulo e ver a sua matéria, né, a sua matéria na primeira página com destaque, com o seu nome assinado na primeira página. Eu tive várias matérias assim, assinadas na primeira página. A Folha teve uma época que a gente colocava o nome do repórter lá. A matéria, por exemplo, que eu fiz das FARC's, eu gastei uma semana nessa cidade e investiguei toda essa parte do envio de alimentos para as FARC's. E contei inclusive uma história, a história, do dia a dia. Fiz uma agenda lá do dia a dia, como era meu dia lá. Eu e a fotógrafa inclusive fomos convidadas várias vezes para ir para o acampamento e

a gente dizia que não podia. Chegou um tempo que a viagem começou a ter risco, né, e a gente acabou tendo que adiantar a volta para evitar algum problema de segurança, né. E outras matérias foram assinadas na primeira página. Então assim, o jornal sempre foi a coisa mais importante para todos nós, que éramos jornalistas, que somos jornalistas da Folha e que são ainda da Folha.

Mas não tinha preocupação porque o jornal vendia milhões de exemplares, né. A gente não tinha essa preocupação com audiência como é hoje. Quando o jornal vai para o online nós começamos a escrever para a Folha Online... Chegou um tempo também que a Folha juntou as redações, o online foi para dentro da redação da Folha, e a gente acabou sendo orientado a fazer matérias exclusivas para o online. No final do meu trabalho da Folha, já por volta de 2013, aconteceu essa junção e nós, de manhã cedo, já saía para fazer matéria... Eu lembro que uma das últimas matérias que eu fiz foi sobre a enchente aqui. Eu fotografei, filmei e fiz o texto. Era uma coisa assim... Era loucura, porque era muito serviço para uma pessoa só. Inclusive isso tirava até, teve essa discussão, porque tirava os fotógrafos da linha de frente, né. Em vez de ter um fotógrafo em alguns locais para fazer foto e tudo, o próprio jornalista estava fazendo foto, vídeo e texto. E aqui você mandar vídeo e foto, é uma loucura. Imagine isso em 2013 que a internet estava pior do que hoje. Hoje você vê, eu estou falando com você aqui e a internet está ótima. Mas imagina em 2013. Mas em 2013 o jornal já falava da crise econômica dentro da empresa, também. Então. Não tinha viagem, já não tinha quase viagem. Estava tudo muito difícil. Foi aí que o jornal começou a demitir os funcionários.

Mas no online eu cheguei a dar matérias exclusivas também, matérias rápidas. Acontecia um fato eu já mandava logo. Antes do online ter uma redação maior com jornalistas que já faziam as matérias de lá.

Mesmo no online você não precisava atingir tantos mil leitores ou coisa parecida?

Não porque, em 2013, a Folha já era... o Uol já era o segundo maior portal, aliás, é o primeiro, né. Era o primeiro portal do Brasil. Foi o primeiro inclusive, né. O Universo Online foi o primeiro portal brasileiro na internet. Então é... a audiência era muito grande. Muito grande. Depois a Folha começou a colocar lá quantas pessoas curtiam a matéria, né. Entendeu? Então é isso. Eu acredito que essa audiência ela começou a incorporar no jornalista a partir de 2012. Começou a incorporar isso, entendeu. Tanto que nós tivemos uma reunião, uma das últimas reuniões que eu participei em São Paulo... A gente ia pra lá para fazer cursos, para estudar também, passar por avaliação da professora de português, a gente tinha contato

com os editores. A Folha fazia reciclagem todo ano. Sempre teve, tinha essas reciclagens. E uma dessas reuniões um dos editores disse que era muito importante que a audiência aumentasse para continuar na liderança porque o G1 já tinha entrado, o G1 estava com uma audiência muito alta, né. Acho que já estava... Da Folha Online mesmo, a Folha Online já não estava em segundo. Já era o terceiro lugar. Já estava o UOL e o G1 na frente. A Folha Online não estava lá. Mas como a Folha Online é lida por todo mundo do UOL, então a audiência sempre tá garantida. E ele chegou a pedir para a gente replicar, né, replicar todo mundo. Mas por outro lado tinha aquela coisa também... Eu, por exemplo, não tinha *Facebook*. Eu não tinha *Facebook*, porque tinha uma coisa assim de pessoas que já tinham comentado no *Facebook* trabalhos de outros profissionais e receberam advertência. Tinha um caso de uma demissão não esclarecida de pessoas que foram falar de alguém no *Facebook*. Enfim. O *Facebook* era uma coisa assim meio que "Eu vou para o *Facebook* mas os editores, todo mundo vai estar vendo o que eu estou fazendo, tudo. Não é uma coisa minha pessoal. É uma coisa meio que para compartilhar as matérias do jornal". Então era uma transição ainda, a gente estava vivendo aquele momento.

Quando eu saí da Folha eu abri o *Facebook*, porque não tinha como não falar com as pessoas, né. Começou a ter uma influência muito forte. Aí abri o *Facebook*. E aí a Amazônia Real nasceu toda através das redes sociais, né. Através das redes sociais que a Amazônia Real recebeu melhor visibilidade.

Como é a rotina hoje?

Olha. Eu trabalhava muito na Folha. Acho que até às vezes 12 horas por dia. Trabalhava muito e também tinham as viagens, né, e você viajando você não tem tempo. Eu já passei, aqui na Amazônia Real, mais horas trabalhando do que na Folha. Porque na Amazônia Real eu cuido da editoria, né, eu cuido dos textos, eu edito os textos. E eu também cuido da parte administrativa, toda a parte administrativa é comigo. Eu tenho contato com o nosso contador, eu também tenho contato com o nosso consultor jurídico. Ah, alguma dúvida que é necessária falar com o consultor jurídico eu falo. Nós temos que desenvolver projetos para receber financiamento, né. Então assim, eu e a Elaíze nós temos que captar essas pessoas para conversar. A gente tem que atender muito estudante. Eu e ela nos dividimos nisso também, como você. Outros parceiros que querem nos conhecer, pessoas que querem conhecer a Amazônia Real. Toda semana a gente tem um bate-papo no *Skype* ou no *Face* com alguma pessoa que quer conhecer a gente, ou quer também estudar, entendeu. E isso está virando rotina. Hoje, por exemplo, tem você e depois tem um jornalista de Belém que quer

conversar comigo sobre parceria. E tem a produção. A nossa rede nos estados, né... A gente tem gente agora no Amapá, então estamos com a estreia do Amapá já com uma matéria. Inclusive a repórter vai viajar para o interior para fazer uma matéria com quilombolas. A gente tem uma dupla, né, sempre são duplas, uma dupla lá em Roraima, né, que também está produzindo. Em Rondônia, no Acre. Tem um pessoal aqui de Manaus, a gente tem um repórter que viajou lá para uma cidade mais próxima aonde teria acontecido esse massacre. Então a gente está vivenciando uma redação. Desde o início da Amazônia Real esse pique da redação sensivelmente frenético do jornalismo convive com a gente cotidianamente. O que difere é que nós não temos uma grande equipe aqui em Manaus que possa mandar todo mundo para todo lugar. Não tem condição. Não tem recurso para isso, mas a gente tem um trabalho muito intenso. E assim, palavras da minha família, "A senhora trabalha mais do que na Folha de S. Paulo. Dorme pensando no trabalho, acorda pensando no trabalho". Conversa trabalho. Tanto que tem horas que eu sou obrigada a não falar de trabalho. Agora não vamos falar de nada. Vamos falar da vida, vamos fazer alguma coisa diferente. Só que a gente vai fazendo coisa diferente, aí vai num passeio e encontra uma pessoa. É uma coisa incrível.

Mas assim. O que é prazeroso no Amazônia Real é que nós estamos fazendo o que a gente gosta, o que a gente ama fazer que é jornalismo. E com uma liberdade, ao mesmo tempo com um senso ético e com uma responsabilidade muito grande, muito grande. A gente tem uma responsabilidade e isso pesa muito sobre a gente. Porque o que nós fazemos, a visibilidade é muito grande, e outros parceiros republicam nossa notícia, né. Então a gente tem uma responsabilidade e um trabalho para garantir que essa notícia ela seja a mais verídica possível, né. Incontestável. E isso, toda essa carga de responsabilidade que a gente tem a gente aprendeu também nas empresas que nós trabalhamos. Eu tenho orgulho de dizer isso. Que eu trabalhei na Folha de S. Paulo, que eu trabalhei no Estadão, que eu fui correspondente do Globo. Trabalhei nos jornais de Manaus também, Amazonas do Tempo, na TV Cultura. Fui estagiária, criei um jornal lá atrás com um amigo, né. Essa base toda, tudo isso que eu sou hoje eu devo muito essa experiência toda. E pessoas que eu encontrei pelo caminho e que me ajudaram bastante em tudo. Desde a edição de texto, a fazer um texto, a apurar, a escrever bem, a escrever direito, a corrigir meus erros, a ser humilde e corrigir meus erros. E ser advertida e saber, ter humildade, abaixar a cabeça e ir em frente, né. Porque nós somos humanos, nós erramos e acertamos, mas no jornalismo realmente a gente tem o dever de colocar ao leitor essa noção correta. E isso tem que ser feito, é feito com muito trabalho. Não pode. Não tem outra palavra, né. O trabalho jornalístico de apuração é o que está na frente de tudo isso que a gente está vivenciando agora. E também com a colaboração de todos os

parceiros. Nós da Amazônia Real temos um grupo de pesquisadores, pessoas que são da área especializada de meio ambiente, que também confrontam muito ideias com a gente. E são eles voluntários que escrevem toda semana um texto novo, né, que falam também, dão a sua opinião. A gente sempre diz "é opinião deles". Nós não interferimos em nada. Os temas são eles que abordam. Aí realmente é bem diferente. Todos os colunistas eles... Alguns trazem a ideia, querem desenvolver uma ideia, mas não sabem como e a gente ajuda também a desenvolver. Nós damos sugestões. "Olha, a gente goste que você aborde esse tema e tudo, mas é uma sugestão. Fique tranquilo". E eles também aceitam e trocam com a gente. Dão também informações para a gente. Porque a gente acaba tendo, no nosso grupo de colaboradores também fontes que nos municiam, né. Que acabam transformando isso em matérias também. Essas informações. E tudo isso é muito importante, né. Essa união que nós temos na Amazônia Real.

As pautas que você tinha na gaveta na Folha, por exemplo, hoje consegue produzir na Amazônia Real?

Sim. Comigo, eu já te contei, que eu tinha aquela pauta dos índios Jumas e eu não consegui viajar e foi a primeira viagem que eu fiz pela Amazônia Real. Fui lá. E interessante é que essa viagem ela rendeu uma coisa assim incrível. Primeiro a amizade com os índios, né, com as mulheres Juma. E, assim, em segundo lugar, que nós estamos acompanhando tudo o que eles estão evoluindo. Em relação à sobrevivência deles na aldeia. Nós fizemos a primeira matéria especial contando como eles conseguiram voltar para o território tradicional. Que eles precisavam de uma moradia digna e faltava uma série de ações públicas na comunidade. Não é só de jornalismo, a gente também tem um trabalho de cidadão de estar cobrando dos órgãos a melhoria para a comunidade. E aí o que aconteceu. Eles conseguiram a escola. Essa etnia, eles têm um ritual das meninas quando ficam moças. Eles fazem a festa da menina moça, né. E nós já acompanhamos duas festas dessas, com colaboração que nós temos lá em Rondônia. O Gabriel Ushida que foi lá e filmou as festas e já fez 12 artigos para a gente com, inclusive, dois vídeos mostrando as festas que são coisas inéditas, né. Porque essa etnia não fazia mais nada. Eles estavam perdendo a língua inclusive. E conseguiram a professora para dar aula. Então assim, a gente está acompanhando. A gente consegue acompanhar sempre o caso deles e agora já temos que produzir uma nova matéria, que a gente já tem novas informações como é que está a situação deles lá.

Isso, por exemplo, na Folha, acompanhar um caso assim era muito difícil, né. Porque é tão grande, a dinâmica é tão grande, que você vai fazer outras coisas. Não tem como você

voltar atrás, para voltar a falar daquele povo, né. E a gente não. A gente consegue falar e... Com a questão da disseminação do celular e das redes sociais, a gente fala com os índios o tempo todo. Eles vão contando as coisas para a gente. Eles abrem grupo e colocam a gente no grupo e a gente fica sabendo o que está acontecendo com os Caiabis, os Mundurucus. Lá com os Juma. Lá no Pará com o pessoal dos Caiapós, a gente tem informação do que está acontecendo. E assim vai. A gente está na onda como eles dizem, né?

Os índios são um exemplo de como vocês conseguem dar visibilidade à essa fonte indígena.

As palavras deles. A gente chama de narrativas, né. Porque a palavra do índio é muito desacreditada, não só na sociedade como nos meios de comunicação. Recentemente, inclusive, uma jornalista aí da sua região, da Universidade Federal... Eu participei de uma banca de TCC chamada Terra Sagrada, da jornalista Desirée. Da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi 2016. Eu participei da banca online aqui, e a banca na Universidade, ela foi aprovada com louvor. Ela fez uma pesquisa com os índios Fulni-ô e ela fez uma pesquisa só no arquivo do Estadão, onde ela teve acesso, né. Nessa pesquisa ela diz que o nome índio, né, ela fez uma estatística, era o que menos aparecia no jornal. Num período aí que ela fez de 3 anos de levantamento. E quando ela ia checar porque a palavra “índio” foi citada, era por assuntos que não diziam respeito aos povos indígenas. Era um apelido, ou o nome da Funai, ou uma novela. Alguma coisa assim. Texto mesmo, sobre indígenas, ela só encontrou um, num caderno de cultura, que não era sobre uma tribo, assim, especificamente. Era um documentário que falava de índios.

E você percebe esse índice na prática? Ou você tem discordância a respeito disso?

Então. Eu acho que isso é a prova real, né, de como eles são tratados pela mídia brasileira. Nós estamos vendo agora nessa questão do massacre, né, a falta de transparência nas investigações e a falta de cobrança da imprensa. Porque se todos os jornalistas estão lá cobrando, pedindo informações e tudo, né, os órgãos federais, que no caso são os responsáveis pela investigação, acabam tendo que se manifestar. Foi o que nós tivemos que fazer, cobrar das autoridades agora nesse final de semana. Enfim ontem as autoridades soltaram uma nota explicando o que estava acontecendo de fato, né. Para evitar a contrainformação e a entropia de informação, né. Isso se chama entropia de informação

porque é tanta desinformação de um caso. Mas os índios lá estão sabendo o que está acontecendo.

É inconcebível hoje, em pleno 2017, a gente ter uma notícia de um genocídio de uma tribo. Se mata 10 pessoas é um genocídio, porque matou o pai, matou a mãe, matou o filho, o avô, entendeu? Quer dizer, você mata uma família inteira. Isso é um genocídio. Se fosse em São Paulo, uma chacina, onde tivessem matado mais de 5 pessoas, é uma comoção. No meio da floresta Amazônia matarem índios que não têm contato nenhum conosco, com essa sociedade que a gente chama de nacional, envolvente, que está se deteriorando a cada dia, não é notícia, né. Não tem interesse dos grandes órgãos. Eu acho que eles ficam na margem de todo esse processo e isso, para mim, é um preconceito. É um claro preconceito contra os povos indígenas brasileiros, que estão aí lutando, lutando muito para a sobrevivência e estão se preparando... Têm muitos índios que estão na faculdade estudando, tem doutores, tem psicólogos, enfermeiras. Sabe? Eles estão lutando na sobrevivência e estão vivendo. E vão ser sempre indígenas. Porque entraram na faculdade sem celular, usam calça jeans... Como muitos juízes ficam dizendo nas suas decisões "Ah, não é índio. Ah, ele mora na cidade, ele tem celular. Não é". Não. Sempre vão ser indígenas, né. Que é o nome inclusive que a nossa sociedade concebeu para identificá-los, mas são povos com nomes de etnias, né. Eles são aquele povo. Eles são povos sim. Com toda a sua cultura, sua identidade, e nós temos que respeitar. E isso é muito forte na Amazônia Real, sabe? Esse respeito por todos eles.

E você considera outra população marginalizada além dos índios?

Então. Tem os quilombolas, que lutam também por reconhecimento, pelos seus territórios. Tem os ribeirinhas, que são as populações que vivem às margens dos rios, que vivem da pesca, vivem do extrativismo. Esses são mais marginalizados que todos até, porque muitos não são organizados, não estão envolvidos em associações, não estão ligados a associações nacionais. Tem um grupo de trabalho da Amazônia, tem a Confederação Nacional de Seringueiros, tem também a Associação dos Extrativistas, né, que elas meio que levantam a voz para essas populações. Mas muitas estão marginalizadas. Ninguém sabe nada deles e estão enfrentando essas grandes obras, que são os atingidos pelas barragens. Eles sofrem muito com essas obras que a gente está vendo aí, que na verdade, no fundo delas só foi para corromper o dinheiro da união, né. Porque é tanta corrupção que a gente vê, essas obras grandes. O que tiraram de Belo Monte, o que tiraram das hidrelétricas do Madero. Então assim, o que a gente vê que no fundo serviu para que? Para abastecer uma cidade, porque a cidade mesmo que onde construiu a hidrelétrica, a energia é cara.

A Amazônia Real recebe só recursos da Ford Foundation?

É. Nós temos ainda leitores, né, leitores que doam. É muito pouco, mas eles dão, fazem doações. São leitores que depositam em conta corrente. 100 reais, 50 reais. Por mês. Mas praticamente 95% do nosso financiamento é da Ford. Nós agora estamos passando por um processo de análise de um segundo projeto com outro financiador, que ainda não foi aprovado, que é a Clua. É um projeto só para reportagens especiais. Se esse projeto for aprovado a gente vai ter a possibilidade de fazer 10 grandes pautas. Inclusive trabalhando com parceiros de outros sites. Um site só, né. Na parte de cruzamento de dados e investigações. E vamos ampliar também.

Então nós estamos por uma avaliação num projeto nosso, na Clua, que é uma organização internacional que tem um trabalho muito grande relacionado ao meio ambiente e nós estamos passando por esse processo. A gente está passando por esse processo e se nós ganharmos essa bolsa, a gente vai poder fazer reportagens sobre meio ambiente.

São esses três pontos de financiamento?

É. A gente ainda não fez o *crowdfunding* porque nós avaliamos que a crise econômica estava muito forte, né, e também é um trabalho muito grande para uma equipe pequena como a nossa. A gente tem que ter uma dedicação muito grande para o *crowdfunding*. Nós não temos uma equipe para isso, mas esse ano a gente vai ter um consultor de projetos que vai entrar na equipe. A gente está em conversação com duas pessoas, estamos avaliando os currículos das pessoas, o trabalho delas. E é isso. Esse ano também nós vamos ter um outro evento. Nós tivemos aquele evento em março, você acompanhou o nosso debate, né? Aí agora em outubro nós vamos fazer 4 anos. Nós fizemos uma parceria com a Universidade Federal do Amazonas e nós vamos trazer a Eliane Brum. Nós vamos fazer uma imersão com nossa equipe com ela, de um dia, né. Vamos conversar sobre jornalismo, vamos trocar experiências, vamos falar sobre as conjunturas do país. E no dia seguinte vai ter a palestra dela na Universidade Federal. E à noite ela vai lançar o livro dela aqui em Manaus.

E vocês vão capitalizar isso de alguma maneira para vocês?

É. É um projeto nosso. A Universidade vai ceder o espaço da palestra da Eliane Brum.

E vocês vão cobrar ingresso?

Não. Não é ingresso porque o financiamento já foi pago. É com financiamento da Ford, então a gente não cobra ingresso. A gente tem uma ideia de fazer algumas coisas, tipo uma loja virtual que a gente possa vender produtos, tipo camisetas com fotos. A gente tem essa ideia de fazer isso, para capitalizar recursos de outras fontes e também fazer eventos pagos. Porque por incrível que pareça o público gosta de pagar, né. As pessoas preferem pagar. Aqui é assim em Manaus pelo menos. Aí não é talvez. Mas aqui é assim. Os caras ficam perguntando, "Mas vai ser pago?". Eles gostam de pagar.

E a gente pensa em fazer alguns. A questão toda são os espaços, né. Porque se a gente consegue um espaço de um parceiro de graça, a gente não tem como cobrar, né. A não ser que ele exija pagamento de som, pagamento de energia. Umas questões assim. Mas a gente pensa em fazer assim também. Trazer algumas pessoas para capitalizar.

E especificamente da Ford, eles exigem alguma contrapartida?

Não existe nenhuma interferência na linha editorial. O que nós fazemos com a Ford, que é uma exigência da Ford, é que a gente envie o relatório financeiro todo ano, né. Nosso balanço. É nossa prestação de contas. Tem um relatório financeiro e um relatório narrativo. O relatório narrativo a gente conta tudo o que aconteceu durante o ano das atividades da Amazônia Real, né. Como foi que foi ampliado, tudo. Desde a audiência a produção de jornalismo. E esse papo que eu tenho com você, por exemplo, a gente registra que teve uma conversa com um aluno de mestrado. Você já está, inclusive, lá nos primeiros relatórios que nós tivemos, desde quando você entrou. A gente registra tudo. Todas as pessoas que nos procuram a gente registra. A gente faz meio que um dossiê realmente, né.

Então esse é o único retorno que eles pedem?

É. As prestações de contas. Quando nós temos dúvidas, assim, de alguma coisa em relação a nossa postura, né. Porque às vezes a gente não conhece alguns parceiros que se aproximam da gente. Por exemplo, a gente não recebe recurso de fonte pública. Nem recebemos recursos de instituições ou empresas envolvidas com crimes. Crimes de trabalhos escravos, crimes de corrupção, crimes ambientais. Já teve organização que estava respondendo processo por crime ambiental. Então se a gente defende o meio ambiente e a gente faz o tempo todo matérias investigativas sobre meio ambiente, é uma contradição a gente receber dinheiro de uma fonte assim. Isso inclusive está lá dentro dos nossos anais, digamos assim. Essa questão está lá bem clara.

Esses outros profissionais que trabalham com vocês, qual é a relação?

Nós não temos nenhum contratado, né. Nós não temos um funcionário de carteira assinada pela Amazônia Real. Nós temos o editor de fotografia... todos são PJ. São todos CNPJ. Editor de fotografia, repórter. Aqui em Manaus nós temos dois repórteres, né. Fora eu e a Elaíze a gente tem mais dois repórteres. Eles são microempresas. Microempresários. Já têm suas empresas, inclusive. Já tinham suas empresas antes de trabalhar com a gente e resolvemos trabalhar nesse sistema também.

Mas nós temos que ter um funcionário sim. A gente está se preparando para poder já contratar. Porque nós estamos encerrando um estágio e nós vamos começar um outro estágio já com uma aluna. Então a gente queria ter essas pessoas na nossa equipe. E esses estagiários, na verdade, pelo menos a nossa linha de trabalho é ensinar e só no final do estágio é que eles publicam a matéria deles especial. Eles não produzem nada para a Amazônia Real em termos de texto. Eles produzem pautas, eles mandam pautas. Eles municiam, por exemplo, a gente utiliza eles... Ele, pelo menos, agora só um. Decupagem de texto, de áudio, né. A gente pede eles para pesquisar. Aí também existem cursos que a gente é convidado a gente manda o estagiário. E eles vão aprendendo, né. Mas a gente tem vontade de contratar para que vire um funcionário contratado. Mas para isso a gente tinha que ter outros recursos, mais recursos, porque a taxa tributária é muito alta para a gente pagar um funcionário de carteira assinada. Nós somos só um pequeno negócio que está crescendo agora.

Você disse que cuida da parte administrativa. A Elaíze também cuida?

Não. A Elaíze cuida da parte de reportagem. Na verdade, e Elaíze é uma repórter muito boa. E o tempo dela realmente é obcecado pela reportagem. Ela cuida também da revisão de texto. Também envia pauta para os repórteres, analisa pautas enviadas pelos repórteres. Ela cuida do conteúdo. Ela cuida das redes sociais também. Ah, eu não te falei. Nós contratamos uma pessoa para cuidar das redes sociais. No Instagram você já pode ver algumas coisas diferentes que já está sendo feito por ela. Porque agora ela deu uma parada porque ela teve que viajar para cuidar da saúde. Nós temos essa pessoa contratada. Isso tudo já é nessa terceira fase do projeto da Ford. Nós tivemos recursos para contratar uma pessoa de comunicação e marketing e vamos ter recursos para contratar um consultor de projetos. E eu cuido da parte de administração e eu sou editora de texto também. E também cuido muito, a maior parte do meu tempo também é gasto com a postagem das matérias no site, né. Postar

fotos, texto. No site sou eu quem posto isso. Eu e o editor de fotografia. Elaíze também faz esse trabalho, mas eu geralmente faço a revisão final.

E nessa parte administrativa e do site você em algum momento se preocupa com audiência?

Sim. Sim. Sim. Eu inclusive utilizo a minha própria rede para divulgar as matérias da Amazônia Real. Fico vendo a audiência, fico analisando. Quando eu vejo que a audiência está baixa eu peço para os repórteres todos compartilharem, passarem para as suas redes também. Porque é um trabalho de formiguinha, né. Todo mundo vai... A gente vai começar também a fazer algumas matérias patrocinadas. A gente também já tem recurso para isso.

Mas como funciona?

Essa questão do patrocínio no *Facebook* a gente utiliza como recurso de doação mesmo. Porque a gente também não vai pagar muito alto, né. Não temos condições. A gente gasta tipo 6 reais, 5 reais. Patrocinar o post. Porque a gente nunca pagou na verdade. Aliás. A gente pagou post no *Facebook* no início. Mas o *Facebook* cobrava em dólar no cartão de crédito. A gente fez uma vez, aí o *Facebook* nunca cobrou e nós ficamos meio assim cismadas. Agora a gente já vai fazer isso. Mas patrocínio mesmo a gente nunca vai fazer isso. Isso é coisa para o *Google*.

Mas eu esqueci de te falar. A gente está com uma boa relação com o Marcos Túlio Pires do *Google* que me convidou para fazer, para participar, daquele evento em São Paulo, né. O *NewsLab*. E a gente deve fazer alguma coisa com eles. Estamos aí esperando ter uma conversa. Pelo menos de reciclagem de pessoal de tecnologia e também nós temos uma equipe que trabalha com a tecnologia, né.

Audiência, você também reporta pra Ford?

No relatório narrativo, quando a gente vai reportar, a gente reporta tudo. A audiência, tudo. Tudo o que aconteceu. As coisas boas, as coisas ruins. Os obstáculos. Tudo a gente reporta.

APÊNDICE D - Entrevista individual com Elaíze Farias, uma das fundadoras da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente Amazônia Real

Como foi sua trajetória profissional no último veículo onde trabalhou? Como era a rotina na redação?

Era muito puxado. Havia uma época. Eu sempre fui muito. Mas como eu já estava há algum tempo na redação, com um certo posicionamento de não aceitar tudo, eu não fazia assim duas ou três matérias não. Embora havia essa pressão sim. Eu sempre me preocupei em fazer matérias mais aprofundadas, e eu sempre fui preciosista assim. A pessoa diz “Elaíze você não precisa ser assim tão assim detalhada e tudo”. E eu tive oportunidade de fazer matérias mais aprofundadas mesmo sendo em jornal diário. Não é igual por exemplo igual aqui na Amazônia Real, que você pode apurar com mais cuidado, um dia, dois dias. Tem que entregar na hora, né? Então eu chegava, assim, meu horário era de 9 horas, mas aí eu saía bem tarde. Mas, assim, era uma época que eu estava gostando muito de trabalhar em redação. Era ruim por esse lado, mas eu gostava. Claro que eu tinha muito stress às vezes com o editor, com editora, com outras coisas. Mas foi uma época até boa. Foi uma época muito boa para mim na redação, porque quando eu saí do A Crítica eu fiquei muito triste assim. Foi uma época muito puxada, mas curiosamente, talvez até estranho, foi uma época muito boa para mim na redação do jornal. Quando eu entrei para A Crítica, foi em 2008, 2008, 2009 e 2010 eu fui só repórter de cidade. Eu era repórter, assim, fazia de tudo. De invasão de terra, matérias de problemas de área de risco. Na época daquela cheia, aquela seca grande em 2010, que teve aqui no Rio Negro, eu fui a repórter que fazia mais matérias porque eu me interessava por esses assuntos. E geralmente era eu que fazia esse tipo de matérias. Essas matérias mais assim de meio ambiente, falando de seca, cheia e essas climáticas. A mesma coisa em 2010, 2012, quando teve a cheia grande. Em 2009 teve uma cheia que era até então a maior cheia do Rio Amazonas, do Rio Negro, foi em 2009. Eu viajei. Sabe assim? A origem do rio onde o rio estava. No Alto Solimões. Então foi uma época que eu propunha e eu fazia esse tipo de matérias.

Quando foi em 2011, eu saí do caderno de cidades e fui, o jornal A Crítica estava finalmente estreando o seu site, com o seu jornalismo online, e me chamaram e eu fui para lá para ser editora, repórter, fazer de tudo, né. Pro caderno, editoria de Amazonia. Assim se chamava, uma coisa bem grandiosa. E dentro das minhas possibilidades, foi uma época que eu tive inclusive liberdade de apuração de pauta, né? O que eu fechava saía. Foi quando eu comecei a criar muita fonte, eu já tinha muita fonte, mas foi a partir dali que eu também não fazia matéria só com foco no Amazonas embora a prioridade era o estado do Amazonas. Mas eu meio que conseguia emplacar algumas matérias do Pará, de Rondônia. Foi uma época bem

legal. Eu só fiquei 1 ano. Depois eu voltei para o impresso. Deu um problema lá. Eu também me desentendi com uma pessoa lá. Aí eu voltei.

Quando eu voltei para o impresso, eu voltei como repórter especial já. Já não era repórter de cidade. Eu fazia qualquer matéria, mas eu não queria fazer qualquer matéria lógico. Eu sempre pensava nas pautas antes que alguém passasse uma pauta ruim. Então já pensava numa pauta boa para ninguém empurrar aquelas pautas malas que você sabe que tem. Aí eu estava sempre pensando em pautas. Eu viajei. Fui fazer algumas reportagens. Eu já tinha feito matérias viajando. Não foi a primeira vez não. No próprio jornal A Crítica eu cheguei a fazer.

Quando a gente enfoca matéria de viagem, isso é muito importante aqui embora estado do Amazonas, Pará, ou qualquer outro estado daqui, mas principalmente estado do Amazonas, porque é muito difícil os jornais investirem em matéria de viagem, matéria de campo. Porque é muito caro. Geralmente o deslocamento é por avião, é via fluvial e tem que pagar caro, combustível, você tem que bancar porque não consegue uma carona de algum órgão. E quando o jornal vai fazer é até melhor porque tem mais isenção, né? Então o jornal não vai querer investir numa viagem de 5 mil, de 10 mil, assim, em algo sobre ribeirinhos, sabe? É muito caro, né, para fazer matéria sobre isso. Então eu ficava bem feliz quando o jornal aceitava uma proposta que eu apresentava para uma viagem.

Inclusive em 2012 eu fui para a terra indígena Ianomami, que eles me convidaram inclusive. O jornal bancou minha viagem de avião e de lá, para a terra indígena, eu já fui de carona porque só dá para ir de avião pequeno, teco-teco, aqueles mono motor. E o jornal A Crítica fazia. O jornal bancava nosso deslocamento. Custo diário. Essas coisas.

Então foi 2012 todinho. Até parte de 2013, quando eu até viajei também para uma outra terra indígena, inclusive no vale do Javali, onde está tendo essa problemática atualmente de massacre dos índios isolados do garimpo. Aí depois eu fiz uma matéria grande também, um caderno especial sobre uma espécie de animal ameaçado de extinção que só tem em Manaus. Eu tava com mais liberdade para isso. Mas não era fácil não. Eu fazia, mas não era tão fácil assim.

Até convencer o editor a aceitar essa pauta, a deslocar um fotógrafo para isso. E era assim que era minha rotina. Agora era puxado sim. Puxado mesmo. Era bastante sobrecarregada. Às vezes eu ficava muito cansada, mas nessa época eu estava sentindo que eu estava fazendo um trabalho muito legal, muito importante, de denúncia, quando tinha alguma decisão mais sólida em relação a alguma coisa que eu denunciava, que o Ministério Público tomava alguma matéria nossa para fazer uma representação ou uma ação.

Foi uma época que eu fui para uma matéria, depois até a Kátia também fez para o jornal, a Folha de S. Paulo, que foi uma denúncia de rede de pedofilia no São Gabriel da Cachoeira. Foi nós que demos primeiro. E assim que foi. Infelizmente não pude viajar porque o jornal não quis bancar a viagem. Eu fiz tudo por telefone. O interior do Amazonas longe, com o deslocamento caro. Mas era realmente puxado. Eu ficava cansada, mas eu não reclamava não. Claro que eu gostaria de ter um salário melhor. Mas era uma época boa que eu peguei, no jornal A Crítica, porque eu estava tendo liberdade de pauta também.

Foi mais em relação a época em que você era repórter especial?

Sim. Sim. Eu tentava convencer as pessoas. "Vamos fazer essa matéria". Eu tinha mais liberdade de chegar nas pessoas, entendeu? Já não era mais aquela coisa assim que eu era repórter, eu era a funcionária assim que era cargo menor. Claro que tinha que obedecer toda uma hierarquia. Mas eu tinha liberdade de apresentar sugestão de pauta para os editores e para os diretores de redação, que poderiam concordar ou não. Mas geralmente a gente conseguia dialogar melhor.

Mesmo você propondo você em algum momento pensava em pautas que o jornal talvez não aceitasse e não propunha elas ou você sempre propunha aquelas que você sempre quis.

Eu sempre fui de defender uma pauta. E essas pautas a maioria das vezes eram aceitas. Não eram aceitas de imediato, lógico, né. Algumas pautas não deu para fazer por tempo mesmo e de grana. Às vezes alguma pauta especial era atropelada por um fato que acontecia e não tinha como fazer antes da hora. Era uma pauta mais fria que tinha que aguardar. E a prioridade era alguma coisa que estava acontecendo. Mas assim, se alguma pauta eu apresentava e depois era analisada melhor, eles aceitavam. A gente fazia depois a matéria, né?

E também quando eu sugeria assim as abordagens sobre algum acontecimento que estava tendo aqui na cidade, e algum foco diferente que não estava sendo abordado como eu achava que deveria ser eu também apresentava. Mesmo com aquele temor de jornal de repente mexer com poderoso, mexer com algum interesse econômico. Eu nunca fui realmente totalmente censurada não. No jornal A Crítica nunca. O que eu procurava fazer e era orientada era dizer assim "Calma, não vamos fazer ainda agora porque não é para atrapalhar. Faz depois". Nunca tive essa coisa de "não, essa matéria não vai sair".

Algumas matérias que eu fiz, eu achava que não ia sair e acabou saindo. Teve alguns casos que outros repórteres colegas meus, não significa que com outras editorias, com outros repórteres, isso acontecia. Talvez porque eu não era repórter de política, que é onde tem mais censura. Mas como eu era repórter de cidade, eu dava um jeito de colocar aqui, ali. Uma matéria que talvez achava que não ia sair, mas saía. Até aquela pessoa que estava sendo afetada, o empresário, alguma coisa, ia lá reclamar. Mas sair a matéria já saía, já tinha saído. Se ele quisesse ouvir, falar, a gente dava o espaço para ele, mas a gente não deixava de fazer matéria.

Como funcionava a escolha das fontes?

Geralmente eram fontes... se era uma fonte de agente público, era um agente público funcionário. Não era a autoridade. Era alguém que estava querendo denunciar alguma situação dentro de uma instituição. Geralmente eram aqueles que não podiam aparecer, e me falava e eu ia apurar. Mas geralmente as fontes que eu tinha era mais realmente essas populações com as quais eu trabalho até hoje. População que não tem espaço na grande mídia, populações ribeirinhas, indígenas, extrativistas denunciando alguma situação, alguma pressão de grande empreendimento sobre essa área, procuravam a gente. Eram fontes inclusive que confiavam em mim, que confiavam no meu trabalho que achavam que eu daria um espaço para eles que não estava sendo devidamente dado em algumas outras reportagens sobre o mesmo assunto.

Claro que às vezes a demanda era maior, até hoje é, a demanda muito grande e nem todos os repórteres se interessavam por esse assunto. Porque não se interessava mesmo. Era assunto de pobre né, aquela coisa. E também porque achava que não ia ter grande projeção no jornal, assim. E não dava espaço. Mas eu sempre fui muito cricri. Eu sempre fui muito assim. Querendo ouvir aqueles que não dava para ouvir mesmo. Vou te dar um exemplo, que até a Kátia fez essa matéria.

Em 2009 houve uma grande mobilização aqui em Manaus por uma população de comunidades rurais aqui na área do Rio Amazonas. Era uma população que eu nem me dava conta que essa população existia naquela situação. Existe uma área aqui de Manaus que é a área dos CIGS que é o centro de exército, de treinamento de exército. É uma área de preservação, de proteção, que foi criada na década de 70, que foi cedida pelo governador do Amazonas na época, na ditadura militar. Eles cediam muitos terrenos para o exército nessa época, como a Amazônia toda né. E esse terreno virou uma área muito grande realmente preservada, importante para toda a floresta, mas ela é uma área de treinamento de soldados.

Ocorre que essa área é uma área que tem ribeirinhas. Sempre existiram ribeirinhas lá. E eles nunca apareciam em lugar nenhum. E ninguém nem sabia que existiam ribeirinhas lá. Essas populações. Sabe que essa população ribeirinha a gente usa termo para as populações que vivem na zona rural, na área na beira de rio. E essas populações estavam lá, marginalizadas, sem ter seus direitos respeitados, sob pressão do exército durante a vida toda. Várias gerações.

Em 2009 o exército decidiu retirá-los de lá. Decidiu assim. Deslocamento compulsório mesmo. Eles queriam retirar aquelas populações de lá, porque estava ilegal, era uma área do exército. E eles iam levar para uma outra área aqui em Manaus. O rio Cuieiras. Que era uma área que já existem outras comunidades, outras formas. Como é que eles iam chegar lá assim. E é uma área de terra firme, uma área totalmente nova. Isso ia ser uma mudança drástica na vida dessas pessoas. Só que elas começaram a se mobilizar contra essas mudanças. Eles não quiseram, foram denunciar, foi parar no Ministério Público, justiça. Houve muito barulho aqui em Manaus por conta disso. E toda a imprensa começou a ficar de olho neles. Foi fazer matéria, fomos ouvi-los. Eu até falei para eles "vamos lá ouvir essas pessoas lá na comunidade rural mesmo". Aí tinha que pegar um barco. Não era tão longe aqui, mas tudo é muito caro. Para poder chegar lá, eu já fui lá fazer um freela, paguei 400 reais. Daqui até lá. Que é na zona rural de Manaus. Aí eu comecei a fazer muitas matérias, eu quis fazer vários suítes sobre a história deles, como eles foram parar. E eu conheci essas pessoas. Só que a história delas, dessas famílias, dessas comunidades, que não era só uma. São várias comunidades, mas com foco sobretudo em duas comunidades, eles não tinham só esses problemas com o exército. Eram outros além disso. Aí eu fui contar as histórias deles. As pessoas não sabiam quem eram eles. Quem eram essas famílias, como é que eles viviam, quanto tempo. Diferente do que o exército dizia, eles já estavam lá há muitas gerações.

Depois de muita mobilização eles não foram transferidos. Muita pressão, inclusive social, mas o exército ficou no pé deles durante muito tempo. Aí em 2011 eles sofreram um outro golpe, que foi o governo do Amazonas querendo criar um pólo naval naquela região, no Rio Amazonas, e que previa a desapropriação do terreno. Envolvia você tirar eles pois aquele rio não ia mais existir. Era mais uma proposta de grandes empreendimentos para a Amazônia, para levar o desenvolvimento. Aquelas coisas né. E novamente com eles. E novamente se mobilizaram. Eles novamente me mandaram. "Elaíze, está acontecendo isso, aquilo. Ninguém está fazendo matérias. As matérias que estão saindo nos jornais é só dizendo que o pólo naval vai levar desenvolvimento para o Amazonas. Só que ninguém fala que prevê remoção das famílias". Assim, solicitando apoio né. Aí eu fui com o jornal mostrar o que estava acontecendo mesmo. Fui investigar o que estava acontecendo e fui fazer novas matérias sobre

isso. E enquanto isso eles estavam num processo de regularização fundiária, que estava com uma intermediação do Ministério Público Federal e o exército estava querendo impor a regularização nos seus termos.

Ou seja, eles estavam vivendo as duas situações: a possibilidade de uma obra lá naquela região, que era o pólo naval, que ia ser uma coisa grandiosa. E ao mesmo tempo essa dificuldade de enfrentar um termo de regularização fundiária que o exército estava impondo muitas regras. E inclusive esses, por exemplo, demoraram muito tempo para ter acesso ao Luz para Todos. Por causa do exército que não estava autorizando. O Luz para Todos chegou a várias comunidades menos para eles, por causa de toda essa dificuldade.

Então eu só estou te dando um exemplo para ilustrar o tipo de trabalho que eu fazia, que eu queria mostrar o outro lado que não estava aparecendo em lugar nenhum. Se em outros jornais aparecia só a proposta do desenvolvimento, para o estado do Amazonas, que era assim que era o discurso do poder público, do agente público, do estado. Precisavam ouvir o outro lado, que estava sendo afetado e que ninguém estava dando visibilidade para eles.

E aí eu fui fazer bastante matéria sobre isso. Até fiz uma matéria para Agência Pública sobre esse assunto. Só que nessa época, quando começou a estourar mesmo, em 2012, 2013, quando começou a surgir novas situações. Foi uma época que eu saí da Crítica. Então eu não tinha mais espaço para fazer matéria com eles.

Mas enquanto você estava na Crítica isso não era um problema. Você podia fazer esse tipo de matéria?

Não. Eu fazia. Nunca fui censurada por fazer esse tipo de matéria não. Era uma luta que eu tinha, que eu travava. Eu conversava com a diretora de redação, falava do que se tratava, que era importante. A gente procurava, claro, as fontes antagônicas, para dar o direito ao contraditório. Claro que eu procurava o governo, procurava todo mundo. Mas eu precisava ouvir essas pessoas também, o que elas queriam falar, o que elas sentiam e como é que elas poderiam ser afetadas. Eu não fui, mas talvez até tivesse sido demitida por causa disso. Sabe Deus. Não sei. Esse problema teria sido motivado.

Mas o argumento original era de que estavam cortando custos e acabaram com o cargo de repórter especial e tudo mais. E era esse tipo de matérias que eu fazia. Mas eu realmente conseguia, com bastante malabarismo, colocar as matérias sem que eu fosse realmente censurada.

Na época que mudou para o online, e depois quando se tornou repórter especial, você sentiu que teve algum tipo de acúmulo de funções?

Eu estava realmente com acúmulo de funções sim. Porque eu era editora e eu era repórter. Tinha um acúmulo de funções, mas se eu colocasse para alguém editar, quem que ia editar? Quem seria a pessoa para fazer a edição. Uma pessoa realmente qualificada para fazer esse tipo de trabalho? Então como eu tinha extremo cuidado com as matérias que eu fazia, resolvia eu mesmo editar. Não tinha. Era uma equipe muito nova. Eu cheguei a trabalhar com um editor muito bom, ele editava as minhas matérias, mas ele ficou pouco tempo nesse caderno e voltou depois para o caderno, lá para o impresso.

Então eu mesma editava as minhas matérias. Era um acúmulo de funções mesmo, mas era um cuidado de que o material não saísse ruim. Saísse bem feito, saísse bem editado.

Além desse acúmulo, algum momento se viu relacionada a exigências comerciais, de visibilidade?

Nunca tinha essa pressão, por incrível que pareça. Quando eu estava no A Crítica, como essa época a Crítica tinha endereço no UOL, muitas matérias que eu fiz foram chamadas do UOL. estava começando, acho que também era novidade né. E a pessoa que era responsável por digamos emplacar as matérias por aí, para os outros sites, ele mandava. E eles claro que não colocavam tudo que mandavam, iam analisar, mas muitas matérias chegaram a ser chamadas da home do UOL. Das nossas matérias.

Teve uma chamada, por exemplo, de uma matéria que eu fiz. Eu já não estava mais no site. Eu já estava como repórter no especial, e foi uma matéria grande que eu fiz, uma matéria muito trabalhosa, que teve uma chamada em cima no UOL. Não era na parte de baixo, era na parte bem em cima mesmo. Foi uma matéria que eu fiz, que estava tendo, uma obra aqui na prefeitura de Manaus, de transformar a praia aqui da Ponta Negra, que é a principal praia daqui. A Amazônia veio transformar em praia perene, que eles chamavam. Porque a praia só surge na época da vazante, na região Amazônica, quando tem as cheias, não tem praia nenhuma. Então qual era a proposta do governo: transformar em permanente, perene. Tanto que foi feita uma obra horrível, uma obra malfeita. Teve toda uma polêmica aqui na época. Polêmica local, de superfaturamento, obra malfeita. E foi numa época que morreu muita gente afogada. Morreu, assim, em dois meses, um número elevadíssimo. E não tinha informações se eram realmente mortes porque estavam bêbados, que eles sempre diziam, o poder público, os secretários. Ou tinha algum problema na própria obra, na areia, e

tudo. Então muita gente fez matéria sobre isso na época. Saiu em todos jornais, vários jornais deram. Televisão.

Aí eu resolvi fazer uma matéria sobre a história dessas pessoas que morreram. E eu acabei descobrindo que morreram 17 pessoas em dois meses praticamente. E é um número muito elevado porque a maior parte dos casos de morte por afogamento que tem na região não é na praia. É mais em igarapé, em flutuante, em outro tipo de curso d'água. E não nas praias. E eu fui investigar essa matéria, fui atrás da família dessas pessoas. Fui de um por um. Foi uma matéria que levou mais de um mês para apurar inclusive. Não, foi um mês. Não chegou a mais de um mês não. E quando eu fiz a matéria teve uma grande chamada. Saiu no impresso, saiu inclusive numa página ruim, com muito anúncio. Mas na internet teve bastante espaço. Eu mesma editei, ajudei a editar, com o editor mesmo. Só pelo cuidado, sabe, da matéria. E ela foi muito compartilhada e foi muito clicada na época, não tinha ainda o *Facebook*. Ainda estava começando. Não tinha tanto acesso, mas foi bastante lida.

Mas você não tinha essa preocupação de ter que ter leitura ou não?

Eu não tinha talvez diretamente, mas eu tinha ao mesmo tempo. Quando eu fui para a Amazônia, fazer essa editoria Amazônia, o editor queria que bombasse a partir também da Amazônia. E não ele falou: "tem que ter". Até porque se alguém fizesse isso eu ia ficar chateada porque eu nunca gostei de ser pressionada. Mas claro que eu sabia que o objetivo também era esse. Não era de forma tão explícita, era sempre velado. Mas aí eu fazia o que eu tinha que fazer, o meu trabalho. Aí calhava de ser bem lida. Nem tudo. Nem todas as matérias que eu fazia eram assim, as matérias mais lidas não. Mas assim, muitas que eu fiz foram bastante acessadas.

E o objetivo também era esse meu. Eu queria falar de Amazônia, com as matérias que eu fazia. Quando eu falava de Amazônia era mais sobre essas coisas. Eu fazia matérias sobre ciências também, fazia algumas curiosidades, que as pessoas gostam. Sem ser sensacionalista. E era assim. Eu nem lembro mais direito que matérias que eu fazia, mas era por esse caminho.

A sua especialização sempre foi em cima de meio ambiente e cidades?

Mas quando eu falo meio ambiente, quando alguém fala "ah, eu sou jornalista ambientalista". Não. Eu não sou jornalista ambiental. Eu faço matéria sobre meio ambiente associada com essa conexão com as populações locais, com as populações que precisam desse meio ambiente para sobreviver. Mas quando eu estava no portal A Crítica, eu não fazia muitas

matérias da cidade não. Eu deixei de fazer. Eu fazia mais matérias sobre projetos de hidrelétrica. Eu cheguei a fazer muitas matérias importantes nessa época inclusive. Comecei a investigar mais, fazer mais pesquisas. Saber o que estava acontecendo. Olhar a Amazônia não só focando no estado do Amazonas, mas também nos outros estados.

Porque quando eu estava no impresso, era só Amazonas e Manaus, na verdade. Porque também dá para a gente cobrir toda essa imensidão. Embora seja um número de municípios menor do que o restante do país, em termos de localização e geografia é muito complicado. Então quando eu fazia Amazonas geralmente era alguma coisa de muita importância, de grande impacto e de grande repercussão, como eu dei o exemplo daquela grande cheia do rio que foi recorde em 2009. Porque assim, o pico da cheia em Manaus, no Rio Negro, é em junho. Só que como está o comportamento do rio lá no Alto do Solimões, que é que vai causar impacto aqui, junto com o Rio Negro, eles precisam avaliar. E mandaram já, havia essa previsão de que seria uma grande cheia, porque estava muito rápida a subida do rio, aí quando foi em abril, me mandaram para Tabatinga, lá para o Alto Solimões. Eu fui em três municípios, inclusive. Fiquei uma semana lá para ver como estava situação da cheia lá que iria chegar aqui em Manaus. Quando era Amazonas era com esse tipo de abordagem. Gostaria de fazer mais, mas geralmente são viagens muito cara para fazer esse deslocamento.

É sempre também ligado a essas populações daí?

É. Populações locais e essas marginalizadas. Não vou dar espaço para esse pessoal que não precisa da gente não. É uma cobertura muito desigual. Eles já têm espaço suficiente.

O interesse por esse assunto veio ao longo da sua carreira ou tem algum motivo específico?

Não teve não. Foi assim. Eu me interessei mesmo. Comecei a ler mais sobre isso. Como eu posso falar. Comecei a mergulhar em mim mesma. Eu sendo daqui da região eu teria que falar sobre essas populações que muitas vezes não encontram espaço. Agora o curioso é que eu tive esse olhar quando eu estava fazendo, eu já tinha esse olhar mais aprofundado sim, mas atento para essas populações. Fui ter outras experiências, fui fazer freelas. Comecei a ter tempo de ler mais. De observar mais, de conversar com mais pessoas. Também a minha passagem por São Paulo, quando eu fui fazer algumas matérias como aluna especial lá do mestrado da USP. Eu fui a ter acesso a algumas leituras, pessoas que estavam lá. Quando eu saí daqui eu já estava interessada em fazer. E também quando eu voltei de lá eu voltei com algumas críticas em relação como eles olhavam para as populações locais. É

aquela coisa do olhar muito de pesquisador mesmo, mas sempre etnocêntrico. Sempre aquela coisa de "nós entendemos as populações do Amazonas". Então é esse tipo de coisa. Por que que a gente não pode compreender também.

Aí eu voltei. Só que aqui em Manaus nessa época não tinham muitas pós-graduações de mestrado. Tanto que as pessoas tinham que ir para São Paulo para eles poderem fazer. Porque na época dos governos passados, do FHC e tudo, não tinha. Na verdade mesmo, quando se fala o que houve com o Lula, e não estou defendendo o Lula porque eu mesma tenho muitas críticas a ele, houve essa descentralização da pesquisa. Foi quando teve investimento na academia, nas pesquisas nas outras regiões do país. Norte, Nordeste, que é quando foram criados os programas de pós-graduação. Foi nos anos 2000 praticamente que foram criados vários programas de pós-graduação aqui na Universidade Federal do Amazonas, por exemplo. Já tinha uma só na área de humanas, depois começou a ter várias. Em investimento em pesquisa, em fundações de fomento à pesquisa também. Não que eu entrei, mas eu comecei, de alguma forma, a acompanhar isso. Agora eu lembrei. Também foi criado uma secretaria de ciência e tecnologia em 2003 e tive uma breve passagem lá. Fui convidada pela secretária, ela era uma professora da Universidade Federal do Amazonas, muito conceituada aqui, Ailane Correia, e fui trabalhar com ela. Trabalhei 5 meses. Eu adorei, mas aí eu realmente confirmei que eu não gostava de assessoria de comunicação.

Eu trabalhei como assessoria de comunicação da Coiabe, porque ali não era por ser assessoria de comunicação, mas era porque ali era uma área que eu estava me identificando com os povos indígenas, porque também tem minha própria origem indígena também. Que eu comecei a ficar mais próxima, a me identificar mais. Eu não digo que eu sou indígena assim, mas eu tenho origem indígena. Minha família é de origem, de Parintins, e foi quando eu me aproximei mais desse assunto, do movimento, do debate, das demandas dos movimentos sociais. Eu sempre fui ligada a movimento social. Sempre. Desde quando eu era jovem. Jovem mesmo. Tinha 19 anos, 20. Sempre fui ligada a movimentos. Mas sempre de uma maneira muito discreta. De alguma forma eu era. Tanto que na faculdade mesmo de jornalismo eu já gostava mais dessas questões de movimento social. Mas eu não tinha muita proximidade, mas eu gostava de fazer leitura sobre isso. Eu acabei levando para a prática no decorrer da minha vida.

Entrando nessa parte de repórter especial. Você em algum momento antes de se tornar repórter especial, você já se identificava com esse tipo de atuação dentro de um jornal.

Matérias mais assim aprofundadas?

É. Não sei se você considera isso como jornalismo investigativo. Qual que é a tua visão sobre isso?

Era como se fosse jornalismo investigativo, mas eu não diria que era tanto assim. Eu não tive muita orientação como jornalista investigativo. Eu não sei como que a Kátia, a Kátia teve lá. Mas eu nunca fui. Ninguém me orientou assim. Um editor me orientando, me acompanhando. Eu era meio sozinha fazendo essas matérias na verdade. Eu tinha um editor, ou uma editora, que só recebia pautas. Só recebia as matérias prontas já. Eu conversava com a diretora de redação, que inclusive era minha amiga também, mas naquele momento ela tinha papel de diretora mesmo, não era porque era minha amiga que também "ah, vamos passar". Não. Ela conversava comigo. Mas o direcionamento das minhas matérias era eu quem dava mesmo.

Eu tive um grande editor quando eu estava começando no jornalismo, quando eu era repórter de cultura, que era o Mário Freire. É o jornalismo assim que sempre foi na área de cultura, ele me ajudou bastante naquela época. Isso foi muito importante inclusive pra mim de eu ter sorte de ter um editor muito bom quando eu estava saindo da faculdade. Ele era uma pessoa muito culta, muito inteligente, já tinha noção do jornalismo mesmo. Só que isso foi naquela época. Quando eu fui para o caderno de cidade. Ah, lembrei. Eu tive um grande editor sim, quando eu estava no Diário do Amazonas, que era o Wilson Nogueira, esse que eu te falei que depois foi para a academia aí e não está mais na redação do jornal. Ele era uma pessoa assim que inclusive segurava muito as pontas das nossas matérias. Sabe aquelas pessoas que sempre incentivava, que exportava grandes reportagens. No Diário do Amazonas eu também tive bastante liberdade. Dentro do possível, né, porque sempre tem algum interesse assim de vez em quando, mas eu sabia de lidar. Fui aprendendo a fazer isso. E eu tive essa orientação, mas não foi propriamente no jornalismo investigativo. Era mais uma orientação de edição mesmo, de abordar aqui, ali, de dar espaço. Porque muitas vezes a gente também não tinha tempo. Não dava para fazer naquela quantidade de tempo. Tinha que fazer no tempo que você tem, no tempo que você conseguiu.

Quando eu estava na Crítica, e eu consegui já fazer uma matéria grande, por exemplo. Essa das mortes, das pessoas que morreram, foi bastante trabalhoso, inclusive na

prática. Eu fui descobrir por acaso, por uma questão de convencimento mesmo, o endereço das famílias dos mortos que morreram no Rio Negro. Eu fui numa delegacia, fiquei lá uma tarde todinha, e a mulher não queria me dar os contatos, aí foi quando eu comentei, eu falei, olha só como é até prosaico, eu falei para a mulher que cuida lá do que responde lá pela parte dos inquéritos lá na delegacia. Aí ela perguntou assim para mim: "Tu és de Parintins?". Aí eu disse "eu sou, porque". Ela, "eu também sou e reconheci pelo sotaque". Aí já criou uma empatia sabe. Aí ela trouxe. Na hora eu aproveitei lá. Aí ela trouxe todos os contatos que ela tinha lá, só que a maioria não tinha telefone e foi no endereço. Fui de porta em porta mesmo procurar as pessoas. Os telefones eu abordei, mas eu não consegui falar com todas as famílias. Consegui falar no máximo com 10 pessoas, 11. E eram 17 né. Eu tinha que ir na casa de um, na casa de outro. Procurar o endereço. Não tive nenhuma referência e foi bastante trabalhoso.

Mas aí, nessa época eu era repórter especial e eu me reportava direto para a diretora de redação, e ela segurava. Às vezes eu fazia uma ou outra materinha assim bem curtinha porque estava precisando nesse interim, mas eu consegui fechar. E o editor é que só pegava a matéria pronta e editava.

Você considerava que tinha autonomia nessa época de repórter especial?

Autonomia em que sentido? De escrever o que eu tinha que escrever?

Não só isso. Mas também de tempo, de rotina profissional, de tempo que passava apurando.

Mas como assim? A parte do tempo eu não entendi. Ah sim, o tempo que eles disponibilizavam. Olha. Eu claro que não também não queria extrapolar. Não é assim também. Eu apresentava uma proposta de tempo em que eu iria conseguir fazer. Aí caberia eles concordarem ou não. Só que eu também tinha que ser razoável, né? Também não ia poder pedir 2 meses, 3 meses. Não adiantava, porque eu sabia que a realidade do jornal não era essa. Inclusive tinha uma época que eu tentava fazer o máximo para ser política mesmo. Vou lá, apresento essa proposta, mas eu também não dizer que eu vou conseguir fazer uma coisa para esse mês, para eles exigirem. Não eu não vou fazer isso, porque eu sabia que a realidade do jornal não era essa. Então eu tentava trabalhar dentro do que eu compreendia do que era o contexto do jornal, para que não tivesse nenhum problema depois né. Claro que se eu tivesse com 22 anos, talvez eu não tivesse esse pensamento. Embora muita gente hoje de jornalistas, que são muitas jovens, já conseguem ser madura a esse ponto. Eu não era. Quando eu tinha 20 e poucos anos eu certamente não pensaria dessa forma. Mas eu já estava sabendo que poderia

fazer. Olha eu posso fazer essa matéria em um mês, em uma semana. Então eu mesma sabia o limite que eu poderia. Então isso fazia com que o jornal, os diretores, os editores, não ficassem me enchendo o saco. Eu já saberia dizer porque. Essa é uma coisa que eu fiz, por exemplo, do animal que é um dos mais ameaçados da Amazônia, que é um primata que só tem em Manaus e que é uma situação bem complicada aqui e que eu acho que vai ser extinto inclusive. E não tem uma política de proteção, de conservação, porque Manaus está com sérios problemas de desmatamento. Nesse período que eu estava fazendo, algumas vezes não dava certo, eu ia fazer entrevista e não rolava, porque tinha que as fotos também dos animais. Foi muito complicado de fazer. E nesse período surgiu um convite para viajar para a terra indígena vale do Javali. Ia me atrapalhar completamente na apuração do Sauim-de-coleira, mas eu não podia perder aquela oportunidade. Foram eles que me convidaram e a Funai de lá me autorizou, mas o importante foram os indígenas lá me autorizarem. Era uma matéria sobre pressões de petróleo, que eles estavam sofrendo, porque já era do Peru, porque eles faziam fronteira com o Peru, e eles estavam querendo denunciar isso e ia ter uma Assembleia. Aí a organização que apoia me convidou porque eles mesmo me convidaram, acho que eles chamaram eu e uma outra repórter de Brasília mas só eu fui. Aí eu falei para o jornal. Tem uma importância muito grande, eu fiz a maior, enchi a bola da pauta. "É muito importante os indígenas convidarem a gente, então a gente que vai". Bom. Aí o jornal aceitou bancar a minha viagem até Tabatinga, uma viagem de três horas, e de lá de Tabatinga, eu fui de carona num avião, outra vez, num avião da Funai. Porque não dava para ir de outra forma mesmo não. Só dava para ir de avião e barco, que ia levar uma semana viajando. Aí eu fui e eu falei "olha, mas vai fazer com que eu interrompa a outra apuração, que estava quase no final". Aí eu fiquei lá 6 dias. Voltei. Essa matéria inclusive eu consegui fazer muito rápido. Eu consegui escrever super-rápido porque eu tinha que retomar a outra matéria né. Aí na outra matéria eu estava atrasadíssima inclusive. E já até meus editores falando "Elaíze, tu vais conseguir escrever essa matéria?". Que era um caderno. A proposta era um caderno. Aí eu consegui fazer milagre, eu não sei como. Tipo assim escrever super-rápido. E era um caderno acho que de 8 páginas. Nem sei. E essa matéria foi a última matéria que eu fiz no A Crítica. Quando a matéria saiu, eu fui demitida. Eu nunca esqueço isso, porque ela saiu no dia 30 de março. Nem sei. 30 ou 31. Foi num domingo. E num dia antes a editora me comunicou do jornal, que estava demitindo 15 pessoas, entre jornalistas e fotógrafos, e eu era uma delas.

Inclusive eu fui comunicada da minha demissão, ela teve uma consideração por mim. Eu não fui comunicada no dia que todo mundo foi comunicado. Todo mundo na salinha

recebendo a notícia. Sabe aquela coisa? Tristeza assim? Aí ela me comunicou antes, à parte. Aí foi assim, né? No dia que saiu a matéria eu estava indo lá pegar minhas coisas.

E na Amazônia Real. Qual é a rotina? Volume de produção?

É basicamente aquilo que você escutou da outra vez e a Kátia já deve ter falado. A Amazônia Real começou junto com a Kátia, né. Foi quando eu saí da Crítica e fiquei desempregada e eu não queria trabalhar em algumas outras oportunidades que surgiram. Na verdade, não surgiu muito convite para mim não. Acho que as pessoas não gostavam muito de mim. Não sei. Na verdade, eu não tinha mais espaço. Não tinha mais espaço para mim. Surgiram algumas oportunidades em assessoria de imprensa, mas eu não quis. Até os meus amigos ficaram preocupados "Elaíze, como é que você vai se sustentar?". Eu não sei. Vou dar um jeito. Aí quando veio essa conversa, com a Kátia e com a Liége Albuquerque, foi na época que a Kátia também saiu. Engraçado, a Kátia saiu mesmo da Folha. Aí a Liége uma vez me ligou, diz que estava conversando com a Kátia e queria saber se eu topava também participar dessa discussão, de uma conversa sobre criar um site de Amazônia. E a gente ia definir como seria e foi uma ideia da Liége que me chamou e eu passei a conversar com elas. Teve toda uma primeira reunião, uma segunda reunião, de construção do site.

Mas e hoje? Como é a rotina hoje?

Ah! Achei que você queria saber a origem. A nossa rotina hoje é rotina de jornal. Só que eu tenho um escritório. Eu venho para cá quase todos os dias. Tem uma redação, um repórter vem. Nossa rotina é um escritório. A gente tem uma salinha. A gente vem, faz as nossas reportagens. Faz a nossa programação de semana, de pautas, o que a gente vai fazer, o que a gente não vai fazer. Porque às vezes surgem outras pautas. É como qualquer outra redação de jornal. E tudo que a gente define é eu e Kátia que somos fundadoras, editoras e repórteres. A Kátia cuida mais dessa parte da administração também que fica muito com ela e eu fico muito com a reportagem, junto com o Fábio, que é o outro repórter. E também temos a rede de repórteres que tem nos outros estados. A gente pensa nas pautas e já aciona os repórteres para a gente fazer das outras cidades, que são os colaboradores. Não são repórteres contratados, mas eles recebem bolsa e recebem pelas pautas ou pelas matérias. Nossa rotina é assim. É o tempo todo ligado, o tempo todo na internet, nos e-mails, no *WhatsApp*, no telefone. E é o que está acontecendo. Eu e a Kátia a gente define desde o assunto a ser abordado, a abordagem, uma coisinha que está faltando. Tudo é pensado. Aí também tem o Alberto César que é o fotógrafo, que ele também sugere bastante. A gente procura ele

também porque o Alberto também é jornalista formado e está fazendo mestrado. E então é isso. Nosso trabalho é uma redação mesmo. Só que a gente, nosso ritmo, não é aquele ritmo de ter que escrever daqui a pouco porque tem que fechar e tudo. A gente publica matérias até de noite, de manhã, faz entrevista de madrugada, uma vez eu fiz uma entrevista de madrugada.

Definem alguma periodicidade de publicação?

A nossa proposta é fazer atualização semanal. Não precisa estar todo dia publicando matéria. Desde o início foram sempre reportagens semanais. Sempre matérias sobre temas que estão correntes, que estão acontecendo, mas sempre de forma mais aprofundada. Têm matérias que a gente pode chamar de frias, mas não é tão fria assim porque são sempre temas que estão acontecendo, a gente faz uma apuração mais completa. Ouve todo mundo. Checando mais informações que muitas vezes, algumas vezes, já saíram em outro site, mas a gente acha que tá faltando mais. Então precisa mostrar um outro lado. E sempre a nossa prioridade é ouvir as populações, que foi desde o início, inclusive faz parte do nosso próprio eixo temático, ouvir essas populações. Ouvir as pessoas que estão e os agentes sociais que merecem destaque. Os indígenas, as mulheres, os ribeirinhas, os imigrantes. Essas populações, esses grupos sociais, que estão vulneráveis, são marginalizados, são excluídos, muitas vezes. E que muitas vezes em uma cobertura grande, que é uma cobertura desigual, eles não têm o espaço que precisa. Que merecem também.

E a gente procura isso, nossa prioridade são essas pessoas. Se você olhar nosso site, tem toda uma, a gente está publicando atualmente uma série de matérias sobre mulheres. Das nossas mulheres extrativistas, ribeirinhas, indígenas. É sempre com esse foco, sabe. Dessas minorias, como se diz. E assim que é a nossa rotina. Conversando com a Kátia, por exemplo, nós temos uma informação sobre um número de telefone de uma fonte que o nosso repórter vai falar e que vai ajudar numa cobertura para ele. E é assim que a gente faz.

E é isso que norteia a escolha de pautas e escolha de fontes também?

A gente avalia também se vale falar com determinada pessoa, se realmente essa pessoa não tem algum problema de segurança. A gente define tudo, né? Se a gente errar, é erro nosso. Mas é muito difícil também, né. Não é que a gente não ere, mas a gente procura sempre, é sempre um trabalho conjunto. Só quando é uma viagem, viaja uma pessoa, e vai ficar ausente, tem que tomar alguma decisão rápida, que toma. Mas sempre a gente procura avaliar conjuntamente.

A sustentabilidade de vocês hoje é pela Ford? Eles exigem alguma contrapartida?

Não. A única coisa que eles exigem é uma prestação de contas. Prestação de contas de grana. Em que que foi investido né, por exemplo, nosso dinheiro, porque isso faz parte da política de qualquer instituição doadora. A gente vai prestar contas de que gastou. Tem a parte financeira, né. Os custos financeiros. Imagina você doando dinheiro, você quer saber em que que foi aplicado. Isso geralmente quando acaba o contrato daquele período. E também a gente faz um relatório onde a gente relata o que aconteceu. O que que fez, o que foi possível fazer, o que não foi possível fazer.

Mas assim em termos de contrapartida, por exemplo, vamos fazer determinada matéria porque a Ford está querendo, ou alguma interferência, nós nunca sofremos. E espero que nunca. Aliás isso é muito importante também por a gente ter ficado com a Ford. Porque assim, quando a gente começou a ter financiamento da Ford, quase logo depois que a gente estava trabalhando, foi para conhecer o nosso trabalho e já sabiam que a gente fazia. E a gente não tinha financiamento nenhum na época. Então o que a gente conseguiu fazer com o recurso da Ford foi continuar fazendo o mesmo trabalho que a gente estava fazendo, fazendo do mesmo jeito, só que já com recurso né. Para ampliar o que a gente já estava fazendo né. A gente não precisava mais pagar ligação de telefone. Dava para falar com mais pessoas, porque até então era a gente que se bancava mesmo. A gente tirava tudo do nosso dinheiro. Ajudou a contratar as pessoas, a ter mais repórter, a também pagar o nosso salário. E é isso. É assim que a gente faz. Mas a gente mantém do mesmo jeito, a nossa política é a mesma de quando a gente começou. A gente conseguiu fazer mais matérias e viajar. A gente não poderia viajar antes porque era muito caro.

Vocês têm mais ideias de financiamento?

A gente sempre tem. A gente está com uma proposta, uma ideia avançada de chamar uma pessoa para elaborar projeto. Até porque a gente criou uma associação também, né. A gente é microempresa e também associação. E estamos elaborando, a gente está pensando. Então sempre tem que, a gente, eu e a Kátia, pensando tudo né. De administração, parte burocrática, a reportagem. A gente tem que se dividir com tudo isso. Desde o início a gente tentou conseguir recursos de publicidade. Não conseguimos, porque as pessoas no início não sabiam quem era a Amazônia Real, e num segundo momento a pessoa que era responsável também não conseguiu. Por conta da crise ou por conta do desinteresse de financiar. Quando eu falo publicidade eu falo empresa mesmo, sabe, iniciativa privada. Em algumas iniciativas

privadas, não também todas. Tem que ter todo um critério também. Mas é que não conseguiu. E foi quando a gente teve que recorrer, ainda bem que conseguimos, a filantropia, né. A doação de uma instituição. E estamos num processo de busca sim. A gente não quer ficar só limitado à Ford não. Porque senão a gente não consegue fazer. A região é muito grande, ela exige que a gente tenha mais recursos né. Mais repórteres, mais recursos para viajar.

Quem faz a ponte com a Ford? Quem elabora o projeto?

Como a gente já ficou mais conhecida, as pessoas já sabem como é o nosso trabalho né. Eles procuram. Algumas a gente não consegue, às vezes não vai adiante porque a gente está fazendo outras coisas. Mas aquela da Ford foi de contato mesmo. A gente conseguiu entrando com a, eu não sei como chama a gente o cargo deles.

Vocês precisam apresentar projetos e propostas anualmente para a Ford?

O primeiro contato foi assim: a gente entrou em contato com uma pessoa de lá. Com uma pessoa que eu consegui o contato e mandei um e-mail para lá para ver se rolava mesmo. Foi na coragem mesmo. E a pessoa se interessou e foi conversar com a gente e pediu para a gente mandar um pré-projeto. Um pré-projeto falando o que era a gente, o que a gente fazia, qual era a nossa proposta, o que a gente fazia, qual era a nossa proposta, para que eles conhecessem o nosso trabalho e ser analisado. Aí depois de um tempo a gente conversou inclusive por *Skype* com ele e com mais uma pessoa responsável pelo setor da área de direito na mídia e fomos aguardar um período de 5 meses, foi que eles analisaram.

Aí depois entraram em contato dizendo que a gente tinha sido avaliado positivamente e a gente precisava apresentar um projeto de como é que seria nosso trabalho. Projeto mesmo como se fala, como num edital né. Coisa que a gente nunca tinha feito, mas a gente aprendeu a fazer, fomos ajudadas por algumas pessoas voluntárias, umas amigas nossas que já tinham experiência nessa área, ajudavam a gente a avaliar o que a gente tinha escrito mesmo. A gente colocou a consultoria deles. E assim fizemos. Abordando a Ford, eles aprovaram e liberaram os recursos. Foi uma coisa bem burocrática, né. Assinatura de contrato. À mão mesmo, mandar pelo correio. E até, desde então, a gente faz a renovação do contrato. Sempre com a apresentação do projeto. E sempre assim, ao final daquela fase, daquela primeira parte ali, que é o termo que a gente usa, a gente tem que apresentar o relatório narrativo e o relatório financeiro. Aquilo que eu falei para ti, o que que a gente fez, o que a gente não fez, o que que deu para fazer, em o que que foram gastos aqueles recursos. Eles são muito rigorosos para isso. Se a gente fizer alguma coisa errada a gente tem que corrigir. Nisso é muito rigoroso. É

um trabalho que a gente tem, praticamente vai fazer todos os anos. Além das reportagens e outras atividades. E a cada vez que a gente renova o contrato, a gente tem que apresentar um novo projeto, todos os anos.

E você participa junto com a Kátia?

Sim. Tudo é com a Kátia. A parte financeira geralmente é com a Kátia. Isso é praticamente só com ela. Ela que cuida mais junto com o contador. A parte do relatório narrativa, geralmente somos nós duas. Eu faço um esboço, ela também faz. A gente manda um conjunto essa parte. Porque a gente tem que fazer toda aquela coisa, introdução, uma análise de contexto, uma análise de contexto político, de momento. Aí geralmente eu também faço isso.

Além da reportagem, você cuida de algum outro tipo de função?

Não. Eu fico muito na parte também de conteúdo, de pauta, de sugestão. De elaboração de pauta. A Kátia faz bastante contato, mas eu procuro muito ajudar na parte de sustentação, de contextualização. Faço muita pesquisa para ajudar o repórter. Eu gosto, até eu sempre fiz isso. E eu também faço pesquisa sobre financiamento. Eu estou fazendo isso quando eu estou com tempo. Pesquisar algum possível financiamento futuro. A gente está querendo contratar uma pessoa que faça isso, né. Mas enquanto isso eu vou fazendo aqui também.

Você tem alguma preocupação com o público que acessa o site?

A gente gostaria de ter mais, mas eu geralmente fico pesquisando. Eu pesquiso mais do que a Kátia inclusive para saber como está o acesso, as pessoas lendo as matérias. Eu sempre estou entrando no *Google Analytics*, eu fico fazendo o monitoramento, semanal. Quando eu tenho tempo eu faço diário, mas geralmente não dá. Eu faço muito semanal, até por conta que as matérias a gente não publica diariamente né. Então estou sempre vendo de onde que estão vindo os acessos, quem são as pessoas, esse monitoramento mais dos acessos nas matérias. Quais as matérias mais lidas, eu fico monitorando isso.

Usa esse tipo de informação para o trabalho?

É para a gente também. Para saber como que está sendo a repercussão da matéria. Isso ajuda a gente a melhorar a divulgação. A gente não tinha, agora a gente tem a partir de agora, há uns dois meses, uma pessoa que vai cuidar só da mídia social. A gente não tinha até

porque a gente não tinha recurso. Era a gente que cuidava disso e geralmente eu. Essa parte de divulgação da rede social eu que faço esse trabalho. Tanto no *Facebook* quanto no *Twitter*. No *Instagram* não. A gente não fazia tanto, a gente está fazendo agora porque a gente tem uma pessoa que agora vai fazer esse trabalho. Tipo em agosto, há dois meses, um mês. Serve também para a gente saber e também para a gente colocar no relatório, porque isso também faz parte do relatório, quando a gente apresenta para a Ford. Mas isso aí não é um critério entendeu? Acesso. É importante que o assunto venha a público, que seja compartilhado. Também fico monitorando muito na internet como é que está a republicação das matérias, para a gente fazer o relatório. Isso aí eu faço bastante, de republicação, às vezes descubro uma matéria que foi feita, mas não está com crédito. Eu entro em contato, mando e-mail. Até ligo às vezes para colocar o crédito, sabe. Eu fico fazendo esse trabalho chato, mas eu tenho que fazer. De ficar cobrando os sites que às vezes publicam as matérias sem o crédito para a gente.

Você continua cobrindo essas pautas relacionadas a meio ambiente e as populações?

Eu continuo cobrindo, mas de forma muito mais abrangente, ou com mais liberdade, e com mais liberdade de espaço, porque também no jornal você também não poderia escolher tanto. Porque eles sempre pediam uma matéria mais curta para mim no portal, que não poderia ser tão grande. No jornal também por uma questão de espaço. Você sabe que tem um espaço limitado no papel né. Na Amazônia Real isso não tem, esse limite, a gente faz até matérias longas. Claro que às vezes a gente tem que avaliar, será que vale a pena, será que é o caso de colocar matéria longa. Mas têm matérias que é preciso colocar, então a gente precisa criar mais, então a gente tem liberdade. Uma coisa muito diferente do que a gente teria na Crítica, por exemplo. A gente não tem esse refém de estar escrevendo porque se vai sair ou não vai sair. Tipo fazer um malabarismo aqui, não pode citar no nome de tal pessoa porque senão a matéria não sai. Isso também tem. Então a pauta pode ser a mesma, mas nossa muito mais ampla. Ficou mais diversa. Fazer matérias que eu nunca pude antes. A primeira matéria que eu fiz aqui na Amazônia Real, quando a gente conseguiu recurso da Ford para incluir algumas viagens, a primeira matéria que eu fiz de viagens, foi numa comunidade quilombola, aqui no Amazonas, que nunca ninguém tinha feito matéria sobre eles. E até porque esse sim é um grupo totalmente invisível aqui na história do Amazonas porque primeiro tem um discurso de que quase não existia população negra. E também porque uma população quilombola no Amazonas, aquela coisa. E é uma comunidade muito inacessível, distante mesmo, tem que

atravessar o Rio Negro, subir um outro Rio, o Uruguai, para dentro de uma unidade de conservação sobreposta. A comunidade, há risco de ser removida por conta dessa sobreposição. E no jornal nunca ninguém bancou. Eu sempre propus fazer essas viagens e no máximo ia numa cidade que é Novo Airão, que se chama a cidade, que é onde para conversar com alguns remanescentes dessas comunidades que morava já na zona urbana. Mas eu queria ir para a comunidade, e eu já ouvi pelas pessoas que nunca ninguém tinha ouvido.

E no dia que entrou a fundação, "eu vou fazer essa matéria. Quero ir lá com eles". E eu fui mesmo. Eu fui fazer essa viagem, foi uma viagem longa inclusive, num lugar totalmente inacessível, incomunicável. Quando eu cheguei lá eles até ficaram surpresos. Claro que não cheguei lá totalmente do nada né. Fiz um contato, como todas as nossas viagens, faço contato, com as lideranças, com as pessoas que representam, para poder saber se eles querem que a gente vá. Também tem isso. Não vai chegar lá, como muita gente muitas vezes chega. "Vim conversar com vocês e pronto". Tem todo um respeito com essas pessoas. Então é assim que eu fiz. Na Crítica eu não teria essa oportunidade de fazer essa viagem né. Que eu vi um grupo pequeno de pessoas. Nossa. É de uma importância muito grande. Talvez não seja tão importante em termos de números de pessoas que vai afetar a matéria, ao mesmo tempo de pessoas que vão ser ouvidas pela matéria. Mas é de uma importância muito grande até para registro também. Qual é a importância do jornalismo, para o jornalismo local da Amazônia, para o brasileiro. Isso é de uma grande relevância. E para eles também é uma maneira que a gente tem, uma oportunidade, de ser ouvido, de dar a sua voz sobre a situação que eles tão vivendo.

APÊNDICE E - Segunda entrevista com Gustavo Faleiros, fundador da iniciativa de jornalismo digital autodenominada independente InfoAmazonia

Alguma outra formação além do jornalismo?

Só jornalismo. Fiz mestrado numa faculdade de geografia. Mas meu bacharelado é só jornalismo. Não tenho nenhum colegial técnico.

Trajetória profissional

Meu primeiro estágio foi em 1998. A partir de julho de 98 até o fim de novembro de 98 eu trabalhei no canal 21. Canal de TV UHF. A principal coisa que eu fazia era produção de link na rua, produção de entrevista ao vivo e tudo. Isso foi a primeira coisa que eu fiz.

Aí depois disso, a partir do terceiro ano da faculdade, em maio de 99, eu fui trabalhar numa editora de revistas de música. Chamava-se editora Jazz. E nessa editora eu entrei como repórter da revista batera. Você perguntou na verdade se eu tenho uma outra formação, eu estudei música também. Mas eu não tenho nenhum certificado. O máximo que eu fiz foi, eu estudei na Universidade Livre de Música, que tinha em São Paulo, e aí eu toquei bateria muitos anos assim. Não toco mais, assim, de fazer show, mas eu toquei uns bons anos.

E aí eu entrei como repórter dessa revista de bateria, chamava Batera e Percussão, dentro da editora Jazz, e lá eu fiquei um ano, de maio de 99, até junho de 2000. E lá eu fui repórter primeiro, e depois eu me tornei editor na revista. Porque lá a editora, naquela época, que chama Giuliana Napolitana, que ela chamava, ela ainda é jornalista que eu sei. Ela saiu e ela falou "ah, você tem condições de assumir aí", e aí eu fiquei como editor a maior parte do tempo, que foi uma experiência legal. Conheci um monte de baterista que eu gostava. Não era formado, era no terceiro ano, 99. Eu estava no terceiro ano da faculdade. Ganhava 750 reais.

E aí fiquei lá até junho e tal. Aí começou a encher o saco, porque era muito trabalho, eu trabalhava pra caramba para fechar a revista. Era legal pra caramba, mas eu não tinha nenhuma ajuda. Tem umas revistas que são bizarras. Saíram todas cheias de erro. Era um negócio meio amador assim. Mas acabou sendo legal. Mas aí eu saí de lá em junho de 2000 e aí eu lembro que no final de julho de 2000, começo de agosto, eu entrei no IG. Que naquela época estava com tudo o IG, para trabalhar no Último Segundo. Que é o jornal do IG. Foi legal. Eu trabalhava no que eles chamavam "mesão", que era botar notícia no ar. Mas era um esquema super puxado assim. Eu trabalhava das 6 da manhã ao meio dia, porque tinha uma meta de produção, a gente tinha que postar não sei quantas notícias. Acabou sendo bom, foram os meus primeiros contatos assim, sei lá, o CMS deles era muito tosco ainda né. Então tinha que fazer algumas coisas em HTML. Acabou sendo um bom aprendizado, mas foi ao mesmo tempo meio traumático assim, porque era super industrial o negócio. Tinha uma meta de quantas notícias a gente tinha que colocar no ar. A gente competia com o UOL. Tinha essa

ideia de colocar uma notícia por minuto. Tinha que entrar. Eles fizeram um cálculo de 1800 notícias, que tinham que entrar no ar para dar uma notícia por minuto. E todo mundo ficava nessa pressão assim, não dava nem para parar direito para ir no banheiro. Aí eu fiquei lá até o final do ano. Foi isso. Eu fiquei até o final do ano 2000 lá. Não me lembro direito quando terminou, mas eu saí meio de cara lá. Não gostei muito da experiência.

Quando eu saí no final do ano 2000, é, foi isso. Eu saí no final do ano 2000 de lá. Eu fiquei um tempo fazendo um freela mais relacionados com música. Essa época foi uma época legal. Eu lembro que eu toquei muito essa época. Eu voltei e fiz umas entrevistas lá para o pessoal da revista Batera e tudo. No começo dos anos 2001. Eu me formei então no final de 2000 e aí no começo de 2001 eu fiquei meio livre assim, fiz freelas. Mas aí em maio de 2001 eu fiz, já em abril de 2001, eu fiz uma entrevista lá no Valor Econômico, para um contato que eu tinha lá. Eles me contaram que tinha uma vaga aberta, e eu fui meio, na verdade, meio a contragosto assim. Rolou um pouco de uma pressão familiar, que eu não podia ficar só mexendo com música e não sei o que, *pápápá*. Que eu deveria ir lá no valor, que tinha essa oportunidade.

E aí eu fui em abril, fiz a entrevista. Levei duas revistas da Batera e falei "ó, essa aqui é minha experiência. Fui editor de uma revista de bateria". E eles resolveram me contratar. E me contrataram. Eu lembro que eu entrei no dia 2 de maio, foi o meu primeiro dia no Valor. Quando o jornal estava completando 1 ano. Quer dizer. No primeiro dia que eu entrei lá teve uma festa já de um ano do jornal. O Valor tinha começado em 2000. Eu fui para ser repórter da editoria Brasil. Que fazia macroeconomia, inflação, emprego. Essas coisas.

Aí eu entrei. Entrei em maio de 2001 lá, na editoria, como repórter. E comecei lá. Foi meio ralação no começo. Pegar o jeito, mas as editoras eram muito legais e me deram bastante suporte. E logo no começo já, eu fiz algumas matérias relacionadas com energia e água. Porque estava encaminhando já para a crise do apagão, da crise de energia. Então eles pediram para fazer matéria sobre demanda por poço artesiano, em São Paulo. Eu lembro que foi a minha primeira matéria publicada, foi essa lá. Se tinham mais pedidos para poço artesiano em São Paulo. Aí depois eu entrei bem no meio do turbilhão das coletivas, sobre a crise de energia. Eles concentraram todo mundo para fazer isso. Eu não tinha muito uma área específica. Tinha gente que sabia muito de infraestrutura, muita gente sabia de questões tributárias, mas eu era meio novato então eu ficava meio de um lado para o outro. Quando precisavam de ajuda para cobrir a crise de energia, eu cobria a crise de energia. E fui também tentando outras áreas. Me passaram muita coisa relacionada a varejo que eu achava meio

sacal, ficava tendo que ligar para pessoal de shopping center, loja, associação comercial, tentando descobrir como estava a economia. Então fazendo muitas dessas coisas assim.

A partir do ano seguinte, de 2002, por acidente, ainda no Valor, eles começaram a jogar muita coisa relacionada de mudança climática na minha mão. estava começando a esquentar o assunto, então tinham questões de crédito de carbono. E a água. Sempre muita coisa relacionada a água, e saneamento. Regulação para saneamento, problemas relacionados ao marco legal, privatização para saneamento, investimento em saneamento. Então eu fazia muita entrevista com o pessoal da SABESP em São Paulo. E isso começou a me dar um certo tesão assim de fazer. Eu comecei a achar legal pra caramba. As matérias não tinham ninguém fazendo, começou a ganhar destaque, as matérias saíam na primeira página. E eu comecei a gostar muito de fazer isso. Ainda em 2002, no começo de 2002, eles me mandaram, foi a minha primeira viagem, eles me mandaram para o interior da Bahia fazer uma matéria sobre um conflito pela privatização da, acho que BAESA, esqueci o nome da empresa pública de saneamento da Bahia. A igreja estava envolvida e na época o Antônio Carlos Magalhães era o governador e ele tinha cancelado a privatização. Então eles me mandaram para a Bahia para fazer essa matéria. E foi muito legal assim ter feito a matéria e a matéria bombou. Foi para a primeira página assim, todo mundo elogiou a matéria. Então a coisa começou a crescer dentro de mim assim. De fazer matérias relacionadas com água. Eu vi que tinha um espaço e a partir daí também começaram a surgir oportunidades de fazer matérias sobre a Amazônia.

Nesse ano de 2002 foi a eleição presidencial, né, quando o Lula foi eleito, e eles estavam procurando alguém para cobrir a eleição na Amazônia. E eu tenho família no Acre né. E eu falei "ah, eu tenho família no Acre, eu posso ir para o Acre fazer cobertura a partir de lá". E eles me mandaram para o Acre em 2002. E também foi bem legal fazer a cobertura a partir de lá da eleição presidencial. A Marina era candidata a senadora.

E foi isso. A partir desse momento eu já estava, bem claro para mim assim, sobre a questão de fazer cobertura em meio ambiente, eu já tinha feito algumas matérias sobre desmatamento. Comecei a procurar seminários, eu lembro que eu fui num seminário na USP, nessa época, com um professor dos Estados Unidos, falando sobre legislação ambiental. Teve uma questão pessoal também, que foi bastante, me influenciou muito, porque a partir desse ano né, de 2002, foi quando eu conheci a minha agora esposa ne, eu comecei a namorar com ela. E ela é dessa área ambiental. Foi uma coisa que aproximou a gente bastante. Ela já trabalhava, ela é bióloga, ela já tinha bastante experiência. Trabalhava na Amazônia, com questões de sustentabilidade, produtos sustentáveis, essas coisas. E então eu aprendi muito

com ela já nesse momento, porque ela começou a me dar muitas informações que eu era meio novato mesmo na coisa.

Ainda no Valor em 2003, o que aconteceu, foi, ao longo de 2002, com essa história de privatização de empresas de saneamento e tudo, eu fiz uma matéria bem grande sobre uma privatização que tinha dado muito certo em Jundiaí, ao lado de São Paulo, e outra que tinha dado totalmente errado, além daquela da Bahia, que tinha sido em Itú, também em São Paulo. Essa matéria foi uma matéria que eu me dediquei muito, e em 2003 ela ganhou um prêmio, no começo de 2003. Ela foi selecionada como uma das melhores matérias de um concurso que o Banco Mundial fez durante o Fórum Mundial da Água. E esse negócio deu uma super levantada na minha moral na redação. No dia que saiu a notícia, eu contei para a minha editora, ela ficou fascinada. E ela contou, a redação fez o maior auê com tudo isso aí. Botaram na primeira página, que repórter do Valor tinha ganhado o prêmio do Banco Mundial. Então isso deu uma bela levantada mesmo assim na minha carreira. Porque todo mundo se ligou "ah, então tem esse menino aí que escreve sobre meio ambiente, sobre água". E me mandaram para o Japão por conta desse prêmio. Eu fui para o Japão cobrir o Fórum Mundial da Água em março de 2003. Aí eu fiz um monte de matéria lá. Aprendi um montão. Eu fiquei duas semanas no Japão fazendo matéria. E mandei ver assim.

E a partir desse momento eu comecei meio a batalhar para que fosse a minha área, meio ambiente, no Valor. Aí eu propunha só pauta de meio ambiente. Queria ir em evento de meio ambiente. Meio que fui querendo ocupar, virar o dono do assunto. E as pessoas reconheceram isso, embora nem sempre tinha tempo só para fazer isso. Tinha que fazer as outras coisas também, mas foi uma coisa que começou a se consolidar a partir daí.

E fiquei mais fazendo isso, fazendo isso, fazendo isso, até que eu achei que eu queria estudar mais e busquei essa oportunidade de fazer um mestrado e achei esse mestrado em política ambiental no *King's College* em Londres, e fui para lá. Aí mandei uma proposta praquela bolsa *Achievening*, do Consulado Britânico, e fui selecionado. Nessa época eu já tinha ido, eu lembro que em 2003 eu já fui bastante no fim do ano pra Amazônia, fazer reportagem. Fui pra Trombetos, reportagem sobre mineração de bauxita. Pro Pará. Fui pra BR 163 no Mato Grosso fazer matéria, quando o Ciro Gomes e Marina foram para lá ter um encontro com os índios do Xingu, por causa da estrada. Aí eu fiz uma matéria grande sobre a BR 163 nessa época. Então eu já estava bem dedicado ao tema. E eu acho que isso ajudou na bolsa. Eu falei bastante, na entrevista, eu falei bastante sobre essa questão do conflito que existe no Brasil entre desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia.

E fui. Fui para o mestrado em setembro de 2004. Sem muita ideia clara do que que seria a minha área de cobertura. E foi bom assim. O mestrado foi uma boa oportunidade para aprofundar alguns temas, embora acho que o modelo britânico de ensino é muito parecido com os das universidades brasileiras, tem pouca visão prática do uso. Eu gosto desse lado assim, mas é bastante o que eles falam de *critical thinking*. São aulas que você fica lá, conversando e discutindo. Foi ótimo para ter bastante leitura. E aí eu optei, dentre todas as leituras que eu fiz, em fazer uma tese sobre o setor de álcool, etanol, biocombustíveis. estava um assunto forte. A minha família é do interior de São Paulo, apesar de uma parte da minha família ter ido para o Acre para trabalhar com pecuária, basicamente, uma outra parte é da região de Ribeirão Preto. Ninguém trabalha com cana, mas eu sempre, desde pequeno, sempre fui muito para lá e me chamou muito a atenção o avanço da cana. Então eu tinha esse interesse em estudar a cana. E o Lula estava com tudo com essa história de biocombustíveis e *blábláblá blábláblá*. E aí eu fui estudar essa questão do setor de Etanol e me surpreendeu positivamente.

Porque eu fui com uma série de pré-conceitos de como o setor atuava, questão de queima de cana, questão de dano ambiental. Mas o estudo me surpreendeu positivamente, principalmente o setor de cana de São Paulo né. Eu foquei específico nesse setor. Me pareceu um setor bastante pró-ativo em fazer mudanças ambientais. Então, ao longo dos anos, desde o subsídio do PROPO, eles tinham feito várias pesquisas e evoluções no modo de produção deles que... Então essa foi a minha tese assim. Era um pouco mostrando como o setor tinha encarado esses desafios de legislação ambiental. Primeiro não jogar o vinhoto, que era o rejeito da produção, depois a questão de emissões da queima de bagaço. Fui mostrando isso. Então fiz essa tese.

Nessa época quando eu estava na Inglaterra ainda, metade de 2005. Quer dizer, quando eu saí do Brasil em 2004, no mês que eu saí foi o mês que lançaram o Eco. E eu achei o Eco assim fantástico. Eu fiquei fascinado pelo Eco. Achei que era o meio que estava fazendo o melhor jornalismo ambiental. Enquanto eu estava na Inglaterra, eu destrinchava o Eco, mandava carta para eles e tudo. E quando eu estava lá eu mandei uma carta para eles e falei "olha, eu quero ajudar. quero fazer alguma coisa para vocês". Então, ainda em 2005, eu escrevi a primeira matéria do Eco sobre a política ambiental na Inglaterra, questão de legislação, de mudanças climáticas e tudo. Então mandei essa primeira contribuição de lá.

Aí quando eu voltei para o Brasil no final de 2005, eu voltei no Valor. Eu tinha tirado licença do Valor né. Eles me deram uma licença não remunerada, para ficar um ano fora, tive um encontro com a Vera Brandmart, que até hoje é a diretora executiva, editora.

Falei "Ó Vera. A minha namorada está morando em Brasília. Ela está trabalhando no Ministério do Meio Ambiente. Eu acho que eu quero mudar para Brasília porque eu quero morar com ela, mas eu também acho que Brasília é o lugar para se cobrir meio ambiente hoje em dia. O Valor não tem um setorista, nenhum jornal tem um setorista de meio ambiente. Vão ter vários projetos do governo Lula aí, transposição do São Francisco, Belo Monte. Eu acho que a gente vai ganhar cobrindo lá. E eu deveria ir para lá". Aí ela falou "Olha. Infelizmente não vai dar. Porque já tem gente que cobre lá o setor de infraestrutura e energia e a gente acha que dá. O que a gente te oferece é você ficar em São Paulo para cobrir sustentabilidade na editoria de empresas né. Que seria mostrar a atividades de sustentabilidade das empresas". E isso para mim não era interessante. Eu não queria. Eu também queria ir para Brasília porque eu tinha feito essa parte de política ambiental no mestrado e falei para eles que eu não queria.

Então a gente combinou que eu ia sair. Eles foram supergenerosos e tal. Eu saí, mas ainda fiquei fazendo alguns freelas para eles. Nesse final de 2005 eu fui cobrir a minha primeira COP, né, a Conferência da ONU sobre mudanças climáticas em Montreal. E fiz matérias para o Valor e para o Eco já, no final de 2005, lá da COP. Escrevi bastante matéria. Foi uma experiência muito boa eu ter ido pra COP, porque eu aprendi um monte. Foi a COP de Montreal, foi a COP que eles decidiram que ia ter uma continuação da convenção. Que ia ter uma continuação do protocolo de Kyoto. Foi a COP que eles decidiram também que ia ter um mecanismo de compensação de emissões por desmatamento. Então foi um baita aprendizado isso aí. Aí eu voltei, eu lembro, do Canadá, para morar em Brasília, isso já é o começo de 2006, sem emprego fixo.

E eu conhecia o Carlos Eduardo Lins e Silva, que tinha sido um dos editores-chefe do Valor. Aí eu mandei uma mensagem para ele e falei "não Carlos. Estou aqui em Brasília. Será que você não tem alguma coisa. Eu sei que você está trabalhando nessa empresa que se chama Patri, que é uma empresa de consultoria". E ele falou "Não. A gente tem exatamente uma vaga na área de analista de meio ambiente". E aí eu fui lá, fiz a entrevista e entrei na Patri. A Patri existe até hoje. É a única empresa legal, segundo a visão deles, de lobby no Brasil. A posição deles, eles querem aprovar uma legislação de lobby como dos Estados Unidos no Brasil, para que o lobby seja transparente. O que a gente fazia lá era, acompanhava várias reuniões que eram de interesses de clientes. Então eles têm grandes clientes que falam "Ó. Eu preciso acompanhar a câmara técnica de pilhas e baterias do Conama. A câmara técnica de recursos genéticos do IBAMA". Então eles vão mapeando quais são os temas de interesse deles do governo e tem esse pequeno exército de pessoas que vai nessa reunião para acompanhar e escrever relatórios. E eu fiz isso por 5 meses. Foi um grande aprendizado, mas

era bastante massante, porque você passava o dia inteiro ou no IBAMA ou no CONAMA, ou não sei aonde. No Ministério do Meio Ambiente, sentado em reuniões ouvindo discussões técnicas super específicas e, voltando, era como uma redação, mas você tinha que ver a reunião inteira. Não era só ir na coletiva. E aí escrevia relatórios para as empresas, tudo. Eu achei bastante massante. Fora que era uma empresa super dura. Eu tinha que começar, eu entrava às 7h30, todo dia de terno e gravata. Todo dia tinha que estar barbeado. Aí eu falei "Ah galera. Isso aqui eu acho que não é para mim não". E aí eu decidi saí.

Terminando esse emprego em maio de 2006 eu já fiz contato com o Eco e entrei em junho de 2006. Entrei como repórter do Eco em junho de 2006, como correspondente em Brasília. Fiz cobertura de bastante coisa relacionada a desmatamento. Então era o Ministério da Marina Silva. Quase todo mês tinha coletiva sobre operação da Polícia Federal para combate ao desmatamento e essas coisas. E foi aí que eu comecei a ter contato com a questão de monitoramento por satélite. Nessas coletivas. Aí eu comecei, já existia o DETER, desde 2004, né, mas eu comecei a entender como funcionavam os sistemas, fiz muitas entrevistas com o Gilberto Câmara, que foi o grande cara do INPI, que empurrou por todas essas coisas de dados abertos, acesso às imagens de satélite, acesso aos dados. Então isso foi muito importante.

Aí eu fiquei no Eco fazendo isso por um ano. Fazendo cobertura. É. Um pouco mais de um ano. Mais ou menos em setembro de 2007 a Carolina Elia, que era a editora, ela ganhou aquela mesma bolsa que eu tinha ganhado do Consulado Britânico, e foi para a Inglaterra. E nesse momento o Marcos Sacorreia e o Kiko falaram "Ó. Eu acho que você é a pessoa que pode assumir como editor. Quer se tornar editor?". Eu falei "Está bom". Vou me tornar editor".

Aí eu fiquei como editor no Eco. Em alguns momentos meio indo e voltando. Até 2012. O momento em que eu parei foi em 2009, porque aí a minha esposa, Renata, foi fazer mestrado na Inglaterra, e eu fui com ela. E nesse momento, em 2009, a gente fez lá um arranjo e eu fiquei mais escrevendo do que editando no Eco.

Então foi legal esse período que eu fui para a Inglaterra porque foi o período que eu comecei a fazer coisas junto com o Eco, como eu escrevia só para o Eco, eu não estava editando, eu fiz muitos freelas nessa época. Até para me ajudar a sustentar lá na Inglaterra. Então foram as primeiras coisas. Eu publiquei em inglês. Publiquei num site que se chamava China Dialog. E também comecei a publicar bastante coisa na Folha de S. Paulo.

Eu publiquei uma matéria especial que eu tenho bastante orgulho que a história sobre o Tindle, que é o cara que descobriu o quanto o gás carbônico influenciava no efeito estufa.

Foi o começo da teoria da mudança climática. Foi feita por este irlandês que se chama Tindle. Então eu fiz uma matéria enorme sobre isso quando eu estava lá, que foi publicada na Folha. Fiz uma entrevista com o James Hansen, que era um cientista da Nasa, que também foi o primeiro a ir no Congresso Americano falar sobre mudanças climáticas. Fiz uma cobertura grande sobre a preparação de Copenhague, em Copenhague, em 2009 para a Folha. Foi bem legal ter feito essas matérias para a Folha.

Mas foi nesse momento, em 2009 também, que o Marco Sacorreia, ele teve... Teve um racha no Eco nesse momento. Entre os caras que eram os fundadores. Não brigaram, mas eles decidiram que iam para caminhos diferentes. Então o Eco tinha sido fundado pelo Marcos, o Kiko Brito, que eram, os dois eram do Jornal do Brasil, né. E o Sérgio Abranches. Então o Eco funcionava na casa da Miriam Leitão até esse momento. A Miriam é casada com o Sérgio, então eles foram meio os patronos do Eco.

Então nesse momento, em 2009, eles, por razões principalmente de grana e de direção do Eco eles resolveram se separar. Então o Eco saiu lá da casa da Miriam Leitão. Foi funcionar no Flamengo, no Rio. E o Kiko disse que não queria mais saber também, porque ele ia trabalhar no *Green Peace*. E o Marcos ficou sozinho no Eco com uma visão que os outros não concordavam: que o Eco não deveria ser mais uma redação. Que o Eco deveria ser um site, mas que deveria ter outros projetos.

E aí ele me convidou para ser a pessoa que também assumisse como diretor da ONG. Não só como editor. Da ONG, da Associação O Eco. Para que eu ajudasse a fazer captação de recurso, montar projetos e essas coisas. Eu fiquei bem animado na época. No fundo, olhando em retrospectiva, teve um grande custo essa minha animação assim, mas eu não me arrependo de ter aceitado. Foi superimportante. No final foi o que viabilizou a criação desses projetos todos que eu trabalho hoje. Mas foi bem puxado assim. Esse ano de 2009 a equipe toda teve que ter salários reduzidos. E no começo de 2010 a equipe toda se demitiu. Todos. Ao mesmo tempo. Eu estava em Londres. Fazia isso remotamente. Também não tinha tanta diferença e no fundo eu fazia muita captação de recursos lá também. Consegui recursos do *British Consul* para apoiar o Eco. Consegui outros recursos nessa época.

No final de 2009 o Marcos conseguiu aprovar um projeto muito grande com a Avina. E foi uma pena porque o pessoal não entendeu a importância desse projeto na minha visão, porque o projeto era para focar o Eco em Amazônia. E o pessoal não gostou disso e foi isso que causou... Não é que não gostou. Eles não conseguiam ver essa transição, essa é minha opinião. Eu não briguei com ninguém. Eu sou amigo de todo mundo. Andréa, o Aldrei, a Cris, que eram as pessoas que trabalhavam no site, eles achavam que o site então não era mais o

que eles esperavam, porque eles curtiam não só a Amazônia, e não estava dando muita grana. Todo mundo foi, não foi combinado, mas todo mundo no mesmo mês falou "Ó. Não vai dar mais. Então a gente vai fazer outras coisas".

Aí eu meio que tive que refazer a equipe. Mas esse projeto que foi chamado O Eco Amazônia, era apoiado pela Avina, e a ideia era criar uma rede de jornalistas nos países da Amazônia. Não só no Brasil. Aí eu comecei a montar esse projeto. Aí a gente fez um site novo, que não foi uma boa ideia na verdade, de fazer um site novo. Não foi porque a gente, foi uma das coisas que eu fui aprendendo. A gente tinha o site do Eco que era robusto já, já tinha bastante audiência, e eu no meu amor por plataformas falei "Não. Vamos fazer um site específico para a Amazônia". E a gente meio que jogou o conteúdo para fora do site original do Eco, né? E aí criamos o site Eco Amazônia, criou essa rede de pessoas que começou a escrever. Colunistas. Eu fui o primeiro editor deste site, mas eu já vi que ia ser muito trabalho e aí a Andreia que ficou um tempo ainda começou a editar e depois entrou a Karina Myoto, que não sei se você já deve ter conhecido aí. Ela faz outras coisas hoje em dia, mas ela se tornou a editora de Amazônia, junto com o Giovani, que é um brasileiro boliviano, que depois se tornou o principal aliado do InfoAmazonia comigo. Então eles dois tocaram essa rede e eu tocava a Associação mais o site principal do Eco. Eu ainda editava o site principal.

Aí eu fiz isso. 2010, 2011, Eco Amazônia, O Eco. Muitos encontros, conferências, para tentar levantar dinheiro e tudo. E nesse período foi que eu já também estava totalmente em contato com o pessoal da *InterNews*. Eu comecei através dessas conferências, principalmente as conferências de clima, eu comecei a trabalhar sempre com eles nas conferências de clima. Fui pra Bali em 2007, fui para a Polônia em 2008 com eles. Em 2009 eles me contrataram para trabalhar mesmo na equipe deles na conferência de Copenhague. Enquanto eu fazia a cobertura para o Eco, eu trabalhava também como treinador de jornalistas lá.

E em 2010, 2011, eles apoiaram muito também O Eco, em outros projetos, e a gente sempre com essa ideia de "vamos levantar dinheiro para fazer um site de geojornalismo". Então a gente já falava sobre essa questão de geojornalismo nessa época. A partir de 2009 a gente já falava de geojornalismo. E aí em 2011, e julho de 2011, a gente conseguiu um recurso do Fundo Vale, que a gente tinha bons contatos lá, da Avina e de uma outra ONG que é grande, mas sempre pedem para a gente não citar o nome dela, a gente conseguiu um recurso para levar 30 jornalistas de 6 países para um workshop com o *Google* na floresta Amazônica. Isso foi em julho de 2011 no Equador.

E esse foi o momento chave assim. Porque esse momento foi o primeiro grande projeto que realmente o Eco fez junto com a *InterNews*, além do financiamento pra viagens, essas coisas que já estavam rolando desde 2007, mas foi também a época que a gente criou uma espécie de uma rede consolidada. Então o que que a gente fez nesse congresso. Além do pessoal do *Google Earth* que treinou o pessoal para como usar o *Google Earth* para fazer matéria, como usar imagens de satélite, como usar o GPS na floresta para mapear suas fotos. Quer dizer, todas essas coisas que a gente usa até hoje. Teve duas coisas. A gente criou um grupo que chama ainda Comunicacion por la Amazonia, que no fundo é grupo no *Facebook* hoje, mas ele é muito ativo. Para mim ele representa essa rede, ele sempre está em contato. As pessoas se conhecem e tudo. E surgiu uma ideia de criar um site de dados chamado InfoAmazonia. Essas foram as duas decisões que saíram desse encontro.

O legal é que nesse encontro tinha uma peruana chamada Vanessa Morales, que ela estava, naquela época, começando a fazer a gestão de um fundo para projetos de mudanças climáticas e jornalismo. E aí rolou isso. Já na segunda metade de 2011 ela falou "Ó. Esse fundo pode ser útil para vocês. Vocês deveriam mandar uma proposta". A gente mandou uma proposta e foi aprovado. Então a gente já sabia que ia começar o InfoAmazonia. Indo um pouco para a frente, o que rolou foi, em 2012, eu já muito cansado de fazer a gestão do Eco e tudo. Teve, eu lembro, a cobertura do código florestal que foi, para mim, assim, o estopim do tipo "Eu não posso ficar fazendo a gestão do Eco e ainda cuidar da cobertura e ainda agora fazer esse projeto da Amazônia". Eu vi na bolsa do Centro Internacional de Jornalistas, o ICFJ, uma oportunidade para eu fazer uma transição. Porque eles estavam aceitando propostas com projetos. Então eu falei "Ó. Eu tenho um projeto de jornalismo de dados. Tenho uma proposta de jornalismo de dados, que é um site que chama InfoAmazonia, que já tem tantos mil dólares financiado. Se vocês me apoiarem vocês pagam meu salário a gente faz o projeto crescer mais". Eles gostaram. Maravilha. "Só que, em contrapartida disso, você vai ter que fazer uma consultoria na Folha na segunda metade de 2012".

E aí foi isso. 2012 primeira metade, trabalha pelo InfoAmazonia, lançamos o InfoAmazonia. Em paralelo, eu trabalhava com uma amiga minha, que é a Juliana Mori, que tinha se formado na faculdade comigo, para a gente lançar um projeto de mapas, que se chamava Mapas Coletivos. Porque ela tinha conseguido, junto comigo, um recurso da Fundação Claro. 2012 foi uma loucura cara. Parece que tudo deu certo assim. A gente conseguiu esse recurso da Fundação Claro de fazer uma ferramenta de mapas. Eu consegui a bolsa. Entrou o dinheiro para o InfoAmazonia. Aí eu falei com a Avina e com outras fundações e eles deram contrapartidas para o InfoAmazonia. Começou a rolar um monte de

coisas. A gente conseguiu um dinheiro enorme para o Eco também, nessa época. Para fazer mais reportagens.

O que que aconteceu. Eu passei para o conselho do Eco. Fiquei como coordenador de projetos do InfoAmazonia dentro do Eco, porque era um projeto do Eco. O Mapas Coletivos também era considerado um projeto do Eco, porque era a ONG que abrigava. Então foi uma doidera tudo isso. Até julho de 2012, que foi quando teve a Rio+20, a gente lançou todo esse pacote. InfoAmazonia, novos projetos dentro do Eco, *pápá pá*. Foi esse festerê total.

Aí na metade de 2012, segunda metade de 2012, eu tinha esse compromisso de fazer a consultoria na Folha. Entrei lá um pouco perdido, mas as coisas começaram a se organizar. A gente criou esse blog para funcionar durante a eleição de prefeitos de 2012, que era o Folha SP Dados. Fiz muito treinamento na Folha. Principalmente para a galera do Mural, né. Pro projeto de correspondentes da periferia. Jornalismo de dados para o pessoal da Folha. Acabou virando principalmente isso a consultoria. Muito treinamento, treinamento. Várias coisas.

Até que 2013 o pessoal do ICFJ falou "Ó. A gente gostaria de renovar a sua bolsa. Mas você precisa dar uma proposta para a gente". Então tá. A minha proposta é "não ficamos na Folha mais e a gente cria um time permanente para o InfoAmazonia e para fazer outros projetos". Eles toparam, mas, de novo, eles pagavam a bolsa, mas não garantiam o recurso para a equipe. Fui bater na porta dessa outra, daquela grande ONG que eu não posso nunca citar o nome. Falei "Me ajudem por favor. Porque eu tenho dinheiro para pagar o meu salário, mas eu preciso manter a equipe do InfoAmazonia. A gente vai criar um laboratório de inovação em jornalismo ambiental". Gostaram da ideia, financiaram um ano desse laboratório de jornalismo ambiental. Nessas aí, se formou a equipe fixa do InfoAmazonia. Contratamos o Pixel como gestor de tecnologia. O Miguel Pexe como desenvolvedor chefe. Victor Jorge, como desenvolvedor de base de dados. A Laura Kutzberg, que era americana e que estava em São Paulo como estagiária de dados. Stefano como repórter. Thiago também como repórter. Outras pessoas por projeto.

Demos um super trato do InfoAmazonia. Fizemos o GEO, que é o *software* por trás. O InfoAmazonia, ele existia sem o *software*. Criamos o GEO. O GEO virou um baita sucesso. A *InterNews* começou a financiar vários projetos usando o GEO. Primeiro na Indonésia. Depois no Paraguai. Depois na Índia. Todos esses projetos revertiam recursos para a gente. Começamos realmente a ganhar dinheiro com esses projetos. Fechamos um acordo na África para fazer um projeto lá e fazer um manual de geojornalismo. Então eles mandaram dinheiro para a gente fazer essas coisas.

Fizemos um monte de *hackatons*, relacionados com tudo isso. Isso foi em 2013. Foi o ano que a gente mais trabalhou. A gente criou uma sede, pela primeira vez, em São Paulo, sendo que tudo isso ainda tava atrelado ao Eco. Só que eu já não me via como parte do Eco. Eu trabalhava como conselheiro, fazia muita coisa ainda de função de diretoria na verdade, dentro do Eco. E isso durou 2013. São inúmeros projetos que a gente fez em 2013. Foi o ano da loucura total.

2014 continua essa equipe com bastante recurso, na verdade ainda, porque a gente tinha acumulado todo aquele recurso de 2013 de trabalho. A gente muda para uma nova sede. Estamos bem. Bem bem mesmo. E resolvemos entrar no concurso do *Google*, no começo de 2014. Um concurso do *Google* de inovação social. Eu e o Pixel sentamos, pensamos no projeto dos sensores de qualidade de água. Não tínhamos a menor expectativa que íamos ganhar. Seleção, seleção, ganhamos. Meio milhão de reais. Ficamos super felizes. Agora o negócio vai dar super certo, essa equipe mostra. Tamo aqui. Essa equipe já estava chegando a mais ou menos umas 12, 13 pessoas.

E simplesmente eu não me entendia mais como editor do Eco, pelo que eu estava fazendo em São Paulo e ele estava lá tocando o site no Rio. Aí eu virei para o conselho e falei o seguinte "Ó. O laboratório do Eco está fazendo esse monte de dinheiros com projeto, agora o editor do Eco não se mexe para levantar dinheiro e quer que a gente pague a operação dele como parte do nosso trabalho". Eu falei "Eu não concordo. Eu acho que o Eco deveria se tornar o que a gente é em São Paulo". Não importa que o Eco tenha essa questão... o que eu considero hoje totalmente um erro da minha parte. Ter me colocado dessa forma. Mas acabou sendo bom que tenha sido assim.

E falei tudo isso. O pessoal falou "Não. Não dá para ser assim. O Eco tem uma função, pápápá, pápápá". Ou você se ajeita com o editor, ou você vai ter que sair. Aí eu falei "Ah! Então eu vou sair". "Eu vou sair porque eu acho que não tem nada a ver". Mas assim. Foi amigável. E eles falaram "Então. Esse projeto do *Google* você vai precisar da gente. Você paga uma taxa de administração. A gente acertou uma taxa de administração de 18%. E o Eco administra o projeto com vocês. Até o fim do projeto do *Google* vocês ficam dentro do Eco". E aí foi isso. A gente começou a tocar o projeto dos sensores e pensar a respeito de uma nova organização. Quando a gente falou pela última vez, Gustavo?

Maio do ano passado.

Ah. Então. Agora começa a parte das novidades. Associação Ecologia Digital. Começamos a montar a organização. Chegamos em 2015, continuamos a montar a

organização, fazendo reunião de planejamento, começamos a implementar o projeto de sensores da Amazônia. Fizemos grandes projetos em 2015, conseguimos mais dinheiro em 2015 para fazer o projeto A Política do Desmatamento, que foi o nosso projeto mais bem-sucedido até hoje. Fizemos vários projetos. Entramos em 2015. Grandes projetos. Entramos em 2016 ainda com o projeto dos sensores rodando. Outras iniciativas de reportagem. Isso tudo é InfoAmazonia. A equipe ainda rodando entorno do InfoAmazonia. Aí a gente se fala em 2016 né.

Aí o que que aconteceu o ano passado. A gente montou o conselho da Associação. Montou a equipe da Associação de diretoria. Montou estratégias, *parará, parará*. E quando foi em outubro do ano passado, parte dos associados... Porque essas mesmas 13 pessoas que trabalharam foram todas chamadas para serem associados. Parte dos associados começou a se desentender. Principalmente pelo tamanho que a Associação estava tomando. Não é só uma associação do InfoAmazonia. É uma associação sobre o InfoAmazonia, sobre o projeto com o código urbano, que é mais o pessoal do desenvolvimento, sobre o ambiental, que é uma incubação. Cara, me deu um clique e eu falei "Ó pessoal. Meu projeto é o InfoAmazonia. Eu não vou mentir para vocês. Eu não vou ficar aqui defendendo que a gente tem uma associação maior do que projeto que eu acho que é o principal projeto dessa associação. Então eu acho que eu vou criar uma dissidência e vou me dedicar ao InfoAmazonia".

Porque o que que aconteceu. Não estava mais tempo de levantar recurso. O InfoAmazonia ficou sem dinheiro, a partir do ano passado, do segundo semestre. A gente ficou sem dinheiro. O Giovani, que é essa pessoa que sempre trabalhou com a gente resolveu sair, que é o cara que era meu principal editor do InfoAmazonia. Resolveu sair. Eu falei "Ó. O principal projeto que fez grana até hoje, é o mais conhecido. Não está conseguindo sobreviver, porque que a gente vai embarcar em criar uma associação que tem no mínimo três novos projetos?". E eu, num segundo momento de loucura em menos de 4 anos, resolvi romper de novo.

E falei para o pessoal que não ia dar e que eu ia manter só o InfoAmazonia. Mas nesse caso, de novo, foi a coisa mais certa de ter feito. Porque o grupo continua trabalhando junto de alguma maneira, mas cada um tem que se mexer. Porque o que aconteceu muito é isso. A Associação começou a olhar só para mim como liderança. Porque eu tinha começado. Mas eu já tinha falando "Meu negócio é fazer a gestão do InfoAmazonia. A liderança da Associação tem que ser de vocês". E não estava rolando isso. estava todo mundo esperando que o Gustavo se mexesse para levantar dinheiro. Eu falei "Não meu. Acabou esse negócio de fundraising para mim. Eu quero voltar a fazer jornalismo. Eu quero editar o InfoAmazonia.

Não estou afim de ficar correndo atrás de projeto e escrevendo relatório dia e noite”. E foi isso. A Associação parou. Eu acho que a gente está numa fase ainda de redução assim. Está todo mundo meio "vamos ver o que acontece".

Coisa boa é que o InfoAmazonia está bem focado em conteúdo agora. A gente tem poucos projetos, mas todos os projetos que a gente tem são para fazer reportagem, ou coisas interativas de conteúdo. Trabalhando fixo no projeto só tem eu e o Stefano, que estamos firmes no projeto, mas cada projeto a gente vai contratando. Então, que projetos que a gente tem agora. A gente tem uma parceria com o jornal colombiano *El Espectador*, então a gente lançou um site, não fizemos muito barulho a respeito, mas que é o colombia.infoamazonia.org. Que tem uma, você pode até dar uma olhada aí, que a gente acabou não lançando ainda, mas ele está produzindo reportagens que são publicadas no jornal na Colômbia e publicadas no InfoAmazonia. E esse projeto está financiado diretamente para eles lá.

Além de dados e do sistema que vocês criaram, vocês estão focando em conteúdo de reportagem mesmo então?

Em reportagem mesmo.

E essas pautas elas são escolhidas como?

A gente está focando em temas grande da Amazônia, mas estamos diversificando. Não querendo só fazer aquela pauta "Ah. É o desmatamento, é o dano ambiental". Eu não sei se você teve a oportunidade de ler o texto que eu publiquei no InfoAmazonia, sobre os cinco anos do InfoAmazonia, que foi agora em junho. Eu publiquei esse texto que é uma reflexão que a gente fez, sobre os cinco anos do InfoAmazonia, para falar sobre isso. Não acho que o nosso futuro como projeto é ficar só reportando as coisas que sempre foram reportadas sobre a Amazônia. A Amazônia é como um recurso, basicamente. Tanto o lado de quem quer proteger, quanto quem quer explorar a Amazônia, é sempre a Amazônia como recurso. "Ah. A Amazônia é um recurso para a humanidade. É o pulmão do mundo. Quer dizer. A floresta é um recurso que não podemos perder. Ou, ah, a Amazônia é tão rica em água. A Amazônia é tão rica em minério". Sempre a narrativa é essa. E a gente está nesse meio né. É onde a gente ganha espaço, falando "estamos aqui para prover os dados sobre mineração, desmatamento". Então eu sinto que o nosso esforço é começar a inovar na narrativa também. Com a linguagem jornalística, que é por onde a gente é reconhecido.

De alguma maneira isso já estava no nosso radar quando a gente começou a fazer os projetos dos sensores de qualidade de água. Porque ninguém fala sobre saúde na Amazônia. Então a gente começou a falar "Não. Vamos mostrar que um dos principais problemas da Amazônia é a falta de saneamento". Esse ano, de maio até julho, de final de abril até o meio de julho eu fiquei viajando na Amazônia. Aí a minha matéria foi sobre pesca na Amazônia. Ainda eu soltei essa matéria em parceria com a Piauí. Está publicada na Piauí. Se você procurar a matéria, chama "O Grande Bagre em Apuros". Essa do bagre está no site. Mas a que está na revista é uma crônica também, que eu fiz na Amazônia peruana, sobre, não tem nada de meio ambiente nela, sobre um personagem da Amazônia.

Então eu escrevi uma matéria por semana lá, nesse período que eu tive lá, sempre com esses focos mais abertos assim. Escrevi sobre um casal que é meio, são os patronos de uma comunidade. Escrevi sobre um índio que está fazendo um centro de medicina indígena. Ou seja. Eu acho que pelo conhecimento que a gente tem sobre a Amazônia, está na hora de dar uma ventilada no conteúdo. Não ficar só nesse papo. Tanto que, por exemplo, nessa história da renca agora, eu não achei necessário que a gente participasse. estava todo mundo participando. Nossa contribuição, ao menos que a gente tivesse uma capacidade de fazer uma reportagem muito aprofundada naquele momento, a gente não teria porque participar, só ecoar o mesmo discurso, sabe?

A ideia nesse caso é justamente tentar ecoar outros discursos que você a princípio não vê em outros meios?

Exato. Sem perder de perspectiva que a gente tem a expertise, é reconhecido pela expertise digital e de dados, né. A gente não está perdendo isso. Então, esse projeto da Colômbia, a gente está levando isso para eles lá. Nosso papel é montar os mapas de desmatamento, as pessoas ainda nos pagam por isso. Outro projeto que a gente está fazendo: recebemos uma *grant* do *Pulitzer Center*, dos Estados Unidos, para fazer uma investigação sobre a legislação e as violações ocorrendo com relação à mineração na Venezuela. Então nesse momento a gente tem um repórter lá, um holandês, que fez uma parceria com a gente, que está lá na Venezuela e a gente vai fazer um site específico com mapas e reportagens sobre mineração na Venezuela. Outra coisa que a gente está fazendo muito são parcerias. Então a gente tem uma parceria bem grande hoje com o site Amazônia Real em Manaus. A gente vai fazer uma série de reportagens para eles nesses próximos meses, para publicar juntos. Claro. Eles sempre querem que a gente entre com a parte de tecnologia, mapa, desenvolvimento.

Tamo criando, eu vou fazer uma reportagem ampliada dessa que eu fiz para a Piauí, com fotos e vídeos, porque a Piauí no final só publicou texto, sobre pesca na Amazônia, em parceria com a Repórter Brasil. Isso deve sair nos próximos dois meses. Então a gente está, como não tem uma ONG por trás agora mais, não tamo nem mais com o Eco, e não fundamos a Associação, é um momento de transição. A gente está vivendo um momento de transição bem grande.

O que está nos mantendo é, pequenos projetos jornalísticos e alianças. Aliança com a Repórter Brasil, aliança com esse jornal na Colômbia, aliança com a Amazônia Real. E é Isso. Meu plano é continuar nessa até conseguir sentir firmeza que dá para formular uma organização e ver qual que vai ser o nosso espaço nisso tudo.

Quando você fala em saneamento, fala pela perspectiva das populações?

Sim. Nesses anos todos, principalmente nesses últimos meses que eu fiquei indo e voltando pra Amazônia, mas nesses últimos três meses que eu fiquei direto lá, que eu fiz muitas viagens, visitei muitas comunidades e tal. Fiquei em vários lugares mais isolados. Eu acho isso assim. O jornalismo que é feito no Sul para a Amazônia não tem a menor relevância para lá. Nada. Não muda nada para elas. E as pessoas na verdade acham que a narrativa não está correta. Que você ficar falando que o desmatamento é ilegal, que as pessoas que eles matam são ruins e maldosas, é uma besteira. Porque eles necessitam, algumas vezes, desmatar para poder produzir. Sejam grandes ou pequenos. Então eu acho que a narrativa que é feita pela grande mídia nacional sobre o que que é a Amazônia, não significa nada para as pessoas que estão lá. Elas, de alguma maneira, se conectam com questão de que se necessita preservar, mas, no geral, é só uma visão de colonizador. É isso que eu tentei escrever nesse texto de cinco anos. A Amazônia é neocolonizada pelos brasileiros que têm poder de comunicação. E a gente faz o mesmo, na verdade, no InfoAmazonia. Porque é um projeto que conta com ferramentas altamente avançadas o que que é a Amazônia, e no final ela está comunicando para fora. Tem um papel, claro. O público dos Estados Unidos é grande, eles gostam da nossa maneira de contar, mas isso começou a me incomodar muito durante essa viagem. Eu não quero abandonar a expertise que a gente tem em mapas, em digital e tudo, mas eu acho que eu não quero forçar tanto mais essa narrativa que, ao meu ver, é neocolonizadora.

Então os dados, hoje, na sua visão, eles não têm mais tanta ligação com esse novo propósito?

Eles têm sim. Porque eu acho que eles são ferramentas importantes para fazer um jornalismo melhor, mais preciso. Eu ainda faço isso. Eu ensino isso. Eu estou dando aula, na verdade, estou ensinando sobre jornalismo de dados e jornalismo digital. Mas o que eu acho é. A história e a relevância do projeto para as pessoas, localmente, tem que ser priorizada também.

Nessa transição, de certa forma, a dinâmica de fontes também muda?

Completamente. As histórias das pessoas têm que ser valorizadas. Então algumas coisas que a gente está buscando. Uma história grande que a gente está querendo buscar é sobre resgate cultural. Essa expressão, na verdade, nem é muito boa, mas vamos colocar assim. Resgate cultural de povos indígenas, e tentar envolvê-los nessa discussão. O que eu acho é: o nosso conhecimento de algumas tecnologias pode ajudar a fazer essa conexão das pessoas com o público externo. Então eu ainda vejo a metodologia de hacktons, por exemplo, como algo que pode trazer jovens de comunidades indígenas, de comunidades ribeirinhas, a falar com o público da internet, digamos assim. Então a gente tem feito propostas dessa maneira. Oficinas de comunicação comunitária junto com tecnologia. Então estamos buscando ainda o nosso caminho.

Por incrível que pareça, eu acho que ele tem um retorno na tradição jornalística, mas ao mesmo tempo uma afirmação daquela missão que era da ONG que não aconteceu, da Ecologia Digital, que é usar tecnologias livres para conectar comunidades. Então digamos que é mais ou menos essa a visão que a gente tem agora. A gente gosta de fazer jornalismo, a gente sabe que é importante como instrumento de mudança, mas ao mesmo tempo, a gente não abandona o que a gente começou a fazer todos esses anos, que é a nossa missão de usar as tecnologias como ferramenta de democracia e cidadania.

Os parceiros continuam? Como estão os investimentos? Essa ONG que você não pode citar o nome é uma das financiadoras atuais?

[A ONG que não pode citar o nome] não. A gente não tem mais esse financiamento. O lance deles não quererem ser citados é pela filantropia mesmo. Não é sacanagem. Eles querem ser filantropos sem propaganda.

Mas quem financia atualmente? Vi a *Skoll Foundation* no site de vocês. Ela continua?

A *Skoll Foundation* não está financiando a gente não. Quem financia... A Avina acabou também. Quem financia hoje a gente é a própria *InterNews* que continua sendo parceira, digamos, dona do projeto de alguma maneira ainda. Porque eles financiam a manutenção dos servidores. Então eles financiam os servidores, financiam parte do pagamento do Miguel, que é o desenvolvedor chefe, para fazer a gestão dos servidores. Atualizações do GEO. Tudo isso é financiado pela *InterNews*. Isso tudo por projeto.

A gente teve esse recurso do jornal na Colômbia, *El Espectador*, e, depois, saiu esse recurso agora do Pulitzer para fazer essa matéria da Venezuela. Tem a Amazônia Real, que está passando parte de um financiamento que eles vão receber para a gente. Então a Amazônia Real diretamente está financiando a gente. A Repórter Brasil está fazendo a mesma coisa, eles têm financiamento de uma outra ONG e estão repassando parte para a gente, para a gente fazer as reportagens para eles. E é isso cara. Não é muito mais que isso.

E sobre essa organização *InterNews*, eles exigem alguma contrapartida? Reunião para definir pauta, por exemplo?

Ali a relação é muito próxima. Eles pagaram o meu salário também, né. Até o meio desse ano, desde 2014 até agora o meu salário era pago direto por eles. E eu trabalhei, assim, o InfoAmazonia era parte do trabalho que eu fazia para eles. Eu trabalhava no projeto de instalar também o GEO no Congo. Treinamentos para jornalistas em geojornalismo. Eles financiaram o projeto de sensores de qualidade do ar. Então tinham outros projetos também. Mas eles, na verdade, eles são parceiros. Porque eles adotaram o GEO como tecnologia deles e eles usam em um monte de projetos. E a gente trabalha junto assim. Na verdade é como se fosse parte da equipe. É isso que eu sinto assim. Porque eu estou tão próximo lá do pessoal. Trabalhei lá três anos depois. Como editor do InfoAmazonia eu trabalhava para eles, na verdade. A partir de 2014 foi isso que aconteceu.

Vocês se preocupam com questões comerciais? Cuidam dos projetos. Especificamente sobre número de acessos do site? Vocês têm um compromisso com isso?

A gente mantém o *Analytics* ali. Acompanhamos tudo. O que a gente está vendo agora é uma queda muito grande no conteúdo. Porque a gente não consegue financiar a produção diária de conteúdo. E a época que a gente teve mais audiência foi quando a gente estava todo dia produzindo alguma coisa. É bem pouco hoje. A audiência do InfoAmazonia é

5 mil pessoas por mês. E por projeto às vezes a gente consegue uma mudança. Então eu não estou muito feliz com isso, mas ao mesmo tempo eu acho que não tenho como mudar isso no momento. A gente continua compartilhando coisas no *Facebook*, quando tem conteúdo a gente compartilha. Mas não tem uma estratégia consistente ou pensada nesse momento assim "Precisamos aumentar a audiência para poder...". Claro. Ninguém pode dizer que não gosta de ter audiência, mas não é a nossa prioridade. Não tem como ser a nossa prioridade. Simplesmente não existe recurso para a gente fazer isso.

E as formas de financiamento de vocês continuam sendo a partir de projetos financiados?

É. Não vai ter uma mudança nisso, eu acho. Isso foi, de alguma maneira, essa minha viagem para a Amazônia aí, esses três meses, eu andei muito de barco. Passava dois dias viajando de barco. Foi meio meditativa. Então eu realmente cheguei à conclusão que não é para mim essa história de *startup*. Tipo "Ah. Vou criar um produto e batalhar para vender. Competir". Nada contra. Eu acho incrível que na verdade consegue fazer isso. Eu só acho que a minha própria carreira e o meu tesão pela coisa não me permitem mudar nesse momento. Eu não quero mudar a estratégia do InfoAmazonia de ser uma ONG. Mesmo que ela não tenha agora um CNPJ de ONG. Se um dia ela for virar, se o projeto for se formalizar, o que eu imagino que deva acontecer nos próximos dois anos, ele vai se formalizar como uma ONG e vai continuar buscando recursos de outras ONGs. Eu acho que a única coisa comercial que a gente pode fazer são projetos de treinamento. "Ah. Vou fazer treinamento em mapas digitais numa redação. Então maravilha. Nos paguem para fazer isso porque eu acho que a gente pode ajudar".

***Crowdfunding* não passa pela sua cabeça?**

Passa. Mas eu acho que é um pouco a mesma mentalidade do vender. Porque, isso eu aprendi bastante com a Natália Viana da Pública, que acabou de abrir um *crowdfunding* e eu não aguento mais receber e-mail dela. Ela tipo "Ah meu. No momento que você vai abrir um *crowdfunding* você tem que se tornar a pessoa mais chata do mundo e ficar pedindo mesmo. Não adianta você lançar lá e esperar que os outros vão te ajudar". Você tem que ficar todo dia falando, reafirmando, o que eu acho super válido. E tem que ter a comunidade por trás, né. A Pública é muito clara a comunidade que está por lá, a missão. Você bota dinheiro lá e você está ajudando a fazer jornalismo investigativo. Eu acho que o InfoAmazonia criou uma narrativa que não tem uma comunidade muito específica, né. Ele é reconhecido como um

projeto que usa dados, pela transparência. Eu acho que a gente pode até criar uma narrativa bonita assim. Tipo "Olha. Se você nos ajudar a gente vai publicar mais dados e as coisas vão mudar". Eu acho, eu acredito. Não estou sendo demagogo. A gente tem uma missão que é boa. É só uma questão de público mesmo. Nosso público está muito mal consolidado. Não entraria nessa.

Eu entraria muito num projeto, eu tentei convencer meus colegas desenvolvedores nesses anos todos, de a gente lançar um *crowdfunding* sobre sensores de qualidade do ar em São Paulo, nas escolas. Para eles instalarem sensores de qualidade de ar nas escolas em São Paulo. Eu acho que isso iria superlonge. Eu acho que seria *pápum*, porque as pessoas receberiam um sensor na casa delas, se elas financiassem. Mas aí foi um pouco dessa discussão que eu estava falando assim. O pessoal "Ah. que legal. Muito bom. Mas faz aí e a gente bate palma". Aí eu falei "Tá bom. Não vou ser eu que vou fazer não".

**APÊNDICE F - Entrevista com Graciela Barone Selaimen, *program officer* da Fundação
Ford no Brasil**

Quando a *Ford Foundation* entrou no Brasil e com que Projeto?

A Fundação está no Brasil desde 62, né, então é muito tempo de história e certamente houve apoios no passado para a área de comunicação e jornalismo. Do que eu acompanho mais de perto, posso falar da minha experiência, não do que ficou para trás porque é uma história longa, eu comecei acompanhando o trabalho da fundação na área de jornalismo, não o jornalismo especificamente, mas comunicação de uma maneira geral, por volta de 2000, 2001. Eu coordenava a área de comunicação de uma organização aqui do Rio que era donatária da fundação, que recebia recursos de projetos da Fundação Ford, e quando eu me desliguei dessa instituição eu fui convidada pela Ana Toni, que na época era diretora do escritório da Fundação no Brasil para fazer uma consultoria pensando na criação de uma linha de trabalho aqui no Brasil na área de políticas de regulação da mídia. Isso foi em 2001.

E aí quando foi em 2003, 2004, eu vim fazer essa consultoria para a Ana e aí eu comecei a trabalhar mais próxima a Fundação principalmente quando vinha visita de diretores e outros *program officers* de fora do Brasil, eu fazia viagens com eles para apresentar algum trabalho exploratório que a fundação já tinha nessa área, né, com vistas à criação de um portfólio. Quer dizer, uma linha de trabalho com recursos específicos para fazer esse trabalho na área de comunicação. E de fato essa linha foi criada. Demorou um pouco, mas, em 2009 esta linha de trabalho foi aprovada por Nova Iorque para existir no Brasil e aí em 2010 veio o primeiro *program officer* para fazer este trabalho. Mas a fundação já financiava projetos, mesmo sem ter a linha de trabalho específica. Era um trabalho experimental, mas que financiou, enfim, apoiou todo o trabalho do campo que trabalhava pela regulação da comunicação e internet naquela época. Desde Intervezes, passando pelo FNDC, o início do trabalho do IDEC nessa área, principalmente com políticas de telecomunicação também. Quem mais. AMARC. Na área de conteúdo tinha menos coisas, mas ainda assim a fundação já trabalhava. Por exemplo. A fundação apoio Vídeo nas Aldeias. A fundação apoiou a agência Patrícia Galvão na área de jornalismo e feminismo durante muito tempo. Tinha outros apoios assim para conteúdo, mas a área de política de comunicação foi criada realmente lá por 2009.

Vocês fazem diferenciação entre projetos e sites?

A gente não apoia sites, a gente apoia projetos. A gente apoia instituições, na verdade. Mais do que projetos a gente apoia instituições.

E isso quer dizer que elas têm que estar formadas juridicamente?

Exato. Para receber recurso tem que ter CNPJ, se não, não recebe um câmbio, né. O nosso dinheiro vem de Nova Iorque. Então sim, tem que ter CNPJ. O que não impede que coisas que estão começando, por exemplo, consigam ser apoiadas muitas vezes através até de situações que a gente chama de incubação, como a Agência Pública faz. Ou mesmo a Amazônia Real, o primeiro apoio que eu fiz, elas não tinham ainda uma Associação. Não era uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Era uma microempresa de uma delas e eu apoiei assim mesmo porque foi uma aposta. E esse processo desse primeiro apoio que a gente fez, foi um projeto de um ano, foi o que deu o caminho e os meios, também, financeiros para elas criarem a Associação Amazônia Real.

Quantos projetos vocês financiam no jornalismo?

Jornalismo a gente tem 7 instituições. É. De jornalismo são 7. Na área de audiovisual, especificamente de audiovisual, tá? A gente tem 1, 2... É. Com audiovisual a gente tem 3 organizações trabalhando especificamente. Essa é a área mais recente que eu comecei a fazer uma exploração. Agora tem aquelas que trabalham com as políticas de comunicação, por exemplo, Artigo 19, liberdade de expressão. Intervozes: é liberdade de expressão, direito à comunicação. Quem mais aqui. É. Com essa parte infraestrutura de política são 7.

Essa parte, na verdade, foi na verdade o início dessa área que você coordena agora.

É. Oficialmente sim. Mas, é claro, não é que a fundação não fizesse esse apoio antes, mas isso não era uma área temática.

Existe algum motivo, qual é a motivação, para incentivar projetos com foco na Amazônia?

Bom. O motivo é, claro, está alinhado à estratégia do escritório da fundação. A gente faz um trabalho na Amazônia historicamente, né. Só na área de populações tradicionais, direitos de populações tradicionais, comunidades amazônidas e com interface com a área de mudança climática, enfim, a gente está há 14 anos trabalhando, apoiando, né. Populações indígenas há muito mais tempo que isso. Agora a gente trabalha também com quilombolas. Então esse é um trabalho, é uma linha de trabalho que, sei lá, tem 25 anos que a fundação trabalha. Pelo menos.

Então é claro que o jornalismo na região também fortalece as outras políticas com os quais os nossos parceiros trabalham lá. Então toda a parte de direitos territoriais, direitos humanos, violência contra ativistas, direitos indígenas, direitos das populações tradicionais... Toda essa perspectiva de direitos na região ganha visibilidade, ganha reconhecimento, né, para além da região, mas mais adiante no Brasil e às vezes mesmo internacionalmente, a partir de um trabalho integrado com a área de jornalismo, né.

O objetivo mesmo é um fortalecimento da região, de luta por esses direitos?

O objetivo assim, claro, desde a minha perspectiva como *program officer*, o objetivo primeiro é fortalecimento de um jornalismo independente, inovador, de liberdade de expressão. Uma pluralidade de vozes na esfera pública, né. No campo da mídia, da comunicação no Brasil. É claro que, ao fazer isso, e sempre que há possibilidade de somar esse investimento, esse esforço, com o benefício de outras pautas temáticas, de outras linhas de trabalho com as quais a fundação ford trabalha na região, a gente junta as duas coisas. É muito mais interessante, é muito mais completo, né, o trabalho.

Tem algum outro projeto nesse sentido de jornalismo independente para a região que vocês financiam em algum outro dos oito países da Amazônia ali?

É. Outros escritórios estão começando a trabalhar com jornalismo. Então certamente há iniciativas jornalísticas que estão cobrindo outras dimensões da Amazônia para além da Amazônia brasileira. O escritório da fundação no Brasil trabalha com *grants* no Brasil. Mas a gente tem escritório na Colômbia, que também trabalha Peru, Colômbia, o Chile não tem nada a ver com essa discussão da Amazônia, mas sim, a gente apoia trabalhos com populações indígenas nessa área e certamente têm trabalhos de comunicação envolvidos aí.

Quais são os quesitos que vocês levam em conta na hora de aceitar um projeto?

O que a organização tem que entregar para vocês poderem analisar o projeto?

A primeira coisa que a organização nos entrega é uma ideia. Uma ideia, uma proposta de trabalho que não seja uma coisa pontual, efêmera. Por isso que eu digo para você que a gente financia instituições, não um projeto que vai começar, terminar e não tem uma perspectiva de continuidade. Então isso é uma coisa. Não vou financiar uma investigação. Às vezes a gente dá até alguns apoios pontuais para viabilizar determinadas ações, mas são coisas pequenas e não entram para, digamos assim, o conjunto de propostas apoiadas

sistematicamente como doações da fundação ford. É uma outra modalidade que não cria um vínculo de relacionamento com a fundação necessariamente.

Mas os projetos têm que apresentar, primeiro, uma justificativa e uma proposta de trabalho robusta. Uma temática consoante com os princípios que a Fundação Ford defende, né, com os valores que a gente defende, com o trabalho programático da fundação, que em última análise é o combate à desigualdade. Institucionalmente tem que ter alguma estrutura para receber os recursos porque a fundação tem um processo burocrático que é bem, assim, detalhadinho, né. Então passa por uma avaliação também do nosso departamento legal em Nova Iorque, tem um processo de prestação de contas financeira e programática, narrativa, que exige capacidade institucional para entregar. Então esses são alguns dos quesitos. E principalmente tem algumas coisas que não são critérios muito tangíveis, assim, ou muito claros, né, para se elencar, mas passa pela narrativa mesmo, pelo discurso das pessoas que estão fazendo essa proposta. Pela coerência daquilo que a gente vê apresentado como proposta e uma trajetória que as pessoas vêm e têm. A gente sabe disso, né. Então é um conjunto de coisas que a gente avalia juntas, né.

Como essas iniciativas chegam a vocês? Tem um formulário no site ou algum outro procedimento?

Não. Até tem, mas não é muito comum não. As pessoas se escrevem e-mail. Uma apresenta a outra. Chegam para a gente em eventos e abordam e pedem uma conversa ou mandam uma mensagem. E assim vai.

É uma rede no caso, né?

É. As pessoas conhecem a fundação. Enfim. O nosso trabalho também é conhecido através do que os parceiros estão fazendo, né. E aí quando as pessoas vêm o trabalho de instituições como a Agência Pública, Repórter Brasil, Amazônia Real, Gênero e Número, da própria Abraji, que a gente apoia, enfim, por aí vai. Acabam reconhecendo que há um trabalho, né, desenvolvido pela fundação nesse campo e fazem uma aproximação.

Aceitam algum tipo de iniciativa que tenha algum vínculo com grupo tradicional de comunicação?

Não. Eu acho que os grupos tradicionais que você diz da grande imprensa ou empresas de comunicação não precisam de apoio da fundação ford. Eu trabalho com jornalismo independente, né, e inovador. Como eu falei para você. O propósito do trabalho é

fortalecer a pluralidade, né. E para fazer isso você tem que, enfim, trabalhar com aqueles que estão mais fora de circuito, né. Apoiar as grandes empresas, para mim, não avança a pluralidade.

Esses financiamentos que vocês fornecem ele é finito? Qual é o critério de duração? Depende do projeto?

Depende do projeto, né. Em média os projetos duram dois anos. Mas essas relações podem durar muito mais tempo do que o tempo de um projeto. Vai depender muito de um conjunto também. Porque veja. A Fundação tem uma estratégia. Eventualmente ela é adaptada, adequada, ao contexto. Existem revisões dessa estratégia. Então isso também faz com que mude um pouco, digamos assim, a ênfase ou o volume de recursos para cada área de trabalho. Isso é uma coisa. A outra coisa é que o recurso da fundação ele é finito. A gente tem um orçamento anual para trabalhar. Então é claro que isso também é levado em conta. Se existe um contexto, uma situação, emergente e urgente no Brasil que exija da fundação mais ênfase numa área de trabalho do que em outra, isso eventualmente também pode acontecer e a gente não poder dar continuidade a uma proposta de trabalho, uma relação, com um *grantee*, não porque o trabalho não foi bom, mas porque a circunstância da fundação, ou as circunstâncias e a conjuntura do país mudaram.

Existem condições que estabelecem uma ruptura do financiamento?

A fundação não pode apoiar nada que seja ilegal. Então qualquer ilegalidade que seja constatada pode gerar a ruptura desse contrato, dessa relação com a fundação. A não prestação de contas, a não aderência, né, a uma série de um conjunto de regrinhas básicas que se tem com qualquer financiadora, a fundação também tem. Então exige a necessidade de prestar contas, de manter uma relação transparente com a fundação, enfim. Além das questões mesmo de legalidade da operação daquela instituição e daquele projeto.

Há algum tipo de avaliação durante o período em que o financiamento é concedido ou somente no começo e no final?

Não é uma avaliação, mas é uma relação, né. Eu insisto muito nessa palavra. Então essa conversa ela é permanente, né. A gente está em contato o tempo todo e é uma conversa de mão dupla. Elas também me acionam eventualmente para tirar uma dúvida, para pedir um conselho, para contar uma novidade do que aconteceu, para contar, por exemplo, se foram premiadas, se estão recebendo outros recursos. É uma relação de muita parceria. Então isso é

que torna... é um diálogo permanente que torna viável, ou torna possível, essa... Eu não gosto muito da palavra avaliação, mas é esse monitoramento, esse assessment. Essa medição de temperatura, digamos assim.

A única contrapartida que vocês exigem é esse relatório de despesas e o narrativo? Há alguma coisa a mais?

A gente não pede contrapartida, né. A prestação de contas é um dos componentes do contrato. E fora isso não, não existem contrapartidas não.

Algum tipo de exigência de exclusividade?

Não. Pelo contrário. A gente quer que mais financiadores venham. Quanto mais, melhor. E às vezes a gente facilita, inclusive, o diálogo com outros financiadores.

Você mencionou a questão de algumas organizações virarem incubadoras. Como você percebe isso?

Eu acho isso um modelo muito interessante. Muito interessante e muito saudável. Primeiro porque ele nasce de uma ideia de generosidade, de compartilhamento de experiência, compartilhamento de maturidade, né. De conhecimento. E eu gosto muito disso e eu acho isso muito positivo. Segundo que eu acho que é uma maneira de começar muito acolhedora para quem está experimentando, muitas vezes sem saber nem por onde, né, se começa um empreendimento nessa área jornalística. Então eu acho que é confortável para quem está começando, estar junto de quem tem mais experiência. Isso dá uma segurança, dá uma robustez, eu acho, para o trabalho que segue adiante depois mesmo sem essa incubação.

Terceiro que eu acho que esse é um modelo para muitas organizações da sociedade civil, não só para área do jornalismo, né. Já existem tantas instituições buscando formas alternativas de sustentabilidade que não tem porque você começar sendo ONG se você pode testar o seu modelo de trabalho, avaliar o que você quer ser dentro de um processo, dentro de uma instituição guarda-chuva, digamos assim, que pode fazer o papel de incubadora ou de, enfim, promotora de uma residência. Não sei. Mas que seja uma indutora para a geração e para o desenvolvimento de novos processos. Eu acho isso muito interessante de uma maneira para a sociedade civil.

E nesse caso dessas possíveis incubadoras, como que funciona? Elas chegam para vocês com um projeto específico para essa incubação?

Olha. Se elas quiserem que o recurso da fundação Ford seja usado para elas serem uma incubadora, sim isso tem que ser apresentado. Se elas quiserem continuar fazendo o trabalho delas, como elas estão fazendo, com recurso da fundação Ford para fazer a Amazônia Real funcionar como uma agência, ampliar sua capacidade de interlocução com outros meios, com a sociedade, internacionalmente. Se elas quiserem, enfim, simplesmente ser quem elas são e produzir um conteúdo, produzir o jornalismo que elas fazem, e fazer incubadora com outros meios, com outros recursos, ok também.

Você é formada em jornalismo?

Sou formada em jornalismo. Nunca trabalhei em veículos jornalísticos porque eu coordenei comunicação na área de sociedade civil desde muito tempo, e fui editora de revista e tal. Mas rapidinho eu me especializei na área de políticas de internet. Então o meu background mesmo é internet. Minha especialidade é política de internet, né, acesso, privacidade, vigilância, enfim.

Eu tenho uma coisa que você não perguntou, mas que muita gente pergunta e eu gostaria de te dizer: a Fundação Ford não interfere em conteúdo. Eu gosto sempre de falar isso com bastante... deixar isso bem explícito, né.

Porque não são todos os financiadores que fazem isso. Geralmente, alguns financiadores, vêm o jornalismo como um meio para atingir um outro fim. Eu vejo o jornalismo independente, autônomo, com pluralidade, um espaço público plural e cheio de vitalidade como um fim em si mesmo, porque eu acho que isso é a parte fundamental da democracia. Então a gente sabe que os conteúdos importam, se interessa pelo que está sendo feito, sempre que pode apoiar, por exemplo, na construção de pontes entre os jornalistas e os grupos que estão lá na ponta trabalhando pela perspectiva de direitos, trabalhando pela justiça social. Sempre que dá a gente faz essas conversas, né. Trazendo múltiplas visões. Isso geralmente é muito rico para os jornalistas, mas a gente não lê nada, não opina sobre conteúdo, a gente não sugere pauta. Nada, nada, nada, nada.

Dessas organizações de jornalismo independente que vocês financiam quantas delas têm o foco na Amazônia? Só a Amazônia Real?

Não. Repórter Brasil também trabalha bastante em área de... A Repórter Brasil trabalha. A Pública também trabalha. Não é que elas estejam na Amazônia, mas elas cobrem

temas, por exemplo, Repórter Brasil está trabalhando com direitos de populações tradicionais, então eles estão cobrindo questões ligadas a direitos de populações quilombolas, indígenas, ribeirinhas. Então eles estão na Amazônia, estão presentes, têm repórteres, etc, etc. Agora, organização baseada na Amazônia é a Amazônia Real por enquanto.

E em algum momento vocês analisam o histórico dos profissionais envolvidos?

Não. Não.

APÊNDICE G – Questionário estruturado aplicado para os fundadores das iniciativas autodenominadas independentes Amazônia Real e InfoAmazonia

1) A Amazônia Real está relacionada no Mapa de Iniciativas Independentes da Agência Pública. Você se considera ter fundado ou estar fazendo parte de uma iniciativa independente?

- () SIM (*Se a resposta for sim, o questionário vai para a pergunta 3*).
 () NÃO (*Se a resposta for não, o questionário vai para a pergunta 2*).

2) Por que não se considera parte de uma iniciativa independente? (*Questionário finaliza aqui*).

3) O que você entende por independente?

- () Temos independência financeira: recebemos recursos que não têm vínculos com grupos políticos ou comerciais. (*Se a resposta for essa, o questionário é finalizado*).
 () Temos liberdade editorial: podemos tratar do assunto que quisermos, mesmo aqueles que incomodariam grandes grupos políticos ou comerciais. (*Se a resposta for essa, o questionário é finalizado*).
 () Temos autonomia na rotina profissional: temos tempo para apurar nossas pautas, podemos abordar as fontes que quisermos e liberdade no espaço de publicação ou tamanho de texto. (*Se a resposta for essa, o questionário é finalizado*).
 () Acho que há uma interdependência nas três características relacionadas acima: independência financeira, liberdade editorial e autonomia na rotina profissional. (*Se a resposta for essa, o questionário vai para a pergunta 4*).

4) Se há uma interdependência, acha possível traçar uma ordem na relação entre essas três características? O que vem em primeiro, em segundo e em terceiro lugar?

- | | |
|-------------------------------------|--------------|
| 1. Independência financeira | () 1º Lugar |
| 2. Liberdade editorial | () 2º Lugar |
| 3. Autonomia na rotina profissional | () 3º Lugar |

5) Mesmo com a relação estabelecida acima, qual das características considera mais importante na prática diária?

- () Independência financeira - recursos sem vínculos políticos ou comerciais.
 () Liberdade editorial - possibilidade de falar sobre qualquer assunto.
 () Autonomia na rotina profissional - liberdade de tempo de apuração, escolha de fontes e espaço de apuração, por exemplo.

6) Alguma consideração a mais?